UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Fabiana Helma Lüdtke

TECENDO MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TABACO

Santa Maria, RS
2018

Fabiana Helma Lüdtke

TECENDO MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TABACO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Santa Maria, RS
2018

Lüdtke, Fabiana Helma
Tecendo meios de vida diversificados na agricultura familiar do tabaco / Fabiana Helma Lüdtke.- 2018.
194 p.; 30 cm

Orientadora: Joel Orlando Bevilaqua Marin
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, RS, 2018

1. Agricultura Familiar 2. Tabaco 3. Diversificação 4. Meios de vida 5. Gênero I. Marin, Joel Orlando Bevilaqua II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Fabiana Helma Lüdtke

TECENDO MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TABACO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Extensão Rural.

Aprovado em 05 de dezembro de 2018:

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Carlise Porto Schneider Rudnicki, Dra. (UFSM)

Tanise Dias Freitas, Dra.(UNISC)

Marcos Botton Piccin, Dr. (UFSM)

Ezequiel Redin, Dr. (UFVJM) - Parecer

Santa Maria, RS

2018

DEDICATÓRIA

À minha família, por tudo.

AGRADECIMENTOS

No decorrer desses anos, contei com o apoio e ensinamentos de várias pessoas. Gostaria de agradecer a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradecimento especial para minha irmã, Ana Cristina, minha motorista, sem a qual não teria conseguido percorrer o meio rural de Candelária em busca das famílias entrevistadas. Obrigada por tudo.

Meus pais Bruno e Marlene, meus irmãos Cristiano, Maurício e Leonardo, obrigada por estarem sempre comigo. A minha tia Irene e minha vó querida, Íris, expresso minha gratidão por tudo que fizeram por mim, sempre atentas as minhas necessidades. Aos meus queridos sobrinhos, Marina, Eduardo e meu "cotoco" Guilherme.

Ao meu orientador, Joel Orlando Bevilaqua Marin, por seus ensinamentos durante todo o doutorado, pelo compromisso, seriedade, generosidade, dedicação e auxilio na elaboração deste trabalho. E pela paciência. Meu muito obrigada, de coração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), por partilharem seus conhecimentos.

Aos servidores que passaram pela secretaria do Programa nestes anos.

Aos meus colegas Gládis, Nayara, Caroline, Gelson, Neimar e Walter.

Dedico agradecimento aos extensionistas da Emater pela ajuda inestimável e principalmente às famílias rurais de Candelária, que tão bem me receberam e foram o suporte desta tese. Meu muito obrigada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Um tênue fio nos liga
de segredos e esperanças
como um cordão que alimenta
e ameaça romper-se
a qualquer hora.
Fio de vida e de morte
um tênue fio das Moiras
construído passo a passo
de ilusões e memória.
Construtoras do destino
tecelãs de nossas vidas
fiamos juntas, sozinhas,
tecidos de eternidades.
Fiando às vezes silêncios
os fios se embaraçam,
dão nós e arrebentam…
E do Nada surgem, então,
como de mãos invisíveis,
lãs quentes, jutas rudes, sedas suaves…
E voltamos a tecer,
num trabalho incessante,
fiandeiras de nós mesmas,
tecidos de nossas almas.
(Ana Maria Machado)

RESUMO

TECENDO MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TABACO

AUTORA: Fabiana Helma Lüdtke
ORIENTADOR: Joel Orlando Bevilaqua Marin

O objetivo geral deste trabalho é compreender construções de processos de diversificação de meios de vida na agricultura familiar do tabaco, através do exame dos recursos utilizados e das múltiplas relações estabelecidas pelas famílias na consecução de suas atividades de diversificação. Como são construídas (tecidas) as estratégias de diversificação de meios de vida na agricultura familiar do tabaco no município de Candelária/RS? Esse questionamento tornou necessárias indagações sobre: Como são acessados os recursos necessários à consecução de atividades diversificadas e quais relações constroem estas formas de acesso? Quais atividades de diversificação têm sido desenvolvidas e quais os determinantes da capacidade de diversificação dos meios de vida na agricultura familiar do tabaco? E a qualidade da participação das mulheres no processo de realização de meios de vida diversificados? Essa análise teve por base o referencial teórico da Abordagem dos Meios de Vida, complementada pela Abordagem das Capacitações. A partir dos aportes de autores como Ellis (2000), Bebbington (1999) e Sen (2008) foi possível compreender as atividades desenvolvidas pelas famílias através do foco nos cinco capitais e na capacidade de acesso a eles. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. A amostra de interesse deste estudo foram famílias que produzem e que deixaram de produzir tabaco e que diversificaram seus meios de vida no meio rural do município de Candelária RS. Foram entrevistadas 20 famílias de agricultores, representativas do tema da pesquisa. Observou-se que os agricultores familiares constroem seus meios de vida diversificados a partir de atividades (de autoconsumo ou tradicionais) e recursos (geralmente precários) existentes nas propriedades. Ao longo da trajetória vão fortalecendo e ampliando seu conjunto de ativos e atividades, que passam a representar meios de vida importantes às famílias para redução da dependência do cultivo de fumo. Nesse processo, ampliam sua rede de relações e atuam de modo mais efetivo nos principais domínios sociais (família, comunidade, mercado e Estado). Através das redes, as famílias e indivíduos acessam diferentes tipos de ativos e atores necessários à realização, manutenção e melhoria de suas atividades, ou seja, desenvolvem capacidades. As mulheres participam ativamente nos processos de diversificação atuando na construção de mercados e junto aos atores do Estado. Integram processos de produção e comercialização e em alguns casos, atuam sozinhas como protagonistas na realização de atividades. A capacidade das mulheres de realização de meios de vida diversificados está relacionada principalmente ao alargamento de suas redes interpessoais. As capacidades-chave que precisam ser fortalecidas incluem: políticas de crédito, fundiária e de previdência social; processos ecológicos de produção; melhoria da infraestrutura de estradas e de comunicação; educação e qualificação; fortalecimento de formas organizativas e comunitárias; democratização de espaços para reivindicações; retomada e ampliação das compras públicas (PNAE e PAA); e fortalecimento dos serviços de ATER. Conclui-se que essas capacidades são fundamentais à garantia de meios de vida dignos às famílias.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Tabaco. Diversificação. Meios de Vida. Gênero.

ABSTRACT

WEAVING DIVERSIFIED LIVELIHOODS IN TOBACCO FAMILY FARMING

AUTHOR: Fabiana Helma Lüdtke
ADVISOR: Joel Orlando Bevilaqua Marin

The general objective of this work is to understand the constructions of processes of diversifications of livelihoods in family tobacco farming, through the examination of the resources used and the multiple relationships established by the families in the achievement of their diversifications activities. How are built (woven) strategies for diversifying livelihoods in family tobacco farming in the municipality of Candelária/RS? This questioning made necessary inquiries about: How the resources needed to achieve diversified activities are accessed and which relationships construct these forms of access? What diversification activities have been developed and what are the determinants of the capacity to diversify the livelihood in family tobacco farming? And the quality of participation of women in the process of achieving diversified livelihood? This analysis was based on the theoretical framework of the Livelihoods Approach, complemented by the Capabilities Approach. From the contributions of authors such as Ellis (2000), Bebbington (1999) and Sen (2008), it was possible to understand the activities developed by the families through the focus on the five capitals and the capabilities of access to them. This is a qualitative approach research, of the case study type. The sample of interest of this study were families that produce and that stopped to produce tobacco and that diversified their livelihoods in the rural environment of the municipality of Candelária RS. Twenty families of farmers were interviewed, representative of the research theme. It was observed that family farmers build their livelihoods diversified from activities (self-consumption or traditional) and resources (usually precarious) on properties. Along the trajectory they are strengthening and expanding their set of assets and activities, which represent important livelihoods to families to reduce dependence on tobacco cultivation. In this process, they expand their network of relationships and act more effectively in the main social domains (family, community, market and state). Through networks, families and individuals access different types of assets and actors needed to carry out, maintain and improve their activities, that is, to develop capabilities. The women participate actively in the processes of diversification acting in the construction of markets and with the actors of the State. They integrate production and marketing processes and, in some cases, act alone as protagonists in carrying out activities. Women's ability to achieve diversified livelihoods is mainly related to the expansion of their interpersonal networks. The key capabilities that need to be strengthened include: credit, land tenure and social security policies; ecological production processes; improvement of road infrastructure and communication; education and qualification; strengthening of organizational and community forms; democratization of spaces for demands; resumption and expansion of public purchases (PNAE and PAA); and strengthening of ATER services. It is concluded that these capabilities are fundamental to guarantee decent livelihoods for families.

Keywords: Family Farming. Tobacco. Diversification. Livelihoods. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Exportação do tabaco em folha brasileiro. Quantidade e valor exportado (2007-2017). 42
Figura 2 - Principais destinos da exportação do tabaco em folha brasileiro e valores exportados (2016-2017) 42
Figura 3 - Comparação da interação de fatores condicionantes de estabilidade. 45
Figura 4 - Produção sul-brasileira de tabaco. Por tipo de tabaco produzido (2008-2017). 46
Figura 5 - Localização das regiões de maior produção de tabaco no Rio Grande do Sul. 48
Figura 6 - Histórico da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. 54
Figura 7- Mapa de localização do município de Candelária/RS 62
Figura 8 - Evolução da área plantada e da produção de tabaco no município de Candelária RS (1988-2016) 65
Figura 9 - Diagrama dos meios de vida sustentáveis do DFID. 70
Figura 10 - Feira Ecológica de Candelária RS. 91
Figura 11 - Diagrama de análise dos meios de vida. 117
Figura 12 - Folder do roteiro turístico de Candelária - Rota Caminho dos Tropeiros. 120
Figura 13 - Espaço reestruturado da agroindústria para atender demanda turística. 121
Figura 14 - Esquema de interpretação da construção de meios de vida diversificados..... 173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorias de análise 26
Quadro 2 - Produção mundial de fumo, em toneladas (2012-2017). 40
Quadro 3 - Crescimento da fumicultura sul-brasileira (1975-2016). 44
Quadro 4 - Principais municípios produtores de tabaco no RS. Produção e número de produtores totais (2016-2017). 49
Quadro 5 - Mudanças no número absoluto estimado e projetado de fumantes no mundo com idade > 15 anos nos últimos 5 anos (2000-2005). 58
Quadro 6 - Produção vegetal do município de Candelária. Principais produtos de lavoura temporária e permanente. 63
Quadro 7 - Produção animal do município de Candelária. 63
Quadro 8 - Categorias de recursos investigados. 74
Quadro 9 - Caracterização fundiária das Unidades Produtivas Familiares (UPF) pesquisadas. 76
Quadro 10 - Escolaridade dos membros das famílias investigadas por gênero e faixa etária. . 81
Quadro 11 - Principais relações sociais estabelecidas pelos grupos familiares estudados. 90
Quadro 12 - Síntese das questões investigadas relacionadas ao acesso dos meios de vida. .. 100
Quadro 13 - Agroindústrias legalizadas no município de Candelária. 121
Quadro 14 - Número de estabelecimentos agropecuários e quantidade produzida, por produtos da agroindústria rural, Candelária RS. 122
Quadro 15 - Meios de vida diversificados das famílias entrevistadas. 125
Quadro 16 - Quantidade produzida e vendida, preço médio e estimativa de renda por produtos da agroindústria rural das famílias investigadas. 146
Quadro 17 - Relações estabelecidas pelas mulheres nas esferas sociais. 162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIFUMO	Associação Brasileira das Indústrias do Fumo
AFECAN	Associação dos Feirantes de Candelária
AFUBRA	Associação dos Fumicultores Brasileiros
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APROBANANA	Associação dos Produtores de Banana
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONICQ	Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
COP	Conferência das Partes
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CQCT	Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DFID	Department for International Development
DFVT	Doença da Folha Verde do Tabaco
FCTC	Framework Convention on Tobacco Control
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDACT	Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINDITABACO	Sindicato das Indústrias de Tabaco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
Elementos teóricos 20
O caminho metodológico 22
Plano da obra 28
1 PANO DE FUNDO: O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TABACO 30
1.1 O CONTEXTO PASSADO: BREVE HISTÓRICO DA FUMICULTURA NO BRASIL31
1.1.1 A fumicultura colonial no sul do Brasil 35
1.2 O CONTEXTO PRESENTE: CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AGRICULTURA DO TABACO 40
1.3 O CONTEXTO EM PERSPECTIVA: O CONTROLE DO TABACO E A CQCT 50
1.3.1 Considerações sobre o tabagismo e o mercado de cigarros no mundo 57
1.4 O CONTEXTO DE ESTUDO: CARACTERIZAÇÃO DE CANDELÁRIA, FUMICULTURA E OUTRAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS 61
2 RECURSOS E RELAÇÕES: O PONTO DE PARTIDA NA TESSITURA DOS MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS 67
2.1 A ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA 68
2.2 CAPITAIS – OS RECURSOS MOBILIZADOS NAS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO 71
2.3 INICIANDO A TESSITURA: OS CAPITAIS DOS MEIOS DE VIDA 74
2.3.1 Capital Natural 75
2.3.2 Capital Físico 78
2.3.3 Capital Humano 80
2.3.4 Capital Financeiro 85
2.3.5 Capital Social 88
2.4 ACESSO E RELAÇÕES ESTABELECIDAS NAS ESFERAS DA VIDA SOCIAL 95
2.4.1 Relações instituídas nas esferas sociais 96
2.4.1.1 Relações na esfera da família 100
2.4.1.2 Relações nas esferas da comunidade e sociedade civil 103
2.4.1.3 Relações na esfera do mercado 106
2.4.1.4 Relações na esfera do Estado 110
3 OS MEIOS DE VIDA TECIDOS E AS CAPACIDADES-CHAVE NA DIVERSIFICAÇÃO 115
3.1 DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA: ASPECTOS TEÓRICOS 116
3.2 A TRAJETÓRIA DOS MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS NA AGRICULTURA DO TABACO 118
3.2.1 Descrição das trajetórias de diversificação dos meios de vida das famílias no contexto de estudo 126
3.2.2 Análise dos processos de diversificação dos meios de vida 141
3.2 CAPACIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO DE MEIOS DE VIDA 148
4 GÊNERO NA TESSITURA DOS MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS 155
4.1 A CATEGORIA GÊNERO NA ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA 155
4.2 MULHERES RURAIS NAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR 158
4.3 MEIOS DE VIDA TECIDOS POR MULHERES? 161
4.3.1 Importância das atividades desenvolvidas: para tinta de cabelo e batom, mas para a casa também! 166
CONSIDERAÇÕES FINAIS 170
REFERÊNCIAS 176

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM INFORMANTES-CHAVE 188
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM PRODUTORES DE TABACO QUE DIVERSIFICARAM MEIOS DE VIDA 189
APÊNDICE C - FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (UPF) 193

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX, a produção de tabaco tornou-se atividade controversa, associada ao trabalho infantil, a degradação ambiental e social, a problemas de saúde dos produtores e, mais recentemente, reduzida ao malefício de seu produto final. Desde então, toda estrutura e funcionamento da cadeia do tabaco passa a perceber de maneira indistinta sua sustentabilidade no tempo. Essas questões, particularmente a última, reascenderam os debates sobre diversificação, desta vez, com foco central sobre a fumicultura. Questões de saúde pública e políticas, de orquestração internacional, integram com mais vigor o conjunto de preocupações em torno do cultivo do fumo. A implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), assinada e ratificada pelo Brasil em 2005, construiu uma série de medidas, na ordem mundial, visando reduzir a oferta e a demanda por tabaco nos países signatários. No que tange à fumicultura, o governo, comprometido em garantir apoio aos agricultores familiares envolvidos, criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). O objetivo do programa foi preparar famílias de agricultores dedicadas ao cultivo de fumo à futura redução da demanda por meio de processos diversificados de produção agrícola.

No domínio dessas questões, mas não com base nelas, essa tese analisa os processos de diversificação de meios de vida empreendidos na agricultura familiar produtora de tabaco. Mais precisamente, examina aquilo que tem sido realizado em termos de estratégias de diversificação pelos produtores de fumo, tendo em vista os diversos recursos e as diferentes formas de acesso a esses recursos e oportunidades que o agricultor opera na composição de suas atividades de diversificação.

Mas, de que tipo de diversificação se fala?

De um modo geral e com poucas variações, o fumicultor padrão tem o milho produzido na resteva da lavoura de fumo, para autoconsumo e venda; tem porco, galinha, bovinos e, às vezes, feijão. Esse é o principal perfil de fumicultor (diversificado?) encontrado. Fumo + Milho + Criações, com a venda de excedentes dessas criações e do milho, constrói o sistema produtivo padrão na fumicultura. Quando o fumicultor cultiva fumo, milho e criações, a comercialização do excedente é muito pouca, restrita a venda de uns poucos animais, dois porcos, vinte galinhas, algumas dúzias de ovos, mas, basicamente, essa produção é para autoconsumo. Contudo, não é desta diversificação que se fala. Essa diversificação tem por objetivo a manutenção da

fumicultura, com culturas complementares que promovem uma base mínima de subsistência às famílias e não interferem na produção de tabaco.

Por outro lado, existem aqueles agricultores que trabalham, por exemplo, com leite e com fumo; ambos com orientação comercial. Esse agricultor constitui outro perfil de diversificação, especialmente quando há um compartilhamento de foco entre os cultivos; ou mesmo, um deslocamento de foco do fumo para outra atividade. No caso do leite, normalmente, o produtor tem na cadeia do leite sua atividade principal; o leite é o carro chefe na propriedade. Paga mensalmente e diminui muito o tempo da mão de obra, pois a ordenha se dá de segunda a segunda, e a cada dois dias o leite é coletado pela cooperativa. A produção de morango e outros produtos de horticultura e fruticultura, no geral, seguem regra similar, precisam ser comercializados de forma rápida. Outros agricultores têm um conjunto ainda mais variado de opções:

- Fumo + Milho + Soja + Hortifrutigranjeiros + Agroindústria (Panificação) + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria;
- Fumo + Hortaliças + Fruticultura (Banana, Açaí) + Agroindústria (Banana) + Leite + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria;
- Fumo + Leite + Agroindústria (Panificados, Laticínios).

É dessa diversificação que se fala. A diversificação de meios de vida, que tem por objetivo a manutenção das famílias agricultoras, com atividades que ofereçam um portfólio variado de opções e de melhores condições de vivência. Por estratégias de diversificação entende-se, portanto, as atividades através das quais os agricultores familiares de tabaco buscam manter e melhorar seu sustento, ampliar suas opções e reduzir, assim, a dependência do cultivo de fumo nos seus processos de reprodução.

Muito se fala sobre a dificuldade e mesmo sobre a impossibilidade de variar e substituir o cultivo de fumo. As diferenças estruturais entre produtores de fumo, a exemplo da renda, grau de especialização, tipo de fumo cultivado, tamanho da propriedade, topografia etc.; a importância econômica do fumo à pequena propriedade; o conveniente e sólido sistema de integração; a tradição da fumicultura; a importância do cultivo que faz do Brasil o principal exportador de tabaco no mundo; e o conflito de interesses e diminuta ação do poder público, são algumas das principais questões restritivas à diversificação. Esse conteúdo não pode ser negligenciado em favor de uma volição política e acadêmica pela diversificação. Apesar desse contexto, alguns estudos demonstram que muitos agricultores, por razões diversas, têm buscado maior autonomia e reduzido sua dependência do cultivo do tabaco de forma viável. O estudo de Zotti (2010) explica os fatores que influenciam a opção de produzir ou deixar de produzir

tabaco e a implicação dessa opção nos meios de vida dos agricultores familiares. A autora observa que não há diferença expressiva entre a renda obtida pelos fumicultores e ex-fumicultores, sendo que os últimos têm conseguido manter um padrão econômico ligeiramente superior quando comparado às rendas obtidas pelos fumicultores. Os resultados sugerem a possibilidade de manutenção econômica dos agricultores em pequenas propriedades mesmo não cultivando tabaco. O estudo ainda observa que as famílias que optaram pela realização de atividades não agrícolas passaram por um processo mais rápido de transição e substituição do cultivo do que aquelas que decidiram pela substituição através de outra atividade agrícola na propriedade. Vargas e Oliveira (2012) também demonstram que a renda líquida advinda de culturas alternativas ao fumo, como hortifrutigranjeiros, pode ser superior àquela obtida por fumicultores, contradizendo algumas análises comparativas envolvendo fumo e demais culturas agrícolas geralmente veiculadas pela indústria fumageira. Yamada, Villwock e Perondi (2011) observam um incremento da qualidade de vida, além de melhor desempenho em renda, entre agricultores que cultivam o tabaco Burley associado a estratégias de diversificação econômica. Já o estudo de Freitas (2015) compreendeu como processos de diversificação possibilitam às famílias fumicultoras expandirem seus conjuntos capacitórios através dos seus meios e percepções de vida, criando, então, estratégias de sobrevivência e superação de contextos de vulnerabilidade social. Demonstra, através do estudo, que as famílias menos dependentes do tabaco, ou seja, diversificadas, apresentam melhores condições de vida que as especializadas no cultivo.

Esses estudos, entre outros referentes à fumicultura e com diferentes orientações, demonstram, de formas distintas, as possibilidades de diversificar, de obter melhores condições e qualidade de vida e de reduzir as condições de vulnerabilidade social e econômica da dependência do cultivo de tabaco. Este trabalho não pretende examinar as melhores estratégias de diversificação, nem as atividades mais rentáveis ou apontar aquelas que possam gerar melhor qualidade de vida. Nem tampouco comparar fumicultores com ex-fumicultores. Sob outra perspectiva, procura compreender como os agricultores que produzem tabaco realizam meios de vida diversificados, diminuindo, assim, sua dependência do cultivo.

Partindo deste entendimento, este trabalho analisa aquilo que tem sido realizado em termos de estratégias de diversificação pelos produtores de fumo, considerando os diversos recursos (materiais e imateriais) acessados e as diferentes formas de acesso a esses recursos e oportunidades na composição de suas atividades de diversificação. O ponto de referência central para a análise desse processo são os recursos acessados e as relações sociais que os produtores de tabaco estabelecem nos principais domínios da vida social - família, comunidade,

mercado e Estado - para consecução de meios de vida diversificados. A centralidade está na compreensão de como processos de diversificação, de fato, se efetivam.

Para tanto, buscou-se responder a seguinte questão: Como são construídas as estratégias de diversificação de meios de vida na agricultura familiar do tabaco? Esse questionamento torna necessárias indagações sobre: Como são acessados os recursos necessários à consecução de atividades diversificadas e quais relações constroem estas formas de acesso? Quais atividades de diversificação têm sido desenvolvidas e quais são os determinantes da capacidade de diversificação dos meios de vida na agricultura familiar do tabaco? E como as mulheres participam (relacionado a qualidade dessa participação) desse processo de realização de meios de vida diversificados?

A hipótese desta tese é que existe um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que contribuem à realização de ações de diversificação entre produtores de tabaco. Mais especificamente, pressupõe-se que a criação de condições para realização de meios de vida diversificados passa pelo acesso aos recursos como elementos que concedem "capacidades" às pessoas de ser e agir. O acesso, por sua vez, como questão central à expressão dessas "capacidades", é mediado por relações estabelecidas entre os agricultores familiares e os diversos atores sociais nos espaços da comunidade, do mercado e do Estado em diferentes níveis e arranjos. Essas relações são complexas e interdependentes e passam pela lógica de ação em cada um destes espaços associada à compreensão do mundo de vida desses agricultores. Nesse sentido, ações e iniciativas de diversificação constituem tramas muito mais variegadas e combinadas na realização de meios de vida diversificados do que propriamente resultados de soluções únicas, como aquelas baseadas exclusiva ou predominantemente nas ações e interesses do Estado, por exemplo.

Assim, supõe-se que a capacidade de diversificação de meios de vida pode ser condicionada, em grande medida, pelas relações dos indivíduos e grupos familiares com a sociedade mais ampla, através de vínculos em associações, organizações, contatos pessoais, redes sociais, relações de confiança, reciprocidade, parentesco, intercâmbio etc. Esses recursos sociais podem desempenhar um papel fundamental no sentido de facilitar (ou restringir) atividades de meios de vida e mesmo de compensar a falta de alguns recursos (DFID, 1999). Supõe-se ainda, dentro desta mesma lógica, que as mulheres tenham um papel importante nos processos de diversificação. Cabe destacar que a realização de meios de vida diversificados tende a ampliar o leque de oportunidades para os indivíduos e famílias rurais, para homens e mulheres. Guardadas as históricas assimetrias e conflitos presentes nas relações de gênero, mudanças na lógica dos espaços de interação, como nas demandas políticas ou de mercado

criam novas oportunidades para as mulheres, ainda que as necessidades e objetivos de meios de vida para homens e mulheres nem sempre sejam os mesmos.

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é compreender como são construídos meios de vida diversificados na agricultura familiar do tabaco através do exame dos recursos utilizados e das múltiplas relações estabelecidas pelas famílias (e seus indivíduos) na consecução de atividades de diversificação.

Para responder ao problema de pesquisa traçaram-se objetivos específicos, sendo que o primeiro tem por finalidade investigar os principais recursos mobilizados pelos produtores familiares de tabaco na composição de estratégias de diversificação. O segundo objetivo busca examinar as principais e múltiplas relações que os agricultores de tabaco estabelecem nas distintas esferas da vida social, da família, da comunidade, do mercado e do Estado, à consecução de meios de vida diversificados. A partir destas informações pretende-se analisar as principais estratégias de diversificação de meios de vida adotadas identificando capacidades chaves que geraram estas oportunidades e/ou confrontaram condições sociais adversas. E, por fim, mas não menos central neste trabalho, verificar a qualidade da participação das mulheres nas estratégias de meios de vida realizadas.

Para justificar o tema aqui proposto, parte-se do entendimento de que se deve abordar a ideia da diversificação através de bases mais amplas que superem propostas analíticas centralizadas na renda - ou na pergunta recorrente sobre qual atividade pode ser tão rentável quanto a produção de tabaco? Existe um conjunto de fatores sociais, culturais e históricos, além de econômicos, que concorrem para dificultar ações de diversificação, particularmente aquelas preestabelecidas por agentes externos. As orquestrações políticas mais recentes reascenderam as discussões sobre a produção de tabaco. A entrada do governo no cenário tem provocado tensões e gerado incertezas na cadeia produtiva do fumo. As ações de governo para a diversificação ainda precisam ser adequadas. Estudos, ainda escassos, tem apontado dificuldades e preocupações na implementação de projetos de governo nas áreas de fumo - vide os trabalhos de Deponti e Schneider (2013) sobre o projeto piloto implantado no município de Dom Feliciano/RS; e Bonato (2013) sobre a Chamada Pública de ATER para diversificação. Os autores, em ambos os estudos, convergem para a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar como agente social, com liberdade de opção e protagonismo na construção do desenvolvimento rural. Isso passa, segundo Perondi e Schneider (2012), pelo fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem. Assim, considera-se importante aprofundar os estudos nessa direção. De investigar referências que possam porventura contribuir em processos endógenos de desenvolvimento,

que venham ao encontro das necessidades e prioridades dos agricultores. E, por fim, contribuir com os esforços que vem sendo realizados no sentido de encontrar alternativas de diversificação para a agricultura do tabaco.

Elementos teóricos

Desde a década de 1980, os modelos usuais de desenvolvimento, centralizados e exógenos, assentados na difusão de novas tecnologias, técnicas e saberes que consequentemente resultariam em aumento de produção e produtividade e, por fim, na melhoria do bem-estar das populações rurais, vem sendo questionados. Como resultado, novos espaços analíticos e metodológicos ganharam terreno, entre os quais aqueles centrados nas pessoas e nos meios de vida que elas compõem nos contextos em que vivem.

A orientação analítica das estratégias de diversificação neste trabalho busca respaldo nas concepções elaboradas nesta nova fase de estudos e concepções sobre desenvolvimento, mais exatamente nos referenciais encontrados na Abordagem dos Meios de Vida (*livelihoods approach*). Este quadro é uma ferramenta analítica flexível que oferece uma estrutura para entender a complexidade e os diversos fatores que afetam os meios de vida das pessoas (DFID, 1999). Meios de vida são definidos como o conjunto de atividades, ativos e acessos que determinam a sobrevivência de um indivíduo, de uma família ou de um lugar.

Tal abordagem, em contextos de vulnerabilidade, de pobreza e de reformas da extensão, como sugerido por Christoplos (2003), aponta para a necessidade de uma perspectiva mais ampla e pluralista do desenvolvimento rural. Meios de vida englobam renda, instituições sociais (família, comunidade, mercados), gênero e direitos de propriedade necessários para apoiar e sustentar padrões de vida. Também incluem o acesso e os benefícios sociais derivados dos serviços públicos prestados pelo Estado, como educação, saúde, infraestruturas e assim por diante (BEBBINGTON, 1999). São várias as dimensões que precisam ser consideradas em se tratando de sobrevivência. A perspectiva desloca, portanto, preocupações e ações centralizadas na produção agrícola e no desenvolvimento econômico estrito, à visualização dos recursos e relações dos meios de vida. Procura compreender e tornar visíveis as estratégias de sobrevivência (os diversos recursos, materiais e imateriais, que as pessoas acessam e articulam) que indivíduos e grupos adotam em situações de risco, tensão, crise e vulnerabilidade extrema. Nesse sentido, a perspectiva possibilita, além de favorecer intervenções mais desejáveis e necessárias nos diferentes contextos, identificando prioridades de desenvolvimento e novas

atividades, a compreensão dos agricultores como agentes capazes de construir meios de vida e de agir e reagir frente a situações adversas. O quadro dos meios de vida torna-se, portanto, uma ferramenta analítica e metodológica adequada ao estudo aqui proposto.

Uma das discussões centrais da abordagem está centrada nos estudos de Anthony Bebbington e sua ênfase dada sobre o acesso aos recursos e atores. Bebbington (1999) coloca a questão do acesso aos recursos/ativos (natural, físico, humano, financeiro e social) como centrais para: 1) a transformação dos recursos em meios de vida; 2) o acesso aos recursos através das relações empreendidas com outros atores, do Estado, do mercado e da sociedade civil; e 3) o aprimoramento das capacidades para tornar a vida mais significativa e aumentar os níveis de influência no controle de recursos e sua transformação em renda. O capital social é entendido por Bebbington, como um ativo particularmente importante na determinação e ampliação do acesso a outros recursos e atores. Na perspectiva do autor, o conjunto de ativos constitui a base de poder das famílias e a possibilidade de acesso a esses ativos torna-se, então, uma política de empoderamento (NIEDERLE; GRISA, 2008).

Outra discussão fundamental está desenvolvida nos trabalhos de Frank Ellis (1998, 1999, 2000). Ellis empreende um exame dos meios de vida através da lente da diversificação, como estratégia de sobrevivência das famílias rurais. O autor realiza uma análise dos meios de vida através dos cinco capitais que representam os ativos de meios de vida das famílias. Segundo Ellis, a precariedade do conjunto de ativos resulta numa condição de vulnerabilidade das famílias. Assim, a análise dos meios de vida que uma família realiza permite saber se ela possui recursos e capacidades para enfrentar situações adversas (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2016). De acordo com Perondi (2014), o trabalho de Ellis foca na capacidade das pessoas em diversificar seus meios de vida, capacidade esta que cria a diversidade em processos sociais e econômicos e pressiona e oportuniza a diversificação de renda das famílias e a própria economia local.

Conforme Ellis (2000) e Perondi e Schneider (2012), a abordagem dos meios de vida está fundamentada na abordagem seniana das capacidades. As capacidades (*capabilities*) dizem respeito às reais possibilidades que os indivíduos possuem, ou não, para viver uma vida digna, para realizar suas atividades de acordo com suas concepções e quereres (SEN, 2008). O conceito expressa a ideia de igualdade de oportunidades valorizando a liberdade de escolha das pessoas e, portanto, sua capacidade de agência. Essas oportunidades não envolvem apenas a disponibilidade de recursos, mas também o acesso das pessoas a esses recursos, e suas habilidades e talentos para usá-los (SEN, 2008).

Nesse sentido, o conceito de capacidades articula-se aos conceitos de funcionamentos (*functionings*) e intitulamentos (*entitlements*) (SEN, 1993; 2008). A noção de funcionamentos é primária na abordagem e representa as efetivações (SEN, 1993), ou seja, as atividades realizadas (como ver, comer ou trabalhar) e os estados de existência (como estar bem nutrido ou não estar submetido a constrangimentos) (SEN, 2008). Os intitulamentos, por sua vez, relacionam-se a "um conjunto de alternativas de realização que aumentam as capacitações das pessoas para alcançarem determinados fins" (FREITAS, 2015, p. 69). Representam os meios, os recursos – os capitais de Ellis (2000) – e o acesso aos recursos, que permitem, ou não, a realização das escolhas das pessoas. Assim como a pobreza para Amartya Sen resulta da privação das capacidades das pessoas, para Frank Ellis, o que importa é a capacidade de diversificação dos meios de vida das famílias e indivíduos (PERONDI, 2014).

Dessa forma, o estado da plataforma de ativos, de acessos e de capacidades são estudados a partir das orientações analíticas de Ellis (2000), Bebbington (1999) e Sen (2008), à compreensão de como os meios de vida das famílias estudadas são realizados.

O caminho metodológico

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que segundo Minayo:

> responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A pesquisa qualitativa privilegia o vivido pelos atores sociais e possui como seu objeto de excelência a ação interpretada, de forma simultânea, pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010). "O pesquisador busca o real em função de uma problemática relacional que se insere em um contexto determinado" e deve "estar atento às dimensões que possam se revelar pertinentes" (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 150). Nesse sentido, a abordagem qualitativa de pesquisa torna-se adequada e fundamental à compreensão das múltiplas relações que os agricultores familiares produtores de tabaco estabelecem na construção de suas estratégias de diversificação de meios de vida.

Quanto a sua finalidade e procedimento, o trabalho se enquadra como um estudo descritivo do tipo estudo de caso. Segundo Raupp e Beuren (2008, p. 81), a pesquisa descritiva

"preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los". Põe em questão os mecanismos e os atores (o "como" e o "o que" dos fenômenos) fornecendo informações contextuais importantes e precisão nos detalhes (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010). O estudo de caso, como procedimento de coleta de dados, busca representar e compreender a realidade da diversificação da agricultura familiar fumicultora na região de estudo. Representa a estratégia adequada quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o foco se concentra em fenômenos contextualizados da vida real (YIN, 2005). De acordo com Yin (2005, p.20), "utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados". Gil (1999) destaca que

> [...] o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 1999, p. 72-73).

A amostra de interesse deste estudo contempla famílias produtoras e ex-produtoras de tabaco que diversificam seus meios de vida no meio rural do município de Candelária. Foi constituída por uma amostragem do tipo não-probabilístico por tipicidade ou intencional. De acordo com Gil (1999, p. 104) esse tipo de amostragem "consiste em selecionar um subgrupo da população, que, com base nas informações disponíveis, pode ser considerado representativo de toda população". Segundo Minayo (1994, p. 43), uma pergunta importante na definição da amostragem é "quais indivíduos sociais tem uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado"? Contatos com informantes-chave (técnicos da EMATER local) foram fundamentais nesta etapa da pesquisa para identificação da população-alvo. Através destes interlocutores foi possível identificar 20 famílias de agricultores representativas do tema da pesquisa, porque, segundo Minayo (1994, p. 43), "a pesquisa qualitativa não se baseia em critérios numéricos para garantir sua representatividade". Do contato inicial com algumas destas famílias previamente identificadas, chegou-se, por indicação destas, a outros grupos familiares de interesse do estudo. Através de sua rede pessoal essas famílias indicaram novos contatos com particularidades interessantes, considerando que as famílias que compunham a amostra prévia apresentaram características muito similares. Esse tipo de composição amostral é conhecido como amostragem em bola de neve e faz uso de uma cadeia de referência em que pessoas conhecem outras com as características desejadas à pesquisa (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

As técnicas de coleta de dados foram constituídas de observação e aplicação de entrevista semiestruturada e estruturada (formulário). A observação consistiu em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos de interesse da investigação, obrigando a um contato mais próximo com o objeto de estudo, como estabelecido por Raupp e Beuren (2008). Nesse sentido, além das visitas as propriedades, frequentou-se, em quatro ocasiões, as feiras onde os produtores comercializam seus produtos, para conversar de maneira informal com produtores e consumidores, e observar sua forma de atuação. Assim, a categoria empregada neste estudo foi a observação simples ou assistemática, ou seja, aquela observação feita de forma espontânea e livre de como os fatos ocorrem (RAUPP; BEUREN, 2008).

A entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de coleta dos dados necessários para responder as questões de estudo. Como sugerido por Minayo (1994), esse tipo de entrevista ofereceu a vantagem de deixar perguntas secundárias serem realizadas aos entrevistados, propiciando uma maior aproximação real das respostas dadas com relação aquilo que foi pedido. Essas entrevistas foram aplicadas a partir de um roteiro de perguntas pré-determinadas de acordo com as categorias investigadas.

Foram utilizados dois roteiros de entrevistas. O primeiro (Apêndice A) foi aplicado a informantes-chave da região (agentes de desenvolvimento) para composição de um quadro geral do contexto da produção de tabaco e de processos de diversificação no município e região. O segundo (Apêndice B) foi aplicado aos fumicultores e ex-fumicultores que diversificam seus meios de vida, com a finalidade de compor o quadro de atividades, ativos e acessos do agregado familiar na composição de suas estratégias de diversificação; além de capturar as relações de gênero nesse processo. Assim, alguns questionamentos foram direcionados a família e outros especificamente às mulheres. A intenção inicial era de trabalhar apenas com famílias fumicultoras diversificadas, mas a partir das conversas com informantes-chave surgiu o interesse de abordar grupos familiares que já haviam deixado a produção de tabaco, algumas há bastante tempo, redirecionando-se a outros cultivos.

O primeiro contato com as famílias selecionadas foi feito pelo informante-chave. O segundo contato foi realizado pela pesquisadora via telefone, apresentando-se, apresentando o trabalho e marcando data e horário para as entrevistas. As entrevistas foram registradas com uso de gravador (com a devida autorização dos entrevistados) com duração média de duas horas. Foram realizadas entre os meses de março e setembro de 2017, algumas nas propriedades das famílias, outras na Feira Agroecológica por preferência dos entrevistados. As entrevistas foram transcritas posteriormente.

O formulário (Apêndice C), com questões objetivas, abertas e fechadas, foi utilizado para caracterizar a Unidade de Produção Familiar (UPF). O formulário é, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 212), "o contato face a face entre pesquisador e informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista".

Utilizou-se, ainda, o diário de anotações de campo para captar ideias e questões não mencionadas durante a entrevista e observações realizadas. Além disso, cabe ressaltar a importância da busca por fontes secundárias e conversas com diferentes informantes à compreensão da história de onde as pessoas estão para, de um modo geral, perceber o porquê das coisas serem do jeito que são e o porquê das pessoas fazerem o que fazem.

Todos os entrevistados concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando-se, assim, as especificações da ética em pesquisa. Nenhum nome, endereço ou foto que possa identificar os pesquisados é utilizado.

Convém chamar atenção à extrema gentileza e simpatia dos entrevistados para com a pesquisadora. Esperava-se encontrar um comportamento mais desconfiado e reservado por parte dos agricultores, até mesmo um certo ambiente hostil. Mas, salvo aquele primeiro momento de apresentação, que carrega em si uma pequena dose de constrangimento, as entrevistas mostraram-se agradáveis encontros, com muita conversa, muita história contada e boas risadas. Nenhuma família contatada negou-se a entrevista.

Encerrada a etapa de coleta dos dados partiu-se para a etapa de análise e interpretação dos dados. O tratamento dos dados deu-se através do método de análise de conteúdo. Segundo Raupp e Beuren (2008, p. 137), o método de análise de conteúdo "tem por objetivo estudar as comunicações entre os homens, com maior ênfase no conteúdo das mensagens". Neste trabalho foi utilizada a técnica de análise por categoria (por tema) que "consiste em isolar os temas de um texto coletado e extrair as partes utilizáveis e correlacionáveis ao problema da pesquisa, para permitir a comparação com outros textos escolhidos do mesmo modo" (RAUPP; BEUREN, 2008, p. 138). Segundo Franco (2005, p. 57) "a criação de categorias é o ponto crucial da análise de conteúdo". Como categorias de análise (Quadro 1) criadas *a priori*, tomou-se como referência os principais componentes do quadro dos meios de vida, considerados fundamentais à realização deste trabalho. Dessas categorias emergiram as principais questões de investigação que, por sua vez, procuraram responder aos objetivos da pesquisa.

Quadro 1- Categorias de análise

Categorias de análise		Questões que serão investigadas	Objetivos
Atividades		- identificar atividades desenvolvidas; identificar atividades prioritárias para geração de renda; finalidades; atividades para autoconsumo; aumento ou diminuição do espaço para autoconsumo no tempo; estimativa de renda obtida das atividades; - ideia inicial de diversificar; partiu de quem; por que; influência, motivação; - envolvimento em atividades não agrícolas; quais atividades; tempo de envolvimento;	Reconhecer as atividades de diversificação prioritárias das famílias de agricultores produtores de tabaco, ou seja, aquelas que têm contribuído à redução da dependência do cultivo de fumo.
Ativos (recursos acessados)	Capital físico	- existência e acesso a infraestruturas: estradas, energia, água, informação; transporte; - benfeitorias, máquinas e equipamentos;	Identificar e distinguir os principais recursos mobilizados pelos fumicultores na composição de suas estratégias de diversificação.
	Capital humano	- demografia, gênero, idade, escolaridade, posição no grupo doméstico; saúde; - habilidades, experiência, capacitação;	
	Capital natural	- quantidade e qualidade de terra e água.	
	Capital social	- participação em organizações formais e informais (associações, cooperativas e outros grupos); número, tipo e força do vínculo; - participação nas atividades da comunidade (eventos, festas etc.);	
	Capital financeiro	- crédito; empréstimos e poupanças; transferências sociais;	
Acesso (relações estabelecidas)	Família	- posição do indivíduo na hierarquia familiar; autoridade; tomada de decisão; negociação e conflito; controle da renda; - divisão do trabalho; transformação das atividades ao longo do tempo;	Identificar e examinar as principais relações, incluindo as de gênero, que fumicultores estabelecem nas esferas da família, comunidade, mercado e Estado, à consecução de suas estratégias de meios de vida diversificados;
	Comunidade	- troca de trabalho; de experiências; de máquinas e equipamentos; de informações e tecnologias; de comercialização; organizações; - costumes; relações de amizade, parentesco e reciprocidade; mutirões;	
	Mercados	- canais de comercialização (vendas institucionais, cadeias curtas ou vendas diretas, cadeias longas, vendas coletivas) - pontos formais de vendas (que exigem observância de padrões) regularidade de entrega (que exige escala e fluxo contínuo);	
	Estado	- programas e políticas públicas; legislação;	

Fonte: Elaboração da autora.

A unidade de análise determinada para este estudo foi a família rural[1]. Para Ellis (2000) o espaço doméstico da família (*household*) constitui a unidade social mais apropriada para

[1] A família rural é entendida como um grupo social, ligado ou não por laços de parentesco e consanguinidade, que compartilha um mesmo espaço - não necessariamente uma habitação comum - e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola (SCHNEIDER, 2003).

captar as estratégias de meios de vida que os agricultores familiares estabelecem para garantir sua reprodução social. Carneiro (1999) assinala que a escolha da unidade familiar (ao invés da unidade de produção) torna-se mais adequada porque permite identificar as relações de força entre os agentes sociais e a influência dos valores familiares sobre o comportamento dos indivíduos em suas práticas. "Tais valores conformam uma tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis" (CARNEIRO, 1999, p. 327). Essas relações de força e influência de valores familiares são fundamentais à compreensão das relações de gênero.

Como enfatizam Perondi e Schneider (2012, p. 129-130),

> é importante observar a unidade familiar como uma unidade multipropósitos, pois os seus membros são, na verdade, indivíduos dotados de identidade e os meios de vida da família dependem e envolvem um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade.

Assim, mesmo que a unidade de análise determinada seja a família, é importante considerar as estratégias individuais, porque a proeminência do indivíduo ou do grupo familiar é uma questão relacionada eminentemente ao fenômeno ou estratégia estudada (NIEDERLE; GRISA, 2008).

Além do estudo de caso, o procedimento de pesquisa articulou ainda a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira constituiu parte da pesquisa descritiva e se tornou obrigatória na medida em que abrangeu os principais referenciais tornados públicos em relação ao tema de estudo (RAUPP; BEUREN, 2008). A segunda foi necessária ao tratamento analítico de documentos oficiais (sobre a Convenção-Quadro e legislações pertinentes), registros, relatórios e tabelas estatísticas institucionais (EMATER, Secretaria da Agricultura, Sindicato etc.) relativas à área de estudo.

A pesquisa foi realizada no município de Candelária no Rio Grande do Sul, localizado na Região do Vale do Rio Pardo - região de maior produção de fumo do país - que articula a rede fumageira e abarca municípios substancialmente dependentes do cultivo. O município é o terceiro maior produtor de tabaco do Vale do Rio Pardo e 47,9% da sua população reside no meio rural (IBGE, 2010).

Plano da obra

A tese está organizada em quatro capítulos, além dessa Introdução e as Considerações Finais. O primeiro capítulo apresenta o encadeamento de questões que tem caracterizado e afetado o contexto da produção de tabaco no Brasil. A seção tem início com uma breve historiografia da produção de tabaco, desde sua introdução e desenvolvimento na região nordeste do Brasil até sua consolidação e importância na região sul do país. Apresenta, na sequência, o contexto atual da produção e exportação de tabaco e sua capacidade organizativa e de gestão que transformam a cadeia produtiva do tabaco num *case* de sucesso, não fosse por alguns problemas sociais que acarreta e pelo seu produto final. Nesse aspecto, a seção aborda a Convenção-Quadro e o controle do tabaco, além do tabagismo e das novas apostas no mercado de cigarros que tem posto o contexto do tabaco em perspectiva. Por fim, é apresentado o contexto de estudo que caracteriza o município de Candelária.

O segundo capítulo apresenta os principais recursos mobilizados pelos produtores familiares de tabaco na composição de estratégias de diversificação e examina as principais e múltiplas relações que os agricultores estabelecem nas distintas esferas da vida social – família, comunidade e sociedade civil, mercado, Estado – à consecução de meios de vida diversificados. O capítulo começa com a apresentação dos aspectos gerais da Abordagem dos Meios de Vida (*livelihood approach*) como estrutura analítica aos processos de diversificação. A segunda e terceira seção do capítulo apresentam os recursos (ativos) mobilizados pelos agricultores familiares à realização de suas atividades. Esses ativos são sistematizados num conjunto composto por cinco capitais – natural, físico, humano, financeiro e social – que são acessados pelas famílias estudadas. A quarta seção examina as formas de acesso das famílias aos recursos, que dependem, por sua vez, do acesso aos atores nos principais domínios da vida social. Acesso e ativos são entendidos como elementos centrais na composição dos meios de vida.

O terceiro capítulo analisa as principais estratégias de diversificação de meios de vida realizadas pelos agricultores familiares dedicados a fumicultura, identificando capacidades-chave que geraram estas oportunidades e/ou confrontaram condições sociais adversas. Para esse fim, apresenta-se na primeira seção, alguns aspectos teóricos sobre a diversificação associada a abordagem dos meios de vida. Na sequência, a segunda seção descreve e analisa as trajetórias de diversificação dos agricultores estudados. Por fim, a terceira seção explora as principais capacidades dos agricultores em processos de diversificação de seus meios de vida.

O quarto capítulo examina a participação das mulheres nas estratégias diversificadas de meios de vida. A primeira seção apresenta a noção de gênero associada à abordagem dos meios

de vida, demonstrando como o conceito tem sido desenvolvido nessa perspectiva. Na sequência, a segunda seção expõe a compreensão de gênero relacionada às atividades desenvolvidas pelas mulheres na agricultura familiar. A terceira seção apresenta a participação das mulheres na diversificação, como protagonistas ou participantes no processo. E por fim, a quarta seção discorre sobre a importância das atividades desenvolvidas pelas mulheres, para além da sua relevância econômica.

1 PANO DE FUNDO: O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TABACO

O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.
(RAFFESTIN, 1993, p. 143-144)

A produção de tabaco no Brasil é de importância histórica, cultural e socioeconômica. No sul do país representa a base da reprodução social de um significativo número de agricultores familiares de pequenas propriedades com área média de 14,2 hectares. O pilar central de toda cadeia produtiva do fumo é o sistema de integração – que completa cem anos - que estabelece entre produtor e empresa fumageira uma agricultura por contrato. O Sistema Integrado da Produção de Tabaco (SIPT) mantém dessa forma um razoável planejamento e coordenação da produção pela indústria, com compra do produto garantida (do tipo e da quantidade definida por contrato e com preço mínimo acordado), promessa de assistência técnica, garantia de insumos, financiamentos, tecnologias e transporte. Nessas bases, a fumicultura evoluiu e se consolidou ao longo do tempo, fortalecendo e naturalizando a ideia de que a melhor e mesmo única alternativa de produção à pequena propriedade é o tabaco.

O êxito da atividade tabaqueira do sul do Brasil se reflete na sua condição de líder no mercado internacional desde 1993. É resultado de bem mais que cem anos de produção controlada. Começa já no período do Brasil colonial, direcionada à exportação e sujeita a orientações diversas, mas também sempre atrelada a outros cultivos de subsistência, pelo menos até a primeira metade do século XX. A integração se aprofundou a partir das décadas de 1960/70, no segundo ciclo dos fumos claros, quando dentro do contexto de industrialização do país ocorre um rápido e vigoroso ingresso de empresas transnacionais, num cenário internacional propício à busca da produção em países emergentes a ao incentivo nacional via fatores tributários e creditícios. A especialização da produção ganhou contornos mais racionais em que os agricultores fizeram a opção pelo mercado rentável.

Por outro aspecto, a produção de tabaco, na sua etapa agrícola, é própria de pequenas áreas em razão do uso intensivo de mão de obra, tornando a produção de escala em grandes áreas inviável. O cultivo se ocupa de mão de obra praticamente o ano inteiro. Nos meses de julho e agosto as sementeiras são implantadas (em canteiros no solo ou por sistema *floating*). O preparo das lavouras é realizado nos meses de agosto e setembro e o transplante é feito de agosto a outubro. De setembro a novembro realizam-se os tratos culturais (manuais) e a maior concentração do trabalho se dá nos meses de janeiro a abril, nas etapas de colheita, secagem e classificação. Nos meses de maio a junho os agricultores preparam a lenha (que em parte ou no

todo é produzida na propriedade) e realizam roçadas. Essas atividades são realizadas, geralmente, com utilização de máquinas e equipamentos ou com tração animal e serviço braçal. Assim, embora haja um processo de mudanças nos processos tecnológicos da produção, a cultura do fumo funciona ainda em base bastante artesanal, podendo ser realizada com uma estrutura de equipamentos relativamente simples e tradicionais. A atividade fumageira na região Sul do Brasil encontrou, portanto, as condições propícias para sua expansão e consolidação que passa diretamente pela inserção da agricultura familiar.

Entretanto, no decorrer do tempo, a fumicultura tornou-se uma atividade controversa, associada ao trabalho infantil e de idosos, a degradação ambiental e social, a problemas de saúde dos produtores e, mais recentemente, reprovada pelos malefícios de seu produto final. Desde então, toda estrutura e funcionamento da cadeia do tabaco passa a perceber de maneira indistinta sua sustentabilidade.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar o encadeamento de questões que tem caracterizado e afetado o contexto da produção de tabaco no Brasil. A seção tem início com uma breve historiografia da produção de tabaco, desde sua introdução e desenvolvimento na região nordeste do Brasil até sua consolidação e importância na região sul do país. Apresenta, na sequência, o contexto atual da produção e exportação de tabaco e sua capacidade organizativa e de gestão que transformam a cadeia produtiva do tabaco num *case* de sucesso, não fosse por algumas disfunções sociais e pelo seu produto final. Nesse aspecto, a seção aborda a Convenção-Quadro e o controle do tabaco, além do tabagismo e das novas apostas no mercado de cigarros que tem posto o contexto do tabaco em perspectiva. A última seção apresenta e caracteriza o contexto de estudo.

1.1 O CONTEXTO PASSADO: BREVE HISTÓRICO DA FUMICULTURA NO BRASIL

O tabaco (*Nicotiana tabacum*) começou a ser usado e cultivado há pelo menos quatro mil anos pelos povos Maias nas Américas central e do norte. Segundo Nardi (1996), teria surgido nos Andes bolivianos e se difundido entre outros povos indígenas da América, sendo usado, sobretudo, em rituais místicos. Quando da chegada dos descobridores e missionários às Américas o tabaco foi levado à Europa e seu uso espalhou-se rapidamente pelo mundo.

Também de forma rápida, o tabaco transformou-se em mercadoria cara e escassa. As taxas e tributações para importação e consumo eram elevadas. O cultivo e o consumo eram

severamente controlados e o tabaco somente poderia ser vendido mediante licença especial[2]. O consumo de tabaco tornou-se vício generalizado na Europa no século XVII mesmo reprimido pelos governos e religiões, o que resultou no aumento progressivo da produção americana (VOGT, 1997). De acordo com Biolchi (2005, p. 7):

> A colônia inglesa da Virgínia, na América do Norte, possuía solo e clima ideais para a cultura e foi lá que se iniciou o cultivo comercial do tabaco. A produção comercial cresceu rapidamente, passando de uma tonelada, em 1610, para 680 toneladas em 1628 e 46 mil toneladas em 1775, no início da Guerra da Independência Americana.

No Brasil a produção de tabaco comercial predominou na região Nordeste (principalmente na Bahia e no Pernambuco) desde o século XVII sob o monopólio português. Representava o segundo produto de maior importância, ficando atrás apenas do açúcar, e era comercializado em três frentes: os fumos de melhor qualidade (cerca de 60% da produção) eram exportados para Lisboa, de onde eram reexportados para toda a Europa; outra parte servia como moeda de troca na compra de escravos (fumos de qualidade inferior ditos de terceira categoria); e o restante atendia o consumo interno. Chegou a representar 15% das receitas da Coroa (NARDI, 1996). Vogt (1997) destaca que o tabaco rompeu com a exclusividade do pacto colonial porque expressivos 30% da produção eram comercializados diretamente pelos comerciantes baianos com a costa africana (Costa da Mina). Essa negociação era permitida pelo governo português porque propiciou o abastecimento de mão de obra escrava para o Brasil, indispensável às grandes lavouras de cana e algodão. Assim, além de significativa fonte de renda para o governo português, o tabaco foi peça importante na reprodução da sociedade escravista (LOPES, 2005).

A história do tabaco no período colonial foi dividida por Nardi (1996, p. 335-343) em seis fases: a) Uma fase preliminar (1571-1674), na qual se estabeleceu uma estrutura básica da produção e foram formados os Campos da Cachoeira[3] e o mercado do tabaco; b) Uma fase de perturbações (1675-1698), com muitas oscilações nas exportações e queda nos preços devido o monopólio do Estado no comércio do tabaco; a exportação variava entre 80 mil e 125 mil arrobas e o tabaco brasileiro competia com o da Virgínia com progressivo crescimento na produção; c) Uma fase de expansão e estagnação relativa (1699-1727), onde as exportações de

---

[2] "O controle estatal da indústria só muito recentemente foi liberalizado em vários países da Europa, no Leste Europeu e ainda é fortemente controlado na China" (BIOLCHI, 2005, p. 8).

[3] Região do Recôncavo baiano, berço da produção de tabaco, e que abrangia, no período colonial, diversas freguesias (em ordem decrescente de produção no último quarto do século XVIII): São José de Itapororocas, São Gonçalo do Campo, Nossa Senhora da Cachoeira, São Pedro de Muritiba, Outeiro Redondo e Santo Estevão de Jacuípe (NARDI, 1996).

tabaco cresceram em consequência do comércio com a Costa da Mina (pela dependência da mão de obra escrava); as exportações (fiscalizadas pela Superintendência do Tabaco) variavam entre 170 mil e 190 mil arrobas; d) Uma fase de estagnação prolongada (1728-1774), onde as exportações estiveram estagnadas em razão da baixa qualidade do tabaco e da conjuntura internacional (crescimento da produção de tabaco nas colônias anglo-americanas), as exportações variavam em torno de 260 mil arrobas, sendo 170 mil direcionadas a Portugal e 90 mil à Costa da Mina; e) Uma fase de arrancada (1775-1807), com o crescimento ocasionado pela falta de fumo na Virgínia e pela autorização para expansão do tabaco de terceira qualidade na metrópole; entre 1781 e 1785 foram exportadas 444.289 arrobas; f) e uma última fase (1808-1830), de crescimento abrupto das exportações em torno de 674.165 arrobas; o comércio com a metrópole foi restringido em 1822 a 90 mil arrobas e compensado com o comércio com a Costa da Mina em 320.250 arrobas.

A produção de tabaco dava-se, predominantemente, em pequenas unidades familiares (menos de dois hectares em média), realizada em combinação com mão de obra escrava, orientada à exportação[4] (NARDI, 1996; LOPES, 2004, 2005).

> Mesmo nas unidades escravistas, a mão-de-obra empregada não se reduzia aos escravos, uma vez que incluía o proprietário e sua família, totalizando, em média, 12 pessoas envolvidas no processo de produção do tabaco. Os escravos eram utilizados principalmente nas tarefas especializadas, os chamados "negros mestres", o que significa dizer que, via de regra, não se pagavam salários nestas unidades. Entre as tarefas especializadas, apenas duas eram realizadas simultaneamente, "torcer" ou "enrolar" as cordas de tabaco e colocá-las em hastes de madeira. Da mesma forma, apenas as etapas de "juntar" e "passar" as cordas exigiam mais de um adulto experimentado: dois ou três para enrolar as cordas de tabaco e quatro para juntá-las numa haste. Pode-se concluir, assim, que o mínimo de quatro escravos era necessário para o funcionamento de uma fazenda de tabaco, mas não muito mais que isso, pois as demais tarefas poderiam ser executadas pelos familiares, adultos e/ou crianças ou poderiam ser repassadas a um proprietário mais abastado (LOPES, 2004, p. 207).

Essas características representaram uma singularidade produtiva dentro da estrutura econômica de então[5] – a produção de pequena escala orientada à exportação e o uso de mão de obra cativa fora dos limites da *plantation*. Barickman (2003, p. 315) vai adiante e destaca que

---

[4]Schwartz (1990) rejeita a ideia de que a produção de tabaco tenha se baseado na pequena propriedade. Baseia-se especialmente no número de escravos envolvidos na produção em "una proporción más baja que la de las zonas azucareras, por supuesto, pero suficientemente grande como para disipar cualquier ilusión de que el cultivo del tabaco estuvo basado em una agricultura de pequeños propietarios" (SCHWARTZ, 1990, p. 28). Prado Júnior (1963, p. 149) assinala que "ao lado dos grandes produtores que fabricam até 200 rolos, outros há que não vão além da modesta contribuição de 20". O autor vai mais além e estabelece que apesar da oportunidade que a produção de tabaco representa para o agricultor modesto, ela em nada difere da configuração predominante da *plantation*.

[5] Caracterizada pela associação da grande propriedade, monocultura e mão de obra escrava.

o fumo no Recôncavo baiano representou uma anomalia na história do agro colonial brasileiro porque "em nenhuma outra lavoura de exportação importante os escravos nascidos no Brasil representaram a maior parte da força de trabalho" e em quase nenhuma outra área "os lavradores praticavam uma forma de *mixed husbandry* (agricultura associada integralmente à criação de gado), adubando regularmente seus campos, ou alternavam, de modo sistemático, as culturas".

A fertilização da terra por adubo animal era uma prática considerada excepcional na agricultura colonial, pois os agricultores, de modo geral, tinham pouca preocupação com a fertilidade do solo e realizavam rotações de terras e não de culturas (BARICKMAN, 2003; LAPA, 1968; PRADO JÚNIOR, 1963). O fumo era alternado com culturas de milho, feijão e mandioca que representavam, também, estratégias de diversificação para a garantia da autossuficiência doméstica. Ao mesmo tempo em que enriquecia a dieta das famílias e dos escravos também gerava excedentes para venda nos mercados locais, principalmente a farinha obtida da mandioca (BARICKMAN, 2003).

Essa especificidade explica como os lavradores escravistas de fumo sobreviveram as prolongadas retrações das exportações de tabaco, exatamente porque colhiam em suas propriedades mandioca suficiente para sustentar suas famílias e seus escravos. Segundo Barickman (2003, p. 314), "até hoje os lavradores dos distritos fumageiros do Recôncavo reconhecem a estreita relação entre o tabaco e a mandioca. 'O lucro do fumo', afirmam, 'está na mandioca'".

Na primeira metade do século XIX, a produção de tabaco se expandiu para Minas Gerais, Goiás e São Paulo e, por último, para os estados do sul. O fumo baiano era reservado ao comércio externo e ao abastecimento da fábrica de tabaco em pó no Rio de Janeiro (primeira indústria oficial do Brasil colonial)[6] (NARDI, 2001). Segundo Nardi (2001), até 1820 a Bahia produzia somente fumo em corda, não prestando à fabricação de charutos. Foi quando a cultura fumageira conheceu sua primeira revolução – a produção de fumo em folha cresce vertiginosamente alcançando 80% da produção, contra os 5% produzidos em 1820. A produção era quase toda exportada, especialmente para a Alemanha (que teve papel importante nesta mudança), e o restante usado na fabricação de charutos. Outras províncias passaram a produzir fumo em corda, com exceção do Rio Grande do Sul que se dedicou à produção de fumo em folha a partir de 1850. Foi no Rio Grande do Sul, nas primeiras duas décadas do século XX,

[6] Quando a criação de manufatura foi autorizada no Brasil em 1808, logo apareceram as primeiras fábricas de rapé no Rio de Janeiro e em Salvador (em 1816), que foram os grandes centros de produção. Por volta de 1860 havia no Brasil 11 fábricas de rapé no Rio e na Bahia. As fábricas de charuto ficaram concentradas no Recôncavo baiano (NARDI, 2001).

que ocorreu a segunda revolução fumageira com a introdução e desenvolvimento de fumos claros para produção de cigarros (NARDI, 2001).

A produção brasileira de tabaco divide-se, então, em duas frentes – enquanto a região nordeste (especialmente o Recôncavo baiano) conservava sua tradição na produção de fumos escuros para charuto, a região sul do Brasil especializava-se nos fumos claros para produção de cigarros. Com a expansão da indústria fumageira, a produção no sul do país começou a se consolidar. A Bahia, berço da produção de tabaco no país, manteve-se na liderança produtiva até meados da década de 1950.

1.1.1 A fumicultura colonial no sul do Brasil

O fumo, no Rio Grande do Sul, começou a ser cultivado por grupos guaranis há cerca de dois mil anos. Viviam da caça, da pesca, da coleta e da agricultura itinerante e foram responsáveis pela difusão espacial de culturas tropicais como as do feijão, do milho, do amendoim, da mandioca, da abóbora e do algodão (SILVEIRA, 2008).

O tabaco foi das primeiras culturas agrícolas com finalidade comercial a se desenvolver em território rio-grandense. As primeiras experiências foram realizadas no vale do Taquari e na Feitoria Real do Linho-Cânhamo (posteriormente São Leopoldo) entre 1803 e 1809. Nesse período foi tentada a adaptação do fumo de Virgínia e, em 1804 e 1805, foram feitas as primeiras exportações do fumo em folha para a Europa (PESAVENTO, 1983). No entanto, a produção e comercialização do fumo intensificou-se a partir de 1824, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães a Província de São Pedro.

O fumo foi cultivado desde cedo pelos imigrantes na colônia, segundo Roche (1969), desde sua primeira fase entre 1824 e 1840[7]. Até a colonização, o território gaúcho era o Pampa e a estância o elemento característico da paisagem. O latifúndio e a pecuária extensiva orientada à exportação determinavam as relações sociais, econômicas e políticas. A relativa autarquia das estâncias não favoreceu o surgimento de um mercado agrícola interno e nem a diversificação da estrutura produtiva (ROCHE, 1969).

Na sua primeira fase, a agricultura colonial se dava em termos do autoconsumo onde os colonos produziam milho, batata-doce, batata-inglesa, abóbora, mandioca, feijão, arroz, trigo,

[7] Os primeiros lotes coloniais foram distribuídos gratuitamente pelo governo provincial e dispunham de áreas de cerca de 77 hectares. A partir de 1851, através de lei provincial, os lotes, então de 48,4 hectares, não poderiam mais ser doados pelo governo, mas vendidos e pagos pelos colonos com prazo de carência de cinco anos. Recebiam ainda, junto com o lote, indenização de viagem, insumos e instrumentos, além de subsídios para os primeiros tempos e que também deveriam ser devolvidos (VOGT, 1997).

centeio e fumo, caracterizando o policultivo. Mesclavam-se culturas europeias com culturas locais orientadas pelo governo provincial através da distribuição de sementes[8]. A distribuição de sementes teve por objetivo garantir aos colonos as condições mínimas para produção de sua subsistência e assim aliviar os cofres provinciais do ônus das subvenções, bem como estimular cultivos de boa aceitação no mercado criando condições ao colono de saldar suas dívidas com o governo e assegurar as condições de viabilidade à reprodução de suas famílias (VOGT, 1997).

Em 1832 já existiam pequenas fábricas artesanais domésticas de fumo para produção de charutos e cigarros enrolados em palha de espiga de milho em São Leopoldo e Porto Alegre, para atender as necessidades dos próprios núcleos coloniais (PESAVENTO, 1983). As atividades artesanais praticamente inexistiram nos primeiros anos nas colônias porque a utilização da mão de obra do grupo familiar era intensiva na atividade agrícola, e além disso, existia a proibição da utilização de trabalho escravo pelos colonos nos dispositivos do pacto colonial (VOGT, 1997).

No decorrer da segunda fase da agricultura colonial (1840-1870), uma parte do fumo produzido nas colônias passou a ser exportada. A expansão do cultivo propiciava um excedente comercializável multiplicando as unidades artesanais de beneficiamento e fabricação de charutos e cigarros. “A cultura expandiu-se ao longo dos anos pelos vales do Taquari e Caí, mas foi centralizar-se na colônia de Santa Cruz, fundada em 1849” (PESAVENTO, 1983, p. 194). Já no ano de 1853 a colônia exporta, através de Rio Pardo, 245 sacos de feijão e 160 arrobas de fumo em rama (CUNHA, 1991). Novas relações de produção passaram a ser estimuladas nas zonas de colonização.

> Após a fase inicial de instalação dos núcleos coloniais na região e da promoção de uma economia de subsistência das unidades familiares de produção, começa a se configurar a partir de 1860 um novo momento no processo de organização do território. Trata-se da transição para um novo estágio da economia colonial, aquele da produção simples de mercadorias, tanto agrícolas quanto artesanais, para o mercado, quando essa parcela do território passou a ser usada e organizada, cada vez mais, de acordo com uma lógica e seguindo uma dinâmica própria à economia mercantil (SILVEIRA, 2010, p. 63).

Havia, logo após a implantação da colônia, certa indefinição quanto a orientação do esforço produtivo dos colonos por parte da administração colonial que logo mais passou a

[8] No início da cultura em Santa Cruz os colonos cultivaram o tipo "Havana", com sementes provenientes de Cuba. Plantaram ainda nos primeiros anos os tipos "Chileno" e "Gigante" (que os colonos chamavam de "Língua-de-Vaca", pelas longas folhas que atingiam 1,20 metros de comprimento) e outras variedades locais chamadas de "crioulo". O cultivo de fumos claros deu-se por volta de 1870 através da importação de sementes do tipo "Chinês" que posteriormente deu origem ao "Amarelinho" (VOGT, 1997).

utilizar-se de variados meios para estimular a produção de fumo (CUNHA, 1991). Um desses meios tratava da distribuição de livretos com aconselhamentos e informações técnicas redigidos em português e alemão para atender a preocupação do governo quanto a seleção das sementes e a separação das folhas por qualidade (ROCHE, 1969). Desta forma, "circulava entre os principais produtores obras como o Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco publicado no Rio de Janeiro em 1865, pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional" (CUNHA, 1991, p. 163). A crescente produção e exportação de fumo em Santa Cruz era estimulada ainda pela cobrança da dívida colonial, pelo melhoramento das vias de transporte e comunicação e pelo consequente estímulo ao desenvolvimento do comércio.

Essa intervenção no processo produtivo local, promovida pela administração colonial, aparece de forma manifesta na seguinte passagem do Relatório da Colonização de 1870:

> [...] contribua mais para o bom resultado de um estabelecimento agrícola a perseverança com que os seus moradores estudão as condições que aconselhão de preferencia a cultura de uma ou outra planta, e que, reconhecida esta concentram n'ella as suas forças. O fumo de Santa Cruz fornece a prova, como o forneceu o café e a cana para o norte; porem, infelizmente continuão os moradores de quazi todas as outras colonias na velha rotina de estragar as suas diminutas forças na plantação de todas as qualidades de productos agrícolas (CUNHA, 1991, p. 164).

Aparece registrado o interesse do governo no cultivo do produto, com vistas não somente ao consumo interno, mas também à exportação. Praticamente todos os colonos produziram nesse período alguma quantidade de fumo. Em 1881, Santa Cruz já tinha sua atividade agrícola especializada, atingindo neste ano a produção de 1.650 toneladas[9] e ao lado da produção artesanal doméstica surgiram pequenas manufaturas de prensa do fumo (PESAVENTO, 1983).

Segundo Vogt (1997), a razão de Santa Cruz ter se especializado na produção do fumo talvez possa ser atribuída a uma necessidade histórica:

> Isto é, o fato de cultivar exatamente os mesmos produtos que as demais colônias situadas nos arredores de Porto Alegre - como no caso de São Leopoldo ou, quando mais distantes as colônias, próximas de rios absolutamente navegáveis como o Sinos, Caí ou o Taquari - fazia com que aquela não pudesse competir comercialmente com estas. E isto era devido aos menores custos monetários por elas agregados ao valor das mercadorias no escoamento da produção para o grande centro consumidor de então. Situada mais distante da capital e não servida por rio navegável, Santa Cruz, para superar a concorrência, especializou-se na obtenção de um produto cujo transporte era relativamente facilitado, pela forma em que era acondicionado, e cujo

[9] Exportadas, especialmente, para a Alemanha que "destacava-se como um importante comprador do fumo em folha do Rio Grande do Sul" (PESAVENTO, 1983, p. 195). A exportação se dava através de casas comerciais localizadas nos centros produtores, como Santa Cruz, ou em Porto Alegre, principal centro escoador dos produtos de origem colonial. Essas casas operavam com alta lucratividade e dominavam o mercado (PESAVENTO, 1983).

> rendimento monetário, proporcionalmente ao volume, era superior, se comparado com o milho, o feijão, a batata, a banha, etc. e cuja matéria-prima impôs-se no mercado exatamente pela sua qualidade. A qualidade do fumo originava-se não só da especialização dos colonos, mas também, e sobretudo, devido à ação dos comerciantes. Estes, além de beneficiarem adequadamente o produto, também passaram a orientar os colonos sobre quais variedades plantar, como colher enfim, passaram a funcionar como uma espécie de técnicos agrícolas (VOGT, 1997, p 79).

Além da ampliação da produção e da exportação do fumo ocorre a expansão espacial da cultura na região e a transformação da paisagem das propriedades coloniais.

> A cultura do fumo desenvolveu-se em Santa Cruz, de onde, pouco a pouco, se estendeu para a periferia, para colônias mais recentes, como Candelária, fundada em 1863, Sobradinho, instalada em 1901, e numa parte do município de Cachoeira (distrito de Agudo). Foi ela que transformou as linhas de edificações das chácaras isoladas e das povoações: ao lado de cada casa eleva-se o barracão de fumo, secadouro de largas aberturas, cuja ventilação é regulada por lâminas de madeira que se podem orientar. Ocupa as melhores terras e a maior parte da área cultivada (ROCHE, 1969, p. 184-185).

Da década de 1880 até a primeira década do século XX, estendendo-se até a Primeira Guerra Mundial, o fumo manteve-se numa posição relativamente estável no conjunto da economia gaúcha, desenvolvida predominantemente na zona de colonização alemã com a tendência à especialização de determinadas localidades, caso de Santa Cruz e Candelária (PESAVENTO, 1983). Entre 1881 e 1905 foram criadas dezoito manufaturas no setor do fumo, a maioria localizada em Porto Alegre, além do predomínio de numerosos estabelecimentos menores (que não atingiam a escala manufatureira) localizados no interior da zona colonial, na região produtora de fumo e também nos maiores centros urbanos da época. Estatísticas oficiais davam conta da existência de 1.747 fábricas em funcionamento no estado em 1914, sendo que, deste total 1.498 eram pequenos estabelecimentos. Junto às manufaturas, produziam charutos, cigarros, fumo desfiado, picado ou migado, rapé, mortalhas de papel e palha; parte consumida no estado e parte exportada para o restante do país e para a Europa (PESAVENTO, 1983).

Em 1916, existiam oito estabelecimentos de tabaco preparado em Santa Cruz do Sul (VOGT, 1997), contudo, a empresa mais significativa no setor de beneficiamento do fumo implantada no Brasil foi a *British American Tobacco* (BAT). Em 1914 a BAT ingressou no mercado brasileiro através da aquisição da fábrica de cigarros Souza Cruz, do Rio de Janeiro (PESAVENTO, 1983). Em 1918, a empresa instalou-se em Santa Cruz, com o nome de *Brazilian Tobacco Corporation*, já com a preocupação de incentivar os pequenos proprietários rurais a cultivar o fumo dentro de técnicas para garantir qualidade e quantidade da produção. “Instrutores e inspetores faziam visitas periódicas aos colonos, ‘esclarecendo-os sobre as

melhores formas de tratar o cultivo, desde o combate às pragas até a colheita e aos cuidados especiais para o preparo final do produto'" (PESAVENTO, 1983, p. 206). Desenvolveu-se, a partir de então, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) que segue até hoje como principal pilar da produção de tabaco no Brasil.

Essas mudanças estabeleceram uma grande disparidade entre a Souza Cruz e as indústrias locais, principalmente com relação à adoção de novas técnicas, sob risco de eliminação do mercado.

> O capital estrangeiro, no caso, apresentava-se como agente renovador da estrutura econômica montada, introduzindo a nova técnica da secagem em fornos que substituiu o processo anteriormente usado de fermentação por superposição das folhas de fumo, ao ar livre ou em galpões. Além disso, a companhia estrangeira introduziu novas variedades de fumo Virgínia, especiais para a fabricação de cigarros, que eram secados em estufas ou fornos (PESAVENTO, 1983, p. 208).

Essas mudanças na matriz tecnológica aliadas à generalização do tabagismo pelas duas grandes guerras mundiais, além da constituição de empresas de maior envergadura, resultado de fusões e aquisições de pequenas agroindústrias, impulsiona o aumento da produção de fumo. Entre os anos de 1919 e 1928 "a produção agrícola do fumo valorizou-se na ordem de 591,8%, a tonelagem em 98,0% e a área cultivada em 56,2%" (PESAVENTO, 1983, p. 209).

A partir de então, a cadeia produtiva do tabaco no Sul do Brasil tem sido definida pela concentração industrial no setor. Fusões, aquisições e incorporações engendraram a formação de uma estrutura oligopolizada da produção fumageira, operada por um número reduzido de grandes empresas, sobretudo, hoje, de capital transnacional, onde as decisões econômicas partem de cidades globais, como Londres e Nova Iorque (HILSINGER, 2016). Municípios como Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires concentram o maior número de agroindústrias e constituem o maior complexo de processamento de tabaco do mundo.

A criação de organizações de classe da indústria do tabaco (SINDITABACO, criado em 1942) e dos fumicultores (AFUBRA, criada em 1955), além de uma série de outros sujeitos indiretamente envolvidos na cadeia produtiva, tem contribuído à uniformização das práticas, ao planejamento e controle do cultivo, beneficiamento e comércio. Esses atributos caracterizam uma estrutura institucional vigorosa que expressa bem seu poder organizacional e de gestão do setor fumageiro fazendo do Brasil grande produtor e exportador de tabaco no mundo.

1.2 O CONTEXTO PRESENTE: CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AGRICULTURA DO TABACO

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco e líder em exportações desde 1993. A Região Sul do Brasil responde por 97% da produção brasileira, sendo o estado do Rio Grande do Sul responsável por 49% do tabaco produzido no país (ANUÁRIO, 2017). Além da Região Sul, o tabaco também é produzido na Região Nordeste, em quantidade menos expressiva, mas especializada, e cada vez mais qualificada, na produção de tabacos escuros para fabricação de charutos e fumo de corda[10]. Esse fumo, também chamado de Brasil-Bahia, é bem conceituado na produção de charutos e integra o *blend* dos melhores charutos produzidos no mundo. De modo geral, o mundo tem reduzido o volume da produção de tabaco (Quadro 4).

Quadro 2 - Produção mundial de fumo, em toneladas (2012-2017).

Países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
China	3.158.737	3.127.871	3.150.179	2.997.050	2.250.000	2.373.000	2.100.000
Variação (%)	5,08%	-0,97%	0,71%	-4,86%	-24,92%	5,46%	-11,50%
Brasil	951.933	810.550	850.673	862.386	712.610	538.683	719.392
Variação (%)	21,89%	-14,85%	4,95%	1,37%	-17,36%	-24,40%	33,54%
EUA	272.622	345.837	345.837	397.535	332.940	365.000	280.900
Variação (%)	-16,39%	26,85%	0%	14,94%	-16,24%	9,62%	-23,04%
Índia	640.820	820.000	830.000	720.725	688.000	298.230	251.000
Variação (%)	-15,17%	27,96%	1,21%	-13,16%	-4,54%	-56,65%	-15,83%
Zimbábue	115.570	115.000	150.000	76.618	198.000	202.000	187.000
Variação (%)	5,31%	-0,49%	30,43%	-48,92%	158,42%	2,02%	-7,42%
Subtotal	5.139.682	5.219.258	5.326.689	5.054.314	4.181.550	3.776.913	3.538.292
Variação (%)	3,24%	1,54%	2,05%	-5,11%	-17,26%	-9,67%	-6,31%
Outros	2.059.436	2.029.060	2.108.379	2.122.336	1.945.555	1.951697	1.238.744
Variação (%)	-3,57%	-1,47%	3,90%	0,66%	-8,32%	0,31%	-36,52%
Total	**7.199.118**	**7.248.318**	**7.435.068**	**7.176.650**	**6.127.105**	**5.728.610**	**4.777.036**
Variação (%)	1,19%	0,68%	2,57%	-3,47%	-14,62%	-6,50%	-16,61%

Fonte: Dados do Anuário Brasileiro do Tabaco (2017); Seab/Deral (2017).

[10] Em dezembro de 2016, o Sindicato da Indústria do Tabaco da Bahia (Sinditabaco-BA), em busca do Registro de Identificação Geográfica (IG) e Denominação de Origem (DO), assinou o Termo de Delimitação Geográfica Brasil-Bahia. Ficou reconhecido, assim, o Recôncavo como local com características exclusivas para produção de tabaco destinado à fabricação de charutos de qualidade, sabor, aroma e coloração diferenciados. Uma das estratégias atuais do setor é desenvolver o turismo associado às indústrias de charutos e obter o selo de indicação geográfica. Desde 2015 algumas empresas do Sul do Brasil desenvolvem experimentos em cultivos de larga escala – mecanizados – naquele Estado (ANUÁRIO, 2017, p. 19).

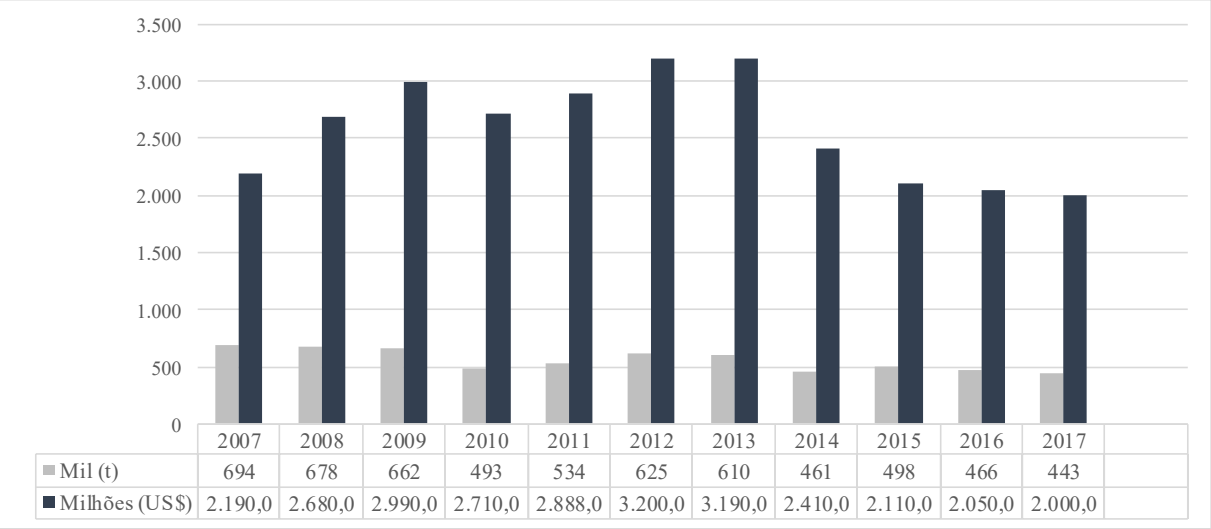
A safra global, em 2017, chegou a 4,77 milhões de toneladas, diante das 5,73 milhões de toneladas do ano anterior. A China foi responsável por cerca de 11,5% da redução total no ano, baixando de 2,37 milhões para 2,1 milhões de toneladas colhidas, seguida por Estados Unidos (85 mil toneladas), Índia (47 mil toneladas) e Zimbábue (15 mil toneladas), apenas entre os grandes produtores. Somente a produção brasileira apresentou variação positiva no período (33,54%), depois de dois anos consecutivos de queda na produção.

As explicações gerais para as oscilações nas safras são dadas por eventos políticos e econômicos, como a adoção de barreiras fiscais, subsídios e mudanças na política cambial pelos governos dos países exportadores e importadores e, principalmente, por eventos político-culturais, como a ampliação da campanha mundial de combate ao tabagismo (SILVEIRA, 2009); também pelo clima mais ou menos favorável e intempéries em países importantes na produção, e em boas temporadas anteriores, que resultam na necessidade de ajuste e correção do mercado. A manutenção e o aumento da produção brasileira estão diretamente relacionados às mudanças ocorridas no mercado externo, principalmente em virtude da redução da produção em alguns países.

O Brasil, além de grande produtor, é o principal exportador de tabaco em folha no mundo. O mercado mundial de tabaco tem sido favorável ao Brasil, sobretudo, pela qualidade do produto brasileiro, sendo reconhecido como os "fumos mais limpos do mundo" (MAPA, 2006, p. 187). Também tem sido favorável à competitividade da produção brasileira no mercado externo, o baixo preço pago aos produtores de tabaco pelas indústrias fumageiras. "No Brasil, o preço recebido pelo produtor é 4,5 vezes menor que nos Estados Unidos, 7,5 vezes menor que na Europa e 13,5 vezes menor que no Japão, conforme dados divulgados pelo SINDIFUMO-SP" (DESER, 2007, p.24).

Entretanto, o panorama de exportações para o tabaco em folha brasileiro apresentou variação positiva em apenas três períodos (2011, 2012 e 2015) nos últimos onze anos, e desde 2013 a quantidade e o valor das exportações vem declinando (Figura 3).

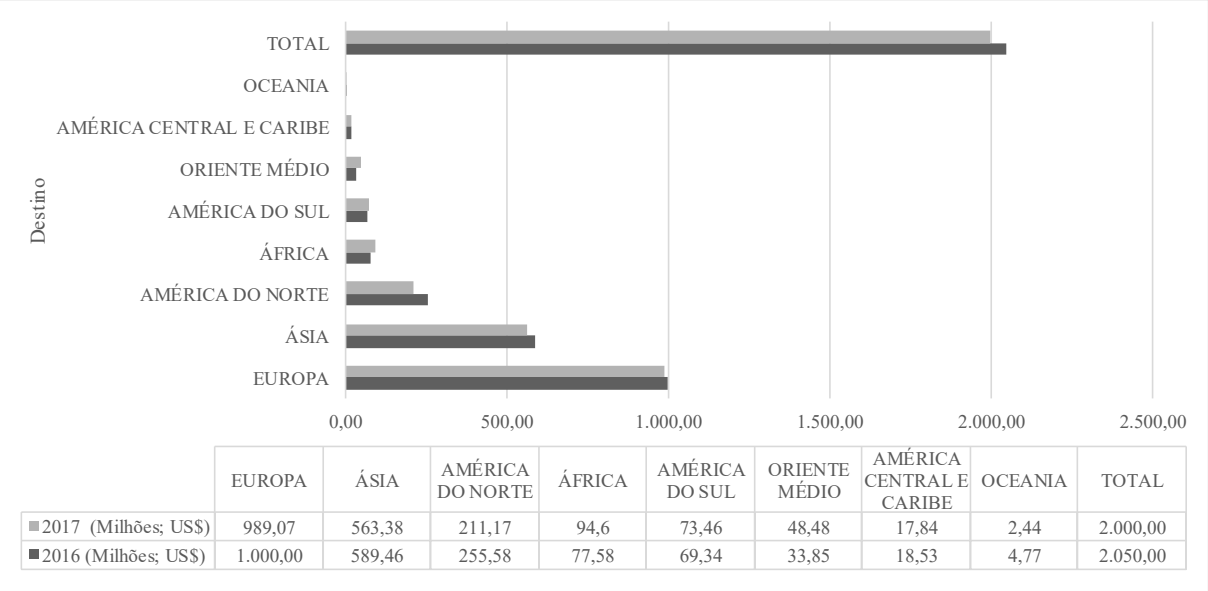
Figura 1 - Exportação do tabaco em folha brasileiro. Quantidade e valor exportado (2007-2017).



Fonte: Dados do MDIC (2018).

O principal mercado brasileiro neste período foi a Europa com 49,4% do total dos embarques de 2017, seguida pela Ásia (28,1%), América do Norte (10,5%), África (4,7%), América do Sul (3,6%), Oriente Médio (2,4%), América Central e Caribe (0,8%) e Oceania (0,1%) (Figura 4).

Figura 2 - Principais destinos da exportação do tabaco em folha brasileiro e valores exportados (2016-2017)



Fonte: Dados do MDIC (2018).

Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018), os três maiores países importadores do tabaco brasileiro, Bélgica (17%), China (14%) e Estados Unidos (9,8%), que juntos representam mais de 40% do valor exportado de tabaco pelo Brasil, apresentaram variação negativa (-24,8%, -1,2% e -20,1% respectivamente) em 2017.

O cenário de mercado para 2018 até o momento (janeiro a junho) apresentou volumes de exportação de 186.665 toneladas, no valor de US$ 816,68 milhões, uma variação positiva (30,6%) com relação ao mesmo período em 2017 (MDIC, 2018). De modo extraoficial, dirigentes do setor acreditam que a tendência é de manutenção dos volumes, apesar da esperança de pequeno avanço em receita não se concretizar até o momento. O preço praticado no período (janeiro a junho) é de US$ 4,375 FOB (/kg), variando negativamente (-0,5%) em relação ao mesmo período em 2017 (MDIC, 2018).

O tabaco na Região Sul do Brasil envolve 566 municípios produtores, 150 mil famílias fumicultoras, 299 mil hectares cultivados, 705 mil toneladas produzidas, R$ 6,09 bilhões de receita aos produtores, R$ 13,9 bilhões de impostos arrecadados anualmente, 459 mil toneladas exportadas e US$ 2,05 bilhões em divisas em 2017 (SINDITABACO, 2018).

A evolução da produção de tabaco (Quadro 5) na região sul do Brasil tem mostrado uma tendência de constância na produção.

Quadro 3 - Crescimento da fumicultura sul-brasileira (1975-2016).

SAFRA	HECTARES	HECTARES	PRODUÇÃO	RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO
	Plantados	Colhidos	Toneladas	Quilogramas por Hectare	(x 1000)
2016	369.233	366.399	667.208	1.821	R$ 5.678.897,00
2015	392.396	391.914	850.431	2.170	R$ 5.839.300,00
2014	403.210	402.428	847.266	2.105	R$ 6.013.991,00
2013	392.412	392.099	835.711	2.131	R$ 5.594.555,00
2012	391.387	391.052	790.908	2.023	R$ 4.545.946,00
2011	438.326	438.306	933.068	2.129	R$ 4.745.294,00
2010	430.211	429.764	761.347	1.771	R$ 4.434.739,00
2009	423.520	422.678	843.196	1.994	R$ 4.289.333,00
2008	406.007	405.494	824.184	2.032	R$ 4.105.288,00
2007	431.715	431.053	880.327	2.042	R$ 3.509.765,00
2006	467.210	465.190	871.938	1.874	R$ 3.314.889,00
2005	466.985	466.535	862.763	1.849	R$ 3.481.689,00
2004	436.608	436.517	895.122	2.050	R$ 3.577.455,00
2003	367.123	366.933	632.654	1.724	R$ 2.461.353,00
2002	319.257	318.550	645.673	2.026	R$ 1.740.624,00
2001	277.060	276.862	544.954	1.968	R$ 1.325.135,00
2000	275.505	275.345	547.754	1.989	R$ 989.674,00
1995	243.950	243.740	411.529	1.688	R$ 609.992,00
1990	222.197	222.191	397.326	1.788	Cr$ 21.119.839,00
1985	-	199.716	350.890	1.757	Cr$ 1.279.339,00
1980	-	210.205	320.270	1.524	Cr$ 9.875.356,00
1975	-	134.487	188.292	1.400	Cr$ 958.959,00

Fonte: Dados do IBGE - Produção Agrícola Municipal (2018).

Os números finais da safra 2017/2018, nos três estados do Sul do Brasil, apontam uma produção de 685.983 toneladas, em uma área de 297.460 hectares e uma produtividade média de 2.306 quilos/hectare. O preço médio por quilo ficou em R$ 9,15, resultando num faturamento total de R$ 6.278.431.841,00 (AFUBRA, 2018). A produção apresentou uma variação de -5,48% com relação à safra anterior de 705.930 toneladas.

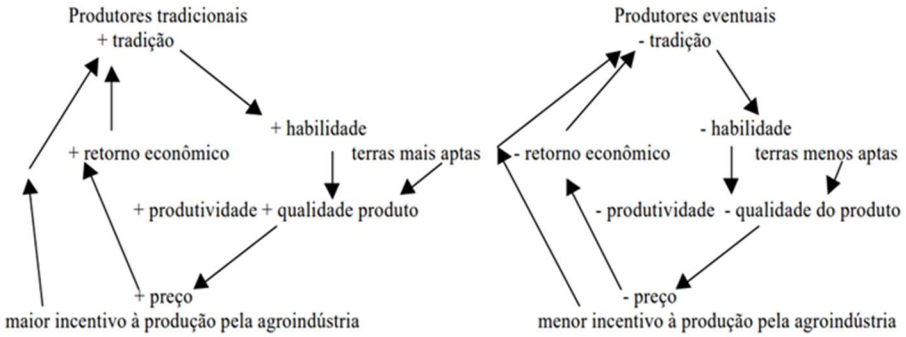
A produção de fumo responde pela manutenção de mais de 150 mil famílias agricultoras na região sul do país. Estas unidades, fortemente concentradas no trabalho familiar, se caracterizam pelo minifúndio (36,3% das famílias possui até 10 ha) e por grupos familiares que não detêm a propriedade da terra (25,9% dos cultivadores de tabaco perfazendo mais de 38 mil famílias que cultivam terras de terceiros) (AFUBRA, 2018).

A oscilação nas áreas de cultivo e na quantidade produzida, ao longo do tempo, faz parte do ajuste da produção ao interesse e situação de mercado. Essa condição de maior ou menor produção, de mais ou menos famílias envolvidas e área cultivada é estimulada de forma proporcional ao preço pago ao produtor. Como observado no Quadro 3, apesar das demais variações o valor da produção, no geral, acresce. Esse controle que a indústria do tabaco exerce

é própria da sua condição oligopsônica e dos contratos de integração, que asseguram o poder de manipulação de preços e quantidades de acordo com os seus interesses. A indústria fumageira, por sua vez, precisa adaptar-se a dinâmica da conjuntura global para o tabaco.

Ainda com relação à oscilação na produção de tabaco, Diesel, Scheibler e Palma (2001) investigaram a estabilidade das relações de integração contratual entre produtores familiares e agroindústria na produção de fumo no RS no período entre 1960 e 1997. Nesse estudo concluíram que a estabilidade ou instabilidade na produção está relacionada ao interesse das agroindústrias e a condição dos produtores. Isso porque a expansão, estagnação ou retração da produção sob mesma conjuntura apresentou uma diversidade de comportamentos tanto na variação da área plantada quanto na intensidade dessa variação. Numa mesma conjuntura de retração do cultivo, por exemplo, a maioria dos municípios apresentou redução na área plantada, outros mantiveram a mesma área e, em alguns municípios, observou-se aumento na área plantada com tabaco; em alguns municípios essa oscilação se deu de forma mais acentuada ou mais frequente que outros (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001). A Figura 5 demonstra essa interação entre "interesse" da indústria e "condições dos produtores", na provável conformação de contextos de retroalimentação positiva, que contribuem para maior estabilidade da produção, em áreas tradicionalmente produtoras; e contextos de retroalimentação negativa em áreas de expansão do cultivo.

Figura 3 - Comparação da interação de fatores condicionantes de estabilidade.



.
Fonte: Diesel, Scheibler e Palma (2001, p. 9)

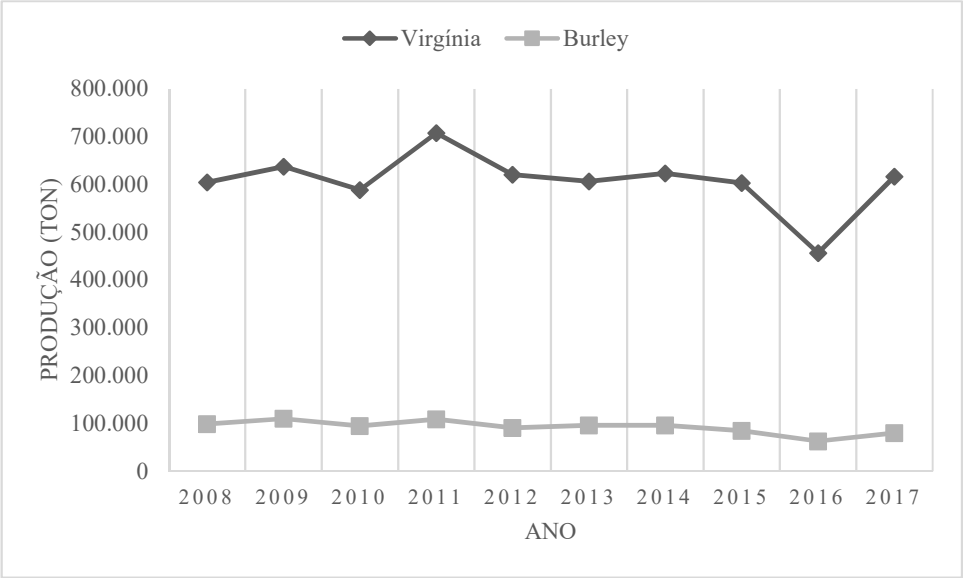
Segundo os autores, tal política levaria a concentração da produção e ao interesse das agroindústrias por áreas geográficas específicas, considerando o tipo de produto desejado e o perfil do produtor entre outros (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001). Em outras palavras, permaneceriam estáveis aqueles produtores especializados em áreas fortemente

institucionalizadas e a instabilidade ficaria a cargo daqueles produtores que recorrem eventualmente a produção como estratégia em algum momento propício, mas que sem comprometimento e uma estrutura institucional de suporte tendem a abandonar a produção em situações menos favoráveis.

Essa tendência também foi verificada, pelos autores, com relação ao tipo de tabaco produzido. Áreas de maior estabilidade usualmente são produtoras do tipo Virgínia, que requer maior investimento em capital fixo, enquanto áreas de instabilidade, no geral, produzem o tipo Burley, que demanda menor investimento (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001).

O tabaco do tipo Virgínia (secado em estufa) e do tipo Burley (secado em galpão) são as principais variedades de tabaco produzidas no sul do país, seguidas em menor proporção pela variedade Comum (secado em galpão e pouco representativo, cerca de 1,25% da produção de tabaco). Na safra 2016/17, a variedade Virgínia representou 85,9% da produção sul-brasileira de tabaco, com 616,7 mil toneladas produzidas, ocupando uma área de 254,95 mil hectares. Já o tipo Burley ocupou 39,94 mil hectares, com produção de 80,4 mil toneladas (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2017). A Figura 6 apresenta a evolução da produção de tabaco dos tipos Virgínia e Burley de 2008 a 2017.

Figura 4 - Produção sul-brasileira de tabaco. Por tipo de tabaco produzido (2008-2017).



Fonte: Dados do ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO (2009-2017).

A produção do Burley perdeu espaço nos últimos anos em razão da restrição apresentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ao uso de aditivos exigidos por este tipo de tabaco. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC 14/2012), publicada pela Anvisa, foi

contestada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2012 e, apesar de julgada improcedente a ação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018[11], ainda está em vigência uma liminar obtida em 2012 pelo Sinditabaco, junto à Justiça Federal em Brasília, que assegura o uso dos ingredientes (ao menos até o julgamento final do processo).

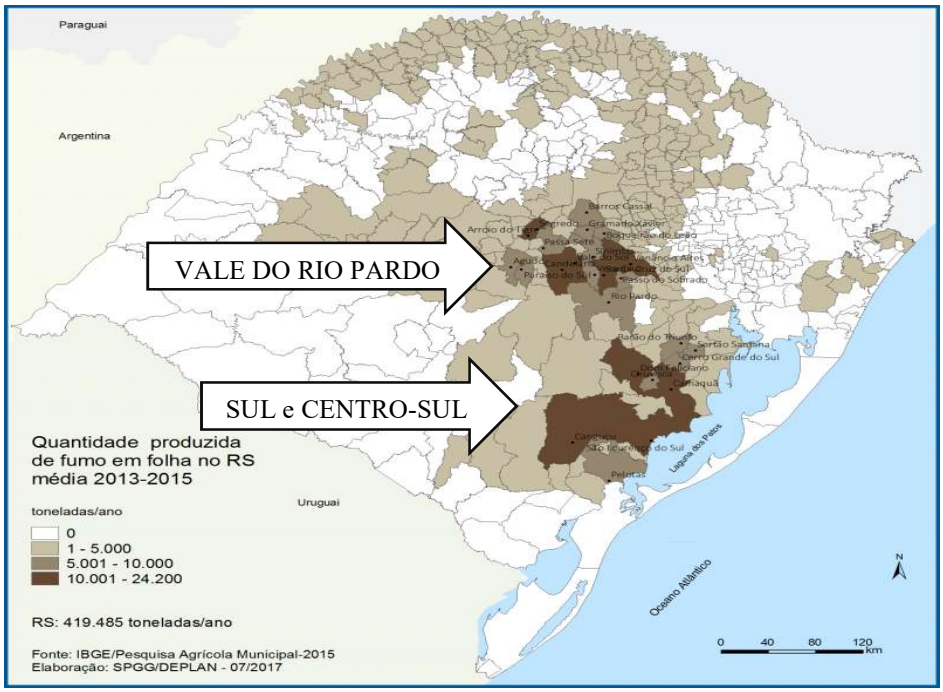
Como o Burley é utilizado na produção de cigarros do tipo *american blend*, a partir de uma combinação de diferentes variedades de tabaco, e representa cerca de 98% dos cigarros vendidos no Brasil, a proibição de aditivos ameaça praticamente a totalidade da produção no país. Considerando a perecibilidade do produto, os aditivos são usados também com fins de conservação, proteção da umidade e correção de distorções entre teores de açúcar e nicotina (SINDITABACO, 2017; PORTAL DO TABACO, 2018).

Apesar das incertezas, o impacto na produção fumageira ainda não é imediato. Com os estoques de Burley em baixa nas empresas, a produção voltou a ser estimulada pela indústria e apresentou crescimento em 2017 (Figura 4). Sem conclusão definitiva o cultivo segue nos estados produtores. No Rio Grande do Sul, são 13.750 famílias produtoras de Burley, que cultivaram área de 21.470 hectares na safra 2017/18 (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2017).

No Rio Grande do Sul, os municípios de maior produção de tabaco estão localizados na região do Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Candelária, Vale do Sol, Sinimbu, Vale Verde) e no Sul e Centro-Sul do Rio Grande do Sul (Canguçu, São Lourenço do Sul, Pelotas, Turuçu, Camaquã, Cristal, Dom Feliciano, Chuvisca, Amaral Ferrador, Barão do Triunfo e Sertão Santana) (Figura 7).

[11] A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4874, ajuizada pela CNI contra a RDC 14/2012 da Anvisa, foi julgada improcedente pelo STF, em julgamento realizado em 1º de fevereiro de 2018. A ADI questionava a legitimidade da Anvisa para a proibição do uso de aditivos nos produtos fumígenos derivados do tabaco (ANVISA, 2018). Apesar de mantida a proibição, não houve maioria no plenário do STF para nenhum dos lados, assim, a decisão não gera efeitos vinculantes e gerais, significando que a resolução da Anvisa ainda pode ser suspensa por decisões de instâncias inferiores da Justiça Federal, o que abre caminho para que os agentes da cadeia entrem com novos processos em outros tribunais.

Figura 5 - Localização das regiões de maior produção de tabaco no Rio Grande do Sul.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2018).

A região do Vale do Rio Pardo é um território onde a fumicultura já está consolidada desde o período colonial. Na região Sul e Centro-Sul a fumicultura conforma um território fumicultor mais recente e em pleno processo de consolidação (HILSINGER, 2016). Os municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul já ocupam as primeiras posições como maiores produtores de tabaco do estado (Quadro 6).

Quadro 4 - Principais municípios produtores de tabaco no RS. Produção e número de produtores totais (2016-2017).

Ano	2016			2017	
Municípios produtores	**Produtores (nº)**	**Produção (ton.)**	**Municípios produtores**	**Produtores (nº)**	**Produção (ton.)**
Canguçu	4.739	16.631	**Canguçu**	5.217	23.143
São Lourenço do Sul	3.462	14.433	**Venâncio Aires**	4.421	22.832
Venâncio Aires	4.050	13.757	**São Lourenço do Sul**	3.556	19.174
Santa Cruz do Sul	3.611	10.888	**Santa Cruz do Sul**	3.847	16.029
Candelária	3.092	10.547	**Candelária**	3.450	15.418
Camaquã	2.323	10.469	**Camaquã**	2.375	13.692
Vale do Sol	2.706	10.439	**Vale do Sol**	2.539	12.909
Dom Feliciano	1.863	8.881	**Dom Feliciano**	1.787	11.040
Arroio do Tigre	2.404	7.390	**Arroio do Tigre**	2.355	10.170
Vera Cruz	2.004	6.817	**Agudo**	2.043	9.183
Outros	42.746	169.748	**Outros**	43.410	190.410
Total	**73.000**	**280.000**	**Total**	**75.000**	**344.000**

Fonte: SINDITABACO (2017; 2018).

A implantação do cultivo de tabaco em municípios do sul e centro-sul gaúcho ocorreu na década de 1960, em virtude da dificuldade de comercialização para produtos tradicionais, como a cebola, feijão, batata e milho, que impactava negativamente a renda dos agricultores. Aliado a isso, a crise das indústrias de conservas na região no final da década de 1990 e a seletividade e maior aporte financeiro exigido pela cultura do leite, avicultura e suinocultura tornaram a fumicultura uma saída importante para um grande número de agricultores familiares (HILSINGER, 2016). Esse momento coincidiu, ainda, com a estratégia de expansão da área de fornecedores da indústria fumageira para consolidação do mercado de exportação. Contando com subsídios do governo, a microrregião de Pelotas evidenciou progressivo aumento da produção de tabaco e vem se consolidando como importante região fumicultora (HILSINGER, 2016).

O contexto atual à produção do tabaco sul-brasileiro segue favorável. Se considerado que enquanto houver demanda haverá produção - e a demanda continua existindo para o tabaco -, a manutenção da produção e dos produtores precisa ser observada. Por outro aspecto, a análise da cadeia produtiva do tabaco não pode ignorar as relações existentes nos níveis mais amplos.

Não pode ser devidamente compreendida sem que a atividade fumageira seja considerada como parte integrante da cadeia produtiva internacional de cigarros. Portanto, reflexos de políticas deliberadas por organismos internacionais como a Convenção-Quadro constituem um novo campo de análise acerca dos rumos da produção fumageira, bem como algumas alterações importantes no mercado de cigarros no mundo.

1.3 O CONTEXTO EM PERSPECTIVA: O CONTROLE DO TABACO E A CQCT

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociada entre 192 países e coordenada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para o controle do tabaco. Originada do reconhecimento do efeito nocivo da expansão do tabagismo à saúde pública global[12], a CQCT foi discutida desde 1999, instituída em 2003 durante a 56ª Assembleia Mundial da Saúde, e entrou em vigor em 2005 após adesão e ratificação dos primeiros quarenta países, entre eles o Brasil (OMS, 2005). Ao ratificar a CQCT/OMS, sua implementação passou ser uma obrigação legal para o Brasil, e suas medidas, um mapa da Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT), uma Política de Estado. Até outubro de 2015, 180 Partes já haviam se comprometido com as ações de controle do tabaco, totalizando 93% de todos os países do mundo (INCA, 2018).

A CQCT congrega um conjunto de medidas abrangentes na ordem mundial (em 38 dispositivos) visando reduzir a oferta e a demanda por tabaco nos países signatários. Essas medidas de caráter multissetorial incluem o controle tributário e de preços, a proibição do comércio ilícito, a proteção ao tabagismo passivo, atenção à rotulagem, conscientização da sociedade, proibição total da publicidade, tratamento adequado a dependentes do tabaco, proteção do meio ambiente e apoio às atividades alternativas a cultura do fumo (OMS, 2005). Mais recentemente foi gerado um Protocolo da CQCT para Eliminar o Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco, cuja ratificação foi aprovada no legislativo brasileiro pelo decreto nº 185 de 11 de dezembro de 2017. A carta de adesão foi assinada pelo Presidente da República em 23 de maio de 2018 e o texto do Protocolo promulgado através do Decreto nº 9.516, de 1º de outubro de 2018.

---

[12] O objetivo da CQCT, previsto em seu artigo 3º, é "proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco" (OMS, 2005, p. 5).

A promoção e implementação do Tratado é de responsabilidade da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), criada por decreto presidencial em 2003. O ministro da saúde preside a Comissão, e o Instituto Nacional do Câncer, INCA, exerce a função de Secretaria-Executiva. A comissão oferece um espaço para interlocução, alinhamento de visão e convergência de esforços dos setores do governo que compartilham responsabilidades na implementação nacional da CQCT/OMS. A Conicq também tem a competência de definir os posicionamentos a serem levados pela delegação do Brasil para as Conferências das Partes da CQCT/OMS (COP) e de criar grupos de trabalho *ad hoc* para analisar e elaborar recomendações sobre temas específicos de interesse da Política (INCA, 2018).

Desde sua ratificação, em 2005, o Tratado se tornou polêmico gerando tensões e inquietações diversas nos segmentos ligados ao setor fumageiro no país. Disputas sobre o direcionamento das políticas públicas se estabeleceram entre atores que defendem proposições para redução do consumo e aqueles que se organizam para manutenção da cadeia produtiva do tabaco. Entidades setoriais e políticos ligados à região produtora de tabaco têm procurado articular estratégias de debate com o governo federal, buscando, com isso, demonstrar a posição de milhares de famílias agricultoras e das indústrias e o impacto de danos maiores ao segmento à economia regional e nacional. A falta de acesso dos representantes da cadeia produtiva do tabaco as reuniões da Conicq tem sido razão de grande descontentamento e pressões do setor. A indústria do tabaco tem sistematicamente interferido na legislação de controle do tabaco, mais recentemente, por meio de liminar, interrompendo o progresso da proibição do Brasil aos aditivos do tabaco.

Em 2012, uma das medidas adotadas pelo governo para buscar blindar a Conicq de interferências da indústria do tabaco foi a aprovação de sua primeira Resolução, que dispõe sobre as Diretrizes Éticas aplicáveis aos membros da Comissão em relação a interfaces com a indústria do tabaco (INCA, 2018).

> Considerando a necessidade da adoção de medidas para assegurar que a Política Nacional de Controle do Tabaco seja implementada numa atmosfera livre de pressões, bem como para garantir a integridade e imparcialidade dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da CONICQ, devendo-se evitar situações nas quais interesses contrários aos objetivos do controle do tabagismo possam afetar as atividades desenvolvidas para esse fim (BRASIL, 2012, p. 39).

As relações estabelecidas entre os integrantes da Conicq e a indústria do tabaco são regidas pelo seguinte princípio:

> [...] Princípio do Primado dos Interesses da Política de Saúde Pública, segundo o qual os interesses da indústria do tabaco são irreconciliáveis com os da política de saúde pública, os quais são, em qualquer situação, prioritários (BRASIL, 2012, p. 39).

A Resolução deixa evidente a prioridade de proteção das políticas públicas para o controle do tabaco, principalmente frente às diferentes estratégias usadas pela indústria do tabaco para dificultar a implementação de medidas eficazes para redução do tabagismo[13].

Apesar de não conter medida ou recomendação para restringir a produção de tabaco, a ratificação do tratado "aponta para a formação de um contexto institucional mais restritivo à economia dos territórios fumicultores", como resultado de uma esperada retração sobre a evolução do consumo, ou mesmo, restrições diretas à produção do fumo (DIESEL et al., 2009, p. 27). Assim, diante dessa esperada redução da demanda por tabaco o Tratado contém orientações para salvaguardar os meios de vida dos fumicultores e daqueles inseridos em sua cadeia produtiva. Além da vulnerabilidade econômica, frente a um provável avanço da CQCT no mundo, o Tratado inscreve ainda que grande parte das famílias produtoras de tabaco encontra-se submetida a graves riscos sanitários e ambientais. Essas preocupações permeiam o texto do Tratado[14] e estão expressos de modo mais específico nos seus Artigos 17 (que versa sobre o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis) e 18 (sobre a proteção do meio ambiente e da saúde das pessoas).

Não obstante o compromisso assumido (pelas Partes) no Tratado de salvaguardar os produtores de fumo, o ambiente é de constante incerteza na cadeia produtiva do tabaco. O Informe da COP 6 (FCTC, 2014), por exemplo, apresenta claras orientações para redução da área cultivada e substituição da fumicultura, além de associar o cultivo à degradação ambiental, ao trabalho infantil, a pobreza e a danos à saúde dos produtores. Também reitera que não objetiva a penalização dos agricultores produtores de tabaco e trabalhadores, mas a promoção, pelos Estados, de alternativas economicamente viáveis para eles, bem como para varejistas de

---

[13]Entre as estratégias estariam: a desinformação e desqualificação de estudos científicos sobre os danos causados pelo tabaco e sobre medidas de controle do tabaco; lobby e pressão sobre formuladores de política, gestores e legisladores para impedir ou subverter medidas de controle do tabaco; patrocínio de campanhas políticas; litígios contra medidas efetivas de controle do tabaco e; controle de toda a cadeia produtiva do fumo como fonte de poder político e econômico (INCA, 2018, p.27).

[14] Em um dos princípios norteadores da Convenção, seus Estados Partes reconhecem que: "devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição" (OMS, 2005, p.6).

pequeno porte que serão afetados por uma redução do consumo de tabaco. Para isso, listou alguns princípios norteadores que deverão ser observados pelas Partes (INCA, 2016a, p. 8-10):

> Princípio 1: A diversificação dos meios de vida deve ser o conceito norteador para a implementação das alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco;
> Princípio 2: Os agricultores produtores de tabaco e os trabalhadores devem estar engajados no desenvolvimento de políticas a respeito dos artigos 17 e 18, de acordo com o artigo 5.3[15] da CQCT/OMS e suas diretrizes;
> Princípio 3: Políticas e programas para promover meios de vida alternativos economicamente sustentáveis devem estar baseados nas melhores práticas e ligados a programas de desenvolvimento sustentável;
> Princípio 4: A promoção de meios de vida alternativos economicamente sustentáveis deve ser realizada num quadro holístico que abranja todos os aspectos dos meios de vida dos produtores de tabaco e seus trabalhadores (incluindo aspectos da saúde, econômicos, sociais e de segurança ambiental e alimentar);
> Princípio 5: Políticas que promovam meios de vida alternativos economicamente sustentáveis devem ser protegidas dos interesses comerciais e de outros interesses criados pela indústria do tabaco, incluindo as "empresas de primeira transformação", de acordo com o artigo 5.3 da CQCT/OMS e suas diretrizes; e
> Princípio 6: Devem ser estabelecidas parcerias e colaboração na implementação dessas opções e recomendações de políticas, incluindo a prestação de assistência técnica e/ou financeira.

Adentro desses princípios permeia a ideia de "mudança para meios de vida alternativos" e de "evitar incentivos ao cultivo do tabaco" (INCA, 2016a, p. 10). A COP 7, realizada na Índia em 2016, volta a reiterar esses pontos:

> Observando, como figura en el documento FCTC/COP/7/4, que los artículos 17 y 18 son dos de los artículos del CMCT con menor tasa de aplicación; 1. DECIDE: a) alentar a las partes que no cultivan tabaco a que no introduzcan este tipo de cultivo; b) instar a las Partes a que, al aplicar los artículos 17 y 18, adopten enfoques pangubernamentales que impliquen la participación de las partes interesadas, teniendo en cuenta el artículo 5.3 al promover alternativas al cultivo de tabaco, y a que eviten la injerencia de la industria tabacalera en los programas destinados a fomentar el bienestar y la diversificación de los cultivadores y trabajadores del sector del tabaco y la protección del medio ambiente, según proceda, en el contexto nacional; c) instar a las Partes a que exijan coherencia política en los mandatos de los órganos deliberantes de las organizaciones intergubernamentales pertinentes; d) instar a la comunidad internacional a que apoye la movilización de recursos de cara a fomentar alternativas económicamente viables para los cultivadores y los trabajadores del sector del tabaco (FCTC, 2016, p. 80-81).

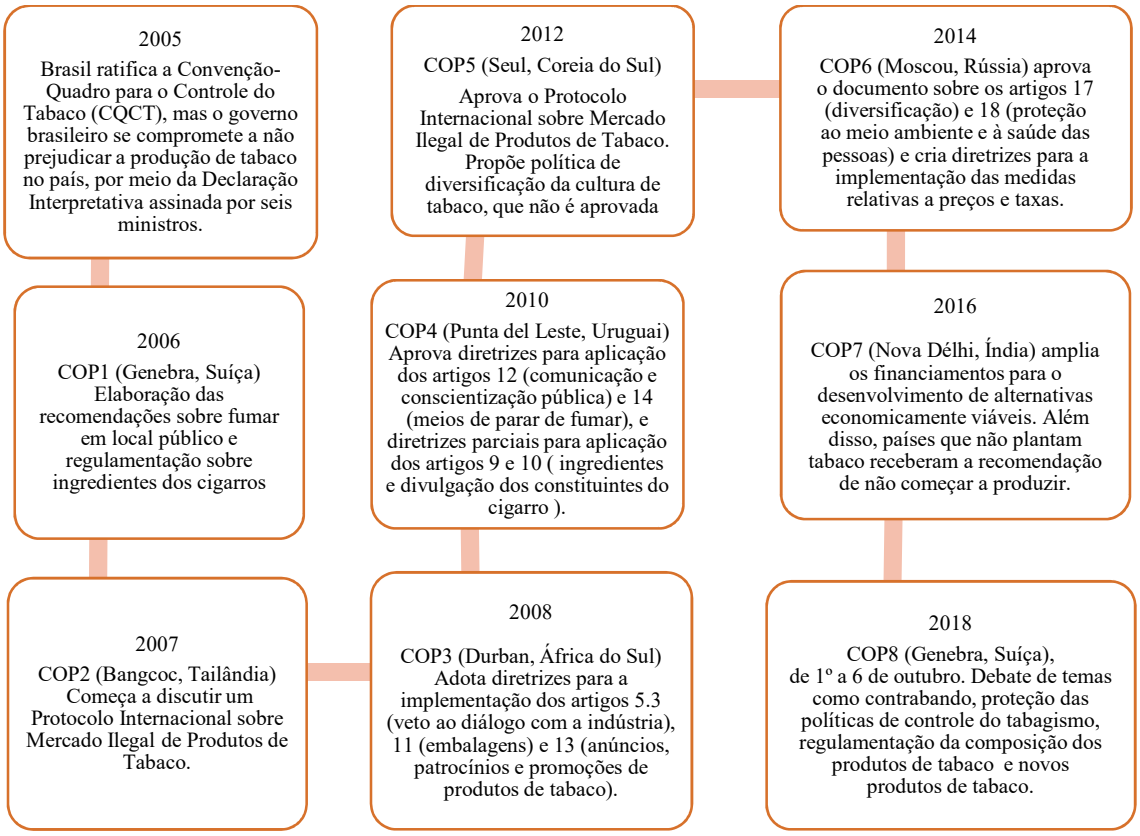
Assim, a cada encontro da COP, criam-se momentos de grande apreensão das lideranças e produtores frente a novas ofensivas ao setor. Algumas propostas agressivas foram esperadas

[15] Artigo 5.3: A la hora de establecer y aplicar sus políticas de salud pública relativas al control del tabaco, las Partes actuarán de una manera que proteja dichas políticas contra los intereses comerciales y otros intereses creados de la industria tabacalera, de conformidad con la legislación nacional (OMS, 2005, p. 7).

na COP 8, além das usuais em embalagens simples, alta tributação de produtos de tabaco, ingredientes e, possivelmente, redução da nicotina nos cigarros[16].

A Figura 8 apresenta o histórico da Convenção com os principais temas tratados em cada encontro.

Figura 6 - Histórico da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.



Fonte: Adaptado de SINDITABACO (2018).

Apesar de ser grande produtor e exportador de fumo (ou talvez seja esse o motivo), o Brasil é uma referência internacional no controle do tabaco, tendo criado (junto ao Canadá e a Austrália) as medidas mais restritivas do mundo para o tabagismo. A Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT) é reconhecida como uma política de Estado que envolve diversas ações intersetoriais. Os principais avanços da PNCT no Brasil incluem: política de preços mínimos para cigarros; proibição de fumar em ambientes coletivos; proibição de propaganda e patrocínios de produtos de tabaco; advertências sanitárias nas embalagens (desde 2001);

[16] O FDA (Food And Drug Administration), órgão que regulamenta medicamentos nos Estados Unidos, lançou um plano de ação para diminuir a quantidade de nicotina no cigarro a níveis muitos baixos ou com quantidade tão insignificante que o vício não poderia ser deflagrado (G1, 2018).

regulação dos produtos de tabaco (proibição dos aditivos desde 2012, proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar desde 2009 e proibição dos descritores de marcas tipo suave, *ligth*); tratamento para deixar de fumar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – desde 2005, ampliado desde 2013; Protocolo da CQCT para Eliminar o Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco (ratificação aprovada no legislativo, aguardando promulgação da Presidência da República); e o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

BOX 1 – O PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO (PNDACT)

Como compromisso assumido com os milhares de produtores de fumo no contexto da CQCT, o governo brasileiro institui em 2005 o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT) em cumprimento ao Artigo 17 do Tratado. O PNDACT tem como objetivo "apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias" (BRASIL, 2013, p. 14).

O Programa se apoia na rede de políticas públicas oferecidas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (CASA CIVIL, 2016):

- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, com o objetivo de melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, de forma sustentável;
- Crédito: O acesso se dá pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, entre os sistemas de crédito do país e financia projetos de custeio da safra e investimento em máquinas, implementos e infraestrutura na propriedade;
- Comercialização: apoio a processos de comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA é uma ação do Governo Federal que utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. O PNAE, instituído pela Lei n. 11.947/2009, prevê a compra de no mínimo 30% da alimentação escolar, da rede pública de ensino, deve ser adquirida da Agricultura Familiar.
- Organização Social e Produtiva: fomenta ações focadas no fortalecimento de cooperativas da agricultura familiar por meio da qualificação de seus sistemas de gestão (organização, produção e comercialização, qualificando e garantindo o acesso a mercados, especialmente ao aberto pelo PNAE).
- Agregação de Valor: O Programa de Agroindústria apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, garantindo a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas direta e indiretamente pelo Programa.
- Infraestrutura: Financiada pelo Pronaf, com recursos de investimento, promovendo melhorias na propriedade para produção e/ou agroindustrialização de produtos primários, gerados pela diversificação.

Ações específicas de ATER através de Chamadas Públicas para diversificação foram realizadas em 2011 e 2013 envolvendo mais de 20 mil famílias com investimentos de 63 milhões de reais (INCA, 2014).

Para geração de referências à diversificação da produção e renda em áreas de tabaco, a SEAD apoia a execução de projetos piloto com o objetivo de implantação de unidades demonstrativas para cultivo e criação, como por exemplo, o projeto no município de Dom Feliciano/RS com a criação de frango colonial, piscicultura, leite, produção de uva para suco e vinho como alternativas à cultura do tabaco. Outras unidades demonstrativas têm sido implementadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Clima Temperado na zona sul do Estado. Seminários temáticos, cursos de capacitação, intercâmbios técnicos entre outros também constituem metas do Programa.

O PNDACT, embora aposte em ações desenvolvidas em várias frentes, como Programa, tem se mostrado de alcance muito limitado. De acordo com o observado na pesquisa de campo em Candelária, o Programa não encontra legitimidade junto aos produtores e nem mesmo entre os agentes de desenvolvimento. O município, embora seja dos maiores produtores de tabaco do estado, por exemplo, não foi contemplado com nenhuma Chamada para Diversificação. Como posto por um agente de desenvolvimento entrevistado:

[...] então todas as iniciativas, elas são para mostrar caminho, mas elas não têm poder de alavanca, de transformação a ponto de financiar toda uma conversão a outra cultura e mesmo que fizesse isso precisaria ter um mercado né ... por isso a gente entende que se for acontecer ... se reduzir ... vai sendo aos poucos (Extensionista, maio 2017).

Certamente não se pode prever os reflexos reais da CQCT e sua evolução sobre a cadeia produtiva do tabaco. Por outro lado, cabe considerar que, se no médio ou longo prazo a redução do consumo de derivados do tabaco se acentuar, com consequências diretas sobre as exportações e a produção brasileira, muitas famílias de agricultores estarão involuntariamente desamparadas (BONATO, 2013). A promoção de oportunidades e de fortalecimento de meios de vida diversificados passou a ser um grande desafio assumido com a vigência do Tratado, lembrando que, no contexto da CQCT, é cobrado dos países produtores resposta à questão de alternativas produtivas economicamente viáveis ao fumo.

Segundo informes apresentados sobre os progressos realizados na aplicação da CQCT, com relação a evolução global do tabagismo e medidas para seu controle, já é possível observar importantes progressos. Algumas mudanças no mercado mundial de cigarros têm posto lideranças da cadeia produtiva do tabaco em alerta e tem apontado para uma tendência de concentração da produção.

1.3.1 Considerações sobre o tabagismo e o mercado de cigarros no mundo

O consumo de tabaco começou a diminuir substancialmente em muitos países. Embora o número de fumantes no mundo ainda seja muito significativo, a redução do consumo, ainda que pequena, tem sido constante desde o ano de 2000 (Quadro 7). Estima-se que havia 1.143 milhões de fumantes no mundo nesse período. Em 2005, ano em que a CQCT da OMS entrou em vigor, havia 1.134 milhões de fumantes - uma redução de cerca de 9 milhões de fumantes durante esse período de cinco anos. No período de 10 anos após a introdução da CQCT, houve uma redução de outros 20 milhões de fumantes. Se os países mantiverem o controle do tabaco nesta intensidade, um adicional de 20 milhões de fumantes a menos está projetado durante o período de 2015 e 2025 (WHO, 2018).

Quadro 5 - Mudanças no número absoluto estimado e projetado de fumantes no mundo com idade > 15 anos nos últimos 5 anos (2000-2005).

Regiões da OMS	ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FUMANTES (milhões)				PROJEÇÃO DO NÚMERO DE FUMANTES (milhões)	
	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Total	-	-8,8	-8,5	-11,3	-10,4	-9,2
África	-	3,3	4,5	6,3	8,1	9,8
América	-	-12,9	-12,3	-11,6	-11,6	-10,9
Oriente Médio	-	7,2	9,3	9,7	11,8	13,7
Europa	-	-11,6	-12,9	-14,1	-13,9	-12,5
Sudeste da Ásia[17]	-	-2,9	-1,0	1,6	1,7	1,6
Pacífico Ocidental[18]	-	8,1	3,9	-3,2	-6,5	-10,9

Fonte: Adaptado de WHO (2018).

A redução líquida de 28,6 milhões de fumantes no mundo entre 2000 e 2015 é composta por uma redução total de 82,5 milhões em algumas regiões e um aumento total de 53,9 milhões em outras. A diminuição da prevalência deve-se a uma redução substancial no número de fumantes nas regiões da OMS nas Américas e na Europa (75 milhões) e reduções menores no Sudeste Asiático da OMS (3,9 milhões no período 2000-2010) e no Pacífico Ocidental (3,2 milhões no período 2010-2015). Essa redução significativa foi compensada por um aumento de 53,9 milhões de fumantes em quatro regiões: África (14,1 milhões), Oriente Médio (26,2 milhões), Sudeste Asiático (1,6 milhões no período 2010-2015) e Pacífico Ocidental (12 milhões no período 2000-2010).

Em suma, a prevalência do tabagismo diminuiu em quase todas as regiões do mundo, exceto nas regiões africanas e médio orientais, onde as estimativas e tendências são de crescimento[19]. Apenas a América está no caminho de alcançar a meta estipulada pela OMS para 2025 de uma redução de 30% do tabagismo entre homens e mulheres. A Europa, segundo as estimativas, não deve alcançar a meta de diminuição da prevalência entre as mulheres (WHO, 2018).

[17] Sudeste da Ásia: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Timor Leste, Vietnã (WHO, 2018).

[18] Pacífico Ocidental: Austrália, China, Ilhas Cook, Fiji, Japão, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia (Estados Federados da), Mongólia, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, República da Coréia, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu (WHO, 2018).

[19] Existem lacunas substanciais nos dados das regiões da África e do Oriente Médio, uma vez que alguns países não concluíram pesquisas durante uma década. Os dados utilizados para este relatório foram oficialmente divulgados pelos países e disponibilizados para o banco de dados da OMS até outubro de 2016. Os resultados da pesquisa divulgados após essa data não foram utilizados, mas serão incluídos na próxima atualização (WHO, 2018, p. 28).

As pesquisas têm demonstrado que mais de 80% das pessoas que fumam tabaco vivem em países de baixa e média renda. A prevalência do tabagismo não só diminui mais lentamente nesses países do que nos países de alta renda, como está aumentando em países de baixa renda (WHO, 2018).

Outros dados do relatório da OMS apontam para uma diminuição do consumo de tabaco em todos os grupos etários entre 2000 e 2015, e espera-se que a redução continue durante o período 2015-2025. Em todos os períodos, a prevalência do uso do tabaco tem se mostrado maior entre pessoas com idade entre 45 e 54 anos (WHO, 2018).

De acordo com os dados apresentados, é possível observar mudanças importantes com relação a prevalência do tabagismo no mundo. As medidas deliberadas pela CQCT e já adotadas por alguns países tem se mostrado exitosas do ponto de vista da saúde. Entre as medidas consideradas vitais para o controle do tabagismo estão a criação de ambientes livres de fumo e o aumento de impostos sobre o tabaco.

Proibir ou limitar o fumo em lugares público, além de proteger os não-fumantes dos efeitos nocivos do fumo passivo, ajuda a criar a sensação de que fumar é um comportamento socialmente inaceitável e reforçar a ideia de não fumar como norma social (THE TOBACCO ATLAS, 2018). Os aumentos de impostos sobre os produtos do tabaco, por sua vez, estão entre as medidas de controle mais eficazes disponíveis. Observando o comportamento dos fumantes, pesquisadores determinaram que, em média, um aumento de 10% nos preços dos cigarros faz com que o consumo de cigarros caia entre 2% e 8%. Preços mais altos são especialmente eficazes na redução do consumo de tabaco em populações mais vulneráveis, como jovens e pessoas de baixa renda, porque esses grupos são particularmente sensíveis ao aumento de preços (THE TOBACCO ATLAS, 2018).

A questão do aumento nos preços do cigarro remete a outro problema que vem ganhando espaço no âmbito da CQCT/OMS que é o comércio ilícito de produtos do tabaco. Esse problema é especialmente grave no Brasil. O cigarro representa 67,44% das mercadorias contrabandeadas para o país. Segundo estudo do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), a entrada ilegal de cigarros equivale a R$ 6,4 bilhões, entre perdas da indústria e não tributação. Destes, R$ 4,5 bilhões correspondem aos tributos que o governo deixa de arrecadar (IDESF, 2015). O objetivo do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco da CQCT, quando em vigor, é oferecer um conjunto de ferramentas para combater globalmente o contrabando de cigarros (THE TOBACCO ATLAS, 2018).

Outro assunto que estará na pauta da próxima COP (em 2018) e que tem gerado debates e tensões entre os atores envolvidos na cadeia produtiva do tabaco e nas ações anti-tabagistas

diz respeito aos cigarros de tabaco aquecido e líquidos (Dispositivos Eletrônicos para Fumar - DEFs). A OMS estima que, em todo o mundo, existam, pelo menos, 367 milhões de usuários de DEFs com mais de 15 anos de idade, onde a Região do Sudeste Asiático da OMS tem, de longe, o maior número de usuários (301 milhões), representando 82% de todos os consumidores em todo o mundo (WHO, 2018).

O aumento rápido da busca por novos mercados pelas indústrias para os DEFs se dá em razão do vácuo regulatório nos países nesse momento - o que favorece a indústria -, por isso a pressão e a campanha massiva por esses produtos no momento[20]. Torna-se muito difícil regulamentar um produto depois de sua entrada no mercado e não há consenso em relação às políticas públicas de saúde referentes aos DEFs nos vários países[21]. Desde 2009, o Brasil proibiu o comércio, a importação e a propaganda dos DEFs:

> Em 2009, a Anvisa, por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 46, proibiu o comércio, a importação e a propaganda dos DEF, tanto como substituto ao cigarro, a cigarrilha, ao charuto, ao cachimbo, quanto como alternativa ao tratamento da cessação do tabagismo, pois, até a presente data, não há estudos toxicológicos e testes científicos específicos que comprovem qualquer dessas finalidades (INCA, 2016b, p. 16).

A ANVISA realizou em abril de 2018 um painel para debate técnico-científico sobre DEFs para coleta de informações para, mais adiante, estabelecer um marco regulatório adequado ao país[22].

---

[20] Quatro meses após anunciar que deixaria de vender cigarros no Reino Unido, a Philip Morris International (PMI), uma das gigantes do setor de tabaco, faz um novo movimento na direção de substituir gradativamente os produtos fumígenos convencionais por dispositivos eletrônicos. Em uma ação global, a empresa publica hoje um comunicado em jornais de várias partes do mundo que defende os chamados "produtos de risco reduzido", incluindo cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecido, como alternativas para os fumantes. A escolha da data não foi por acaso: 31 de maio é celebrado desde 1988 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o Dia Mundial Sem Tabaco. A PMI, no entanto, quer marcar essa data como "Dia Mundial Sem Fumaça". A estratégia é aproveitar o momento e chamar a atenção pública para produtos desenvolvidos nos últimos anos pelas principais companhias de tabaco do planeta e que ainda não são regulamentados em vários países (PORTAL DO TABACO, 1 DE JUNHO DE 2018, s. p.).

[21] Cada país está buscando uma forma de regular o produto, mas não existe ainda um instrumento de melhor abordagem. A comercialização dos DEFs é proibida em países como a Noruega, Argentina, Colômbia e Singapura. Outros países como Austrália, Polônia e Canadá alertam sobre seu uso e não os preconiza como tratamento. Os DEFs são considerados medicamentos em países como Áustria, Dinamarca, Estônia, Alemanha, Hungria, Portugal, Romênia, Eslováquia e Suécia. Em grande parte da China, a venda e o uso são permitidos. Nos Estados Unidos, o uso, a venda e a propaganda são permitidos, embora a regulação varie em alguns estados (INCA, 2016b).

[22] O painel foi transmitido ao vivo e contou com a participação de associações interessadas no registro de DEFs no país, bem como de entidades de controle do tabagismo, como a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Instituto Nacional de Câncer (Inca), Associação Médica Brasileira (AMB), Secretariado da Convenção Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (OMS), representantes da sociedade civil e da comunidade acadêmica e representantes da indústria do tabaco (a reunião está disponível em: <https://join-noam.broadcast.skype.com/anvisa.gov.br/eace75a1b8c94ab485970f8f076659b2/pt-BR/>).

Os DEFs têm se tornado um grande negócio para as companhias transnacionais do tabaco, que somam hoje 466 marcas no mercado. "Em 2013, o faturamento foi de 3 bilhões de dólares. A Wells Fargo estima que o lucro chegue a 10 bilhões de dólares até 2017 e, para 2030, faz projeção de lucro em torno de 51 bilhões de dólares" (INCA, 2016b, p. 60).

A crescente importância desses dispositivos no mercado do fumo tem levado integrantes da cadeia produtiva do tabaco a debater a questão. Na última reunião da Associação Internacional de Produtores de Tabaco (*International Tobacco Growers Association*, ITGA), o presidente da AFUBRA, Sr. Benício Werner, afirmou que embora os DEFs utilizem tabaco em sua composição, as quantidades são muito menores – em torno de 30% a 35% do que se utilizado no cigarro convencional. Apesar de confirmar a redução do volume de tabaco na fabricação dos novos produtos, por questões estratégicas, as indústrias não têm informado o percentual exato de diferença. Além do volume menor, a produção brasileira terá que se adequar ainda à qualidade superior do tabaco exigida pelos novos dispositivos e que utilizam no seu processamento apenas as folhas (excluindo os talos das plantas, hoje processados na indústria do cigarro). "Então, é preciso estarmos atentos para atender às demandas de volume e de tipos de tabaco buscados pelo mercado para dimensionarmos a produção de acordo com as necessidades, e nos mantermos competitivos – informa Werner" (SINDITABACO, 2017, p. 49). A certificação do tabaco com normas rigorosas de produção implementada de forma experimental na safra 2015/16 demonstra a preocupação do setor na antecipação às exigências do mercado internacional. O Brasil é atualmente o único país habilitado a certificar tabaco no mundo.

1.4 O CONTEXTO DE ESTUDO: CARACTERIZAÇÃO DE CANDELÁRIA, FUMICULTURA E OUTRAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

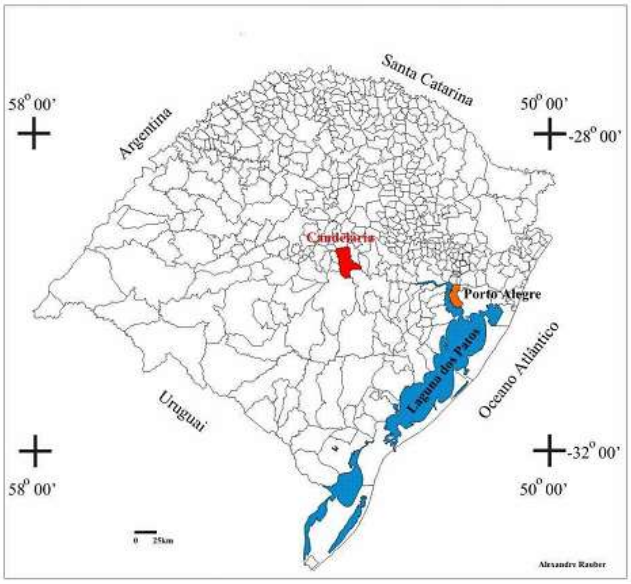
Povoada por colonos de origem germânica e por luso-brasileiros[23], Candelária ocupa hoje uma área territorial de 943,95 km² e possui 30.171 habitantes, dos quais 47,9% vivem no

[23]A história de Candelária pode ser resumida em três fases. A primeira, de domínio espanhol, com a fundação da Redução Jesus-Maria em 1633, habitada por índios da nação Tupi-Guarani. Essa Redução foi a mais próspera e populosa das dezoito reduções criadas na primeira fase missioneira. A segunda fase, portuguesa, inicia com a destruição da Redução (em 1636) pela Bandeira de Raposo Tavares e onde, posteriormente, o território, pertencente a Rio Pardo, foi distribuído pelo processo de concessões de sesmarias a elementos luso-brasileiros. O processo de povoamento se acelera a partir de 1798 com a abertura da estrada do Botucaraí, picada que ligava Rio Pardo aos Campos de Cima da Serra, que propiciou o escoamento da produção e o intercâmbio comercial com duas importantes regiões gaúchas. A terceira fase se dá com a chegada dos imigrantes alemães, na então colônia particular da Vila Germânia, em 1862 e com a formação da pequena agricultura colonial nas terras em mãos dos grandes proprietários luso-brasileiros que haviam iniciado seu povoamento há quase um século. Vila Germânia teve origem na demarcação de lotes de meia sesmaria de terras adquiridas por organizadores da colônia e vendidas

meio rural (IBGE, 2010). Pelo censo demográfico de 2000 (IBGE, 2000) a população rural predominava no município representando 53,4% da população. Dentre a população rural, as mulheres estão presentes em menor proporção do que os homens, exceto na categoria de idosos, devido, em parte, pela maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens. Frustrações de safras e oferta de empregos urbanos estão entre os principais fatores que tem levado ao êxodo rural, especialmente de mulheres (EMATER, 2016).

A localização do município de Candelária pode ser visualizada na Figura 1, a seguir.

Figura 7- Mapa de localização do município de Candelária/RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UNISC (SCHMITT, 2010).

Candelária está localizada na Microrregião de Santa Cruz do Sul, Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense, nos limites da Encosta Inferior do Nordeste e início da Depressão Central do Rio Grande do Sul e no divisor de dois importantes biomas do estado – o Bioma da Mata Atlântica e o Bioma Pampa. Na região do Bioma Mata Atlântica a topografia revela áreas acidentadas onde se localizam 32% do total das propriedades rurais do município. O solo na região serrana é pouco profundo, devido a erosão, e profundo e fértil na zona do campo. O território é banhado pelo Rio Botucaraí e Rio Pardo, ambos servidos por uma rica rede de afluentes (MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA, 2018).

---

aos colonos que migravam à região. À medida que os lotes eram vendidos, novas áreas eram adquiridas para fins de colonização. O núcleo urbano que se formou a partir de 1870, mesclou esses dois grupos étnicos, alemães e luso-brasileiros, numa maioria de teuto-gaúchos. Essa distinção se mantém ainda hoje. Em 09 de maio de 1876, o distrito foi elevado à categoria de Freguesia, com invocação de Nossa Senhora da Candelária. O município foi emancipado e criado em 7 de julho de 1925 (MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA, 2018; RADÜNZ, 2008)

A agricultura do município é baseada na agricultura familiar (92,8%) (IBGE, 2006). Nessas propriedades produz-se fumo, arroz, soja, milho e produtos como derivados do leite e da cana de açúcar, mel e hortifrutigranjeiros vendidos no comércio local e nas feiras de produtores rurais. Muitas propriedades associam os cultivos com a criação de gado, suínos, ovinos e aves.

A matriz produtiva agrícola é demonstrada nos Quadros 2 e 3 abaixo relacionados. As produções de arroz, soja e de bovinos se concentram na região sul do município, nas planícies e coxilhas do Bioma Pampa (CANDELÁRIA, 2018).

Quadro 6 - Produção vegetal do município de Candelária. Principais produtos de lavoura temporária e permanente.

Cultura	Estabelecimentos (nº)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Principais destinos
Arroz	176	5.834	36.863	Cooperativa
Fumo	2.060	5.480	10.446	Indústria
Feijão	1.608	191	271	Cooperativa e autoconsumo
Milho	2.730	5.156	22.399	Autoconsumo (maior parte)
Soja	373	16.409	51.376	Cooperativa
Mandioca	2.233	335	6.096	Autoconsumo e venda
Cana de açúcar	743	16,4	373	Autoconsumo e Agroindústria
Banana	17	-	29	Agroindústria e venda

Fonte: Dados do IBGE (2017); EMATER (2016).

Quadro 7 - Produção animal do município de Candelária.

Criação	Estabelecimentos (nº)	Efetivo do rebanho (cabeças)	Quantidade produzida	Principais destinos
Peixes	150	-	60.000 kg	Autoconsumo e feira do peixe
Mel	30	-	15.000 kg	Comércio local e exportação
Aves (total)	2.943	124.398	-	Autoconsumo e venda
Galinhas (ovos)	2.861		772.610 dz	Autoconsumo e venda
Bovinos de leite	1.299		5.061.361 l	Autoconsumo; venda local e indústria
Bovinos	1.301	31.742	-	-
Suínos	2.575	14.426	-	Autoconsumo e venda local
Ovinos	139	2.477	-	Autoconsumo e venda local

Fonte: Dados do IBGE (2017); EMATER (2016).

As aves estão presentes em 80% dos estabelecimentos agropecuários, sendo que em 78% deles com produção de ovos. A bovinocultura leiteira é realizada em 35% das propriedades e a suinocultura em 70%. O milho faz parte da produção em 74% dos estabelecimentos, a

mandioca em 61% e o feijão em 44% das propriedades. Uma grande parte dos agricultores produz para o autoconsumo produtos como feijão, batata, mandioca e hortifrutigranjeiros. Esses alimentos, em sua maioria, são produzidos sem uso de agrotóxicos. Entretanto, algumas famílias continuam diminuindo sua produção para o gasto e comprando alimentos que antes eram produzidos nas propriedades (EMATER, 2016).

Na estrutura fundiária do município predominam estabelecimentos de até 20 ha de área (79,1%) que ocupam apenas 32,9% da área total das propriedades. Destas, 25,8% tem de cinco a menos de dez hectares (IBGE, 2006). As propriedades de maior área, no geral, dedicam-se à produção de arroz.

Existem 3.647 estabelecimentos agropecuários em Candelária ocupando uma área de 70.863 ha (IBGE, 2017). O censo agropecuário de 2006 apontava a existência de 4.057 estabelecimentos ocupando 69.615 ha de área (IBGE, 2006). Essa variação negativa no número de estabelecimentos pode ser resultado de diferenças metodológicas em relação ao censo anterior, considerando que nesta edição do censo as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor foram consideradas como um único estabelecimento. Por outro lado, também pode significar uma possível concentração de terras em um número menor de produtores, seja por aquisição ou arrendamentos, e também relacionado ao abandono de propriedades. Essa situação pode ser observada na redução do número de estabelecimentos agropecuários (-1,26%) e área (-14,44%) de terras próprias, e no aumento do número de propriedades (41,67%) e área (93,24%) de terras arrendadas de terceiros em poder do produtor no período intercensitário 2006-2017. Também houve aumento no número de estabelecimentos (22,16%) e de área (13,83%) de terras a título de parceria em poder do produtor no período (IBGE, 2006; 2017).

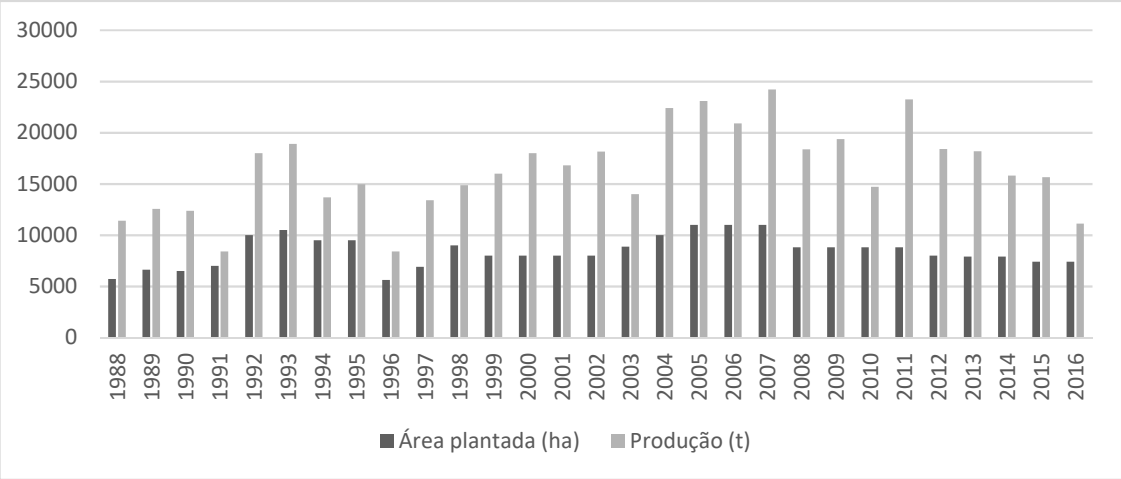
A situação de abandono de propriedades foi sinalizada durante as entrevistas realizadas com agentes de desenvolvimento no município.

> Sim, nós percebemos e como a gente circula em todo município ... é ... a gente começa a verificar ... e nós chamamos as chácaras, que são as propriedades que começam a crescer capoeira, a casa está sempre fechada, começa a aparecer chácaras fechadas, abandonadas e na sequencia começa a aparecer vende-se, aluga-se ... Então, nesse momento, tem uma quantidade de placas de vende-se propriedade muito grande, inclusive, o nosso jornal é um indicador também ... Se abrir o nosso jornal semanal vai ver a quantidade de propriedades ofertadas e muitas vezes com casa, galpões, estufa de fumo. Isso também é um reflexo do desestímulo do produtor nessa atividade (Extensionista, maio 2017).

Do total dos estabelecimentos do município, 2.060 dedicam-se àprodução de tabaco, perfazendo 56,5% das propriedades (IBGE, 2017). O Censo Agropecuário de 2006 apontava a existência de 3.432 estabelecimentos dedicados ao cultivo (IBGE, 2006), representando uma

variação negativa de -39,98% no número de estabelecimentos dedicados a produção de tabaco no período intercensitário. A safra de 2017 foi de 15.418 toneladas produzidas, representado um aumento com relação ao ano anterior. A quantidade e a área de fumo produzido no município têm oscilado ao longo do tempo, acompanhando a tendência cíclica da produção que busca constantemente adequações de mercado. Essa evolução da produção de tabaco está apresentada na Figura 2.

Figura 8 - Evolução da área plantada e da produção de tabaco no município de Candelária RS (1988-2016)



Fonte: Dados da SEAPI (2018).

A área plantada de fumo apresentou maior oscilação na década de 1990, aumentando gradativamente até atingir, entre os anos de 2005/2007, a área máxima de cultivo de 11.000 ha no período. A partir daí a área plantada começou a diminuir e permaneceu relativamente estabilizada em torno de 7.400 ha nos últimos anos, mas ainda mantendo Candelária entre os maiores produtores de tabaco do sul do Brasil. No momento existe um desestímulo dos fumicultores em razão dos preços do produto, da escassez e do alto custo da mão de obra.

> Nesse momento nós estamos vendo que o pessoal está bem desestimulado, pela questão de preço, eles produziram tabaco de qualidade boa, e está sendo pago abaixo da expectativa deles. Isso também, pela experiência que a gente tem é cíclico, aconteceu durante várias décadas. Mas sempre acontece deles ficarem frustrados e começar a buscar outras alternativas e alguns até desistirem da produção (Extensionista, maio de 2017).

> [...] nós tínhamos uma área de mais ou menos oito mil hectares, oito mil e duzentos, e houve uma queda já no ano passado e esse ano nossa expectativa é que caia para seis mil hectares, então somado a isto, isso que você falou de ter programas de diversificação, junto a frustração de comercialização, de preço, e a falta de mão de obra no interior, a falta e o preço alto da mão de obra. Aqui eles chegaram a pagar

> R$130,00 por dia com as refeições, então, são preços que a atividade não comporta mais, e tem se elevado cada ano mais o preço da mão de obra dos diaristas por conta de estar escasso e na hora da colheita não tem alternativa, ou paga ou não colhe. Então, eles se obrigam a pagar. Esse conjunto de coisas está desestimulando os produtores, né (Extensionista, maio de 2017).

O fumo é o principal gerador econômico do município, responsável por mais de 50% do valor bruto da produção agropecuária e por mais de 60% da arrecadação de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor (EMATER, 2016). Além da dependência socioeconômica, a produção também se encontra enraizada na cultura da comunidade, constituindo um componente cultural predominante no município. Contudo, a diversificação de meios de vida também é uma realidade e vem disputando espaço com a cultura do tabaco em diferentes medidas. A análise sobre alguns desses processos é apresentada nos próximos capítulos.

2 RECURSOS E RELAÇÕES: O PONTO DE PARTIDA NA TESSITURA DOS MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS

Quais atividades de diversificação têm sido desenvolvidas pelos fumicultores e com quais recursos? E através de quais relações esses recursos são acessados ou, posto de outro modo, como são construídas estas formas de acesso?

O termo meio de vida tenta capturar não apenas o que as pessoas fazem para viver, mas os recursos que lhes proporcionam a capacidade de construir suas vidas, os fatores de risco que elas devem considerar na gestão de seus recursos, e o contexto institucional e político que as ajuda ou dificulta na busca de formas viáveis e melhores de vivência (ELLIS, 2003). O estudo sobre diversificação dos meios de vida compreende, assim, o acesso das pessoas aos vários tipos de recursos – ativos – e as maneiras pelas quais elas combinam e arranjam esses recursos na realização de suas atividades. Os recursos se combinam de inúmeras maneiras para gerar resultados positivos de meios de vida.

Nessa perspectiva, uma questão importante que se coloca é como as famílias de agricultores familiares, particularmente fumicultores, dão "respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas" (LONG; PLOEG, 2011, p. 23). Assim, mesmo que sob fortes constrangimentos os agricultores encontram espaços de manobra que lhes permitem moldar padrões de vida diferenciados, lidar com problemas e combinar, de modo criativo, recursos diversos (materiais e imateriais) (LONG; PLOEG, 2011), à realização de meios de vida diversificados.

Para análise de meios de vida, Houweling (2009) reitera que as atividades realizadas não podem simplesmente ser referidas, mas devem ser qualitativamente desagregadas e compreendidas como um reflexo da experiência de vida das famílias e dos indivíduos. Assim, este capítulo tem por objetivo apresentar os principais recursos mobilizados pelos produtores familiares de tabaco na composição de estratégias de diversificação e examinar as principais e múltiplas relações que os agricultores estabelecem nas distintas esferas da vida social – família, comunidade e sociedade civil, mercado, Estado – à consecução de meios de vida diversificados. O capítulo começa com a apresentação dos aspectos gerais da Abordagem dos Meios de Vida (*livelihood approach*) como estrutura analítica aos processos de diversificação. A segunda e terceira seção do capítulo apresentam os recursos (ativos) mobilizados pelos agricultores familiares à realização de suas atividades. Esses ativos são sistematizados num conjunto composto por cinco capitais – natural, físico, humano, financeiro e social – que são acessados

pelas famílias estudadas. A quarta seção examina as formas de acesso das famílias aos recursos, que dependem, por sua vez, do acesso aos atores nos principais domínios da vida social. Acesso e ativos são entendidos como elementos centrais na composição dos meios de vida.

2.1 A ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA

Nos anos de 1990, a abordagem dos meios de vida (*livelihoods*) ganhou popularidade entre os estudiosos da pobreza, profissionais do desenvolvimento e agentes políticos. A abordagem exprime uma maneira de se pensar sobre os objetivos, o domínio e as prioridades para o desenvolvimento (ASHLEY; CARNEY, 1999). Constitui uma aproximação para questões de desenvolvimento centrado nas pessoas e fundamentado na realidade multidimensional da vida cotidiana. O quadro analítico provê uma estrutura de auxílio à compreensão de como as pessoas ganham a vida sob circunstâncias adversas e como as pessoas e suas comunidades podem ser apoiadas de formas significativas para suas vidas.

A perspectiva dos meios de vida foi incorporada, desde sua proposição no artigo de Chambers e Conway (1992), como conceito central em diversos estudos e por importantes instituições de pesquisa e agências de desenvolvimento britânicas[24] voltadas à redução da pobreza, especialmente das populações rurais africanas. A ênfase na capacidade dos atores em articular recursos diversos mostrou-se adequada para informar como pessoas fazem para sobreviver em situações de vulnerabilidade[25] extrema, de riscos, de crises ou de catástrofes.

A abordagem também integrou os debates sobre reformas nos serviços de extensão rural no final da década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, especialmente no âmbito do Grupo Neuchâtel[26]. Os serviços de extensão eram frequentemente caracterizados pela falta

---

[24]Instituições de pesquisa em desenvolvimento como o *Institute of Development Studies* (IDS), *Overseas Development Institute* (ODI) e *Overseas Development Group* (ODG); ONGs como CARE e OXFAM; e governo, como o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Agências globais como o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) passaram a considerar a abordagem a partir da segunda metade da década de 1990.

[25] Vulnerabilidade se refere ao nível de riscos ou ameaças que pesam sobre uma família ou uma comunidade e que põem em questão suas vidas ou meios de sustento. A vulnerabilidade de uma comunidade é determinada pela sua capacidade de lidar com adversidades e crises (como secas, inundações, políticas governamentais adversas etc.). Não deve ser confundida com a pobreza, embora seja inegável que a pobreza subjacente seja um fator que aumenta a vulnerabilidade na maioria dos contextos (FEDERACIÓN INTERNACIONAL, 2010). O contexto de vulnerabilidade é importante porque tem um impacto direto sobre os recursos das pessoas e opções de meios de vida (DFID, 1999).

[26] O grupo Neuchâtel foi formado em 1995 após uma reunião organizada pela Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento na cidade de Neuchâtel, na Suíça, incluindo representantes da Alemanha (GTZ), dos Estados Unidos (USAID), Inglaterra (DFID), França (CF), entre outros, bem como representantes de instituições multilaterais de cooperação (FAO, Comissão Europeia, CTA e Banco Mundial). Através de uma série de estudos

de compromisso (e de entendimento) com relação à redução da pobreza, e rotineiramente criticados por seus vieses de elite e seus fracassos em trabalhar com os pobres, as mulheres e as minorias étnicas das áreas rurais (CHRISTOPLOS, 2003). A perspectiva dos meios de vida incluiu, nesse período, o quadro comum de sugestões a respeito de mudanças na concepção (e políticas) de uma extensão pró-pobre em diversos contextos. Apesar de ter caído em desuso nos debates mais recentes sobre extensão rural, a perspectiva é tipicamente pensada (e aplicada) como base para a intervenção. Com efeito, pode ser uma ferramenta de diagnóstico útil para fornecer uma base de evidências para ajudar a garantir que as intervenções possam ser projetadas para ter um impacto mais positivo nos meios de vida das pessoas no meio rural.

Chambers e Conway (1992) definem meios de vida como as capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários ao sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de estresses ou impactos, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus ativos, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe sirvam de base.

O quadro dos meios de vida salienta a importância de compreender diversos componentes e fatores que incluem (ASHLEY; CARNEY, 1999, p. 7):

• as prioridades que as pessoas identificam;

• as diferentes estratégias adotadas no exercício das suas prioridades;

• as instituições, políticas e organizações que determinam o seu acesso aos ativos ou oportunidades e os retornos que poderão obter;

• o seu acesso ao capital social, humano, físico, financeiro e natural, e sua capacidade em tornar seu uso produtivo, e;

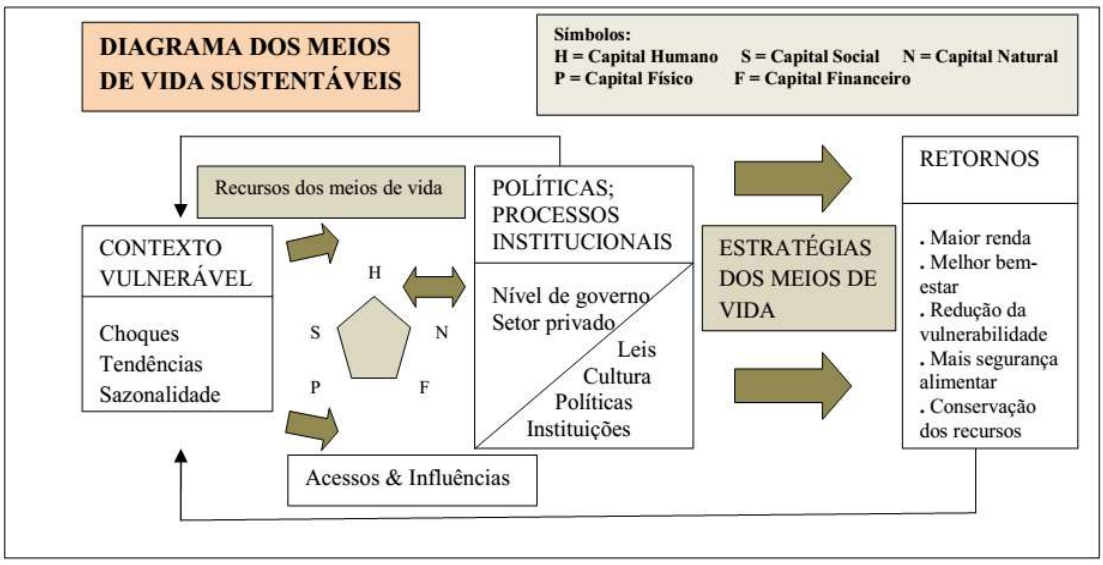
• o contexto em que vivem, incluindo as tendências externas (econômicas, tecnológicas, demográficas etc.), os choques (naturais ou provocadas pelo homem) e a sazonalidade.

O *Department of International Development* (DFID) estabeleceu um esquema interpretativo que orientou sua análise dos meios de vida sustentáveis e políticas anti-pobreza. O Diagrama dos Meios de Vida Sustentáveis (Figura 9) apresenta as principais variáveis que afetam os meios de vida das pessoas e as relações mais comuns entre essas variáveis. O diagrama pode ser utilizado de modo flexível tanto no planejamento de novas atividades de desenvolvimento como na avaliação da contribuição das atividades já em curso para a sustentabilidade dos meios de vida.

---

de caso e reflexões conjuntas, a "Iniciativa de Neuchâtel" buscou uma medida de convergência para o pensamento sobre os objetivos, métodos e meios de apoio à extensão agrícola (NEUCHATEL GROUP, 1999).

Figura 9 - Diagrama dos meios de vida sustentáveis do DFID.



Fonte: Adaptado de Carney (1998, p. 5 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 123, tradução dos autores).

Mais especificamente, o diagrama contém os elementos a) para análise do contexto da vulnerabilidade (choques, tendências e sazonalidades), que pode ameaçar a sustentabilidade dos meios de vida; b) para análise dos ativos sobre os quais os meios de vida são construídos, incluindo os capitais humano, social, físico, natural e financeiro; c) do contexto dentro do qual evoluem os meios de vida, incluindo as políticas nos níveis micro e macro, e processos institucionais (cívicos, econômicos, políticos e culturais); d) das estratégias de meios de vida, com base na sua resposta ao contexto de vulnerabilidade, dos seus ativos disponíveis e dentro das oportunidades e restrições oferecidas pelo ambiente institucional e; e) dos resultados de meios de vida expressos em termos da redução da vulnerabilidade, maior segurança alimentar, maior renda, melhoria nas condições de bem-estar e de conservação dos recursos naturais[27]. Oferece, assim, uma lista de verificação das questões relevantes e uma descrição de como essas questões estão interligadas; chama atenção às influências e processos mais importantes; e evidencia as múltiplas interações entre as diversas variáveis que afetam os meios de vida (DFID, 1999; ALLISON, 2003).

De forma simplificada, a abordagem percebe as pessoas como agentes em um contexto de vulnerabilidade. Nesse contexto, elas têm acesso a certos recursos. É o ambiente

[27] Em termos de resultados de meios de vida, não se deve assumir que as pessoas estão inteiramente dedicadas a maximizar o seu rendimento; do contrário, é importante reconhecer e procurar compreender a riqueza dos objetivos potenciais de meios de vida. Isso ajuda a compreender as prioridades das pessoas, por que elas fazem o que fazem e onde estão suas principais limitações (DFID, 1999).

organizacional, institucional e social que determina o significado e o valor de tais recursos. Esse ambiente também exerce influência sobre as estratégias de meios de vida (como os recursos são combinados e utilizados); influência da qual as pessoas podem lançar mão para alcançar resultados positivos para o próprio sustento e para atingir seus próprios objetivos (DFID, 1999).

Segundo Perondi et al. (2008), a abordagem dos meios de vida pode ser de grande utilidade para acompanhar processos de diversificação em áreas cultivadas com tabaco pois amplia o universo de análise na medida em que supera os aspectos produtivos estritos para inserir o agricultor no ambiente social e econômico de sua comunidade e território, e assim pensar estratégias sustentáveis de produção e reprodução dos agricultores. Mais recentemente, a Abordagem dos Meios de Vida foi estabelecida como referencial teórico e metodológico adequado à implementação do Artigo 17 da CQCT que versa sobre o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis ao cultivo de tabaco.

2.2 CAPITAIS – OS RECURSOS MOBILIZADOS NAS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO

A perspectiva de examinar meios de vida através de múltiplos capitais tem longa tradição em economia. Na economia clássica, "capital" é um termo usado como base para a produção, para descrever um fator de produção, onde o dinheiro precisa ser transformado em insumos físicos (tangíveis) antes que a produção possa ocorrer. O capital subjacente a essa produção compreende "coisas", como a terra e capital de trabalho e humano, como máquinas e equipamentos, enfim, entidades físicas necessárias aos processos produtivos (MORSE; MCNAMARA, 2013). Mesmo a inclusão da ideia de capital humano pelos economistas, na década de 1960, com intenção de adotar uma visão mais ampla do processo, mas que, por fim, foi comumente compreendida como um conjunto de "qualidades humanas que podem ser empregadas como 'capital' na produção (do modo como se emprega o capital físico)" (MORSE; MCNAMARA, 2013; SEN, 2010, p. 332).

A noção de capital na perspectiva dos meios de vida ultrapassa a ideia dos recursos como fatores que sustentam a produção, indo muito além da mudança econômica estrita, procurando evidenciar o potencial dos recursos (materiais e imateriais) para a geração de mudanças sociais. Nesse sentido, Bebbington (1999) destaca que os recursos acessados (ativos) não representam apenas os meios através dos quais as pessoas ganham a vida.

> Os ativos também dão sentido ao mundo das pessoas e lhes dão a capacidade de ser e agir. Representam a base do poder dos agentes, de agir e de se reproduzir, de desafiar ou alterar as regras que regem o controle, uso e transformação dos recursos. Em certo sentido, o quadro compreende os ativos como veículos para a ação instrumental (para ganhar a vida), a ação hermenêutica (para tornar a vida significativa) e para a ação emancipatória (para desafiar as estruturas dentro das quais se ganha a vida) (BEBBINGTON, 1999, p. 2022, tradução nossa).

Segundo Morse e McNamara (2013), essa é uma concepção muito mais sutil de capital podendo abranger aspectos culturais, de religiosidade e recreacionais, que ajudam a tornar a vida significativa, embora o uso hermenêutico e emancipatório dos capitais muitas vezes não seja contemplado nos estudos dos meios de vida. A análise dos meios de vida precisa, portanto, examinar as funções dos diferentes tipos de recursos que as pessoas fazem uso na composição de suas atividades e avançar para além da categorização dos tipos de capital, relacionando as formas de acesso das pessoas aos recursos, as funções desses ativos nas estratégias de meios de vida, identificando caminhos para o desenvolvimento e a evolução dos papéis dos diferentes ativos dentro desses caminhos (DORWARD et al., 2001).

Com poucas variações, os estudiosos dos meios de vida têm sistematizado os ativos num conjunto composto por cinco tipos de capitais - o chamado *pentágono de ativos*[28]- representando os recursos que podem ser acessados pelos indivíduos[29]. Entre estes recursos estão (DFID, 1999):

- Capital natural, representado pelos recursos biofísicos (quantidade e qualidade de terra e água, biodiversidade etc.) utilizados para sobrevivência;
- Capital físico, composto por recursos produzidos para permitir que as pessoas e famílias exerçam suas atividades (casa, benfeitorias, máquinas, ferramentas, transporte, energia, estradas, comunicação, tecnologias etc.);

[28] A figura geométrica do pentágono tem sido utilizada para demonstrar graficamente a variação de acesso a determinados recursos pelos grupos sociais. O ponto central da figura representa o acesso zero aos recursos enquanto a fronteira externa indica o máximo de acesso. Assim, formas diferentes de pentágonos podem ser desenhadas indicando os diferentes acessos. Entretanto, cabe ressaltar que os ativos não se restringem aos cincos capitais podendo haver variações de acordo com o contexto de estudo (PERONDI e SCHNEIDER, 2012). Bebbington (1999), por exemplo, faz referência à utilização do capital cultural adicionado à estrutura de ativos como fundamental na determinação de acesso aos recursos. Baumann (2000) defende a noção de capital político como um ativo endógeno crítico para construção dos meios de vida e também como um de seus principais fatores de restrição. Entretanto, de modo geral, capital cultural e político se encontram diluídos nos debates sobre capital social e acesso.

[29] Apesar da utilização intercambiável dos termos "ativos" e "recursos" utilizados pelos diversos autores, Bebbington (1999) assinala que ativos são considerados como o conjunto de recursos *acessados* para a construção das estratégias de reprodução.

- Capital humano, representado pelos recursos humanos disponíveis às famílias e indivíduos nas suas dimensões quantitativas e qualitativas (conhecimento, educação, saúde, habilidades, capacitação, experiências, quantidade e qualidade de mão de obra disponível etc.);
- Capital financeiro ou econômico, representado pela disponibilidade de dinheiro ou equivalente para realização das estratégias de meios de vida (crédito, poupança, salário, transferências sociais etc.); e
- Capital social, estabelecido pelas relações dos indivíduos e grupos familiares com a sociedade mais ampla (vínculos, associações, organizações, contatos, redes, relações de confiança, reciprocidade, parentesco, intercâmbio etc.).

Estas categorias de ativos são, segundo Ellis (2003), reconhecidamente artificiais e nem todos os recursos nos quais as pessoas se apoiam na construção de meios de vida se encaixam perfeitamente dentro deles. No entanto, elas servem ao propósito útil de distinguir tipos de ativos que tendem a ter conexões diferentes para o ambiente político, como, por exemplo, a conexão entre capital humano e políticas sociais (como educação e saúde) e do capital natural com políticas agrícolas e ambientais. Além disso, essas categorias de capitais são substancialmente úteis como ferramentas conceituais, no sentido de lembrar que as pessoas não usam somente dinheiro e equipamentos na construção de seus meios de vida, mas também mão de obra familiar, habilidades e competências profissionais, influência política, serviços sociais prestados pelo Estado, infraestruturas e uma série de outros ativos que as práticas políticas e de intervenção podem ajudar a fortalecer, redistribuir ou minar (ALLISON, 2003).

Os indivíduos combinam diferentes recursos – aqueles a que tem acesso e controle – na construção de seus meios de vida (SCOONES, 1998). Isso se dá, claramente, de formas múltiplas e distintas: diferentes pessoas, diferentes contextos e recursos e diferentes possibilidades de acesso. Os recursos ou meios (intitulamentos) aumentam a possibilidade das pessoas e dos grupos familiares para realizar as atividades que valorizam, mas também deve ser reconhecido que igualar a propriedade de recursos não significa, necessariamente, igualar a capacidade das pessoas para realizar essas atividades (SEN, 2008).

Então, é importante ter uma noção mais clara dos ativos mais importantes para diferentes pessoas e lugares, a fim de identificar formas mais úteis de intervenção (BEBBINGTON, 1999), se este for o objetivo. Nesse sentido, a perspectiva dos meios de vida considera a sensibilização para o estado de ativos de pessoas pobres ou famílias como fundamental ao entendimento das opções abertas a elas (ELLIS; ALLISON, 2004). Os grupos mais pobres, no geral, têm acesso mais limitado aos ativos e estão mais restritos em suas

escolhas de meios de vida. Ademais, nem sempre a posse de um recurso significa acesso a ele, nem sempre a existência de um recurso significa poder utilizá-lo (Souza, 2012).

A perspectiva dos meios de vida refere-se, portanto, e em primeiro lugar, as pessoas. Ela busca uma compreensão clara dos pontos fortes de cada grupo - recursos ou dotações de capital - e dos esforços e capacidades para transformar esses pontos em resultados positivos no que se refere aos seus meios de vida. A abordagem parte do princípio de que as pessoas necessitam de uma variedade de recursos para alcançar tais resultados positivos, tendo em conta que nenhuma categoria de recursos, isoladamente, é capaz de produzir os inúmeros resultados que as pessoas procuram alcançar (DFID, 1999). Assim, a seção que segue apresenta a caracterização dos recursos acessados pelas famílias de fumicultores que diversificaram seus meios de vida segundo a pesquisa de campo realizada para esta tese.

2.3 INICIANDO A TESSITURA: OS CAPITAIS DOS MEIOS DE VIDA

A partir dessa seção, passa-se a analisar os dados da pesquisa de campo com relação aos principais recursos mobilizados pelos agricultores familiares de tabaco na composição de estratégias de diversificação. As cinco principais categorias de capitais utilizadas para análise e as principais questões investigadas nesses campos, como importantes para os meios de vida, são apresentadas no Quadro 8.

Quadro 2 - Categorias de recursos investigados.

Categorias de análise		Questões investigadas	Objetivo
ATIVOS	**Capital físico**	- existência e acesso a infraestruturas: estradas, energia, água, informação; transporte; - benfeitorias, máquinas e equipamentos;	Investigar os principais recursos mobilizados pelos agricultores familiares de tabaco na composição de estratégias de diversificação.
	Capital humano	- demografia, gênero, idade, escolaridade, posição no grupo doméstico; saúde; - habilidades, experiência, capacitação;	
	Capital natural	- quantidade e qualidade de terra e água.	
	Capital social	- participação em organizações formais e informais (associações, cooperativas e outros grupos); tipo e força do vínculo; - participação nas atividades da comunidade (eventos, festas etc.);	
	Capital financeiro	- crédito; empréstimos e poupanças; transferências sociais;	

Fonte: Elaboração da autora.

Essas informações sobre os recursos mobilizados relacionam-se com apreciações mais complexas e multidimensionais desenvolvidas mais adiante e ao longo deste trabalho para

chegar-se à compreensão do processo de diversificação dos meios de vida entre produtores e ex-produtores de tabaco em Candelária. Essa compreensão é importante porque, de outra forma, os resultados podem parecer muito mais descritivos, reduzidos ao que as pessoas fazem e têm, do que propriamente analíticos, referidos ao por que as pessoas têm o que têm e fazem o que fazem (MORSE; MCNAMARA, 2013). As subseções que seguem apresentam as cinco categorias de capitais estudadas.

2.3.1 Capital Natural

O capital natural, como posto anteriormente, é representado pelos recursos biofísicos como quantidade e qualidade de terra e água, biodiversidade etc. utilizados para sobrevivência. As populações rurais são especialmente dependentes destes recursos que podem ser degradados ou reforçados dependendo de seu gerenciamento e manejo. A importância desse capital vai muito além de seus aspectos produtivos, incluindo o funcionamento contínuo de ecossistemas complexos e a saúde e bem-estar das pessoas (DFID, 1999).

Para a caracterização do capital natural, neste trabalho, definiu-se questões relativas à qualidade e quantidade de terra e água, incluindo ainda a utilização de insumos químicos e orgânicos, práticas de conservação do solo, presença de áreas erodidas, uso de rotação de culturas e uso de sistemas de produção agroecológico/orgânico; além das formas de obtenção de lenha pelos fumicultores para o processo de cura do tabaco.

A área média total das propriedades familiares estudadas é de 11,4 ha, sendo 6,6 ha a média da superfície agrícola útil ao processo produtivo (Quadro 9).

Quadro 3 - Caracterização fundiária das Unidades Produtivas Familiares (UPF) pesquisadas.

UPF	Área total (ha)	Útil (ha)	Própria (ha)	Arrendamento (ha)		Parceria (ha)		Outra forma
				De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	
01	13,8	9	13,8					
02	12	8	12					
03	24	10	12					12 ha em inventário
04	8	2	8		4			
05	12,5	8,5	12,5				2	
06	18	10	18					
07	12,1	7,6	12,1		4			
08	15,8	10	15,8		3		4	
09	4	4	4					
10	8	3	8					
11	12	8,5	12					
12	13	9	13					
13	4,5	3	4,5					
14	13,5	9	13,5					
15	15	8	15		2			
16	4	2	4					
17	12	7	12					
18	5	3	5					
19	8	4,5	8					
20	13,5	7	13,5		2			

Fonte: Pesquisa de campo.

Em termos de área, os dados demonstram que esses grupos familiares apresentam uma baixa dotação do ativo terra, sendo essa uma característica comum em regiões fumicultoras. Entretanto, dezesseis das famílias respondentes relataram possuir quantidade de terra suficiente à produção, embora parte delas reconheça operar no limite produtivo. Isso explica, em parte, a busca por determinados tipos de atividades, como hortifrutigranjeiros e bovinocultura de leite, por exemplo, menos demandantes em termos de área; e outros tipos de atividades de diversificação e receitas supletivas, como a agroindustrialização e opções não agrícolas de trabalho - que não passam necessariamente pela produção agropecuária estrita, como será demonstrado no capítulo adiante. A questão da terra pode ser, portanto, bastante complexa no que se refere à diversificação.

Todos os entrevistados afirmaram ter água suficiente nas propriedades. Existem nascentes em quinze unidades, açudes em nove delas e cinco propriedades têm poços artesianos. Em três propriedades existem arroios e duas delas são banhadas por rios. Em apenas uma propriedade existe rede de distribuição pública e somente uma família não possui nenhum

recurso hídrico na propriedade, puxando água de área vizinha. Além disso, todas as famílias garantiram a qualidade da água em suas propriedades.

As matas ciliares são preservadas em 16 propriedades. Duas famílias relataram a perda da mata ciliar devido a enchentes em anos passados. Problemas de erosão foram relatados em seis estabelecimentos, embora nenhum caso grave de degradação do solo. Ambos os processos ecológicos apresentam influência negativa sobre o capital natural. Onze das 20 propriedades investigadas possuem parte da área localizada em montanhas, com algumas áreas de Preservação Permanente[30]. Essas áreas são, na maioria das propriedades, aproveitadas com atividades agrossilvipastoris (combinação de culturas agrícolas, árvores e animais), garantindo ainda a preservação da qualidade dos recursos naturais.

Dez famílias declararam fazer uso de sistema de produção agroecológico/orgânico. Dezoito famílias usam insumos orgânicos na produção, principalmente esterco, composto e resíduos de cultivos e alegaram realizar rotação de culturas nas propriedades. Essas práticas de recomposição da fertilidade do solo diminuem a necessidade de acessar insumos por intermédio de outros atores externos. Insumos químicos são utilizados em dez propriedades e treze famílias fazem uso de agrotóxicos, especialmente nos cultivos de fumo e milho. A coleta das embalagens de agrotóxicos é realizada pelas empresas fumageiras e aqueles agricultores que declararam perder o dia da coleta, afirmaram não queimar nem se desfazer delas de qualquer forma, acondicionando-as em lugar específico até a próxima data de coleta. De modo geral, as famílias fazem uso de sistemas muito similares de proteção do solo e da água.

Por ser um território de predomínio de cultivo do tabaco, especialmente em algumas localidades, alguns agricultores (que trabalham numa perspectiva ecológica) não consideram de fato a realização de uma "verdadeira" produção agroecológica no município, em razão da grande carga de agrotóxicos utilizada na maior parte das unidades produtivas. Consideram realizar uma produção orgânica em razão da não utilização de agroquímicos no seu processo produtivo. De forma dissonante, sete famílias afirmam que associam em suas propriedades a fumicultura e a produção de base ecológica. Segundo Schneider (2014), embora a agricultura de base ecológica e a fumicultura sejam geralmente percebidas como conflitantes, não raramente são encontradas como atividades complementares em uma mesma propriedade rural.

[30] De acordo com o artigo 4º do Novo Código Florestal de 2012 (Lei nº 12.651), "as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive" são consideradas Áreas de Preservação Permanente (BRASIL, 2012)

Dezesseis respondentes afirmaram receber orientações (da EMATER) sobre preservação e conservação dos recursos e sobre a legislação ambiental (da EMATER e da AFUBRA). Quatro famílias relataram jamais ter recebido nenhuma orientação nesse sentido. Duas famílias relataram problemas legais em decorrência de queimadas, e metade dos entrevistados são bastante proativos nas questões ecológicas. Essas informações são acessadas principalmente através dos agentes de extensão, públicos e privados, que orientam e avisam sobre questões pertinentes à legislação e outros aspectos que devem ser observados pelos agricultores.

As treze famílias que produzem tabaco utilizam lenha no processo de cura das folhas. Destas, oito famílias compram o insumo, três compram uma parte da lenha e produzem outra parte e duas produzem o total da lenha consumida. A lenha produzida pelos entrevistados resulta de florestamento com eucalipto. Nenhuma família relatou o uso de lenha nativa nos anos recentes. A reposição florestal é incentivada pelo setor fumageiro, especialmente desde a década de 1990, tanto pelo rigor da legislação ambiental, quanto como estratégia para baixar custos de produção. De acordo com Farias (2010), a prática de florestamento, especialmente com eucalipto, atende os interesses do fumicultor no aprovisionamento de lenha e no melhor uso da propriedade (com aproveitamento de terras marginais, mal drenadas ou de topografia acidentada) além de amenizar a pressão sobre florestas naturais remanescentes proporcionando vantagens indiretas no bem-estar da coletividade. A atividade florestal constitui ainda uma prática de diversificação produtiva às propriedades sem necessidade de alteração da matriz produtiva estabelecida (FARIAS, 2010). A qualidade e quantidade dos recursos de capital natural, de modo geral, podem orientar e restringir determinadas práticas, mas, como observado nestes casos não impede a realização de meios de vida diversificados e criativos.

2.3.2 Capital Físico

O capital físico é composto por recursos produzidos para permitir que as pessoas e famílias exerçam suas atividades (casa, benfeitorias, máquinas, ferramentas, transporte, energia, estradas, comunicação, tecnologias etc.). Questões relacionadas à adequação de infraestruturas e de acesso a elas também precisam ser observadas (DFID, 1999). As questões aqui investigadas referem-se à existência e acesso a infraestruturas, como estradas, energia, telefonia e internet; transporte; e benfeitorias, máquinas e equipamentos.

Quase todas as propriedades investigadas possuem máquinas e equipamentos necessários à produção. Quatro famílias contratam, eventualmente, serviços de colheitadeira.

Empréstimos de trator foram relatados por cinco famílias, e em todas elas o empréstimo ocorreu entre parentes. A baixa dotação desses recursos, colheitadeira e trator especialmente, diz respeito a uma escolha racional dos agricultores tendo em vista que a maior parte das atividades desenvolvidas não comportam a aquisição e manutenção desses implementos. Para essas famílias, o acesso é garantido por contratação e empréstimo quando necessário.

As benfeitorias são, de modo geral, suficientes em todas as propriedades, segundo os respondentes. Existem necessidades de melhorias e expansão de algumas instalações, conforme relatos, mas nada que tenha interferido de forma importante e restritiva, até o momento, nos processos produtivos. Algumas modificações são realizadas de forma criativa pelas famílias. Duas delas (E10 e E16), por exemplo, transformaram estufas de fumo em galinheiro. Outra família (E7) aluga a estufa, que não é mais usada, a terceiros, gerando renda adicional. Uma família (E4) fez uso de equipamentos artesanais, de adaptação própria, no início do processo agroindustrial. Outra família (E6), inicialmente, fez uso de equipamentos cedidos pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Itens e equipamentos faltantes às agroindústrias, mais recentemente, como fogão, forno, tachos, etc. tanto para substituição quanto para expansão da produção, vão sendo adquiridos gradativamente. O acesso a esses recursos físicos foi garantido pelas famílias, de várias formas – adaptados, emprestados, financiados – mas, de modo geral, fazendo uso daquilo que existia de potencial na propriedade. Além dessas possibilidades, o modo mais usual de acesso a máquinas, equipamentos e benfeitorias se dá através de políticas públicas de investimento.

A condição das estradas é ruim. Inclusive aquelas que compõem a rota turística e que conduzem a cinco agroindústrias no município. Oito famílias relataram problemas para escoar a produção, principalmente em dias de chuva. Essa situação precária das estradas configura uma limitação importante aos processos produtivos, apontados também pelos agentes de extensão rural.

> [...] aqui em Candelária são 31.000 habitantes, 15.000 no interior. É um território bastante extenso e com uma estrutura de estradas na maior parte do tempo bastante precárias. Então, têm pessoas que demoram uma hora, uma hora e meia se fosse de carro para chegar a cidade numa estrada precária. Então, a cadeia produtiva do fumo consegue chegar lá, consegue fazer os insumos chegar lá e o caminhão coletar o produto, agora esse produtor não consegue produzir galinhas e vender ovos, não consegue alface, tem uma limitação muito grande no território e de outras questões estruturais que limitam a redução do fumo e entrada na outra atividade [...] (Extensionista)

> Para desenvolver a fruticultura que é uma atividade viável [...] o ponto limitante são as estradas, estradas de chão são ruins para fruticultura, é um problema, caqui, pêssego, uva que é um produto sensível, no momento em que ele faz 5 km o produto já está estragado [...] (Extensionista)

Como observado na primeira declaração, essa condição afeta menos o produtor de tabaco que é assistido pela agroindústria. Para o produtor de ovos, de frutas, de processados e de produtos mais perecíveis no geral, que são comercializados de maneira contínua, essa circunstância se torna limitante. Associado a isso, está o fato de as famílias não possuírem transporte adequado às entregas dos seus produtos, contornando essa situação com uso do próprio veículo. Das famílias entrevistadas, apenas duas não possuem carro e todos afirmaram ser bem servidos pelas linhas de ônibus existentes. De acordo com Ellis (2000), as infraestruturas de estradas têm diversos impactos sobre os meios de vida, na redução de custos de transação, para facilitar a criação de novos mercados e contribuir à transferência de informações, especialmente onde as infraestruturas de telecomunicações são deficitárias.

Todas as propriedades têm energia elétrica e em quinze delas a rede de energia é trifásica. Todas as famílias têm telefone (especialmente os móveis), embora todas também tenham queixas da qualidade do sinal. Apenas três famílias não têm acesso à internet. Segundo os relatos, a internet se constitui em uma fonte importante de informações para esclarecer dúvidas (de forma mais rápida) quanto ao processo produtivo. *Softwares* como *Whatsapp* e Redes Sociais são utilizados, além da interação social, para contatos com as agroindústrias, para a realização de pedidos e para o turismo no Caminho dos Tropeiros. Esses recursos representam, portanto, ativos importantes à realização das atividades familiares, ainda que necessitem de melhor qualidade operacional.

2.3.3 Capital Humano

O capital humano é representado pelos recursos humanos disponíveis às famílias e indivíduos nas suas dimensões quantitativas e qualitativas - conhecimento, educação, saúde, habilidades, capacitação, experiências, quantidade e qualidade de mão de obra disponível etc. O capital humano além da importância em si, pode ser fundamental como fator de suporte aos demais capitais (DFID, 1999). Esse recurso não deve ser referido apenas em termos de sua contribuição à produtividade, como assinala Bebbington (1999), mas por sua contribuição à qualidade de vida das pessoas, melhorando sua capacidade de questionamento, de negociação, de empoderamento e de garantia de melhores empregos.

Nesse sentido mais amplo do capital humano, as questões investigadas incluem demografia, gênero, idade, escolaridade, posição no grupo doméstico; saúde; e habilidades, experiência e capacitação dos grupos familiares.

A média de membros nos grupos familiares estudados é de 4,5 pessoas, e destas, uma média de 3,1 pessoas dedicam-se a atividade agrícola. 31 indivíduos exercem atividades não agrícolas, sendo 20 ocupados em agroindústria e 11 em ocupações intersetoriais. Duas propriedades são chefiadas por mulheres.

O nível de escolaridade dos membros das famílias investigadas é baixo e está apresentado no Quadro 10, abaixo relacionado, dividido por faixa etária e diferenciado por gênero.

Quadro 4 - Escolaridade dos membros das famílias investigadas por gênero e faixa etária.

Gênero	Faixa etária (anos)	Analfabetos e Fundamental incompleto	Fundamental e Médio incompleto	Médio e Superior incompleto	Técnico	Superior	Total
Total	0-14	15	-	-	-	-	15
	15-29	-	4	14	3	1	22
	30-49	4	3	13	-	-	20
	50-75	15	9	3	-	1	28
	+ 75	5	-	-	-	-	5
	Total	**39**	**16**	**30**	**3**	**2**	**90**
Mulheres	0-14	7	-	-	-	-	7
	15-29	-	2	11	-	1	14
	30-49	2	2	3	-	-	7
	50-75	8	4	2	-	1	15
	+ 75	2	-	-	-	-	2
	Total	**19**	**8**	**16**	**-**	**2**	**45**
Homens	0-14	8	-	-	-	-	8
	15-29	-	2	3	3	-	8
	30-49	2	1	10	-	-	13
	50-75	7	5	1	-	-	13
	+ 75	3	-	-	-	-	3
	Total	**20**	**8**	**14**	**3**	**-**	**45**

Fonte: Pesquisa de campo.

Entre os membros das famílias com 50 a 75 anos predominam aqueles com menor grau de instrução dos grupos familiares, com quinze componentes escolados até a 5ª série do ensino fundamental e nove com o fundamental completo. Neste grupo etário também estão aqueles membros que mais se dedicam a atividade agrícola. Os cinco membros com mais de 75 anos são analfabetos. O baixo nível de escolaridade é uma condição generalizada no município, que apresenta 64% da população (com mais de dez anos) na categoria sem instrução e fundamental incompleto (IBGE, 2010); e manifestada no IDHM, onde a dimensão da Educação, com índice de 0,521, representa a faixa baixa no desenvolvimento humano (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

O IDHM em Candelária é 0,674, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), abaixo da média estadual que é de 0,746. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,842 (faixa muito alta), seguida da Renda, com índice de 0,699 (faixa média), e da Educação, como dito, com índice de 0,521 (faixa baixa) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). Segundo alguns estudos, essa condição é comum em regiões de tabaco e reforça a ideia de que a produção de fumo não conduz a processos reais de desenvolvimento das pessoas e nem das localidades (FREITAS, 2015; FREITAS et al., 2014; BONATO, 2013; DESER, 2012).

Os dois estratos mais jovens das famílias (15-29; 30-49 anos) apresentam melhor grau de instrução com 27 membros escolados até o ensino médio completo. Entre esses grupos mais jovens estão aqueles indivíduos que mais diversificam ocupações em atividades não agrícolas (agroindustriais e intersetoriais). Apenas três componentes (homens) possuem formação técnica e dois (mulheres) tem formação superior. Observa-se pelos dados apresentados que não existe diferenciação relevante quanto ao grau de instrução por gênero nas famílias investigadas.

Com relação ao conhecimento necessário às atividades desenvolvidas, as famílias de modo geral têm aprendido na prática, na experiência. Buscam informações por conta, principalmente com os extensionistas da EMATER. A internet também tem sido um meio frequente usado para esclarecer as dúvidas dos agricultores. Aqueles envolvidos na agroindustrialização realizam os cursos referentes àquilo que produzem, além dos cursos gerais de boas práticas. Cursos de qualificação e capacitação são oferecidos no município, ainda que com menos frequência nos últimos anos e nem sempre condizentes com as necessidades produtivas das famílias.

Outra forma bastante comum de obtenção de conhecimento entre os agricultores são as visitas a outras propriedades. Aqueles que participam da Associação dos Feirantes de Candelária (AFECAN), por exemplo, compartilham informações entre si e nas reuniões realizadas mensalmente nas propriedades. Outros visitam propriedades no município ou em outros municípios, principalmente aqueles que buscam informações sobre produção agroecológica. No entanto, fica evidente que a partilha de conhecimento fica mais circunscrita, ou pelo menos é mais intensa, nos grupos familiares associados. Os demais sentem mais dificuldade na busca por informações pelo maior isolamento, o que acaba sendo, em boa medida, causa e consequência (meio e fim) da baixa dotação do ativo conhecimento/qualificação para esses grupos familiares particulares. Nesse sentido, Sen (2010) ressalta que a qualificação humana, além de tornar o indivíduo mais eficiente na produção de

mercadorias, capacita as pessoas a comunicarem-se, a argumentar, a terem condições de escolher estando mais bem informados, a serem tratados com mais consideração pelos outros etc.

Diferentes tipos de conhecimento podem desempenhar um papel importante na aprendizagem social. O uso associado de conhecimento tácito, construído através da experiência direta das populações rurais, e de conhecimento científico pode contribuir de forma significativa à manutenção e competitividade das economias rurais (KNICKEL et al., 2008). É importante promover a ideia que dá peso igual a diferentes fontes de conhecimento, incluindo o de agricultores, extensionistas, mas também de outros; e que reconhece que existem múltiplas agendas legítimas da sociedade, incluindo aí os mais pobres, mas também aqueles da indústria e comércio, e todos podem contribuir para o desenvolvimento de diferentes maneiras.

A mão de obra é um ativo insuficiente em todas as unidades familiares. Três famílias entrevistadas contratam mão de obra com frequência. Aquelas que produzem tabaco contratam mão de obra principalmente no período de colheita. Essas famílias, sem exceção, têm reclamado do preço pago pela contratação de serviços, que tem ficado em torno de R$ 120,00 mais a comida, por dia trabalhado[31]. A escassez de mão de obra está entre as principais razões apresentadas por aqueles que deixaram de produzir tabaco, pois remunerar a mão de obra torna o cultivo inviável. Além disso, de acordo com relatos, está cada vez mais difícil encontrar mão de obra para contratar, especialmente no meio rural. Alguns produtores precisam deslocar-se a sede urbana para contratar serviços e, em anos passados, chegaram a contratar mão de obra de fora do município. A baixa dotação do ativo mão de obra no seu aspecto quantitativo tem, portanto, contribuído ao redirecionamento dos processos produtivos das famílias a outras atividades ou a formas alternativas de trabalho em regime de parceria. Nas atividades de diversificação apenas uma família relatou uso de mão de obra contratada, tendo em conta que esta propriedade é também aquela de maior produção de tabaco entre todas as investigadas.

Essa observação vai ao encontro das exposições de Vargas e Bonato (2007) e Zotti (2010) quando assinalam que a produção de fumo está presente nas famílias que ainda possuem uma quantidade significativa de mão de obra, especialmente jovem e de meia-idade. Zotti (2010) também destaca que a falta de mão de obra nas propriedades contribui para que muitas famílias desistam de plantar tabaco, e consequentemente busquem alternativas, como a realização de atividades não agrícolas, por exemplo.

[31] Esse valor refere-se às safras de 2016 e 2017. Informação prestada pelos agricultores e extensionistas.

Com relação à saúde, todas as famílias consideram o atendimento nos estabelecimentos de saúde razoável. Relatam, com queixas, que os agentes de saúde não têm mais realizado visitas nos últimos tempos; por outro lado, sempre que precisaram do atendimento público, o consideraram adequado. Os problemas mais comuns nas famílias são dores nas costas, hipertensão e colesterol, principalmente entre os de mais idade. Aqueles que produzem tabaco relatam que, em algum momento, algum membro da família sofreu por intoxicação pelo uso de agrotóxicos ou pela folha verde do tabaco. Segundo observações no relatório da EMATER (2016), as principais doenças que afetam a população rural em Candelária são a hipertensão, diabetes, transtornos psíquicos/mentais, intoxicação pela folha verde do tabaco, além de casos de suicídio[32] e dependência química (não especificado o tipo de dependência).

Dentro dessa perspectiva mais ampla, que excede o aspecto econômico da produção, a questão da saúde da família é um ponto muito forte de mudança que está entre as principais razões para o ingresso em outras atividades produtivas no município. A maior parte das famílias diminuiu ou abandonou o tabaco por intoxicação, "então esse talvez seja o ponto mais forte assim, principalmente dessa turma da AFECAN, os que desistiram foi por não poder conviver, por ter problemas com agrotóxicos" (Extensionista).

Em 2008, estudos epidemiológicos realizados entre produtores de fumo, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, confirmaram, pela primeira vez no Brasil, em Candelária e no município de Arapiraca, em Alagoas, a Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT). Foram confirmados 33 dos 46 casos suspeitos de DFVT, que se caracteriza por um quadro de intoxicação aguda pela absorção de nicotina, presente nas folhas do tabaco, pela pele. (DESER, 2015a). De acordo com relatos do agente de extensão, a partir disso, de verificada a doença, a saúde do trabalhador passou a ser trabalhada pelo Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador da Região dos Vales - CEREST/Vales, e vários exames de cotinina (que mede, na urina ou no sangue, a quantidade de nicotina presente no organismo) foram realizados, comprovando a intoxicação nos produtores nas etapas de plantio, colheita e manipulação do tabaco seco. Esses agricultores apresentaram altos índices de intoxicação por nicotina. O trabalho foi divulgado à comunidade com orientação de uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para prevenção de pelo menos 90% do problema, com uso de luvas e aventais adequados e evitação das horas úmidas e mais quentes em razão da solubilidade da nicotina em água.

[32] A Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense ocupa a primeira posição na taxa de suicídios por mesorregião no Brasil, com 15,96 óbitos por 100 mil pessoas (DEEPASK, 2013).

Além dessa questão, o problema do suicídio também foi trabalhado no município. Em 2009 foi organizado o Programa de Promoção à Vida e Prevenção ao Suicídio (PPS) no município, como parte de um projeto intermunicipal desenvolvido por pesquisadores do curso de Mestrado em Saúde da Família da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro. Esse projeto foi realizado em quatro municípios do Estado do Rio Grande do Sul – Candelária, Santa Cruz do Sul, São Lourenço do Sul e Venâncio Aires – todos com elevados índices de suicídio. O objetivo do PPS foi defrontar uma situação histórica de altos coeficientes de mortalidade por suicídio, tanto na população total quanto na população idosa, a partir da sensibilização e do envolvimento de profissionais de diferentes setores, incluindo a Emater. Apesar do delineamento do estudo não se ater à associação suicídio/fumicultura, um dos temas problematizados no programa foi à relação entre suicídio e uso de agrotóxicos, considerando que muitos dos suicidas na região eram fumicultores (CONTE et al., 2012).

Por outro lado, de acordo com relatos de algumas entrevistadas, as atividades alternativas realizadas junto às associações de agroindústria e dos feirantes, por exemplo, vêm proporcionando às mulheres, principalmente, um significativo benefício quanto à saúde física, mental e social.

> [...] nós tínhamos um grupo de mulheres que entraram, depressivas, tomando um monte de remédios, desmaiavam, choravam, pessoas que hoje nem dá para conhecer. Elas têm o ganho delas, aumenta a autoestima, né. Mas nem se fala, e o prazer de te encontrar ali, de conversar; por isso que eu falo, é muito gostoso o nosso grupo lá, as mulheres muito sofridas as vezes, mas [...] Então, é uma autoestima muito grande, isso não tem preço. Então, ajuda muito para essas mulheres, elas quase todas plantam fumo [...] (Entrevistada 1)

Assim como o ativo de melhor educação, uma melhor dotação do ativo saúde pode tornar as pessoas mais produtivas e, por esses meios, também realizar mais e, principalmente ter a "liberdade" de realizar mais em suas vidas (SEN, 2010). Esses ativos melhoram a capacidade das pessoas para serem agentes de mudança.

2.3.4 Capital Financeiro

O capital financeiro é representado pela disponibilidade de dinheiro ou equivalente para realização das estratégias de meios de vida (crédito, poupança, salário, transferências sociais etc.). Apesar de sua versatilidade (de ser convertido, com diferentes graus de facilidade, em outros tipos de capital, como influência política, por exemplo) não pode por si só responder a todas as questões de meios de vida. Também tende a ser o capital menos disponível àqueles

mais pobres (DFID, 1999). As questões investigadas para o capital financeiro neste trabalho referem-se a crédito; empréstimos e poupanças; renda e transferências sociais.

Observou-se que apenas cinco das famílias entrevistadas possuem unicamente a renda agrícola, as demais compõem sua renda exercendo atividades não agrícolas e através de transferência social. As rendas auferidas com atividades não agrícolas (em indústrias, comércio, serviços pessoais e transporte), realizadas por dez indivíduos em oito famílias, representam uma média de 30% dos ingressos totais. A renda obtida com a produção de tabaco nas treze famílias fumicultoras constitui entre 25% e 50% da renda total das unidades. Dos 20 grupos familiares apenas quatro não tem membros que recebem algum tipo de benefício social (pensão e aposentadoria). Apenas uma família recebe recursos do Programa Bolsa Família. Segundo Silva e Schneider (2015, p. 444), essa transferência condicionada de renda, pode ser vista como uma ferramenta importante não só pelo acesso à renda "mas também por condicionar a frequência escolar e o acompanhamento médico de crianças e mães beneficiárias do programa, influenciando nas capacitações dos beneficiários, além de incentivar o acesso ao mercado de trabalho, ao fornecer qualificação profissional".

As aposentadorias são ativos financeiros importantes especialmente na manutenção da unidade doméstica e na realização de poupança. Seis famílias afirmam usar a aposentadoria para esse fim. As demais utilizam a renda no sustento do grupo familiar e nos gastos com medicamentos àqueles que necessitam, principalmente os mais idosos. De modo geral, esse recurso proporciona melhores condições de vida às famílias. Embora não tenha sido o caso das famílias investigadas neste estudo, relatos de agentes de desenvolvimento apontam a aposentadoria como um ativo chave à diminuição e abandono da fumicultura. Nessa perspectiva, a segurança dessa renda permite ao fumicultor identificar outra (s) atividade (s), experimentar sua possibilidade e decidir pela sua continuidade.

Os créditos rurais são ativos fundamentais aos processos de diversificação. Dezesseis famílias acessaram em algum momento recursos para investimentos em diversificação via políticas públicas, através de programas federais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nas linhas Mais Alimento, Agroindústria e Mulher, bem como de programas estaduais como o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). As demais famílias acessaram outras fontes de recursos, três por intermédio de herança e uma por empréstimo de familiares. Créditos para custeio da produção foram acessados, mediante Pronaf, por todas as famílias entrevistadas em algum momento. Metade delas não tem acessado o recurso nos anos recentes, em grande parte para evitar dívidas. Cinco respondentes relataram dificuldades de acesso a crédito em razão de

endividamento. Seis famílias mencionaram dificuldades iniciais de acesso por desconhecimento e constrangimento e um respondente declarou sentir-se humilhado e destratado na tentativa de obter o recurso, pois os números do projeto não fechavam e os recursos lhe eram negados.

Essa situação não deixa de ser comum entre fumicultores. Sujeitados ao sistema do tabaco por décadas, os agricultores sentem dificuldades e diversas formas de constrangimentos em lidar com aspectos da produção que até então ficavam a encargo das agroindústrias.

> Ele tá acomodado durante várias décadas. Que o sistema do tabaco é muito cômodo para ele. Porque se ele quiser ele não sai da propriedade nem para comprar nem para vender nada, porque eles trazem todos insumos, buscam a produção e botam o dinheiro lá na tua conta. E são raras as atividades que fazem isso. Então quando o produtor por muitos anos ele cultiva o tabaco, quando ele tem que vender o produto ele não sabe vender, ele tem vergonha, ele tem medo, ele tem dificuldade [...] (Extensionista)

A exemplo da questão da venda, as tratativas sobre financiamentos e créditos para custeio e instalações, até então realizadas com o orientador de fumo, acontecem em novos espaços com novos atores. “Falar com os de gravata”, como relatado, suscita situações de desconforto em algumas pessoas.

O Pronaf é a política pública da agricultura familiar que conta com maior acesso entre os agricultores, cumprindo função importante para custeio e investimento nos processos produtivos. Todos os entrevistados possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativada, inclusive boa parte das mulheres. Quando questionadas quanto a oportunidades de acesso a créditos, todas declararam possibilidade se necessário, mesmo que nunca tenham recorrido propriamente ao recurso, e nove das respondentes contam com alguma política de crédito em seu nome no momento.

Não houve nenhum caso de acesso a crédito fundiário registrado entre os respondentes e, segundo relato de um extensionista, “crédito fundiário aqui em Candelária deve ter umas 150 famílias que foram beneficiadas para comprar terras lá para uns 15, 20 anos mais ou menos”. Tendo em conta que a baixa dotação do ativo terra tem configurado das principais dificuldades estabelecidas para a diversificação em áreas cultivadas com tabaco, a política fundiária não poderia estar ausente.

2.3.5 Capital Social

O capital social é estabelecido pelas relações dos indivíduos e grupos familiares com a sociedade mais ampla (vínculos, associações, organizações, contatos, redes, relações de confiança, reciprocidade, parentesco, intercâmbio etc.). Esses recursos sociais podem desempenhar um papel fundamental no sentido de facilitar (ou restringir) atividades de meios de vida, inclusive compensando a falta de outros tipos de capital. O capital social assume maior importância na medida em que o acesso aos recursos e a outros atores seja o ativo mais crítico de que as populações rurais precisam na composição de seus meios de vida (BEBBINGTON, 1999). De acordo com Carney (1999), das várias concepções concorrentes sobre capital social, alguns elementos centrais podem ser distinguidos: as relações de confiança, reciprocidade e troca entre os indivíduos que facilitam a cooperação; as conexões, redes e grupos, incluindo o acesso a instituições mais amplas; e, as regras comuns, normas e sanções mutuamente acordadas ou transmitidas dentro dos grupos sociais[33]. É um capital difícil de ser medido:

> Tanto Coleman como Bourdieu sublinham a intangibilidade do capital social, em comparação com outras formas. Enquanto o capital económico se encontra nas contas bancárias e o capital humano dentro das cabeças das pessoas, o capital social reside na estrutura das suas relações. Para possuir capital social, um indivíduo precisa de se relacionar com outros, e são estes — não o próprio — a verdadeira fonte dos seus benefícios (PORTES, 2000, p. 138)

A análise do capital social examina a qualidade dos vários tipos de conexão que afetam as pessoas, positiva ou negativamente. Nesse sentido, um ponto importante para observação são

---

[33] O pioneiro na definição do conceito de capital social foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Em Bourdieu (1980, p. 67), "o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis". Essas relações, segundo o autor, permitem o apoderamento de vantagens e benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede (BOURDIEU, 1980). Entretanto, o estudioso que mais contribuiu à difusão do conceito é o sociólogo norte-americano James Coleman. Ele define capital social de modo claramente funcional, como características estruturais que facilitam as ações dos indivíduos. Para o autor, "o capital social é definido pela sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes que têm duas características em comum: todas elas consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a consecução de certos fins que, na sua ausência, não seriam possíveis" (COLEMAN, 1988, p. 98). Não obstante, a principal referência teórica sobre capital social na atualidade é o cientista político norte-americano Robert Putnam. Partindo do referencial colemaniano, Putnam (1996, p. 177) define capital social como um conjunto de "características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (...). O capital social facilita a cooperação espontânea".
Para um aprofundamento analítico e crítico das concepções dominantes do conceito de capital social, consultar Higgins (2005).

as estratégias de sobrevivência que as pessoas desenvolvem em tempos de crise e até que ponto as pessoas se apoiam em recursos sociais para colocar estas estratégias em prática (DFID, 1999).

O capital social neste trabalho é investigado a partir da participação das famílias e indivíduos em organizações formais e informais (associações, cooperativas e outros grupos); tendo em conta o tipo e a força do vínculo instituído; e a participação nas atividades da comunidade (eventos, festas etc.). O Quadro 11 apresenta a síntese dessas principais relações sociais estabelecidas entre as famílias estudadas.

Quadro 5 - Principais relações sociais estabelecidas pelos grupos familiares estudados.

Tipo de participação	**Observações**	**Envolvidos**
Associações AFECAN MULHERES APROBANANA COOPERATIVAS HORTO MEDICINAL	A participação nas associações é ativa. São espaços de compartilhamento de informações, conhecimento e ideias/inovações. São espaços de participação e de "voz" dos participantes.	10 famílias envolvidas, algumas em mais de uma associação. Duas famílias cooperadas.
Sindicato	São poucos que participam ativamente. A maior parte dos afiliados não considera importante.	16 famílias filiadas.
Partido político	Participação diminuta. A situação atual da política gera reações irônicas e desencantadas nos respondentes quando questionados sobre filiação e participação.	Apenas uma família filiada e militante.
Festas na comunidade e município, de igreja e escola	Quase todas as famílias participam de eventos religiosos; cerca de metade delas de forma ativa. Quase a totalidade das famílias se envolve nas festas da comunidade e municipais. Algumas de forma mais dinâmica, participando da realização e dos processos decisórios. Outras apenas comparecem aos eventos.	Apenas uma família não participa. Dez famílias envolvidas de forma ativa nos eventos.
Mutirões	São pouco realizados no âmbito das comunidades. As famílias lamentam esse costume perdido que atribuem ao maior isolamento das pessoas. Os casos relatados dizem respeito aos mutirões realizados para atender demandas da agroindústria de panificados no âmbito da associação de mulheres, e também aqueles organizados para realização das festas comunitárias, de escola ou religiosas.	12 famílias envolvidas.
Troca-troca	As trocas de serviços ainda ocorrem, embora muito diminuídas (ajuda com trator, na colheita, no abate etc.). Costumam acontecer entre parentes e vizinhos próximos. Troca-troca de mudas e sementes são mais generalizadas. Encontro Municipal de Troca-troca de sementes crioulas e mudas acontece anualmente no município (18ª edição em 2018) com palestras, debates, trocas e almoço comunitário.	12 famílias envolvidas.
Espaço para participação • Orçamento Participativo • Conselho do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) • Conselho do Meio Ambiente • Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDE) • Diagnóstico Rural Participativo (DRP) • Sindicato	Existe uma controvérsia com relação aos espaços participativos. Enquanto alguns afirmam que não existem espaços para apresentar demandas e reivindicações, outros declaram que não há interesse das pessoas em participar. Os associados são mais participativos. A AFECAN, por exemplo, tem assento em conselhos municipais da saúde e meio ambiente e alguns associados estão envolvidos no Comude, na Certificação Participativa, nas oficinas da Rede Ecovida e no Capa.	Dez famílias não se sentem representadas e não identificam espaços para expressar suas demandas.

Fonte: Elaboração da autora.

De acordo com Ellis (2000), as relações sociais, de confiança e de interações dentro dos grupos familiares e extrafamiliares podem exercer diferença significativa na construção de estratégias de diversificação. Relações de parentesco ou com representantes institucionais (como extensionistas), por exemplo, podem desempenhar funções de redes de apoio fundamentais à realização de atividades. Essas redes de apoio ficam particularmente evidentes nas relações estabelecidas entre os agricultores associados. Os membros da Associação dos Feirantes de Candelária (AFECAN), para citar um exemplo, têm alcançado resultados importantes baseados em sua rede social. A ação coletiva, de apoio mútuo e de solidariedade resultou na consolidação da feira como referência regional e estadual, e no aumento do volume de vendas na ordem de 15% ao ano, favorecendo as atividades produtivas. Iniciada em 1982, de modo itinerante, a feira conta hoje com espaço próprio, aparelhada com bancada de inox, freezer, geladeira, pia e fritadeira (Figura 10), fruto da mobilização dos agentes.

Figura 10 - Feira Ecológica de Candelária RS.

Fonte: Pesquisa de campo.

Para o início do processo de transição agroecológica da produção, os associados contaram com assistência técnica da Fundação Gaia e com auxílio do CAPA e da EMATER. O vínculo com a EMATER se aprofundou no tempo e, além da participação da instituição nas reuniões mensais do grupo, o contato com os extensionistas é semanal – uma vez por semana o extensionista passa na feira e conversa com os feirantes, repassando informações, orientações etc. As 23 famílias associadas reúnem-se mensalmente e cada encontro é realizado em uma das propriedades, o que, por outro aspecto, favorece a partilha de informações e de inovações, entre eles e com os técnicos. O grupo tem ainda, direito de participação em conselhos municipais viabilizando o contato com agentes políticos e garantindo espaço de reivindicações e apresentação de demandas. Criaram-se sanções àqueles que faltam as reuniões na forma de

pagamento de multas, como forma de manutenção do grupo instituído. Abramovay (2000) aponta que a cooperação supõe alguma forma de pressão, de constrangimento ou controle social e que as sanções pela conduta desviante só funcionam, de fato, quando os atores interiorizam elementos morais pressupostos na colaboração entre eles. Trata-se da confiança que está na raiz da acumulação do capital social e não de condições mantidas apenas enquanto sirva aos propósitos das pessoas em interação e das quais elas prescindirão assim que resolvidas suas necessidades.

A importância dessas relações no acesso aos recursos e nos laços sociais constituídos na base da confiança é manifesta nos depoimentos orais dos extensionistas:

> Então, a AFECAN tem um projeto de botar um centro de distribuição e aí já conquistou um terreno na avenida, tem 17 de frente por 50, o projeto aí tá pronto, já foi pedido recurso, tá estamos sempre atrás de recursos, [...] e aí se conquistou um caminhãozinho, uma sprinter furgão para eles distribuírem os alimentos, [...] e esse caminhãozinho, eles as vezes enchem de produtos e vão para a Expointer, mas, então, eu estou te contando isso, porque nada adiantaria ter o caminhãozinho, o terreno, se não tivesse as pessoas com convicção e produzindo e acreditando né (Extensionista).

> [...] quando saem da cultura do tabaco e vem para uma atividade outra e, principalmente, quando é de grupo e quando é de exposição, feira, quando vence o primeiro medo de sair a vender e tal, eles tem uma autoestima bastante elevada, bem maior que os outros produtores e também, talvez pelo convívio social né, no caso da AFECAN eles são praticamente uma família, eu vejo muitas vezes um ali tem que ir no banco ele só fala para o outro, oh cuida aí a minha banca, aqui tá o dinheiro e tal, e isso é como uma família. Então eles são aparentemente mais felizes do que os outros que estão só na unidade de tabaco deles, cabeça baixa lá, só tem relação com o instrutor de fumo, como eu falei se ele não quiser não precisa nem comprar nem vender, fica só na propriedade lá fazendo sempre a mesma coisa. [...]. Eles (da AFECAN) acabam se estimulando mais, fazendo trocas né, de conhecimento, disso, daquilo, é também a parte social que é importante né (Extensionista).

A última fala expressa também a diferença das relações produzidas no contexto da fumicultura, deixando entrever o maior isolamento dos agricultores, a pobreza dos vínculos estabelecidos e o impacto disso na autoestima das famílias. Essa imagem contrasta com as relações mais fecundas estabelecidas no contexto da AFECAN.

As feiras também representam um espaço importante na criação de vínculos diretos entre produtores e consumidores "e esse vínculo é de confiança, a gente nota, tem feirantes na terceira geração já de feirantes na feira ecológica e tem clientes que estão há 30 anos indo na feira, então é uma fidelização muito grande entre o consumidor e a família e a própria AFECAN" (Extensionista). Esses laços entre produtores e consumidores também são ampliados na participação dos agricultores nas exposições-feira realizados fora do município, facultando conexões com a sociedade mais ampla.

Segundo Putnam (1996), a confiança é um aspecto essencial do capital social. Quanto mais elevado o grau de confiança maior a probabilidade de haver cooperação entre os indivíduos e grupos, o que, por sua vez, produz mais confiança. Essa relação de confiança, de normas e de sistemas de participação funda os círculos virtuosos mencionados por Putnam (1996) que redundam em equilíbrios sociais, reciprocidade e bem-estar coletivo[34].

As redes sociais favorecem, nesse caso estudado, a eficiência das relações econômicas (capital financeiro), a gestão dos recursos naturais através da orientação agroecológica (capital natural), a formação e manutenção da infraestrutura compartilhada (capital físico) e oportunizam a inovação, o desenvolvimento e a partilha de conhecimento e o acesso a instituições mais representativas, como organizações políticas ou entidades civis (capital humano). As relações de confiança, intercâmbio e troca estabelecidas, possibilitam e fortalecem a cooperação, reduzem os custos das transações e oferecem bases para redes de segurança informais entre as pessoas (DFID, 1999). Além disso, sem capital social, os capitais físico e humano são facilmente desperdiçados.

A associação das mulheres representa situação similar. A mobilização de um grupo de mulheres para palestras sobre fitoterápicos deu início a um encadeamento de atividades que resultaram na criação de um horto medicinal, de uma rota turística e de uma agroindústria de panificados. Essas atividades se mesclam e alcançam de diversas formas, outras tantas famílias na comunidade. O grupo é formado por onze mulheres que alternam seus dias de trabalho na agroindústria, mas que em ocasiões de grande demanda realizam mutirões que incluem as filhas, as mães etc. para atendimento dos pedidos. Famílias vizinhas entregam produtos como ovos, leite, manteiga, amendoim, mel, melado etc., possibilitando incremento de renda também àqueles grupos familiares de fora da associação. Outra agroindústria próxima foi formalizada e adequada à demanda turística e abriga o museu rural organizado pela comunidade. Além do aspecto econômico, essa rede de relações favoreceu a troca de informações e proporcionou conhecimentos diversos – sobre plantas medicinais, agroecologia, turismo, informática, boas

[34] Radomsky e Schneider (2007, p. 263) chamam atenção aos aspectos pouco promissores associados ao capital social, relacionados "à formação de relações assimétricas" [favorecimento, paternalismo e clientelismo] e "à crença exacerbada na capacidade 'natural' de que toda região ou grupo social pode gerar capital social, e que este somente precisaria ser estimulado". Nesse mesmo sentido, Matos (2009, p. 54-55) ressalta que "a positividade ou a negatividade associada ao capital social não são intrínsecas ao conceito, mas dependem do modo como as relações são definidas em determinados contextos. Enquanto o capital social positivo se refere aos resultados que promovem o bem-estar coletivo e aumentam as condições de igualdade e justiça social, o capital social negativo diz respeito aos efeitos assimétricos das relações sociais". Orientados pela concepção maussiana que subjaz a noção de reciprocidade, Radomsky e Schneider (2007, p. 263) destacam que, nessa contramão "Caillé insiste que a dádiva é o nunca saber se haverá a retribuição, o jamais entender se ela é mais ou menos espontânea, é a incerteza estrutural do ato. Portanto a reciprocidade traduz o terreno movediço que é a relação humana".

práticas, artesanato, pães e bolachas etc. – e proporciona momentos de distração e alegria, principalmente às mulheres envolvidas. O grupo foi sempre muito dinâmico, realizando festas, rifas e teatros para levantar recursos e sempre disponibilizaram mão de obra às atividades. Essa experiência remete àquilo que Niederle e Grisa (2008, p. 48) designam como poder de agência, ou seja, "a capacidade dos atores de intervir no curso dos acontecimentos"; o poder que oportuniza indivíduos e grupos destituídos de capacidades transformarem-se em atores.

Resta claro que os ativos sociais são melhor percebidos e aproveitados de forma mais proveitosa e ampliada, pelas famílias que participam de qualquer forma associativa e de grupos. Todavia, valores culturais e religiosos tradicionais na forma de festas comunitárias, de escolas e de igrejas – festividades nas quais quase todos participam, em diferentes medidas de participação – e que estimulam a proximidade, além das relações de parentesco, também favorecem a realização de meios de vida. Através das redes informais as pessoas interagem de modo a atender suas necessidades sociais. Encontros de amigos, almoços conjuntos, festas da comunidade etc. são espaços nos quais as pessoas podem encontrar meios de melhorar sua qualidade de vida e essas relações, geralmente, se desenvolvem por acaso (MORGAN, 1996).

A título de exemplo, uma das famílias estudadas (Entrevistada 8 – E8) recebia auxílio de uma vizinha (E9) na produção hortícola para feira; e desta parceria resultou a participação da vizinha na AFECAN ("tomou gosto", como diz E8), com produtos de sua propriedade. Também deu início à produção de mandioca para fornecer ao restaurante da irmã e a outros consumidores, que por sua vez demandaram uma variedade maior de produtos, ocasionando a diversificação da propriedade, que até então (há cinco anos) era especializada na produção de fumo. Esses laços sociais estruturados em torno de referenciais comuns, como nesse caso, envolvendo ajuda, vizinhança, parentesco, trabalho etc. propiciaram, associados a outros ativos, um meio de vida alternativo, tendo em vista que esta família, em específico, pretende abandonar a fumicultura no ano corrente.

Afora isto, algumas pessoas ou famílias são mais restritas em sua participação social e atuação em espaços reivindicatórios, como observado no Quadro 13. Metade das famílias não participam de forma efetiva nos acontecimentos sociais. A participação efetiva (consciente e racional) de grupos e indivíduos, segundo Souza (2012), pode ser restringida, entre outras formas[35], pela evitação. A opção pelo não envolvimento e participação pode ser conveniente

[35] A participação pode ser restrita por autoritarismos e centralismos; pela burocracia ou pelo cerceamento organizacional e pela manipulação cognitiva (que evitam o surgimento de conflitos e alternativas); pela evitação e por várias formas de participação falaciosa. Para explicações detalhadas sobre os problemas da participação, consultar o capítulo quarto de Souza (2012).

para os indivíduos ou famílias, porque pressupõe comprometimento, corresponsabilização, exige envolver-se em ações coletivas que podem restringir a individualidade e autonomia para tomar decisões. Esse evitamento pode ser, portanto, um comportamento racional, onde os indivíduos entendem que os custos da participação superam seus benefícios. As pessoas sabem que os espaços de disputas de interesses consideram os recursos de poder que cada um dispõe e que estes recursos não estão simetricamente distribuídos e, assim, as decisões tendem a inclinar-se àqueles que detêm os recursos mais efetivos. Nesse sentido, elas entendem que podem vir a engajar-se em processos decisórios sem que tenham capacidades efetivas de influenciar nos resultados, mas pagando o preço da corresponsabilização (SOUZA, 2012). Nessa situação, as pessoas se afastam e não se sentem estimuladas a participar de forma efetiva e ativa nos acontecimentos sociais.

Em suma, o conjunto de ativos sociais demonstrou ser especialmente importante à realização de meios de vida diversificados, principalmente quando os demais capitais são escassos. Oferecem uma rede de segurança informal às famílias e, muitas vezes, como observado, o capital social confunde-se constantemente com o acesso a oportunidades de diversificação.

2.4 ACESSO E RELAÇÕES ESTABELECIDAS NAS ESFERAS DA VIDA SOCIAL

O acesso é um componente central da perspectiva dos meios de vida. É, segundo Scoones (1998), a capacidade diferencial das pessoas de possuir, controlar ou fazer uso dos recursos. Está referido mais precisamente nas relações entre os indivíduos e outros atores que operam dentro das esferas do Estado, mercado e sociedade civil. É através dessas relações que as pessoas (e suas organizações) procuram reafirmar ou renegociar as regras (definidas em cada uma das esferas) que regem o acesso aos recursos da sociedade; cada esfera tem suas próprias lógicas de ação que influenciam a distribuição, o controle e a transformação de ativos (BEBBINGTON, 1999).

O acesso a oportunidades de meios de vida é, portanto, regido por relações sociais, instituições e organizações, e inclui o poder como uma importante variável explicativa (HAAN; ZOOMERS, 2005). São essas instituições, organizações, políticas e legislações que dão forma aos meios de vida, operando em todos os níveis, do espaço doméstico até a arena internacional, e em todas as esferas. Instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativas que proporcionam estabilidade e significado ao comportamento social, e que são

transportadas pela cultura, estruturas e rotinas (SCOTT, 1995). São definidas como as regras do jogo; práticas, costumes e convenções; o modo como se fazem as coisas. As instituições podem ser formais, como as transações de mercado, e informais, como posições e atitudes com respeito às mulheres. Podem ser criadas, como resultado de decisões políticas, ou podem evoluir com o tempo (DFID, 1999).

O acesso de um indivíduo é determinado por seus ativos e pela qualidade de suas relações sociais, de seu posicionamento social dentro das famílias, comunidades e sociedade, e compreende fatores como gênero, classe social, renda, casta, classe, idade, etnia e religião etc. (ELLIS, 2000). Portanto, nem todos têm igualdade de acesso. O componente acesso é fundamental à compreensão das condições nas quais pessoas com menos dotações possam ser capazes de melhorar suas relações com os diferentes atores e das maneiras pelas quais as organizações possam intervir mais positivamente em favor daqueles que dispõem de menos ativos e menos poder (BEBBINGTON, 1999). Nesse caso, como demonstrado na seção anterior, o capital social pode assumir fundamental importância à consecução dos meios de vida.

Segundo Bebbington (1999), acesso e capital social são conceitos fundamentais para análise das relações e transações entre os agricultores familiares e outros agentes. "O acesso a outros atores pode assim ser visto como analiticamente anterior ao acesso à plataforma de ativos na determinação de estratégias de meios de vida" (BEBBINGTON, 1999, p. 2023, tradução nossa). O debate sobre capital social contribui ao desenvolvimento desse aspecto da estrutura, pois ajuda na compreensão de como os atores se envolvem com outros atores nas diferentes esferas da vida social; para obter acesso a recursos, influenciar as regras que regem esse acesso em uma sociedade, e transformar ativos em meios de vida.

2.4.1 Relações instituídas nas esferas sociais

O acesso a diferentes conjuntos de recursos é provavelmente o principal fator de influência na escolha de estratégias de meios de vida. Algumas atividades exigem, por exemplo, habilidades específicas e qualificação ou podem exigir grande quantidade de mão de obra (capital humano); requerem capital financeiro inicial ou uma boa infraestrutura (capital físico); necessitam certo tipo de capital natural como base para a produção; ou carecem de acesso a determinados grupos de pessoas que só seria possível por meio de conexões sociais existentes (capital social). Cada tipo de atividade relacionada aos meios de vida tem um tipo diferente de

exigência, mas o princípio geral é o de que aqueles que são amplamente beneficiados com recursos são os que têm mais probabilidade de fazer escolhas positivas.

Para acessar os ativos de meios de vida as famílias e indivíduos se relacionam com diversos atores em diferentes espaços, imersos em instituições sociais, econômicas e políticas. O acesso aos recursos necessários à realização das atividades e a transformação dessas atividades em renda, dependem, portanto, a) das relações empreendidas no âmbito das famílias, que compreendem hierarquias, gênero, questões geracionais, processos decisórios etc.; b) das redes sociais formais ou informais de apoio instituídas que facilitam parcerias, empréstimos, trocas de serviço etc., que se constituem no âmbito das comunidades e da sociedade mais ampla; c) das relações estabelecidas com atores do Estado, mediante políticas públicas de crédito, investimento, compra, extensão rural etc.; e d) das relações instituídas na esfera do mercado, relacionadas à alocação de recursos, comercialização e geração de renda.

Nesse sentido, a reprodução familiar não é resultado apenas das vontades dos indivíduos e grupos, tampouco resulta somente de pressões sociais e econômicas externas, mas de uma intermediação complexa dos agricultores no ambiente social em que se encontram imersos (SCHNEIDER, 2003). À medida que os sistemas produtivos familiares vão sendo submetidos a um conjunto variado de pressões externas, decorrem processos de transformação que, aos poucos, vai comprometendo várias de suas características originais. "Essas mudanças na forma de produção também afetam aspectos da cultura e da sociabilidade, o que acaba transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida" (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p.41).

Comunidade e sociedade civil, estado e mercado representam os espaços típicos onde as famílias e indivíduos vivem, interagem e coordenam suas ações. Offe (1999) ressalta que todas essas esferas da vida social produzem capacidades distintas (suas próprias lógicas de atuação) e desempenham papéis fundamentais, mas não exclusivos, em arranjos institucionais cada vez mais complexos e compostos[36].

> Cada um desses três tipos de capacidades humanas, gerando padrões correspondentes de ordem social, se especializa em maximizar um valor distinto. Esse valor é a igualdade de *status* legal, compreendendo direitos e deveres no caso dos Estados; a liberdade de escolha no caso dos mercados; e a identidade e a sua preservação (através

[36] Offe (1999) observou três modos ideais típicos de coordenação econômica e social, o estado (baseado no poder), o mercado (baseado na competição) e a comunidade (baseado na solidariedade). Já em Bresser-Pereira (1998) as principais instâncias sociais são representadas pelo estado, pelo mercado e pela sociedade civil. Aos "sistemas de valores e crenças, de princípios éticos e de normas morais, que estabelecem um sistema de solidariedade entre um grupo de indivíduos que partilham origens étnicas, crenças religiosas, uma mesma língua e tradições comuns", Bresser-Pereira (1998, p. 35) chama de sociedade, na sua concepção sociológica. A sociedade civil é, por sua vez, um conceito político onde a sociedade organizada torna-se agente da reforma nas sociedades democráticas (BRESSER-PEREIRA, 1998).

> de compromissos, solidariedade e lealdade) no caso das comunidades (OFFE, 1999, p. 129).

Para isso, o autor salienta o imperativo de equilíbrio entre estes princípios - ameaçado tanto pelo excesso quanto pelo negligenciamento de qualquer um deles - e consente que as respostas mais promissoras passem, cada vez mais, por soluções impuras (e não monísticas) resultantes da ativação das capacidades relevantes de cada esfera por meio das quais os indivíduos podem intervir no mundo social (OFFE, 1999). Suas lógicas de atuação se atravessam (a mistura cívica mencionada por Offe), a exemplo das relações dos agricultores familiares em mercados locais e suas interfaces de cooperação e conflitos, e o papel e a influência do Estado e das políticas públicas nesse arranjo.

De outro modo, Bresser-Pereira (1998, p. 9) também assinala a inter-relação entre as esferas, mas desenvolve a hipótese básica de que "nas sociedades democráticas atuais a relação fundamental entre sociedade civil, Estado e mercado é resultado de uma ação daquela sobre estes". Nessa perspectiva, a sociedade civil deixaria de ser passiva e subjugada pelo Estado ou pelo mercado, e passaria a buscar, ativamente, reformá-los. A sociedade civil passa a ser, portanto, o principal agente de mudança social[37]. Tanto Offe quanto Bresser-Pereira deixam claro qual o sentido do conceito de mudança social empregado em seus estudos. Trata-se da mudança social alcançada e executada por agentes – da ideia de agência – entendida como resultado de esforços deliberados e intencionais para dar conta de necessidades e problemas encontrados na vida social, econômica e política (BRESSER-PEREIRA, 1998; OFFE, 1999).

Uma leitura pelo prisma do marxismo argumentaria que a distribuição de recursos materiais (naturais e produzidos) determinaria o funcionamento do Estado e do mercado e, assim as questões de acesso estariam resolvidas (BEBBINGTON, 1999). Qualquer mudança social "aconteceria" aos indivíduos e grupos passivos frente "a um conjunto de forças cegas e impessoais" as quais esses indivíduos estariam expostos (OFFE, 1999, p. 119). Não obstante, isso significaria não ter em conta recursos simbólicos como o capital social e cultural, de vital

---

[37] O autor parte do pressuposto de que o Estado (como instituição que regula ou coordena toda a vida social estabelecendo, inclusive, as normas do mercado) e o mercado (como instituição que coordena a produção de bens e serviços realizada por indivíduos e empresas) são instituições criadas pela sociedade e, como extensões da vida social, precisam constantemente de revisão e reformas. A sociedade estruturada na forma de sociedade civil passa a ser o ator fundamental que, nas democracias contemporâneas, está de uma forma ou de outra promovendo as reformas institucionais do Estado e do mercado (BRESSER-PEREIRA, 1998, P. 8). Bresser-Pereira (1998, p. 10) aponta que os principais condicionantes histórico-estruturais desta ordem decorrem: da crise do Estado no último quartel do século; do brutal aumento da produtividade acompanhado contraditoriamente de melhoria dos padrões de vida e de crescente concentração da renda; do desafio da globalização tão superestimado quando real; e do avanço da democracia.

importância na determinação do acesso aos recursos (BEBBINGTON, 1999); e nem compreender os agricultores como agentes capazes de interferir e mesmo alterar processos a seu favor, quer seja por meio da diversificação dos canais mercantis, pela ampliação de seu portfólio de produtos e serviços, ou por meio de estratégias que fortalecem sua autonomia sobre os fatores de produção (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Como já apontado, cada esfera opera de acordo com sua própria lógica de atuação, que define os limites do que pode ou não ser alcançado por meio delas. Assim, o que pode ser feito para melhorar os meios de vida e acesso a recursos que envolvem o mercado é limitado pela lógica comercial de base, pela troca; o que pode ser feito através do envolvimento com o Estado é limitado (e ativado) pelas maneiras em que o Estado trabalha, pela lei; e o que pode ser alcançado por intermédio de uma ação coletiva e envolvimento com outros atores da comunidade e da sociedade civil estão estruturados pela gama de benefícios e limites desta forma de ação. Na mesma perspectiva de Bebbington, Offe (1999, p. 144) destaca que o uso cívico do capital social e das formas associativas relacionadas a ele, representa a força mais capaz de "definir e redefinir de forma constante a 'mistura correta' de padrões institucionais do que qualquer [...] uma das doutrinas 'puras' da ordem social". Significa dizer que o acesso aos capitais de meios de vida depende do acesso aos atores das diferentes esferas por intermédio do capital social.

Assim, a capacidade de realizar meios de vida exige competência para gerir as relações e transações em cada um desses domínios, aproveitando o que pode ser alcançado através de uma esfera, e a sua complementaridade com ações nos demais domínios da vida social (BEBBINGTON, 1999). As principais relações estabelecidas nas esferas sociais pelos grupos familiares investigados para acesso de ativos e atividades de meios de vida diversificados estão representadas no Quadro 12 abaixo e desenvolvidas nas próximas subseções.

Quadro 6 - Síntese das questões investigadas relacionadas ao acesso dos meios de vida.

RELAÇÕES ESTABELECIDAS NAS ESFERAS SOCIAIS	
FAMÍLIA Processo decisório Divisão do trabalho Divisão da renda	ESTADO Políticas sociais ATER Políticas públicas para custeio, investimento e comercialização Crédito fundiário Adequação das políticas
COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL Auxílio de pessoas/redes formais e informais Mutirões/trocas Grupos de influência	MERCADO Formas de comercialização Problemas e auxílios para comercialização

Fonte: Elaborado pela autora.

2.4.1.1 Relações na esfera da família

Acessos a recursos e atividades de meios de vida começam pelas opções, negociações e escolhas realizadas no âmbito das famílias rurais. De acordo com Schneider (2003, p. 115)

> A família é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Está ligada por laços de parentesco e consanguinidade (filiação), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção).

É no espaço da família que são discutidas e organizadas as atividades produtivas, de trabalho e de conduta de seus integrantes, e onde são estabelecidas as estratégias individuais e coletivas que procuram garantir a sobrevivência e reprodução do grupo (SCHNEIDER, 2003). A base de recursos aos quais as famílias têm acesso propicia diferentes formas de produção, modeladas a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas do agregado familiar. É dessa forma, também, que interagem com o mercado, que definem o quê e qual parte da produção será vendida, e quanto será usado para a reprodução da propriedade e da família. Assim, das opções e das decisões do agregado familiar, dependem a sobrevivência da família e suas projeções futuras. Ellis (2000) enfatiza ainda que é na unidade familiar que é possível entender as relações de confiança e conflito, de reciprocidade, etnia e comunidade, que não podem ser entendidas em separado, e que, por sua vez, têm reflexos nos meios de vida das famílias.

As famílias estudadas relataram que as decisões são tomadas de forma conjunta e raramente sem o conhecimento dos demais. Os membros opinam e negociam sobre o processo

produtivo e comercialização. "Não tem essa de eu mando e vocês obedecem. Acho que não é por aí não" (E7). Os agricultores percebem ter havido mudanças nessas relações no tempo, sendo que hoje os membros possuem mais autonomia e mais direito de participação nos processos decisórios, "porque tem que ter, porque tem que ser assim, tem que se impor" (E6, mãe). A importância do diálogo familiar fica evidenciada, principalmente quando os jovens decidem pela realização de outra atividade ou ocupação, "mas tu tem que deixar senão ele vai embora (E7, pai); o filho tá começando e tem que ajudar, porque a propriedade vai ficar para ele (E17, pai); no que o guri faz, no tabaco, eu não opino, só ajudo" (E5, pai). O diálogo acontece, nem sempre livre de conflitos, principalmente em razão da preocupação com relação à sucessão. Assim, a exemplo do observado por Mello et al. (2003), o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional na agricultura cede espaço a decisões mais democráticas, indicando maior diálogo entre os membros das famílias. Os autores também observaram que são poucos os casos em que os pais não aceitam pelo menos algumas propostas vindas dos filhos, predominando, assim, a discussão em família sobre processos mais gerais de decisão (MELLO et al., 2003).

A autonomia para introduzir inovações e o reconhecimento da capacidade dos filhos na gestão da propriedade foram as principais razões favoráveis, apontadas por Brumer e Spanevello (2008) e Spanevello (2008) à permanência dos filhos na agricultura. Além de favorecer os processos sucessórios essa maior autonomia e valorização dos filhos oportuniza a realização de meios de vida diversificados no meio rural, a exemplo do filho que inseriu a bovinocultura para criação de bezerros na propriedade; da filha que mobilizou um grupo de mulheres e instituiu a agroindústria de panificados; da filha que produz passa de banana e polpa de açaí; ou do filho que se dedica a produção de tabaco e atividade não agrícola enquanto o pai produz melado, peixes e olerícolas etc. Este seria, de acordo com Wanderley (1998), o principal objetivo da atividade econômica da agricultura tradicional - o atendimento das necessidades do grupo doméstico e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. A lógica familiar, de tradição camponesa, permanece orientando, de diferentes formas, as novas decisões que o agricultor toma nos novos contextos a que está submetido. A família "continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão" (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Essa situação repercute na divisão do trabalho do agregado familiar. Mesmo não existindo uma divisão formal e hierárquica rígida, ocorre certa repartição das tarefas, funções e responsabilidades. As tarefas são divididas e vão sofrendo alterações decorrentes das novas atividades, necessidades e adequações – as feiras externas que o pai atendia, mas que em razão

de outras atribuições na agroindústria, agora é o filho que faz; o pai que faz o trabalho de plantio, corte e moagem da cana e da mãe que finaliza os produtos e repassam a filha e ao genro as tarefas de comercialização e entrega da produção; a esposa que cuida da casa e o marido da lavoura e também ajuda a mulher na panificação etc. A comercialização facultada aos filhos e, particularmente, às filhas ou mesmo às mulheres, representam uma mudança importante na organização familiar. Todavia, a divisão tradicional da organização do trabalho, na qual as tarefas percebidas como "pesadas" (que necessitam de força física) acabam sendo realizadas pelos homens, enquanto tarefas consideradas mais "leves" (como os tratos na horta) e domésticas são responsabilidade das mulheres, permanece. Essa situação foi relatada por todos os entrevistados, embora, quando necessário e quase sempre o é, a mulher divide ou assume qualquer tarefa, por mais penosa e árdua que seja, nos mesmos termos que os homens (as relações de gênero nas unidades familiares serão discutidas mais adiante no capítulo quarto deste trabalho). Assim como as atividades desenvolvidas consideram a quantidade de força de trabalho disponível – embora, eventualmente alguns dos entrevistados façam uso de mão de obra contratada, principalmente na fumicultura – também consideram os diversos recursos necessários e as possibilidades de acesso a esses recursos na composição das atividades.

A renda auferida das atividades realizadas nas propriedades não é dividida, não no sentido de remuneração de seus membros. A renda individual provém das estratégias individuais desenvolvidas pelos membros do agregado familiar, tanto produtivas quanto ocupacionais. As rendas auferidas pelas mulheres em atividades alternativas geralmente pagam despesas de luz, telefone e itens para maior conforto das famílias, mas dificilmente são usadas no processo produtivo agrícola. Ellis (2000) discute essa hipótese geral de que as mulheres são mais propensas que os homens a gastar recursos sob seu domínio com necessidades domésticas básicas, e que quando as mulheres criam novos fluxos de renda, os homens interpretam isso como uma oportunidade para reduzir ou retirar as suas contribuições financeiras para o orçamento doméstico. Por outro aspecto, as estratégias individuais que buscam maior autonomia dos membros, principalmente na questão da renda, não são totalmente desvinculadas das estratégias do grupo familiar, o que de acordo com Haan e Zoomers (2003), também não significa que os interesses individuais sejam sempre coerentes com os objetivos preliminares da família; mas, de modo geral, convergem reiteradamente para a necessidade de aumentar a renda familiar.

As famílias têm que lidar com várias opções para alcançar segurança e melhorias nas condições de sustento para o futuro (ELLIS, 2000). A família E6, por exemplo, se dedica a produção de fumo, hortaliças, banana e atividade agroindustrial. É do fumo e das verduras que

obtêm a maior parte da renda, atualmente. Quando sobra tempo, lidam na agroindústria (de passas de banana, *schimier* e polpa de açaí). Por decisão da família, esta não é a atividade principal desenvolvida por agora – "é uma reserva para o futuro", como dizem. Essa providência é, em boa medida, explicada pela incerteza de mercado, tendo em conta que não são produtos tradicionais e tem pouca saída no mercado local até agora. Com a regularização da agroindústria finalizada estão experimentando outros canais de comercialização externos ao município, com apoio de agentes de extensão. Como destacado por Fligstein (2003, p. 4, *apud* MAZON, 2005, p. 49), "fazer novos produtos é fazer novos mercados"; assim, organizações sociais mais amplas acompanham esses processos.

2.4.1.2 Relações nas esferas da comunidade e sociedade civil

A comunidade é o lugar de vida e de trabalho das famílias agricultoras, é o espaço onde desenvolvem uma sociabilidade específica que inclui laços de parentesco e de proximidade, identidade étnica ou territorial, vínculos de confiança e relações conflituosas, e redes formais e informais de apoio. Segundo Stropasolas (2006, p. 130):

> As comunidades rurais foram constituídas com a função de dinamizar a vida coletiva, possibilitando um espaço em que se integram e se expressam as manifestações culturais que identificam os grupos, uma certa homogeneidade de valores e costumes que, por um lado, possibilita a coesão em torno de uma identidade cultural e política, particularmente nos momentos em que se torna necessário unir forças para acessar recursos, influir nas políticas públicas ou mesmo conquistar direitos. Esta visão, por outro lado, pode ocultar a existência de hierarquias e representações diversas entre seus membros, sendo os interesses, os objetivos e as estratégias a resultante de um jogo de forças e não de um consenso.

É no espaço da comunidade que acontecem as diversas relações de trocas de conhecimentos, de sementes e mudas, de empréstimos de máquinas e equipamentos etc. As trocas de serviços são mais raras e acontecem mais entre parentes e vizinhos próximos. Os mutirões – "uma das manifestações de reciprocidade mais conhecidas e praticadas entre as famílias de agricultores" (STROPASOLAS, 2006, p. 131) – diminuíram muito. São realizados ainda no âmbito dos grupos para atendimento de grandes demandas de produtos e também nas comunidades para realização de festas e eventos religiosos e escolares eventuais, ou seja, no manejo dos recursos coletivos que atualizam constantemente as regras de reciprocidade (SABOURIN, 2017). As famílias relatam, com pesar e nostalgia, a diminuição dessa prática no presente, porque, como assinalado por Gonçalves da Silva (2001, p. 172 apud

STROPASOLAS, 2006, p. 131), “muito mais do que uma necessidade econômica, o mutirão é um exercício de solidariedade entre as famílias e uma forma de reforçar os laços de amizade e de compromisso com o bem-estar mútuo”. Essas relações características desenvolvidas no âmbito comunitário e que conferem sentido e sentimentos de honradez, confiança, convenções, ufanias etc., talvez só possam ser alcançadas, como destacado por Offe (1999), em comunidades.

As comunidades guardam tradições culturais e valores étnicos potencialmente úteis aos avanços sociais e políticos. As forças comunitárias operam em redes formais e informais de apoio aos indivíduos e famílias e que alcançam outros atores diversos. Através dessas redes de apoio, que envolvem parentes, vizinhos e instituições de extensão rural, nove famílias têm acessado máquinas e equipamentos que lhes faltam, por meio de empréstimos, cessão e contratação de serviços. Assim, em alguns casos, essas redes baseadas em parentesco, que podem ser bem menos visíveis e formais, ainda desempenham papéis importantes nas tentativas das famílias e dos indivíduos de acessar a terra, água, sementes ou recursos institucionais (BEBBINGTON; CARROLL, 2002).

Atividades produtivas se beneficiam da atuação coletiva, a exemplo da agroindústria de panificados, constituída pela mobilização de um grupo de mulheres, que por sua vez, precedeu também às atividades de turismo, fruto do engajamento comunitário. Os grupos e associações formais – como os grupos de mulheres, a AFECAN e a Associação dos Produtores de Banana (APROBANANA) – são espaços de compartilhamento de informações, conhecimento, ideias e inovações. As reuniões da AFECAN têm sido feitas mensalmente nas propriedades dos associados, possibilitando, assim, o acompanhamento daquilo que tem sido desenvolvido por cada uma das famílias (“tu olha o trabalho do outro, se gostar ou deu certo dá para experimentar”). Os grupos são também espaços de participação e de “voz” dos participantes, de acesso ao capital humano e fortalecimento do capital social. Articulados aos atores do estado organizam mercados para seus produtos, por canais diretos e institucionais. Como agentes de mudanças tornam-se, na acepção de Bresser-Pereira (1998), sociedade civil.

Todavia, como apontado por Stropasolas (2006) a vida comunitária também encerra conflitos e jogos de força. Alguns grupos religiosos são apontados como influenciadores nas comunidades, bem como algumas associações formais destacam-se em relação a outras, “são mais fortes, mais beneficiadas” como posto por algumas famílias. A força das associações é reconhecida entre as famílias investigadas, “tem que ser integrado em grupos senão não consegue nada”. Através dos grupos acessam recursos de governo e mercado que fora deles possivelmente não alcançariam. As relações com extensionistas, da EMATER e do CAPA,

principalmente, também são mais intensas e as famílias associadas são aquelas que mais confiam nos serviços de extensão. Esse quadro pressupõe grupos relativamente homogêneos em termos de seus interesses, em que os membros também devem superar os problemas de ação coletiva para realizar seus interesses compartilhados. Normas compartilhadas de confiança e cooperação são um meio inestimável de superar os problemas de ação coletiva. Se uma comunidade é dividida por interesses conflitantes, a natureza e o significado do capital social tornam-se mais complicados (EVANS, 1997).

A noção de capital social outra vez se impõe no sentido em que as sociedades serão mais democráticas quanto maior for o número de associações representativas (PUTNAM, 1996)[38], quanto maior forem as possibilidades de engajamento social e menor a desigualdade de opções das pessoas. De acordo com Evans (1997) os laços sociais não são garantia de melhoria do bem-estar material e humano, mas se as pessoas não podem confiar umas nas outras ou trabalhar juntas, melhorar as condições materiais torna-se um enfrentamento difícil. A questão chave para o autor, não é o capital social existente nas comunidades locais, mas sim a reivindicação desses laços pessoais e comunitários para formar organizações que podem ser eficazes em termos de desenvolvimento (EVANS, 1997). Esses laços serão tão mais úteis quanto for a sua capacidade de extrapolar as relações mais intensas do parentesco e da proximidade – os laços fortes de Granovetter (1973)[39] ou os relacionamentos intragrupos de Bebbington e Carroll (2002)[40] – e alcançar atores externos, facilitando acesso a recursos que de outra forma não seriam possíveis.

---

[38] Putnam (1996, p. 188 e 189) apresenta uma concepção de capital social historicamente determinado. O autor argumenta, baseado em Douglass North, que as regras do jogo (instituições) tendem a auto reforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes, o que explicaria as diferenças regionais de desenvolvimento. As características das sociedades baseadas na reciprocidade/confiança ou na dependência/exploração subordinam trajetórias de desenvolvimento. Por outro lado, Evans (1997, p. 205 e 206) defende que comunidades que desfrutam dos benefícios da sinergia não necessariamente desfrutam de dotações anteriores excepcionais do capital social; e que sistemas políticos competitivos ajudam a superar as barreiras à sinergia, desde que os meios de competição sejam limitados por algum conjunto de regras mutuamente reconhecidas. Estruturas sociais igualitárias e burocracias robustas também facilitam seu surgimento. Para este autor o capital social pode ser construído, ao contrário de Putnam.

[39] Segundo Granovetter (1973), os laços fracos (vínculos interpessoais entre conhecidos, conhecidos de conhecidos, amigos de amigos) são mais propensos a vincular os membros de pequenos grupos diferentes do que os laços fortes (vínculos interpessoais de parentesco e amizade), que tendem a se concentrar em grupos específicos, com relações mais intensas. Também é entre os laços fracos que circulam mais informações novas, enquanto nos laços fortes as informações tendem a redundar.

[40] Segundo Bebbington e Carroll (2002), o capital social pode ser distinguido entre dois tipos de relacionamentos, que, aparentemente têm características diferentes. O primeiro refere-se a relacionamentos intragrupos (*bonding*), com relações de "vínculo" ou "integração" que fortalecem os vínculos entre pessoas, facilitando formas de interação intragrupal e ação coletiva. O segundo é chamado de mecanismo de "ligação" ou "ponte", com relacionamentos que fortalecem as ligações entre grupos e outros atores e organizações (*bridging*). Os autores apontam que, em certo sentido, essa distinção é mais aparente do que real, na medida em que ambos os tipos de relacionamento tratam de superar as diferenças - na verdade, um relacionamento de "ponte" bem-sucedido pode acabar com distinções anteriormente mais pronunciadas e se tornar um relacionamento de união (BEBBINGTON; CARROLL, 2002, p. 6).

E isso não nega, segundo Evans (1997), a importância do capital social em nível micro na construção de sinergias positivas. Os laços entre amigos e vizinhos baseados na confiança e enraizados nas interações cotidianas são fundamentos essenciais. Sem eles, não haveria nada para construir. Ellis (2000) reforça essa perspectiva quando destaca que o envolvimento das famílias em um portfólio diversificado de atividades também significa criar e alimentar redes sociais de parentes e comunitárias que permitem e possibilitam que essa diversidade seja obtida e sustentada.

2.4.1.3 Relações na esfera do mercado

De acordo com Sabourin (2012, p. 73), "a verdadeira diversificação passa pelo acesso a uma variedade de mercados sejam eles locais, de proximidade, regionais ou nacionais". Mas passa também pela diversidade de formas de acesso aos consumidores por intermédio de canais diretos, mais passíveis de controle pelos produtores, como as vendas diretas na propriedade ou nas feiras, as festas para produtos típicos, venda às cooperativas de consumidores, os mercados institucionais etc. Segundo o autor, essas práticas têm como característica comum à redução do efeito da concorrência capitalista pela proteção social, geográfica, territorial e política (no caso das compras institucionais) desses mercados.

As famílias investigadas conseguiram construir meios de vida diversificados em torno de cadeias curtas de comercialização e pelo envolvimento em redes interpessoais que facilitam seu acesso aos mercados. A comercialização é realizada em feiras, exposições-feiras, de porta em porta, mercadinhos, padarias, cooperativas e mercado institucional (PNAE). Os feirantes e aqueles que entregam em domicílio já têm seus pontos fixos e clientes definidos, pois "já é como uma família né, já esperam a gente toda semana". Com essas estratégias não pensam em outras vias de comercialização.

Dezesseis famílias já organizaram seus mercados e declaram não sentir dificuldades nesse sentido no momento. As dificuldades iniciais foram superadas e se relacionavam, principalmente, à rotulagem, à apresentação, qualidade e diversidade dos produtos e à escala de produção. As formas de comercialização foram sendo construídas por conta, com base na aprendizagem. Quatro das famílias investigadas ainda estão nesse processo de busca e experimentação de formas de comercialização adequadas para seus produtos. Segundo Schneider (2010, p. 12), "à medida que vão interagindo com compradores e mercados, quase sempre informais e erráticos no começo das operações, verifica-se um aprendizado do tipo

"*learning-by-doing*" que leva a adaptações, ajustes e melhorias que, aos poucos, vão descortinando um novo produto ou uma nova atividade". Os produtores de hortifrutigranjeiros e processados foram respondendo às demandas dos consumidores na adequação de quantidades, qualidade e diversidade de seus produtos. Aprenderam que o melado, por exemplo, não necessita certificação de produção orgânica porque os consumidores priorizam a cor e, nesse caso específico, seu uso não alcança algum diferencial de produção. É, nesse sentido, um mecanismo não reconhecido e valorizado pelo mercado, apenas gerador de custos adicionais de produção (FORNAZIER, WAQUIL, 2013).

Além disso, existe um acordo tácito entre produtores e consumidores com relação à qualidade e segurança dos produtos - as feiras criam esses vínculos diretos de confiança - que fideliza clientes há trinta anos, como no caso da feira ecológica. Segundo Sabourin (2013), estes valores éticos de reputação, confiança e responsabilidade social que permeiam as relações produtor-consumidor, foram transformados rapidamente pelas empresas capitalistas em objetos mercantis por meio da privatização dos serviços de auditoria das normas de qualidade para fins de certificação. O autor destaca que a qualidade é inerente ao processo de produção e que não existe, *a priori*, nenhum interesse do produtor em enganar o consumidor, até porque no caso das vendas diretas isso resultaria na perda da confiança e subsequente ruptura das relações de troca.

Existe espaço para ampliação dos mercados em termos de produtos. As feiras ainda são insuficientes para alguns gêneros, como tomate, por exemplo. As vendas da AFECAN, citando caso parecido, têm aumentado em torno de 15% ao ano.

> Fruticultura, piscicultura, olericultura, que são as mais convencionais, a questão das criações, as carnes, tem um mercado potencial grande no município, só que cada uma tem sua especificidade, se o produto é perecível o produtor tem que ser ágil. A principal forma de venda desses produtos é mais direta. As diversificações mais convencionais são mais curtas mesmo (Extensionista).
>
> A cultura do morango, que teve bastante visibilidade nos últimos anos, ela tem um mercado muito grande, então os produtores que hoje produzem aqui, não veem dificuldade em vender, acho que isso é uma potencialidade da horticultura, tem bastante consumidores em potencial ainda (Extensionista).
>
> Para desenvolver a fruticultura que é uma atividade viável, o clima é favorável, existem municípios próximos que favorecem o comércio, existem condições favoráveis de mercado [...] (Extensionista).

A organização social em volta dos canais diretos de comercialização propiciou a constituição de meios de vida em torno do comércio desses produtos específicos, denotando o

protagonismo dos atores envolvidos nessa construção social de mercado. Boa parte dos agricultores familiares conduzem seus processos produtivos em bases ecológicas, apoiados por políticas públicas e projetos de ATER, alcançando maior autonomia e liberdade para organizar a produção, negociar preços e ampliar seus conhecimentos e relações sociais. As feiras e as exposições-feiras são canais largamente explorados pelos agricultores familiares locais, tanto no município, como a Festa da Colônia e a Expocande, quanto fora dele, como a Expoagro, Expointer, feiras em municípios como Soledade, Não-Me-Toque e Santa Maria. O acesso desses agricultores familiares ao mercado é intermediado pelos agentes de extensão e pelas formas organizativas das famílias.

Os problemas relacionados à comercialização referem-se, principalmente, às flutuações nas vendas. Os grupos associados reúnem-se e discutem as possibilidades e os porquês da queda nas vendas. No último ano as quedas foram mais acentuadas, decorrentes, principalmente, da diminuição do poder aquisitivo das pessoas e das vendas de ambulantes e entregas em domicílio a preços mais baixos, o que por sua vez, abre espaço para outros produtores. Mas são oscilações esperadas, de acordo com os respondentes, assim como em outros momentos as vendas são satisfatórias. A diminuição das vendas é mais evidente em alguns produtos, como as bolachas, por exemplo, porque nos momentos de crise as pessoas tendem a priorizar os alimentos mais essenciais.

Assim, apesar desses mercados representarem vias significativas de meios de vida de algumas famílias, eles ainda são pouco ampliados, apresentando restrições com relação ao número de agricultores envolvidos e limitações de funcionamento - como nos momentos de queda dos preços, por exemplo. Isso evidencia a necessidade de adaptações e reconstruções desses mercados e o estabelecimento de espaços alternativos de comercialização para esses agricultores (MEDEIROS; MARQUES, 2013). Nesse sentido, associações e agroindústrias, além de outros produtores, têm se beneficiado do mercado institucional para comercialização. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), operacionalizado no município desde 2010, conta com a participação de 45 agricultores que fornecem panificados, hortifrutigranjeiros, sucos, arroz, feijão, ovos, melado e *schimier* (EMATER, 2016) para alimentação escolar em cerca de oito municípios. A expansão esperada de vendas no mercado institucional (para beneficiar cerca de trezentos produtores) esbarrou na diminuição de recursos destinados ao Programa nos anos recentes, mas segue constituindo importante política pública à agricultura familiar no que concerne à comercialização. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), embora haja cadastros no município, ainda não foi executado.

Essas formas mais diretas de conexão com o mercado (como feiras e o mercado institucional) dizem respeito, segundo Medeiros e Marques (2013, p 130) “ao resgate de estruturas comunitárias pelo estabelecimento de múltiplos dispositivos coletivos, que estão inseridos em processos de desenvolvimento local, melhoria da qualidade de vida dos agricultores e novas dinâmicas de aprendizagem coletiva”. Nesse sentido, os canais diretos, apoiados em redes formais e informais, propiciaram a expansão de novas atividades, que procuram atender novas demandas do consumidor; o incentivo aos circuitos locais; a consolidação em torno da produção de base ecológica, artesanal e colonial; e a formação de pequenas agroindústrias familiares rurais; num esforço para construir e consolidar mercados alternativos a partir do protagonismo da agricultura familiar.

Na bovinocultura de leite, a produção é comercializada em canais diretos e em cooperativas. São várias as empresas que compram leite em Candelária e mais recentemente foi realizado um grande investimento da Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. (COSUEL). Das quatro famílias que produzem leite para comercialização, duas são cooperadas da COSUEL. As outras duas famílias comercializam em canais diretos. Todos os produtores de leite da COSUEL são associados da Cooperativa e recebem assistência técnica sobre manejo e nutrição do rebanho leiteiro, através de visitas técnicas, palestras e treinamentos, com o objetivo de aumentar a qualidade e a produtividade e melhorar o retorno financeiro da atividade. Para fazer parte do programa Leite, as famílias associadas precisam dispor de instalações adequadas aos padrões determinados, produção mínima, capital social mínimo e resfriador de leite com capacidade para resfriar sua produção. O produto é recolhido pela empresa a cada dois dias. É, portanto, entre as atividades de diversificação desenvolvidas, a que mais se aproxima do sistema de integração do tabaco. O principal problema enfrentado pelos produtores é a oscilação do preço do leite que, segundo as famílias, dificulta a projeção da renda. Nas feiras e nas vendas em domicílio conseguem ter um controle maior dos ganhos. A orientação inicial quanto à produção e comercialização do leite provém de famílias que já se dedicavam à produção. Resta evidente, portanto, que as redes de apoio que ligam as famílias a outros atores podem ajudar a abrir possibilidades de comercialização, que de outra forma talvez não fosse possível, e assim aumentar a capacidade das famílias de transformar seus ativos (de qualquer tipo) em renda.

2.4.1.4 Relações na esfera do Estado

A consolidação da democracia nas últimas três décadas abriu caminho para a participação e o controle social sobre as políticas públicas. Desse modo, se estabeleceram possibilidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos em geral ficassem à disposição da população, especialmente daqueles segmentos até então alijados do processo de desenvolvimento, particularmente os agricultores familiares. Segundo Grisa e Schneider (2015), a partir da década de 1990 foram articuladas três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar, que foram se ampliando e agregando novos instrumentos e estratégias de ação: a) a primeira geração, a partir de 1994, com referenciais agrícolas e agrários que incluem políticas e medidas como o PRONAF, a retomada de ATER, e assentamentos de reforma agrária; b) a segunda, a partir de 1997, com referenciais socioassistenciais, abrangendo políticas para infraestruturas e territoriais e o Bolsa Família; e c) a terceira, a partir de 2003, orientada à construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, como o PAA e o PNAE, e ações direcionadas à agregação de valor, como o apoio às agroindústrias, criação de selos e ampliação dos mecanismos de certificação. Essas três gerações de políticas públicas contaram com a participação significativa da sociedade civil na construção desses referenciais; e desvelam repertórios variados da ação coletiva de atores sociais ao longo dessa trajetória temporal, que sucedem exercícios de protestos, proposições e cogestão (GRISA, SCHNEIDER, 2015). Essas ações do governo são instrumentos importantes de apoio à agricultura familiar com largo potencial de promover acesso e controle de recursos em áreas rurais.

Através das relações empreendidas na esfera do Estado os agricultores familiares podem acessar recursos fundamentais à realização de meios de vida. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)[41] é considerada importante aos processos de diversificação. Entretanto, para algumas famílias os serviços de extensão não têm atendido suas demandas e necessidades. As críticas, nesse sentido, estão relacionadas às visitas muito esporádicas e atenção maior concedida aos grupos associados. Não obstante, é importante considerar a escassez de recursos humanos da instituição, em que seis extensionistas devem assistir 2.685 famílias, além das funções burocráticas que mantém os agentes impedidos muitas vezes de realizar seus contatos com os assistidos. Essa situação é reconhecida e lamentada pelos

[41] Em janeiro de 2010 foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Lei 12.188/2010), cuja formulação e supervisão ficaram sob a competência da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A PNATER apresenta as principais diretrizes e princípios à ação extensionista.

próprios agentes de extensão. Com relação aos grupos, à construção e à consolidação de formas associativas geradoras de laços de solidariedade e formas de competitividade que fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável, constam no repertório de objetivos da PNATER. Assim como fortalece a capacidade de intervenção coletiva dos agricultores, as formas associativas também asseguram maior efetividade dos serviços de extensão. Evans (1997) destaca que interligar cidadãos mobilizados a agências públicas pode aumentar a eficácia do governo. O autor chama atenção ao fato de que normas de confiança construídas a partir da interação íntima não se restringem às relações dentro da sociedade civil. As pessoas que trabalham em agências públicas estão estreitamente integradas nas comunidades com as quais trabalham, criando um capital social que abrange a divisão público-privada (EVANS, 1997). A ação criativa de organizações governamentais pode, portanto, fomentar o capital social.

Ainda nessa perspectiva, Bebbington (1999) aponta que as agências governamentais - ou, mais precisamente, alguns atores-chave dentro das agências (como os extensionistas) - ajudam a construir organizações da sociedade civil, aumentando suas capacidades de coordenar ou exercer pressão sobre o governo e outras organizações na busca ou defesa de organizações civis. Sugere que em alguns casos, governos têm conseguido construir relacionamentos sinérgicos com organizações locais que aumentam a qualidade e a cobertura da prestação de serviços, aumentando, por sua vez, os ativos familiares - particularmente o capital humano e os ativos de capital físico. Nesse processo, essas iniciativas também constroem ativos de capital social na medida em que a relação colaborativa construída entre o governo e a organização social persiste e facilita outras formas de colaboração e engajamento. Essas relações sinérgicas, embora geralmente sobrevenham com organizações formais, também podem ser estendidas às redes informais, construídas em grande parte como resultado da ação do governo (BEBBINGTON, 1999), como a organização de grupos de mulheres, para acesso a políticas públicas de direitos sociais, para produção e comercialização e geração de renda; de jovens, para acesso ao trabalho, qualificação, esporte, lazer e inclusão cultural, participação em redes e fóruns; e de idosos, para acesso aos direitos socioassistenciais e ações de qualidade de vida; entre outros.

As ações de extensão que têm sido desenvolvidas e que apresentam potencial de favorecer processos de diversificação no contexto de estudo incluem, além das visitas individuais às propriedades, seminários abertos à participação; organização de eventos de troca de sementes crioulas (já na 18ª edição envolvendo trezentas pessoas de todas as localidades, em parceria com a Igreja Católica, a Secretaria Municipal da Agricultura e os Sindicatos, onde

ocorrem trocas de conhecimentos e informações); organização de feiras e exposições-feiras (como a Festa da Colônia, que mobiliza cerca de três mil pessoas no município) e que envolvem 36 grupos de agroindústrias; articulação das vendas de agroindústrias em outros eventos externos (como na Expoagro, Expointer etc.); articulação de políticas públicas de custeio, investimento e comercialização, e emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); execução de Chamadas Públicas (apenas da Sustentabilidade, envolvendo 400 famílias e já finalizada); ações ambientais e de bem-estar social que contém a classificação da saúde (já comentadas em seção anterior); ações pelo Programa Brasil Sem Miséria para confecção de documentos de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e bloco de produtor; realização de projetos, como tanques para piscicultura com recursos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR); articulação do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF); articulação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com cerca de mil famílias beneficiadas; projeto para produção de galinha colonial com agroindústria (produto que não tem um mercado local ainda, com carne diferenciada e com aproveitamento da matéria-prima existente na propriedade) e; articulação do Programa Estadual de Gestão do SDR (envolvendo 44 famílias para trabalhar a gestão da propriedade, com planilhas de acompanhamento para aprimorar os processos decisórios, a rentabilidade e a qualidade socioambiental). Essas ações de ATER não são articuladas com o objetivo específico para diversificação em áreas de tabaco, embora certamente sejam de fundamental importância a esse propósito.

A EMATER também se vincula a outros atores para realização de cursos de capacitação e qualificação, estabelecendo parcerias com a Celetro, Sicredi, Sindicato Rural e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); e trabalha em parceria com extensionistas de organizações não governamentais como o CAPA, na assistência ao grupo do PROBANANA, na produção de banana ecológica, palmito e açaí; ao grupo de produção de galinha ecológica e colonial e; ao grupo que trabalha com produção orgânica de milho crioulo com agroindústria de farinha de milho. Nessa parceria as ações são complementares, de trabalho conjunto e não de sobreposição de assistência, conforme relatam os agentes. Todas essas iniciativas, além de outras ações não listadas, desvelam caminhos, mas, por si, não tem poder de alavanca, de transformação a ponto de conduzir todo um processo de diversificação, e mesmo que assim fosse, existiria ainda a questão do mercado. Elas se tornam possibilidades na medida em que as iniciativas dos agricultores e suas organizações objetivam diversificar o portfólio de opções de que dispõem para viabilizar sua reprodução social e econômica. Essas opções surgem, de modo geral, como atividades e ocupações residuais e de pouca importância econômica (Ellis, 2000).

As famílias que integram grupos e associações têm conseguido acessar recursos, mercados e alcançar meios de vida diversificados através das relações que estabelecem uns com os outros e com atores do Estado. Isso inclui o acesso aos diferentes capitais, como demostrado nas seções anteriores, a espaços para comercialização direta e também institucional; a um centro de distribuição, ao furgão para distribuição dos alimentos, no caso da AFECAN etc. Por meio dos grupos, também existe a possibilidade de requisitar cursos de qualificação via SENAR, garantindo ativos de capital humano. Os grupos mais fortes, como da AFECAN, têm assentos nos Conselhos Municipais da Saúde e do Meio Ambiente; no Conselho Municipal Agropecuário; possuem membros no Conselho do CAPA; membros inseridos na Certificação Participativa; em oficinas da Rede Ecovida; ou seja, estão inseridos em espaços onde muitas decisões são tomadas e onde podem apresentar demandas e reivindicações.

As políticas públicas de investimento acessadas pelas dezesseis famílias estudadas, através de programas federais como PRONAF, nas linhas Mais Alimento, Agroindústria e Mulher, e através de programas estaduais como FEAPER, possibilitaram a aquisição de maquinários, pulverizadores, plantadeiras, tratores, instalações agroindustriais, caminhão, freezer, despolpadeira, carroças, roçadeiras, grades, resfriadores, ordenhadeiras etc.; recursos físicos fundamentais a realização das atividades. As políticas públicas de custeio da produção acessadas, mediante o PRONAF, por todas as famílias entrevistadas, em algum momento, resultaram essenciais à manutenção dos processos produtivos.

O PNAE e o PAA são políticas públicas que facilmente se confundem com a visão da diversificação produtiva, mas que não têm conseguido dialogar com a estratégia de diversificação nas áreas de fumo (BONATO, 2013). Entre os entrevistados, apenas quatro famílias, do grupo dos feirantes, e uma agroindústria, de panificados, acessam o PNAE. “Só que cada vez é menos a verba para a merenda dos colégios. Isso seria uma coisa do governo, incentivar mais. Tá muito reduzida a verba. Isso seria, no nosso caso, não por eu estar lá ou por ser um grupo de mulheres, mas teria que ser olhado com mais carinho” (E1). O relato deixa evidente a preocupação com a diminuição do Programa que tem constituído importante canal de comercialização ao grupo de mulheres na agroindústria de panificados. O PAA, como dito anteriormente, embora existam cadastros, ainda não foi operacionalizado no município.

Os mercados institucionais representam, de acordo com Sabourin (2012, p. 74), “o reconhecimento público dos dispositivos coletivos”. Designam uma configuração específica de mercado “onde as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas” (GRISA, 2010,

p. 103). Além de constituírem um canal de comercialização importante para os agricultores familiares, o mercado institucional promove um conjunto de valores tradicionais, costumes, hábitos alimentares locais, artesanais, o saber-fazer característico de um "mundo tradicional", que encontra espaço para expressar-se, também nos mercados locais ou em outros mercados específicos (GRISA, 2010). Contribui a revitalização das práticas agrícolas e agroindustriais dos agricultores e representa segurança alimentar e nutricional aos consumidores.

A implementação de agroindústrias familiares conta com apoio integral de agentes públicos no que concerne à infraestrutura, capacitação, adequação aos padrões e legislação e mesmo na comercialização. O maior desafio é a adequação das atividades, que na maior parte das vezes se dá em condições informais ou clandestinas, às exigências de qualidade e de fiscalização tributária, ao mesmo tempo em que se busca a melhoria nas rendas das famílias diretamente envolvidas (WILKINSON, 2003). Aquelas agroindústrias que operam informalmente atuam em cadeias curtas ou vendas diretas agricultor/consumidores, como vendas nas ruas, locais de trabalho, casas, propriedades rurais, feiras de agricultores e expo-feiras. As famílias justificam a informalidade pelos custos envolvidos, pelas dificuldades para se enquadrar às exigências legais e pelo funcionamento satisfatório dos canais informais baseados na confiança estabelecida com os consumidores.

Algumas críticas foram feitas ao Estado pela legislação restritiva que vai minando tradições, como a entrega de leite e produtos lácteos, a Feira do Peixe que se realiza há 25 anos no município. Entretanto algumas relações estabelecidas entre os produtores e agentes públicos contornam em boa medida estas situações. Parcerias com a EMATER e com a prefeitura e, sobretudo, a confiança instituída entre estes atores e também com os consumidores, tem possibilitado a manutenção da Feira do Peixe e de outros produtos tradicionais locais.

Segundo Evans (1997), a combinação de instituições públicas fortes e comunidades organizadas é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento. Uma melhor compreensão da natureza das relações sinérgicas entre o Estado e a sociedade e as condições sob as quais essas relações podem mais facilmente ser construídas devem se tornar um componente das futuras teorias do desenvolvimento. E mais crucial na prática é buscar a ampliação e fortalecimento das relações, do capital social existente, para criar organizações que sejam suficientemente abrangentes para efetivamente construir meios de vida diversificados.

3 OS MEIOS DE VIDA TECIDOS E AS CAPACIDADES-CHAVE NA DIVERSIFICAÇÃO

Quais atividades de diversificação têm sido desenvolvidas pelos fumicultores? Quais são os determinantes da capacidade de diversificação dos meios de vida na agricultura familiar do tabaco?

Este estudo demonstra que, em razão de várias motivações ou necessidades, há muitos agricultores que já buscam caminhos alternativos, de maior autonomia, rompendo com a dependência do cultivo de tabaco. Alguns agricultores o fazem de modo mais radical, com o abandono da produção; outros com adequações e mudanças nos sistemas de produção e nas formas de geração de renda, onde a cultura do fumo integra parte de um processo de diversificação na propriedade familiar. Esse processo nem sempre é fácil, como lembra Bonato (2013), especialmente quando a terra é um limitante, quando a renda presente é baixa, quando a mão de obra é pouca, quando o acesso ao mercado é difícil, quando, enfim, as oportunidades estão distantes. Entretanto, existem muitas famílias que, nestas circunstâncias, têm conseguido viabilizar estratégias de diversificação com relativo sucesso e de formas distintas.

As principais motivações para isso decorrem dos efeitos deletérios da produção de tabaco à saúde, por questões de endividamento e escassez de mão de obra. E existem outras tantas razões que concorrem, em seu conjunto, à redução e mesmo abandono da fumicultura – como a retração de mercados; questões ambientais, de autoconsumo e segurança alimentar; de migrações e de outras oportunidades de atividades agrícolas e não agrícolas ou aposentadorias. Embora esse conjunto de razões não seja prerrogativa da produção de tabaco, e ainda que nada possa ser dito de forma mais ou menos categórica com relação ao futuro do cultivo, o processo de diversificação de meios de vida entre fumicultores existe e seu debate assume relevância na década corrente, por questões já expostas.

Esse capítulo tem por objetivo a análise das principais estratégias de diversificação de meios de vida realizadas pelos agricultores familiares dedicados à fumicultura, identificando capacidades-chave que geraram estas oportunidades e/ou confrontaram condições sociais adversas. Para esse fim, apresenta-se na primeira seção, alguns aspectos teóricos sobre a diversificação associada à abordagem dos meios de vida. Na sequência, a segunda seção descreve e analisa as trajetórias de diversificação dos agricultores estudados. Por fim, a terceira seção explora as principais capacidades dos agricultores em processos de diversificação de seus meios de vida.

3.1 DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA: ASPECTOS TEÓRICOS

Desde a utilização do termo *sustainable livelihoods* por Chambers e Conway (1992) outros estudiosos da pobreza e do desenvolvimento rural buscaram avançar na construção e operacionalização da abordagem. Ellis (2000), por exemplo, associa o termo à noção de diversificação e define meios de vida como o conjunto de atividades, ativos (capital natural, físico, humano, financeiro e social) e acessos (pela mediação das instituições e das relações sociais) que determinam a sobrevivência de um indivíduo ou de um lugar. A diversificação dos meios de vida rural implica, portanto, um "[...] processo mediante o qual as famílias rurais constroem um portfólio de atividades diversas e de capacidades de apoio social para sua sobrevivência e melhoria de seus padrões de vida" (ELLIS, 1998, p. 4, tradução nossa).

A Figura 11 apresenta o esquema proposto por Ellis (2000) para análise da diversificação dos meios de vida rural. O autor parte da plataforma de ativos disponíveis cujo acesso é regulado por fatores de mediação, dentro de um contexto específico, resultando em estratégias de sobrevivência ou meios de vida. Essas estratégias podem estar baseadas em atividades que utilizam recursos naturais ou não com efeitos sobre a segurança e sustentabilidade dos meios de vida.

Figura 11 - Diagrama de análise dos meios de vida.

A	B	C	D	E	F
Plataforma de ativos:	Acesso via:	Em contexto de:	Resultando:	Composto de:	Com efeitos na:
Capital natural **Capital físico** **Capital humano** **Capital financeiro** **Capital social**	**Relações sociais** (gênero, classe, etnia, idade) **Instituições** (regras e costumes, direito de posse, práticas de mercado) **Organizações** (associações, ONGs, administração local, agências estatais)	**Tendências** (população, migração, mudanças tecnológicas, preços, políticas, economia nacional e mundial) **Choques** (secas, enchentes, pragas, pestes, guerras)	**Estratégias de vida**	**Atividades baseadas em recursos naturais** - cultivo alimentar - cultivo não-alimentar - rebanhos - recursos nat. externos **Ativ. baseadas em recursos não naturais** Mercado rural, serviços outros, manufatura rural	**Segurança do meio de vida** (nível de estabilidade de renda, sazonalidade, faixa de risco) **Sustentabilidade do meio de vida** (qualidade do solo e da terra, água, pastagem, floresta e biodiversidade)

Fonte: Adaptado de Ellis (2000, p. 30, tradução nossa)

Um portfólio diversificado de atividades concorre para a estabilidade e autonomia de um meio de vida na medida em que contribui para o aumento de sua capacidade de resistência em longo prazo frente a tendências adversas. Esses impactos positivos incluem a redução dos efeitos adversos da sazonalidade (de renda ou de trabalho), redução de risco, maior renda através da utilização de recursos disponíveis e habilidades, melhorias na plataforma de ativos, benefícios ambientais e de gênero (ELLIS, 1999). Diversificação, nesse sentido, é entendida como uma forma de segurança dos meios de vida, sendo seu oposto a vulnerabilidade (ELLIS, 2000). A vulnerabilidade está assim relacionada, hipoteticamente, a uma situação de dependência em relação a um repertório restrito de renda e atividades (PERONDI; SCHNEIDER, 2012). A diversificação, por sua vez, está relacionada à criação de estratégias que permitem "a redução da dependência de um único cultivo e instabilidade no processo de reprodução causada por falhas em atividades de produção, tais como perdas de safra devido às secas ou inundações, bem como a variabilidade sazonal da renda ao longo do ano" (INCA, 2016, p. 27).

Conforme Perondi e Schneider (2012), o processo de diversificação torna-se um importante caminho para a saída das condições de vulnerabilidade social e pobreza, uma vez que esta diversificação pode ser entendida "como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca proativa por alternativas ou novos investimentos" (PERONDI e SCHNEIDER, 2012, p.132).

Mais precisamente, a diversificação pode ser vantajosa por que:

> a) Aumenta o portfólio de atividades e produtos que podem ser ofertados e amplia a inserção dos agricultores nos mercados, o que configura como uma alternativa à sazonalidade da renda agrícola; b) Reduz a dependência em relação às flutuações setoriais de preços; c) Estimula a geração de inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que, em geral, vão no sentido de poupar recursos; d) Implica em novas formas de manejo e uso de plantas, animais e do espaço para que se possam produzir novos tipos de produtos ou bens de troca; e) Frequentemente, leva ao aumento do número de atividades e ocupações realizadas nas propriedade e as torna pluriativas; f) Gera novas formas de cooperação e interação local que repercutem sobre ganhos de escala e redução de custos de transação; g) Agricultores diversificados tendem a ter maior nível de satisfação com sua atividade e melhor autoestima; h) Unidades diversificadas tem maior interação com os consumidores/clientes, tornando as propriedades diversificadas mais flexíveis e adaptáveis à mudanças; i) Unidades diversificadas tem maior interação com a comunidade local – capital social – o que pode favorecer economias de proximidade (SCHNEIDER, 2010, p. 11-12).

Em termos gerais, quanto mais diversos os ativos detidos e as atividades desenvolvidas pelo agregado familiar, maior será sua capacidade de gerenciar riscos e lidar com adversidades, ou seja, menor será sua vulnerabilidade (ELLIS, 2003). Ellis (2000) demonstra ainda que iniciativas e ações significativas para melhorar as condições de vida das famílias rurais e garantir sua reprodução social estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades onde vivem.

Atividades agroindustriais, pluriatividade e ocupações não agrícolas, e um sem-fim de iniciativas e processos que ocorrem na busca por novas matrizes e formatos técnicos de produção, que sejam menos dependentes de insumos externos às propriedades, tais como a agroecologia, estão, segundo Schneider (2010, p. 12), "entre as várias e promissoras iniciativas de diversificação econômica e produtiva que envolvem os pequenos agricultores familiares".

3.2 A TRAJETÓRIA DOS MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS NA AGRICULTURA DO TABACO

Os produtores de tabaco no contexto de estudo encontram-se organizados em quatro circunstâncias mais gerais: aqueles mais empobrecidos, sem-terra (e por vezes sem casa),

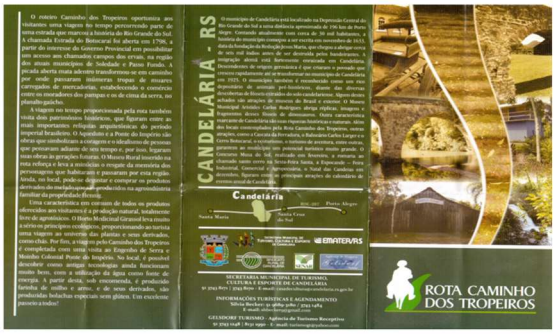
chamados de agregados, parceiros ou meeiros, cujas formas de parceria são as mais diversas, e que são dependentes por falta de alternativas (e existem muitas famílias nessa situação); aqueles que só têm o tabaco e o milho (às vezes nem o milho), que cultivam muito pouco ou mesmo não cultivam para o autoconsumo, criando, assim, uma "cultura de fumicultor", e muitas vezes, em razão de flutuações negativas dos preços, não têm lucro nenhum, mas já começam a fazer canteiros para a próxima safra; e aqueles mecanizados e que investem pesado em tecnologias (galpões de alumínio com grampos que facilitam a secagem, com ar forçado etc.) e que por isso se mantém no processo produtivo, seja porque gostam ou porque tem a estrutura organizada e o investimento dessa estrutura para pagar. Esse grupo de fumicultores especializados, nessas três situações, são, em boa medida, aqueles mais dependentes da produção e os grupos que tendem a permanecer alijados dos processos de diversificação.

Contudo, existem também, aqueles agricultores não especializados que tem a fumicultura como uma atividade entre outras realizadas nas propriedades. O fumo faz parte de um contexto de diversificação, associado a atividades diversas como bovinocultura de leite, piscicultura, hortigranjeiros, fruticultura e agroindústria. Outros, que dispõem de maior área de produção e mecanização para isso, têm o tabaco associado a culturas de maior escala como soja, milho ou arroz. E existem ainda aqueles que já abandonaram o cultivo do fumo, há alguns anos, e não se mostram arrependidos nem estimulados a voltar à produção.

Dentro das 54 localidades existentes em Candelária, algumas se destacam por razões diversas. A localidade do Pinheiro, por exemplo, é mais central e consistente e conta com posto de saúde, igreja, escola, cooperativa, além de uma unidade de beneficiamento de soja. As localidades de Linha do Rio e Passa Sete (uma de cada lado do Rio Pardo) são comunidades sólidas e tradicionais. No Passa Sete existe uma concentração significativa de agroindústrias, o Museu Rural e o Horto Medicinal Girassol que integram a rota turística Caminho dos Tropeiros, organizada de forma conjunta pela comunidade (Figura 12). E essa é uma região onde prepondera a fumicultura. Nas áreas planas da Linha do Rio o solo é altamente fértil e existem propriedades mais capitalizadas. Além desta, também a localidade da Palmeira, se destaca pela presença de propriedades de maior área e de uma agricultura mais capitalizada, dedicada a produção de arroz. Nesse sentido, a capitalização dos produtores está bastante relacionada à fertilidade do solo e ao tamanho das propriedades; quando se vai em direção a serra, que a fertilidade começa a diminuir, a erosão do solo aparece e as propriedades são menores, aparecem também os agricultores mais descapitalizados.

Segundo relatos dos agentes de desenvolvimento locais, o perfil dos fumicultores que diversificam suas atividades não inclui, necessariamente, algum nível particular de capitalização.

Figura 12 - Folder do roteiro turístico de Candelária - Rota Caminho dos Tropeiros.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Duas agroindústrias familiares, de melado e de panificados, fazem parte do roteiro turístico e reorganizaram sua estrutura para se adequar à nova demanda. Novos espaços para visitação foram integrados: junto à agroindústria de melado está o Museu Rural, organizado pela comunidade; junto à agroindústria de panificados criou-se espaço para oferecer almoço e café colonial (com agendamento prévio) e para realização de cursos, sendo também local do resgate da tradição da produção de ervas medicinais e da troca de sementes (Figura 13).

Figura 13 - Espaço reestruturado da agroindústria para atender demanda turística.

Fonte: Pesquisa de campo.

Existem sete agroindústrias legalizadas e cinco agroindústrias com Ater para legalização no município e que envolvem 56 famílias de agricultores (Quadro 13).

Quadro 7 - Agroindústrias legalizadas no município de Candelária.

Tipo de agroindústria	Número	Produção anual	Famílias envolvidas	Principais produtos
Legalizadas				
Panificação	2	23.100 t	23	Bolachas, cucas, bolos, pães e massas
Derivados da cana	2	42.990 t	3	Melado, rapadura, puxa-puxa
Sucos	1	15.000 l	3	Sucos naturais de frutas
Embutidos suínos	1	10,08 t	2	Salame defumado
Ovos	1	60.000 dz	1	Ovos
Com Ater para legalização				
APROBANANA	1	2 t	6	Banana dessecada e polpa de açaí
Frango colonial	1	50 t	9	Frango colonial congelado
Feijão	1	5 t	6	Feijão
Farinha	1	2,4 t	1	Farinha do milho
Mandioca	1	36 t	2	Mandioca descascada

Fonte: Dados da Emater (2016).

Afora essas agroindústrias formalmente instituídas, existem diversos estabelecimentos rurais que envolvem a agroindustrialização de matérias-primas pelos agricultores, para autoconsumo e venda da produção. O Quadro 14 aponta para um aumento significativo na produção agroindustrial no município no período intercensitário 2006-2017.

Quadro 8 - Número de estabelecimentos agropecuários e quantidade produzida, por produtos da agroindústria rural, Candelária RS

Produtos da agroindústria rural	**Número de estabelecimentos**		**Quantidade produzida**	
	2006	**2017**	**2006**	**2017**
Aguardente	3	7	1 mil litros	14 mil litros
Doces e geleias	-	1.001	-	18 toneladas
Queijo e requeijão	12	80	2 toneladas	5 toneladas
Carne de bovinos (verde)	917	1.341	346 toneladas	348 toneladas
Carne de suínos (verde)	1.494	2.183	260 toneladas	403 toneladas
Embutidos (linguiças, salsichas, etc.)	139	347	8 toneladas	14 toneladas
Panificados	5	1.535	2 toneladas	264 toneladas
Melado	85	202	23 mil litros	60 mil litros
Sucos de frutas	2	472	1 mil litros	81 mil litros

Fonte: Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Na análise do Quadro 14 chama atenção o aumento das quantidades produzidas na agroindústria, principalmente de panificados, sucos de frutas, doces e geleias, aguardente e melado. No entanto, o grande destaque fica por conta do número de estabelecimentos envolvidos nessas atividades. Considerando o número de estabelecimentos agropecuários totais divulgados nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017[42], tem-se, respectivamente, uma participação de, no mínimo, 37% e 60% das propriedades envolvidas em algum tipo de atividade agroindustrial. Quando associadas à fumicultura essas produções podem representar atividades potenciais à diminuição da dependência da renda do tabaco.

As agroindústrias familiares, a produção de hortifrutigranjeiros, a piscicultura e a bovinocultura de leite têm se evidenciado como principais ações de diversificação estimuladas pelos agentes de desenvolvimento locais para redução da dependência da fumicultura.

> [...] agroindústria, principalmente, mesmo que não se consiga ter uma abrangência tão grande no município, de famílias, mas a gente vai mostrando um caminho possível né. Então tem várias famílias com agroindústrias e com hortigranjeiros, a feira ecológica municipal. Nós acompanhamos a 35 anos e eles tem crescido, mais ou menos, 15 ou 16% ao ano, a gente acompanha a venda deles desde 1990, o volume de vendas, então o crescimento anual de 15% é bem significativo. Algumas atividades com fruticultura também, bovinos de leite. Então são essas as atividades que a gente acompanha e também os recursos que tem de governo, alguns deles com subsídio. A gente procura também, assim, a colocar eles, os nossos assistidos, nos projetos que a gente acredita que são caminhos para diminuir a dependência da cultura do tabaco (Extensionista).

[42] O Censo Agropecuário de 2017 indica a presença de 3.647 estabelecimentos agropecuários em Candelária ocupando uma área de 70.863 ha (IBGE, 2017). Já o Censo Agropecuário de 2006 apontava a existência de 4.057 estabelecimentos ocupando 69.615 ha de área (IBGE, 2006).

Foram implantados 93 viveiros para piscicultura desde 2012 pelo Programa Segunda Água, com recursos públicos estaduais do SDR (EMATER, 2016). A produção de morango também é trabalhada com o público assistido da EMATER. De acordo com dados do IBGE (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017), produziram-se sete toneladas de morangos no município[43]. O extensionista responsável pelo desenvolvimento da cultura relata que, em termos econômicos e de saúde, o morango é mais vantajoso que a fumicultura. Essa condição se estende a outros cultivos de estufa, como pepino (41 ton.), rúcula (25 ton.) e brócolis (6 ton.) que apresentaram aumentos significativos de produção no período intercensitário, na ordem de 115%, 257% e 200%, respectivamente (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006; 2017).

> [...] também a questão do morango, no meu ver é uma cultura que dá para comparar bastante com o fumo, até para trocar de paradigma dessa questão do fumo em área pequena que é a única coisa que dá, então o morango também dá em área pequena e muito mais que o fumo né, e é uma cultura que tem várias vantagens né e o produtor também tá vendo isso, em pequeno espaço tu consegue cultivar, tanto o morango quanto qualquer cultura em nível de estufa, em ambiente protegido, alface, pepino e outras, então tem a questão do espaço reduzido, a questão da ergonomia, tu pode trabalhar na altura que tu quiser, tu pode reduzir muito o uso de agrotóxicos em trabalhar em ambiente protegido, é um serviço leve, muito menos oneroso que tu te abaixar e colher fumo [...]

Progressos na evolução de processos de diversificação no município são percebidos pelos agentes de desenvolvimento nos últimos anos.

> Faz 4 anos que eu estou aqui [...] a diversificação, eu acho que de 2013 para cá eu senti que aumentou bastante essa procura do agricultor. No primeiro ano, segundo ano que eu estive aqui, o agricultor estava assim com um discurso pronto. Assim, tu ia discutir com ele, falar com ele a questão da produção, de alternativas, normalmente já tinha resposta pronta: "não, o que dá é o fumo e não tem mais nada que dá, nada mais funciona". Mas, de um tempo para cá, acho que o agricultor tem percebido que tem outras alternativas. Então, facilitou um pouco. A bovinocultura de leite, de uns três anos para cá o morango tem tido bastante procura por parte do agricultor, a parte da piscicultura, tanto para autoconsumo quanto para venda também teve um interesse forte do agricultor, horticultura está vindo bastante agora também e tem os grãos, por exemplo a soja cresceu bastante em pequenas propriedades, nas áreas da serra aqui que normalmente é cultivo de fumo a soja tá entrando e o milho sempre foi a questão junto com o fumo né, a diversificação. Claro ainda tem aquela propriedade que compra tudo, planta fumo e compra tudo, mas no sentido do autoconsumo também parece que está tendo uma visão um pouco diferenciada do agricultor de ter uma segurança, a galinha, os suínos, um boizinho de leite, de carne para quando quiser abater. Então, eu acho que está mudando o conceito de como fazer agricultura, como diversificar a propriedade, que dá para diversificar né. Eu acho que isso vem mudando com alguns produtores, bastante deles. Influenciado a isso também, acho que eles estão tendo muitos problemas na negociação do produto. [...] Ele tá sofrendo muito no bolso na questão do fumo e isso também está influenciando na questão de buscar outra alternativa. O fumo é, vamos dizer assim, como tem a questão do contrato e a coisa é um pouco vertical, um pouco dada pela empresa, o produtor fica bastante

[43] Não constam dados referentes à produção de morangos nos Censos Agropecuários de 1995 e 2006.

> amarrado né. Então, ele está mais aprisionado do que outras, como se plantar mandioca e vender na feira né, ou vender de casa em casa, a autonomia é muito reduzida né, então isso ele tá percebendo que tá fazendo mal a alguns (Extensionista).

O relato sugere uma relativa mudança de perspectiva da parte de alguns fumicultores nos últimos anos com relação à dependência do cultivo. Se a comercialização garantida é, por um lado, a grande vantagem da produção de fumo, por outro, a falta de alternatividade (opção entre vender ou consumir) e de poder de negociação e, portanto, de autonomia do agricultor, gera uma situação de desconforto. A falta de alternatividade é uma grande desvantagem do cultivo de tabaco. Essa condição parece favorecer, em alguma medida, a realização de outras atividades produtivas, ainda nos casos em que o fumo continue como atividade principal.

Afora as atividades estimuladas por agentes de desenvolvimento, na maior parte dos casos, o produtor já está com alguma atividade pensada e procura orientação dos técnicos para esclarecer dúvidas - se a atividade pensada é vantajosa, se dá certo ou não, o que é necessário fazer, solicitam informações sobre a estrutura, a renda, o custo etc. – e ainda, em outros casos, a atividade já está implementada na propriedade, mas falta aprimorar alguma coisa, ampliar, melhorar a gestão etc. Grande parte das famílias investigadas tem obtido sucesso em processos de diversificação iniciadas na base desta última circunstância.

Os meios de vida diversificados realizados pelas famílias entrevistadas estão apresentados no Quadro 15, abaixo relacionado.

Quadro 9 - Meios de vida diversificados das famílias entrevistadas.

FAMÍLIAS	MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS
E1	Fumo + Milho + Soja + Hortifrutigranjeiros + Agroindústria (Panificação) + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria
E2	Cana de Açúcar + Agroindústria (Melado) + Hortifrutigranjeiros (Autoconsumo) + Aposentadoria
E3	Cana de Açúcar + Agroindústria (Melado, Açúcar, Rapadura, *Schimier*) + Hortifrutigranjeiros + Gado + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria
E4	Agroindústria (Bolacha) + Turismo (Horto Medicinal) + Hortifrutigranjeiros + Arrendamento + Aposentadoria
E5	Fumo + Cana de Açúcar + Agroindústria (Melado) + Piscicultura + Hortifrutigranjeiros (Autoconsumo) + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria
E6	Fumo + Hortaliças + Fruticultura (Banana, Açaí) + Agroindústria (Banana) + Leite + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria
E7	Hortifrutigranjeiros + Agroindústria (Panificados, Linguiça, Queijo) + Arroz + Arrendamento + Aposentadoria
E8	Fumo + Hortifrutigranjeiros + Leite + Agroindústria (Queijo, Coalhada) + Soja + Milho + Arrendamento + Aposentadoria + Pensão
E9	Fumo + Milho + Hortifrutigranjeiros + Agroindústria (Morcilha, Banha, Torresmo, Galinha caipira, Carne de porco na banha)
E10	Hortifrutigranjeiros + Leite
E11	Fumo + Hortifrutigranjeiros + Aposentadoria
E12	Fumo + Agroindústria (Panificados) + Atividade Não Agrícola
E13	Fumo + Milho + Hortifrutigranjeiros + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria
E14	Fumo + Milho + Hortifrutigranjeiros + Aposentadoria
E15	Fumo + Agroindústria (Queijo/Doce) + Hortifrutigranjeiros + Atividade Não Agrícola + Arrendamento
E16	Hortifrutigranjeiros + Atividade Não Agrícola + Assistência Social
E17	Fumo + Milho + Hortifrutigranjeiros + Aposentadoria
E18	Fumo + Leite + Agroindústria (Panificados, Queijo)
E19	Fumo + Agroindústria (Panificados) + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria
E20	Hortifrutigranjeiros + Leite + Milho (Autoconsumo)

Fonte: Pesquisa de campo.

Como observado, a produção de hortifrutigranjeiros está presente em quatorze unidades familiares, o fumo e a agroindústria rural em treze, o milho em seis e a produção de leite em cinco propriedades, a cana-de-açúcar e hortaliças em três, a soja e a produção de arroz em duas, frutas e criação de gado para cria e piscicultura, são encontrados, cada um em uma propriedade. Quatorze famílias recebem transferências sociais e em nove famílias existem membros ocupados em atividades não agrícolas. Três famílias compõe a renda com arrendamento de terras. A trajetória de diversificação desses agricultores familiares é descrita e analisada nas próximas subseções.

3.2.1 Descrição das trajetórias de diversificação dos meios de vida das famílias no contexto de estudo

Quando Ellis (2000) assume a definição de um meio de vida como aquele que compreende os ativos, as atividades e o acesso a estes, que definem em conjunto a sobrevivência do indivíduo ou do agregado familiar; deixa expresso o risco atribuído a qualquer definição deste tipo, relacionado ao fato de não conseguir informar as mudanças ocorridas ao longo do tempo e as adaptações das famílias à evolução das circunstâncias. O autor defende que uma característica fundamental dos meios de vida rurais nos países em desenvolvimento contemporâneos é exatamente a capacidade de se adaptar para sobreviver. Nesse sentido, a realização de um meio de vida deve ser apreciada como um processo contínuo, em que não se pode presumir que os elementos permaneçam os mesmos ao longo do tempo, ou mesmo de um ano para o outro. Os recursos podem ser construídos, erodidos ou instantaneamente destruídos (como em intempéries climáticas). As atividades realizadas flutuam sazonalmente e ao longo dos anos, especialmente em relação às tendências econômicas locais ou nacionais. Também as formas de acesso a recursos e oportunidades podem mudar para os indivíduos e famílias, em razão de mudanças nas normas e eventos no contexto social e institucional em torno de seus meios de vida (ELLIS, 2000).

Perondi (2014, p. 104), baseado em Ellis, destaca que:

> A diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam e oportunizam às famílias, adaptar e diversificar os seus meios de vida. Diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural. **Entretanto, diversificação do meio de vida não é sinônimo de diversificação da renda. A segunda se refere às diversas entradas monetárias que podem ser observadas num instante qualquer, mas a diversificação de meios de vida inclui a variável do tempo, isto é, necessita que haja uma observação de uma crescente disponibilidade de portfólios alternativos de atividades no tempo** (ELLIS, 1998, grifo nosso).

Isso porque, de acordo com Ellis (1998), dificilmente é possível afirmar com certeza se os meios de vida dos agregados familiares são mais diversos no presente do que eram a dez ou vinte anos atrás. Esse talvez seja o ponto essencial que permite esclarecer a concepção da diversificação de meios de vida que é facilmente atrelada aos aspectos econômicos estritos. É a variável do tempo que permite observar a capacidade de resiliência das famílias e indivíduos a partir da estabilização e fortalecimento de recursos e relações que conferem possibilidades variadas de meios de vida e, consequentemente, sua sustentabilidade. Nessa perspectiva, as

trajetórias de meios de vida diversificados das famílias investigadas são relatadas, de forma breve, para demonstrar alguns desdobramentos das atividades desenvolvidas relacionadas à sua organização no tempo. Optou-se por apresentar a trajetória de diversificação de dez das vinte famílias investigadas. Essa escolha é, portanto, arbitrada, baseada nas experiências mais detalhadas e representativas do total das famílias investigadas. Essas estratégias de diversificação seguem abaixo relacionadas.

E1 - Fumo + Milho + Soja + Hortifrutigranjeiros + Agroindústria (Panificação) + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria

A família possui cinco membros, dos quais quatro exercem atividade agrícola. O marido também exerce atividade não agrícola intersetorial. Duas filhas migraram e não contribuem com a propriedade e nem pretendem voltar ("infelizmente", na opinião da entrevistada). Gostaria que as filhas permanecessem e dessem continuidade ao trabalho realizado. A filha que permaneceu já trabalhou em atividade não agrícola (no comércio), mas gosta do trabalho no campo e não pensa em deixar, apenas em caso de melhor oportunidade. A filha e o genro que ficaram na propriedade plantam fumo em regime de especialização (2,5 ha); em separado das demais atividades. E1 ajuda nos períodos de maior demanda de trabalho, como na colheita do tabaco, na lavoura ou fazendo as refeições. E1 é filha única e agora mora na sede do município com o marido e a filha mais nova. Vão quase todos os dias nos finais de tarde para a "colônia".

O fumo sempre fez parte da diversificação da propriedade. Nunca entenderam a cultura como principal; sempre produziram porcos, galinhas e queijos para venda. E1 e o marido deixaram de produzir tabaco em função da mão de obra. A contratação de mão de obra tornou-se cara e não compensava, mas considera que o fumo é uma opção importante para quem tem pouca terra. Já plantaram soja, milho e sabem da necessidade de terra para obter retorno econômico: "No fumo com dois ou três hectares se consegue sobreviver". Considera que a questão do fumo precisa ser mais estudada; "não dá para dizer às pessoas que não devem mais plantar fumo. É preciso mais estudo de mercado, não dá para todos plantarem verduras ou criarem galinhas; mais técnicos são necessários". Considera que os incentivos devem partir do governo, do apoio do governo. É um desafio para aqueles que estudam o caso. É cultural. "Nós sempre diversificamos, nunca dependemos apenas do fumo; também plantamos eucalipto para lenha". Não entende como as pessoas conseguem viver apenas do tabaco. Acha que a solução é algo próximo ao sistema de integração; "vem um orientador te diz o que fazer e te entrega um kit, semente e tudo que for preciso".

A entrevistada relata que gostava de trabalhar no fumo e não considerava o serviço penoso demais, sendo o pior período a colheita. Preocupa-se com o futuro da fumicultura e reitera que se algum dia a produção acabar, não sabe o que as pessoas vão fazer. A produção de fumo na propriedade, realizada pela filha e pelo genro, se dá em sistema integrado e nunca plantaram mais que 30 mil pés. A renda auferida com a produção de tabaco detém-se entre 26 a 50% dos ingressos totais da propriedade da família.

E1 conta que quando começaram na agricultura, ela e o marido, não tinham nada, nem luz e nem conhecimento. Possuem 13,8 ha de área e em outros tempos arrendavam terras para plantar soja e milho até concluírem que não compensava. "Chega na hora da colheita não tem colheitadeira e tu depende de outros, daí todo mundo está colhendo, daí da uma semana de chuva, e tu está na ordem de colher e tem que esperar*".* Atualmente, vendem aquilo que sobra do autoconsumo. Além disso, existe o ganho certo da aposentadoria, além do ganho da fábrica de bolachas e da atividade não agrícola do marido. A área de produção para autoconsumo se manteve relativamente constante ao longo do tempo. Sempre produziram batatinha, feijão e mandioca, embora a produção tenha diminuído um pouco porque se plantava para os porcos que agora só produzem para autoconsumo. Afirma que enquanto puder não deixará de produzir "coisas de comer". Acredita que a prática da diversificação vem da criação, os pais sempre plantaram várias coisas entre as quais o fumo. A avó era quitandeira, há 50 anos ela plantava e vinha à cidade para vender nas casas, produtos como leite, ovos e coalhada.

Sempre desenvolveram as atividades de acordo com os recursos disponíveis na propriedade. Possuem trator, plantadeira, pulverizador etc., mas na hora de colher falta a colheitadeira, "e não suporta a gente ter uma máquina*".* Assim, pagam por hora. "O resto dos implementos a gente tem*". "*Boi não tem mais*"*, antes usavam somente tração animal. "Agora só com trator*".*

O milho, agora, é a principal renda depois do tabaco. Quanto à soja, não pretendem mais plantar. "O milho pode ficar mais tempo na roça e ser colhido quando possível, a soja não*".* A produção não está bem ultimamente; consultaram técnicos, mas reclama sobre a falta de tempo destes em prestar orientações. Ainda que se saiba fazer é preciso, por vezes, 'um empurrão", uma orientação sobre como fazer. Afirma que falta isso na colônia. "As pessoas precisam do acompanhamento de alguém*".*

A mão de obra é insuficiente. O aprendizado se dá na prática, no dia a dia, não foram formalmente qualificados. Buscam informações por conta, principalmente com a EMATER. Cursos existem mais para o arroz e para o fumo também, no mais, para os pequenos agricultores não são muito ofertados. Alguns cursos de poda, de tratorista, mas muito escassos. "Tempos

atrás havia mais ofertas, agora não mais*”*. E1 só fez curso de panificação e anos atrás de queijo, mas só na área da agroindústria. “É uma carência, mas quando surgem oportunidades as pessoas consideram perda de tempo*”*. Acha importante para maior integração familiar e comunitária, e mais conhecimento, sobre políticas públicas, por exemplo. Considera as pessoas pouco integradas, muito isoladas, “cada um por si*”*. E considera difícil mobilizar as pessoas.

O grupo no qual participa tem dificuldades para gerenciamento e vendas. Apresenta grande dificuldade na comercialização. E1 faz parte da Associação Horto Girassol - um grupo de mulheres que começou em 1998 fazendo chás, xaropes, pomadas, enfim, produtos fitoterápicos. Em 2010, receberam verba para construir uma cozinha e um prédio específico para chá, mas em razão da burocracia (“precisa farmacêutico; não pode ter veneno e fica lá no meio dos plantadores de fumo”) deixaram de lado. “A gente tem o Horto lá, é bem visitado, mas a gente faz para consumo próprio e muita gente vem comprar. Aí em 2010 veio essa coisa da merenda escolar e aí o Grupo entrou”. Fazem bolachas, bolos e massas e tem sido uma atividade importante para as mulheres, “porque quase todas elas plantam fumo e ali elas têm a renda delas, trabalham dois, três dias por semana, às vezes um dia, depende, agora tá assim, foi cortado muito as verbas para merenda e tem concorrente também, tem cada vez mais gente vendendo, mas é um dinheiro muito importante*”*. A filha também trabalha no grupo de bolachas.

E2 - Cana De Açúcar + Agroindústria (Melado) + Hortifrutigranjeiros (Autoconsumo) + Aposentadoria

Essa família possui quatro membros, dos quais três trabalham na agricultura e todos se ocupam na agroindústria. A filha viveu quatro anos na cidade, onde trabalhou e voltou. Outra filha migrou e nunca trabalhou na propriedade. Dois membros da família recebem aposentadoria. São 12 ha de área e 8 ha para plantio de cana-de-açúcar. Nesta propriedade não plantam mais fumo faz 21 anos (desde 1997). Deixaram de produzir tabaco em razão do veneno (a época foram proferidas várias palestras sobre o malefício da produção à saúde), do pouco retorno financeiro e da escassez de mão de obra. Na época plantavam também soja e milho. Precisavam contratar mão de obra ou trocar com os vizinhos. Desde que deixaram de produzir fumo não usaram mais agrotóxicos (embora os vizinhos usem).

No ano de 2000, concluíram a instalação da agroindústria e, desde então, plantam cana de açúcar o ano inteiro para produção de melado. Falta mão de obra e a escala de produção da agroindústria impede que se dê atenção a outras atividades. Atividades de autoconsumo foram

muito diminuídas em favor da cultura comercial e atividade agroindustrial. Plantam apenas mandioca e batata para autoconsumo e criam duas vacas de leite. A legislação sanitária também impede a circulação de animais como galinhas, por exemplo, nas imediações das instalações da agroindústria, razão pela qual deixaram de criá-las.

No início do processo agroindustrial fizeram uso daquilo que havia na propriedade; possuíam, conhecimento, tachos e batedores e o melado era produzido no galpão. As instalações agroindustriais foram em parte financiadas e parte utilizados recursos próprios. Contaram desde o início com auxílio da EMATER, para a organização e a implementação da agroindústria e para atendimento da legislação. Contratam mão de obra quando necessário, mas eventualmente e apenas para corte de cana. Na agroindústria é somente a família que trabalha, não contratam ninguém para ajudar. A renda estimada da produção agroindustrial é de R$ 14.000,00 ao mês.

Fizeram curso de boas práticas e mais tarde um curso sobre produção de melado pelo SENAR. Quando necessitam de alguma informação precisam agir por conta, pela dificuldade em obter orientações sobre essa produção em particular. Visitaram agroindústrias de melado em outros municípios no início da atividade; e sobre a produção inicial do melado se valeram daquilo que sabiam. Ofertas de cursos de capacitação e qualificação basicamente aquelas oferecidas pelo SENAR. Sentem mais falta de orientação sobre a produção de cana, "porque o melado fica escuro, se tem alguma coisa para fazer nesse sentido, tratamento no solo, na cana*",* são questões as quais não conseguem orientação. A EMATER não conseguiu auxiliar nesse sentido. Orientam-se pela própria experiência, na observação, "entre cerro e várzea, por exemplo, dá diferença*"*.

E3 - Cana De Açúcar + Agroindústria (Melado, Açúcar, Rapadura, *Schimier*) + Hortifrutigranjeiros + Gado + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria

A família é composta por quatro membros e três se dedicam a agricultura e a atividade agroindustrial. A nora exerce atividade não agrícola intersetorial. O irmão migrou. São 24 ha de área e 10 ha produzidos. Nesta propriedade deixaram de produzir fumo há 23 anos. Não gostavam de lidar com agrotóxicos. Na época, o entrevistado conta que costumava entrar em atrito com o instrutor de fumo por não querer fazer uso de determinados agrotóxicos, mas a empresa obrigava o uso. Relata que muitos agricultores aposentados pararam de produzir tabaco.

Dedicam-se desde então ao cultivo da cana de açúcar. Implementaram uma agroindústria familiar de produção de melado, açúcar mascavo e rapadura; produzem também

schimier colonial (bergamota, laranja, chuchu e melancia). Cultivam mandioca e milho para autoconsumo. O filho dedica-se a bovinocultura (40 cabeças) e vende os bezerros; também criam galinhas e porcos para autoconsumo. A orientação para produção de cana deu-se porque sabiam fazer melado.

Começaram aos poucos e foram aumentando a produção ao longo do tempo. Não gostavam de plantar fumo e a partir de então iniciaram outros cultivos. Fizeram outras tentativas, como uma estufa para tomate e passaram a vender em feiras, mas a experiência não prosperou. Visitaram outras propriedades para conhecer vários exemplos de cultivos agroecológicos em outros municípios. A partir daí deram início a produção agroecológica. "Sempre dizem assim: sem veneno não dá, mas dá e é muito melhor sem veneno".

Faz 12 anos que tem a agroindústria, que foi adequada e formalizada principalmente em razão do turismo. Nessa época a localidade passou a integrar a Rota Turística Caminho dos Tropeiros e o chefe da EMATER sugeriu que se quisessem se beneficiar do projeto teriam que melhorar e organizar a produção que era feita, até então, embaixo do galpão. Fizeram financiamento para instalação e para trator (pelo Pronaf Mais Alimento). A família considera a venda direta para o consumidor mais em conta ("tem um preço intermediário, não é preço de mercado e nem preço que receberia do mercado*"*).

A propriedade é antiga, com tábuas que tem cerca de 150 anos; assim sendo, aproveitaram a estrutura para implementação de um museu (o Museu Rural) que faz parte do roteiro turístico e foi organizado pela comunidade. Através de mutirões foram recolhidos objetos e instrumentos de valor cultural, cedidos por várias famílias locais.

A mão de obra familiar não é suficiente, mas consideram complicada a contratação de terceiros, pelo risco (referindo-se a processos trabalhistas), e assim "fazem o que dá*"*. Conhecimento e informações são buscados na EMATER ("eles ajudam muito a gente*"*) e no CAPA. Fizeram curso de boas práticas ofertado pelo município. A EMATER ajudou em tudo, no planejamento, na organização e na implementação da agroindústria.

Participam da Associação dos Feirantes de Candelária (AFECAN). No âmbito da associação trocam muitas informações. As reuniões são mensais e acontecem sempre em alguma das propriedades associadas. E3 também participa da certificação participativa (que inclui visitas às propriedades que buscam certificação) e de todas as questões envolvendo a associação. Já participou do Conselho do Meio Ambiente, participa do Conselho do CAPA e das oficinas da Rede Ecovida. Acha difícil difundir a agroecologia porque "as pessoas não acreditam nos benefícios*"*.

E4 - Agroindústria (Bolacha) + Turismo (Horto Medicinal) + Hortifrutigranjeiros + Arrendamento + Aposentadoria

Esta família é composta por cinco membros; a mãe se ocupa com atividades turísticas, com um projeto ambiental e comercializa produtos na feira (produtos de horta, chás, bolachas e balas); a filha trabalha na agroindústria de panificados e nas atividades turísticas e cuida do Horto Medicinal; o filho e a nora se dedicam a atividades agrícolas e a atividade agroindustrial. Nesta propriedade (de 8 ha) plantavam fumo até 1997. A irmã mais nova (que migrou e hoje vive em outro estado) nasceu com um problema de má formação no braço e muito pequena (pouco mais de 1 kg) e o médico disse à época que era devido ao uso de agrotóxicos (responsável, segundo ele, pela geração de muitas crianças deficientes). O irmão é deficiente auditivo. A partir daí deixaram de usar veneno; insistiram ainda um tempo na produção de fumo sem agrotóxicos, mas não prosperou. A mãe já trabalhava com a feira e passaram a focar nesta direção. Produziram pães, *schimier*, chás e muita bolacha. Também entregavam bolachas no supermercado. Havia um espaço na cidade, chamado de berçário industrial, onde aproveitavam o espaço para fazer bolachas. Os aspectos produtivos e de comercialização funcionavam na base da informalidade. Posteriormente, organizaram uma mini padaria nos fundos da casa até a implementação da agroindústria. Contam que foi uma grande oportunidade para a comunidade.

A mãe e o irmão são atualmente responsáveis pela feira. A mãe (com 75 anos) também desenvolve um projeto de mudas de árvores (Projeto Planeta Vivo) que distribui às crianças nas escolas e palestra sobre a importância da preservação ambiental. Possui uma estufa, construída em mutirão com materiais recicláveis, onde acondiciona as mudas plantadas em embalagens tipo tetra pak coletadas pelas crianças nas escolas. Em troca das embalagens os alunos recebem as mudas.

Produzem batata, mandioca, verduras e frutas para venda e autoconsumo. O irmão cultiva hortaliças e frutas em outra área da propriedade e que também são comercializadas na feira. Na feira vendem também bolos, bolachas, compotas, verduras, frutas, chás, mel de jataí, mandioca e temperos. Nos fundos da casa organizaram uma área florestada, com árvores nativas da região, todas catalogadas com placas informativas. Arrendam quatro hectares de terra para terceiros.

A agroindústria, formada por um grupo de onze mulheres, produz massa, bolos e, principalmente, bolachas, que são comercializadas no mercado institucional (PNAE) e em feiras (municipais – 3 vezes por semana – e de externas como a Expointer). Trabalham todos os dias, no geral, de forma intercalada, salvo quando existe muita entrega a fazer. Organizam-

se então em mutirão para atender a demanda. E4 é responsável pela parte administrativa da agroindústria (que começou em 2010).

Queixam-se de que no atual governo as verbas para merenda diminuíram muito, o que causa preocupação, considerando que a política para merenda escolar transformou muito a comunidade, abrindo espaço para novas produções. Lembra que até então a localidade (Linha Passa Sete) era especializada, e continua sendo, na produção de tabaco.

E5 – Fumo + Agroindústria (Melado) + Piscicultura + Hortifrutigranjeiros (Autoconsumo) + Arroz + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria

Essa família é composta por cinco membros. O pai e a mãe deixaram de produzir tabaco há cinco anos. O filho e a nora ainda produzem tabaco em outra parcela da propriedade (2,3 ha). Diversificam na propriedade desde 1982. De 1979 a 1983 plantavam duas estufas com fumo (mais de 4 ha de tabaco). Nessa época tiveram a oportunidade de ingressar na associação dos feirantes (AFECAN). A associação envolve 23 famílias diretamente e existem ainda aquelas envolvidas de forma indireta – como a filha de E5, que reside em outra propriedade com o marido, e produz torresmo, morcilha e alguns outros produtos que ele comercializa na feira.

E5 não considera a produção do município como ecológico em razão da grande carga de veneno utilizada em grande parte das unidades produtivas. Considera a realização de uma produção orgânica, em razão da não utilização de agroquímicos no processo produtivo. Mesmo com a produção orgânica, continuaram plantando tabaco (diminuindo a quantidade plantada). Em 1996, receberam verba pública para abrir uma agroindústria. Foi criado também um berçário industrial no município com espaço para atuação. Faziam conservas junto com outros (onze) produtores e alcançavam a produção de 30 mil vidros, principalmente de pepino, comercializados em feiras e mercados fora do município. Formaram uma associação pensando em crescer, mas perderam o berçário (numa transição de governo) e consequentemente a associação se desfez. Tentaram novo empreendimento, desta vez familiar e não associativo, mas também não deu certo em razão dos altos custos (apesar de ter conseguido crédito para investimento do PRONAF). Conseguiram construir o prédio, que hoje usam para processar peixes. Por essas questões, o tabaco não era abandonado por completo, pois funcionava como "válvula de escape. A empresa custeava toda produção e tu só paga depois da venda". Plantou tabaco até 2011. Investiu em pomar, em hortaliças, que fornecia para supermercados locais; também vendia melado. A partir daí começou a focar nesses produtos; melhorou os tanques de

piscicultura que tinha na propriedade e não consegue criar peixes suficientes para os clientes que tem hoje; e o fumo acabou ficando em segundo plano. E5 exemplifica que "uma estufa de fumo dá uma receita média de 50 mil reais e uma despesa de 30 mil com o básico que ele precisa para produzir, o restante não é lucro dele, é mão de obra, talvez ele tenha mil reais de lucratividade*"*. O melado fica em primeiro plano na propriedade – *"se* tu vende mil reais tu tem um gasto de oitenta reais (luz e embalagem) e o restante é mão de obra; os equipamentos que tu usa tem alta durabilidade e o custo é baixo*"* - tudo feito de forma artesanal. "Pomar, por exemplo, pode dizer que tem uma renda residual, claro que tu investiu num primeiro momento, hoje dá uma limpada e controla*"*. Por isso continuaram com a diversificação, porque esmiuçando as produções concluíram que o tabaco tem baixa lucratividade e muito mais trabalho envolvido.

Já possuíam galpão e forno na propriedade e herdaram outros recursos. Comercializavam, na época do pai, melado, de forma esporádica. Vendiam leite e recolhiam também dos vizinhos, "desde os tempos de solteiro". Sempre mantiveram as tradições (pão de milho, carne de porco na banha etc.); e sempre mantiveram produtos alternativos. Produz 2,5 ha de frutíferas (citrus, pera, figo, pêssego, para *schimier*) e de eucalipto para lenha. Hortaliças plantam muito pouco, para o gasto e para não concorrer com outros parceiros de feiras. O carro chefe é o melado, seguido pelos peixes e o pomar; também produzem 2 ha de arroz em parceria. Nunca diminuíram a área de produção para o autoconsumo.

E6 - Fumo + Hortaliças + Banana + Agroindústria (Banana) + Leite + Atividade Não Agrícola + Aposentadoria

Essa família é constituída por sete membros, dos quais cinco se dedicam as atividades agrícolas e destes, três se ocupam também da agroindústria e dois em atividades não agrícolas intersetoriais. Três membros recebem aposentadoria. Na propriedade (de 18 ha) produzem fumo, feijão, hortaliças, mandioca, milho, banana, açaí e gado. O foco principal são as hortaliças (alface, batata doce, repolho, beterraba, moranga, cenoura e couve-flor) e as bananas. As bananas além de comercializadas *in natura*, junto com o açaí, são processadas na agroindústria. A agroindústria já está legalizada, com alvará para processamento de frutas para produção de *schimier*, passas de banana, chips de banana e cristalizados. Começaram a plantar banana em 2004, com venda apenas *in natura*. Mais adiante, surgiu a ideia da agroindústria. O açaí já existia em faixas de mata nativa que deixaram crescer para criação de gado. Passaram então a plantá-las em carreiras para fins de legalização. A produção de açaí ainda é pouca

porque as palmeiras demoram a produzir. Recebem assistência técnica do engenheiro florestal da AFUBRA para orientação de manejo – "a gente tira o cacho, despolpa e a semente volta para o solo".

Ganharam do CAPA uma desidratadora artesanal e começaram a secar a banana. Atualmente, também produzem chips e *schimier* de banana, que por não ser tradicional na região, ainda tem pouca saída. Consideram o mercado incerto ainda e, por essa razão, continuam com o cultivo do fumo. É do fumo e das verduras que tiram a maior parte da renda por enquanto. É quando sobra tempo que lidam na agroindústria (que por enquanto não é a atividade principal – "é uma reserva para o futuro como diz"). As hortaliças e as bananas são orgânicas e ficam bem separadas da área de fumo. O milho é produzido para o gasto, para alimentação animal.

Plantaram 130 mil pés de fumo (em 8,1 ha) e tem toda estrutura organizada à produção. Já haviam tentado diversificação com outras culturas, gado de leite, erva-mate, palmeira real e abandonaram. As bananas têm sido plantadas na encosta do cerro. Para obter conhecimento da produção foram visitar propriedades que trabalhavam com bananas em outros municípios, e de onde trouxeram mudas começando o cultivo (que não era tradição na propriedade). Obtiveram muito incentivo do CAPA e da EMATER. Não quiseram ficar dependentes do fumo e acreditam que a propriedade deva se sustentar e produzir para o gasto. Por essa razão sempre diversificaram; diversos produtos agregam mais renda "e não judiam tanto quanto o fumo. Mas não é fácil largar o fumo".

Para a implementação da agroindústria contaram com financiamento do FEAPER e equipamentos foram doados pelo CAPA. Organizaram a agroindústria numa casa reformada que existia na propriedade. Os equipamentos, como freezer, despolpadeira e outros, também foram comprados com financiamento do FEAPER. Ganharam da prefeitura (por comodato) mesa, despolpadeira e balanças. Mais tarde fizeram mais um financiamento para comprar uma desidratadora (a que possuíam era artesanal e processava 9 kg de banana) que funciona a luz e a gás, com capacidade para processar 60 kg de banana; "dá bastante quebra, coloca 45 kg de banana e tira pouco mais de 8 kg dela pronta; ela seca bastante, perde toda água".

As atividades de diversificação reduziram a dependência da família do tabaco apesar do pai e do irmão ainda produzirem bastante (plantam 100 mil pés em média). De 26 a 50% da renda auferida na propriedade vem do tabaco. Dedicam-se, ainda, à produção de leite.

E7 - Hortifrutigranjeiros + Agroindústria (Panificados, Linguiça, Queijo) + Arroz + Aposentadoria

Essa família é composta por sete membros e quatro deles se ocupam em atividades agrícolas. Três membros recebem aposentadoria. Faz 30 anos que não plantam mais fumo. Deixaram a produção pelo uso de veneno que causou grave intoxicação em membros da família. A propriedade tem um histórico de diversificação, seu pai já levava produtos para comercializar na cidade (ovos, leite e hortaliças); era muito conhecido e já tinha os lugares certos para levar os produtos. Quando deixaram o tabaco focaram nos demais produtos cultivados na propriedade ("a gente se dedicou mais e diversificou mais").

Cultivam de tudo um pouco, mandioca, milho, hortaliças e frutas. Criam gado, porcos, galinhas e ovelhas. Produzem embutidos, como linguiça e queijos. Comercializam na feira, em entregas diretas ao consumidor e também vendem os produtos em casa. Possuem 12,1 ha de área e procuram aproveitar todo o espaço. Possuem pomares espalhados na propriedade e difíceis de estimar em hectares. Arrendam quatro hectares de terra para terceiros.

Comercializam os produtos *in natura* e produzem panificados (pães, cucas, bolos e bolachas) que vendem na feira e nas casas. Essas atividades foram realizadas (na verdade intensificadas) assim que pararam com o tabaco. Ao longo do tempo foram aumentando e melhorando as atividades que até então eram secundárias (mais para o gasto e venda do excedente). Hoje operam no limite da produção e não conseguem produzir mais em razão da restrição de área e de mão de obra. A contratação de mão de obra não recompensa. O auxílio de que precisam vem da EMATER. Participam da AFECAN desde seu início em 1982 ("o pai foi o fundador da feira"). Nessa época, aumentaram a produção para comercializar no Exército em Cachoeira do Sul, que acabou não acontecendo, forçando a família a venda direta no próprio município. Com o estímulo e auxílio da EMATER se organizaram e criaram a AFECAN.

Já possuíam os recursos físicos, naturais e humanos para intensificar a diversificação da produção. Foram investindo aos poucos na propriedade e há três anos instalaram um kit de irrigação com recursos do governo. O milho produzido é usado para silagem (5 ha cultivados, todo para o gasto). Comercializam o leite, a linguiça e os frangos direto para o consumidor. Vendem em média 100 unidades de pão por semana e mais de 100 cucas. Produzem ainda dois ha de arroz em parceria.

A transição do tabaco para diversificação foi tranquila – "bem melhor com a diversificação". Garante que "deu para viver melhor". Atualmente as vendas caíram muito, "pois tem muita gente vendendo na feira". Na época que começaram havia poucos, "então deu para vender muito bem". Diz que havia épocas que ganhavam em torno de 10 salários por mês. Confessa que atualmente, além da diminuição da renda, também não produzem tão bem como no passado – "melão, por exemplo, a gente trazia caixas e caixas e hoje quase não dá para o

gasto, praga. Tudo mudou, as frutas também, se aproveita muito pouco, cai tudo antes de colher; muito estragado, e nós não usamos veneno, sem veneno é complicado*”*. Deixaram de produzir tabaco em razão dos agrotóxicos e por falta de mão de obra.

E8 - Fumo + Hortifrutigranjeiros + Leite + Agroindústria (Queijo, Coalhada) + Soja + Milho + Arrendamento + Aposentadoria + Pensão

Esta propriedade, de 15,8 ha de área de várzea, tem uma característica particular. A filha migrou (casou e saiu da propriedade) e o marido e outra filha faleceram. Desde então, E8 (65 anos) conduz a propriedade sozinha. Produz hortaliças, frutas e leite. Possuía 15 vacas leiteiras, mas pelo fato de estar sozinha (e também pela idade) tem agora apenas três vacas.

Produz tabaco em parceria (4 ha – na entressafra produz soja nesta área). Não ajuda na produção, mas cozinha para os parceiros. Cede a terra e paga metade das despesas. Sempre cultivaram tabaco na propriedade; na época do marido, ele se dedicava ao cultivo do fumo (80 mil pés) e ela cultivava das hortaliças (1 ha). A renda nessa época era prioritariamente oriunda do tabaco. Desde que o marido faleceu também não ajuda mais no fumo. Agora só se dedica a horta, que não ocupa nem 0,5 ha, que cultiva para venda e para o gasto. Faz parte da AFECAN e comercializa na feira e no PNAE. Também vende produtos em casa. A produção para o gasto diminuiu ao longo do tempo (porque não consegue mais trabalhar tanto). Cultiva milho para autoconsumo, mandioca e batata. Também produz queijo e coalhada para venda. Cria porcos e galinhas, também para autoconsumo. Arrenda 3 ha de área para produção de fumo. É aposentada e recebe pensão. Já faz feira há 25 anos. Vive do dinheiro da feira, o restante é guardado.

E9 - Fumo + Milho + Hortifrutigranjeiros + Agroindústria (Morcilha, Banha, Torresmo, Galinha caipira, Carne de porco na banha)

Nesta propriedade vivem 4 pessoas, o casal e dois filhos. A filha (18 anos) trabalha na cidade, mora na propriedade, mas não se ocupa em atividades agrícolas. O filho (23 anos) é autista. A família produz fumo, milho e hortigranjeiros. Planejam, neste ano (2018), abandonar a fumicultura, que até pouco tempo produziam em regime de especialização. A diversificação começou na propriedade quando começaram a plantar mandioca para fornecer ao restaurante de um parente. Acabaram saindo para vender para outros consumidores também. Aos poucos, as pessoas passaram a pedir por mais produtos e para atender as novas demandas passaram a

diversificar cada vez mais. Cultivam mandioca e uma variedade de verduras (alface, couve, brócolis, cenoura, rabanete, beterraba etc.). Criam galinhas (200 – entre poedeiras e caipiras) e porcos (20 cabeças). Comercializam galinhas caipiras (em torno de 20 por mês) e ovos (entre 10 e 12 dúzias por semana) na feira e de casa em casa (que é o marido que faz). Vende morcilha, banha e torresmo, e carne de porco na banha só por encomenda.

Faz 5 anos que deixaram a especialização no fumo e começaram a diminuir a quantidade plantada desde então – de 45 mil pés passaram para 35, daí para 30, e atualmente pretendem "parar para ver se dá certo". Em caso contrário, retomam a produção. A estrutura para o fumo existente na propriedade, que planejam alugar para terceiros. A propriedade tem 4 ha de área, com 3 ha destinados ao fumo (e o milho na mesma área) e um hectare destinado ao restante da produção. Fizeram investimentos para comprar trator e estufa (pelo Pronaf Mais Alimento).

E9 e o marido deram início à diversificação por conta própria, sem muito auxílio externo; não contavam com a EMATER, pois nem sabiam como contatar os extensionistas. Como se dedicavam à fumicultura especializada, a família recebia assistência técnica apenas do instrutor de fumo.

Os produtos foram comercializados, inicialmente, numa feirinha perto da fábrica de calçados, onde precisavam montar o gazebo. Quando aberto espaço na feira agroecológica, logo passaram a fazer também, por intermédio da vizinha que a esposa ajudava em outra propriedade (de E8) e que também produzia produtos de horta para a feira. Fazem as duas feiras atualmente. Também comercializam pães e cucas (20 unidades de cada em média); e brócolis, cenoura e beterraba para o PNAE. Quando passaram a diversificar a produção reduziram bastante sua dependência do tabaco. A renda auferida do fumo fica entre 26 a 50% do total da renda familiar.

E10 - Hortifrutigranjeiros + Leite

Na propriedade vivem três membros; marido, esposa e filho pequeno. Dois filhos migraram para a cidade e não trabalham na propriedade. Faz 2 anos que deixaram de plantar tabaco, por endividamento e escassez de mão de obra. Produzem hortifrutigranjeiros e leite. Criam 23 cabeças de gado de leite que produzem 2 mil litros por mês, entregues à cooperativa COSUEL. Também comercializam leite por canais diretos, na feira e de porta em porta.

Começaram a produção de leite há 4 anos. Até então, produziam apenas tabaco. Com a venda da última produção de fumo compraram as vacas e fizeram financiamento para adquirir resfriador e ordenhadeira. Foram adquirindo os recursos, aos poucos, a partir dali, pois só possuíam a estrutura para fumo na propriedade. A área da propriedade é de 8 ha, com superfície

agrícola útil de apenas 3 ha, sendo o restante, área de brejo (a localidade onde se situa a propriedade tem aptidão à produção de arroz). Falta área para produzir milho para silagem; compram tudo e o custo de produção é muito mais alto.

Para ingressar na feira contou com o auxílio da EMATER. Conheceu a feira, visitou algumas famílias associadas e contatou os extensionistas. Divide a banca com outra produtora. Quanto à produção de leite, recebem visita e orientação do técnico da cooperativa (receberam uma visita em quatro anos para avaliar a possibilidade e capacidade de produção). A cooperativa recolhe o leite a cada dois dias. Também visitaram propriedades para observar o funcionamento. Possuíam conhecimento apenas para produção para o gasto, no manejo de poucos animais e precisaram buscar mais informações sobre a produção. Cultivam também mandioca e batata e criam porcos e galinhas, para autoconsumo e venda de excedentes.

Estratégia da migração e ocupações não agrícolas

A trajetória da migração foi encontrada em 11 famílias. Dezessete membros desses grupos familiares migraram, sendo doze destes, jovens mulheres. Em metade desses casos as mulheres migraram das propriedades para trabalhar e estudar na sede urbana do município e em outras cidades; as demais saíram das unidades para casar. Pelo relatado, nenhum dos indivíduos que migraram tem intenção de voltar às propriedades. Todavia, em dez famílias houve casos pregressos de migrantes (que saíram para estudar e trabalhar) que retornaram ao agregado familiar com recursos econômicos ou sociais diversos (conhecimento, informações e experiências) que contribuíram em alguma medida a estratégias alternativas de meios de vida. Para exemplificar essa condição, cita-se o caso da Entrevistada 4 (E4):

E4 estudava na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) em São Leopoldo, onde se graduou em Serviço Social. Voltou à propriedade da família e desenvolveu uma gama de atividades envolvendo a comunidade local. Mobilizou um grupo de mulheres que deu origem a agroindústria de bolachas, ao Horto Medicinal e a Rota Turística. E4 sempre trabalhou questões sociais, de conscientização, organização e envolvimento comunitário com o grupo, sempre com plantas medicinais e palestras e cursos diversos (sobre plantas medicinais, agroecologia, turismo, informática, boas práticas, artesanato, pães e bolachas etc.). Essa iniciativa oriunda das experiências, conhecimentos e informações adquiridas em decorrência da migração temporária propiciaram mudanças importantes nas condições de existência da família e de diversas outras famílias da comunidade.

Esse exemplo corrobora o argumento de Ellis (2003), de que as migrações podem desempenhar papéis múltiplos e complexos na redução da vulnerabilidade das famílias, e potencialmente possibilitar espirais virtuosas de acumulação de ativos que podem fornecer às famílias rotas de saída da pobreza, de mudanças e fortalecimento de meios de vida. A migração amplia as redes sociais e, consequentemente, aumenta o capital social. Lucros ou remessas da migração podem desempenhar um papel crucial em processos cumulativos de capital financeiro. A educação, conhecimento e informações, por sua vez, fortalecem o capital humano das famílias.

A migração pode compor uma estratégia da família e também individual. A perspectiva de melhores condições de vida ou de maior autonomia pode levar membros do agregado familiar a tentar a vida apartados da família. Mas também podem ser temporárias, para estudar ou aproveitar oportunidades de mercados de trabalho e acumular ativos financeiros. Mesmo as estratégias individuais podem, através de remessas monetárias, beneficiar os ativos familiares. De acordo com Garcia Jr. (1989) e Woortmann (1990) (apud MARIN, 2017) as migrações fazem parte das estratégias de reprodução social das famílias e não implicam, necessariamente, no êxodo rural definitivo.

Isto também não significa dizer que não haja desvantagens decorridas desse processo. A migração também está relacionada ao êxodo e à saída da população mais jovem e de mulheres do meio rural em caráter definitivo. Em Candelária, 47,9% dos habitantes vivem no meio rural (IBGE, 2010). Pelo censo demográfico de 2000 (IBGE, 2000) a população rural predominava no município representando 53,4% da população. Frustrações de safras e oferta de empregos urbanos constituem os principais fatores de êxodo rural, especialmente de mulheres no município (EMATER, 2016). Mas muitos voltam para seus locais de origem por razões diversas; por não encontrarem as condições desejadas, pela dificuldade de adaptação as novas condições e pela falta da família (MARIN; DREBES; OLIVEIRA, 2017).

Ellis (2003) destaca que as populações móveis são regra na história da humanidade, não exceção. Trata-se, portanto, de um processo social, não apenas uma questão de tomada de decisão econômica. As famílias de imigrantes, alemães e italianos, que aqui chegaram no século XIX, por exemplo, o fizeram buscando melhorar suas condições de existência. Essas famílias decidiram deixar sua pátria para constituir nova vida em terras desconhecidas, *"per fare l'america",* que envolve bem mais que aspectos econômicos.

Assim como na migração, a ocupação em atividades não agrícolas também está atrelada tanto às estratégias familiares, quanto a estratégias individuais de meios de vida. No caso das

famílias estudadas as estratégias familiares estão mais relacionadas à pluriatividade[44], na maioria dos casos em atividades agroindustriais. Os membros continuam se dedicando também aos trabalhos na agricultura. Nas estratégias não agrícolas individuais e intersetoriais, os membros são mais motivados por conveniências próprias e no caso das mulheres, principalmente, tem menos interesse na atividade agrícola. Os ingressos, nessa condição, se destinam, de modo geral, a manutenção do grupo doméstico, servindo para pagar as contas de luz, telefone e prover maior conforto à família, no caso das mulheres, e investir em melhorias na propriedade, no caso dos homens. As duas situações representam melhorias nas condições de vida das famílias estudadas. No caso da família E16, desde que deixaram de produzir tabaco, o marido se dedica a ocupação não agrícola, como atividade principal, planejando, no futuro, desenvolver a bovinocultura de leite. O processo é de diversificação ocupacional a fim de alcançar uma maior segurança de subsistência no futuro. A diversificação por esse motivo pode ser temporária, se um objetivo específico, como a compra de mais terras ou acumulação de capital financeiro, for alcançado por ela e, a partir de então, a estratégia de renda familiar voltar a ser baseada na agricultura por conta própria (ELLIS, 2000). Em seu estudo, Zotti (2010) observou que as famílias que optaram pela realização de atividades não agrícolas passaram por processos mais rápidos de transição e substituição do cultivo do tabaco do que aquelas que optaram pela substituição através de outra atividade agrícola na propriedade.

3.2.2 Análise dos processos de diversificação dos meios de vida

A questão que permeia este estudo é a compreensão dos processos de diversificação de meios de vida entre fumicultores. Como observado, o estudo abrangeu também sete famílias que deixaram de produzir tabaco, alguns, há um tempo considerável. Essa orientação foi importante na medida em que demonstra que atividades alternativas podem ser conduzidas como atividades principais para geração de renda e para compor ou modificar meios de vida. Esta ideia de diversificação trabalhada está relacionada à diminuição da dependência das famílias do cultivo de fumo, em diferentes medidas. Em algumas propriedades o fumo continua sendo a atividade principal, em outras faz parte do processo de diversificação mais geral e, ainda em outras, foi substituído por outras atividades. A inquietação em relação aos processos

[44] A pluriatividade se relaciona a combinação de atividades por membros da família rural, sendo uma delas a agricultura. Essas atividades podem ser desenvolvidas dentro ou fora da unidade produtiva agrícola. As atividades não agrícolas, por sua vez, se relacionam as atividades desvinculadas diretamente do setor produtivo vegetal ou animal. Indivíduos podem optar pela combinação de atividades (pluriatividade) ou pela monoatividade agrícola ou não agrícola.

de diversificação associados à fumicultura esteve relacionado, *a priori*, em como eles acontecem. O ponto de partida, obviamente, são as motivações, as razões que levam os fumicultores a desenvolver outras atividades. Nesses casos estudados, as principais razões estão relacionadas à saúde, à escassez de mão de obra e ao endividamento com as agroindústrias do tabaco. Essas razões estão, por vezes, associadas a outras questões, relativas ao meio ambiente, à falta de autonomia do fumicultor e à penosidade do trabalho no fumo.

Colocadas as razões, outra questão se impôs: como as famílias fumicultoras dão início ao processo de deslocamento de foco do fumo para outra(s) atividade(s). O que orienta a escolha dessas atividades? Acreditou-se, inicialmente, tendo em vista o sistema de integração, que os agricultores necessitassem mais de estímulos externos ao realizar opções alternativas de cultivos, ou seja, que dependessem mais da intervenção da extensão rural, principalmente; ou que orientassem as escolhas pelas oportunidades de mercado. Não obstante, observou-se que as atividades inicialmente desenvolvidas, tiveram como ponto de partida, de modo geral, as atividades circundantes ou de autoconsumo e relacionadas ao saber fazer dos agricultores, bem como dos recursos existentes nas propriedades. Assim, com boa dose de coragem e, então sim, contando com auxílio de atores diversos, especialmente da extensão, foram desenvolvendo (e aprendendo a desenvolver) essas novas atividades; novas no sentido de destaque dessas atividades como meios de vida alternativos, contribuindo à diminuição da dependência do tabaco. Em alguns casos essas atividades foram continuadas, melhoradas e ampliadas; em outros, constituíram experiências pouco promissoras, por razões diversas, sendo substituídas por outras. De qualquer maneira, essas condições estão relacionadas à colocação de Freitas (2015), quando assinala que:

> torna-se essencial ressaltar que na relação entre capacitações e diversificação há um duplo processo: assim que os conjuntos capacitórios são/estão amplos têm-se oportunidades de instituir ações pela diversificação dos meios de vida para mantê-los "expandidos" ou ampliá-los, ainda, mesmo com conjuntos limitados, pode-se estabelecer estratégias de diversificação, para então ampliar tais conjuntos e superar uma condição de vulnerabilidade e privação das liberdades (FREITAS, 2015, p. 29).

Significa dizer, que estabelecidas às estratégias diversificadas, a partir de um conjunto de meios, ainda que limitados e precários, as famílias e indivíduos têm a possibilidade de melhorar e ampliar seu conjunto de ativos e suas formas de acesso a eles e, assim, conduzir processos mais robustos de diversificação de meios de vida. Segundo Perondi (2014), Ellis evidencia a preocupação na preservação e potencialização das capacidades de diversificação dos indivíduos de uma família rural, característica esta, que propicia a liberdade de escolha

entre diferentes alternativas de renda num portfólio variado de possibilidades. Essa concepção, de acordo com Perondi (2014), está diretamente relacionada às capacitações senianas, ou seja, em um conjunto capacitário que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja. A diversificação, nesse sentido, refere-se a um "processo de ampliação das oportunidades de produção e trabalho, de redução da dependência e da vulnerabilidade, aumento da qualidade de vida, criação das bases da segurança alimentar e aumento da competitividade intersetorial dos agricultores e de suas atividades" (SCHNEIDER, 2010, p. 11)

Em algumas propriedades o portfólio de opções é bastante variado (E1, E3, E5, E6 e E8), reduzindo significativamente a vulnerabilidade das famílias. Em contrapartida, no caso de E2 (Cana de Açúcar + Agroindústria de Melado + Hortifrutigranjeiros para Autoconsumo + Aposentadoria), a produção de melado tornou-se principal depois que abandonaram o tabaco (e, posteriormente, o milho e a soja), e as atividades para o gasto foram quase eliminadas, reduzidas ao cultivo de mandioca, batatas e algumas frutíferas e duas vacas leiteiras. A especialização decorreu da escassez de mão de obra e da escala da produção agroindustrial em razão da ampliação da demanda.

As propriedades de E10 e E20, ambas com produção de leite e hortifrutigranjeiros, tem a produção leiteira como atividade principal. Todavia, comercializam produtos de horta, mandioca, ovos e leite em mercados diretos gerando ingressos importantes às propriedades. As duas famílias abandonaram a fumicultura especializada (há dois e três anos, respectivamente) em razão de endividamento e falta de mão de obra.

A família E16 (Hortifrutigranjeiros + Atividade Não Agrícola + Assistência Social) abandonou a fumicultura há um ano por razões de saúde e dívidas. Desde então, o marido se dedica a atividade não agrícola (no setor de transportes). Consideraram a opção mais viável no momento. Também intensificaram a produção de hortifrutigranjeiros, que até então, era destinada somente para o autoconsumo. A esposa se dedica mais a essas atividades e recebe ajuda do marido. É ela que comercializa os produtos na feira e em domicílios. São beneficiários do Bolsa Família há três anos. Pretendem dedicar-se a bovinocultura de leite assim que economizarem o suficiente, "ai, acho que mais uns dois anos e vai dar".

Já as famílias E11, E12, E14 e E17, são, entre as famílias investigadas, as mais dependentes do fumo. Metade da renda dessas propriedades é oriunda do tabaco. Diversificam em atividades não agrícolas, agroindustriais e produção de hortifrutigranjeiros e, apesar da contribuição importante dessas atividades, não pensam em abandonar o cultivo do fumo. As demais famílias sentiram dificuldades em definir a atividade e a renda principal nas propriedades.

> Olha, a gente não cuida isso muito não, mais tem vezes que o que a gente tira nos queijos, nos doces, na venda da mandioca e das hortaliças, do morango, mais o dinheiro da costura, dá bem mais que o fumo no ano, ah dá. E tem o dinheiro do aluguel das terras, esse a gente guarda. Mas também não dá pra deixar o fumo ainda não, quem sabe daqui um tempo mais né, mas acho que nós vamos ter que deixar, não compensa mais e tem o problema da mão de obra (E15 - Fumo + Agroindústria - Queijo/Doce - + Hortifrutigranjeiros + Atividade Não Agrícola + Arrendamento).

Segundo Redin (2012, p. 41), essa "dificuldade de estabelecer uma atividade principal na unidade de produção é característica de sua alta diversificação". Nestes casos, as famílias tornam-se menos vulneráveis e dependentes do cultivo do fumo ampliando suas plataformas de ativos e ingressos de renda.

Como constatado, as famílias exercem uma gama de atividades que em diferentes medidas tem contribuído a melhoria e ampliação de seus meios de vida. Como citado, anteriormente, grande parte das atividades desenvolvidas, foram ampliadas a partir de atividades para autoconsumo e do saber fazer dos agricultores. Gazolla e Schneider (2007) assinalam que o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e a sustentação para que a diversificação das estratégias de meios de vida aconteça. Entretanto, essa compreensão é diversa da observada neste estudo, tendo em vista que os autores destacam a importância do autoconsumo como base, de subsistência, a partir da qual as famílias podem lançar-se a outras atividades e à obtenção de outras fontes de renda.

> Isso se justifica devido ao fato de que, sem autoconsumo, o agricultor familiar não consegue a diversificação das estratégias de vivência, pois com a renda e atividades que desenvolver vai gastar para comprar no mercado, a preços de mercado, o consumo alimentar necessário ao grupo doméstico dispendendo, assim, quase todas as suas "forças" para isso (GAZOLA; SCHNEIDER, 2007, p. 7).

O autoconsumo é considerado, assim, na sua perspectiva de segurança alimentar do grupo doméstico, com possível venda de excedentes, garantindo "os mínimos vitais"[45] enquanto

[45] "Mínimos vitais" é um conceito desenvolvido por Antônio Cândido na sua obra "*Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira brasileiro e a transformação dos seus meios de vida*". O autor fixa seu estudo em um aspecto da vida social do caipira - a obtenção dos meios de vida. Este trabalho, considerado um clássico da sociologia brasileira, realizado entre os anos de 1948 e 1954 no município de Bofete, interior de São Paulo, direcionou sua análise à produção "dos meios de vida num agrupamento de caipiras", procurando desvendar "quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam a vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio" (CANDIDO, 2010, p. 21). Essa sociedade caipira tradicional desenvolveu meios de vida compatíveis com um mínimo vital e um mínimo social – uma produção suficiente para sustentar a vida com uma organização social limitada à sobrevivência do grupo (condição de vulnerabilidade) -, numa relação social de tipo fechada e com base numa economia de subsistência.

a organização para a diversificação de fato acontece[46]. Assim, a produção para o gasto é um componente essencial nos meios de vida, tanto para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias e diminuir sua dependência de recursos externos, quanto para evoluir a processos produtivos mais centrais e robustos e de maior importância econômica nas propriedades.

Outra perspectiva, levantada por Redin (2012) tem relação com o mercado para os produtos de autoconsumo. O autor assinala que a adoção de estratégias de reprodução massiva pode produzir resultados negativos na possível substituição do fumo, acarretando novos problemas relacionados ao mercado. "Se uma das estratégias básicas (autoconsumo) transpassarem para atividade principal, a sua abrangência territorial limitada provocará um excesso de oferta, causando consequências negativas que podem afetar a reprodução social das famílias agricultoras" (REDIN, 2012, p. 42). O autor lembra que a demanda por tabaco é mundial, razão pela qual a atividade integra tantas famílias agricultoras, sem que variações positivas de oferta local sejam acompanhadas por sérias complicações.

A questão dos mercados é um ponto particularmente frágil no que concerne a processos de diversificação em áreas de tabaco, "mais do que a conversão de cultivos*"* (Extensionista). Os agricultores investigados construíram mercados em torno de canais curtos e circuitos locais de comercialização. Ainda que esses mercados sejam vias significativas à reprodução econômica de algumas famílias eles ainda são pouco ampliados, apresentando restrições com relação ao número de agricultores envolvidos, o que sobressai a necessidade de adaptações e reconstruções desses mercados e o estabelecimento de espaços novos e seguros de comercialização para esses agricultores (MEDEIROS; MARQUES, 2013). Nessa lógica, as organizações de agricultores articuladas ao poder público podem abrir outras e novas perspectivas de mercados e potencializar vias de comercialização já existentes. São os casos, por exemplo, dos mercados institucionais (PAA e PNAE), dos mercados para produtos agroecológicos, para produtos com especificidades (locais, étnicas, coloniais), da venda de alimentos tradicionais ligados ao turismo rural (roteiros gastronômicos), da produção das agroindústrias familiares, entre outras iniciativas (SCHNEIDER, 2013).

[46] Além da segurança alimentar, o autoconsumo também favorece a autonomia, pela alternatividade da produção que pode ser vendida ou consumida dependendo das condições de troca no mercado; a sociabilidade, em torno da troca de produtos, animais e sementes ligadas à esfera do autoconsumo, e da doação de alimentos aos vizinhos mais próximos; e a identidade dos agricultores, porque a produção também tem seu aspecto simbólico, além do produtivo, expressando um saber-fazer acumulado transmitido aos filhos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

A transformação e processamento de produtos é uma atividade expressiva entre as famílias estudadas. Os produtos agroindustriais produzidos estão apresentados no Quadro 16 abaixo.

Quadro 10 - Quantidade produzida e vendida, preço médio e estimativa de renda por produtos da agroindústria rural das famílias investigadas.

UPF	Produto produzido	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço médio de venda por unidade ou kg	Estimativa de renda obtida (R$)
01	Bolachas, bolos e massa*	1 mil kg/mês a 1,2 mil kg/mês	1 mil kg/mês a 1,2 mil kg/mês	-	R$ 16.000,00 a R$ 20.000,00 /mês
02	Melado	2 mil kg/mês	2 mil kg/mês	R$ 7,00/kg	R$ 14.000,00 /mês
03	Melado Rapadura *Schimier*	9 mil kg/ano	9 mil kg/ano	R$ 8,00/kg	R$ 72.000,00 /ano
04	Bolachas, bolos e massa*	1 mil kg/mês a 1,2 mil kg/mês	1 mil kg/mês a 1,2 mil kg/mês	-	R$ 16.000,00 a R$ 20.000,00 /mês
05	Melado Peixe	2.900 kg/ano 600-800 kg/ano	2.900 kg/ano 600-800 kg/ano	R$ 7,00/kg	R$ 20.300,00/ano R$ 15.000,00/ano
06	Passa de banana Creme de açaí	x	3,7 kg/mês x	R$ 4,00 /100g x	R$ 150,00/mês x
07	Pão Cuca Linguiça Queijo	100 unidades/mês 120 unidades/mês x x	100 unid/mês 120 unid/mês x x	R$ 5,00 unid. R$ 12,00 unid. x x	R$ 500,00/mês R$ 1.440,00/mês x x
08	Queijo	6 kg/semana	6 kg/semana	R$ 20,00	R$ 480,00/mês
09	Pão Cuca	80 unidades/mês 80 unidades/mês	80 unid/mês 80 unid/mês	R$ 6,00 R$ 12,00	R$ 480,00/mês R$ 960,00/mês
10	x	x	x	x	x
11	x	x	x	x	x
12	Pão Cuca Bolacha	60 unidades/mês 80 unidades/mês 100 pcte/mês	60 unid/mês 80 unid/mês 100 pcte/mês	R$ 5,00 R$ 10,00 R$ 6,00	R$ 300,00/mês R$ 800,00/mês R$ 600,00/mês
13	x	x	x	x	x
14	x	x	x	x	x
15	Queijo *Schimier*	15 kg/semana 10 kg/semana	15 kg/semana 10 kg/semana	R$ 20,00/kg R$ 12,00/kg	R$ 1.200,00/mês R$ 480,00/mês
16	x	x	x	x	x
17	x	x	x	x	x
18	Queijo Pão	10 kg/semana 15 unid/semana	10 kg/semana 15 unid/semana	R$ 17,00 R$ 6,00	R$ 680,00/mês R$ 360,00/mês
19	Bolacha Pão	80 pctes/mês 100 unid/mês	80 pctes/mês 100 unid/mês	R$ 7,00 R$ 6,00	R$ 560,00/mês R$ 600,00/mês
20	x	x	x	x	x

*Média de produção e renda da agroindústria (formada pelo grupo de mulheres) e não da família.
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Observa-se que 13 famílias entrevistadas realizam algum tipo de beneficiamento e transformação das matérias-primas produzidas. Entre os produtos fabricados destacam-se os

panificados, seguidos pela produção de melado e queijos. Dessas agroindústrias, três são formalizadas (duas de melado e uma de panificados). Para comercialização, essa estratégia de maior agregação de valor implica na eliminação de intermediários, gerando com isso, mais autonomia e renda. Além do valor econômico associado, esses produtos combinam atributos sociais e territoriais que comunicam características culturais, étnicas, simbólicas e históricas da agricultura familiar transmitidas aos produtos (coloniais) (GAZOLLA, 2012). As famílias se utilizam desses atributos nas relações que estabelecem com os consumidores, ainda que não formalizados por certificação. Para os produtores essas atividades constituem importante fonte de renda, sendo, em alguns casos, a principal (E3, E4 e E5) e mesmo única atividade (E2) econômica para a reprodução das famílias. Como demonstrado na seção anterior, o número de estabelecimentos agropecuários envolvidos em algum tipo de atividade agroindustrial no município aumentou expressivamente no período intercensitário 2006/2017, representando, respectivamente, uma participação de, no mínimo, 37% e 60% das propriedades no município.

A fumicultura tem participação importante nas propriedades produtoras. A renda auferida com a produção de tabaco, das treze famílias fumicultoras, representou de 25% a 50% da composição total da renda familiar. De acordo com a classificação de Bonato (2013) essas unidades familiares podem ser avaliadas como apresentando um bom grau de diversificação da renda agrícola.

> Diversificação MÉDIA: quando a receita agrícola com fumo responde por 75% a 90% da receita total e, pelo menos, dois outros produtos, com receita superior a 5% da total, responde pelo restante. E quando o fumo responde por 50% a 75% da receita total, e outros representem o restante, desde que a partir do terceiro signifique menos de 5%. E quando o fumo representa entre 30% e 50% ou menos que 30% da receita e há apenas outro produto que gera receita.
> Diversificação BOA: quando o fumo responde por menos de 75% da receita total e, no mínimo, haja mais outros dois produtos geradores de renda, sendo o que o terceiro produto contribua com mais de 5% na composição da renda (BONATO, 2013, p. 73).

Segundo o autor, mais de um terço das famílias produtoras de fumo dependem totalmente da renda do fumo, sendo que no Rio Grande do Sul esse percentual chega a quase 44%. Na média dos três estados do sul, mais de 70% dos fumicultores praticamente não tem uma estratégia de diversificação de renda agrícola, ficando extremamente dependentes da cultura do fumo. (BONATO, 2013). Se por um lado, o deslocamento de foco da fumicultura para outras atividades é um processo difícil, por outro lado, este estudo, além de outros (ZOTTI, 2010; BONATO, 2013; FREITAS, 2015) demonstra que é possível, tanto em termos de renda quanto de qualidade de vida, além de promover um portfólio mais ampliado de recursos e opções para que as famílias possam ganhar a vida. As famílias que possuem um estoque de

recursos mais amplo e diversificado reúnem melhores condições para enfrentar adversidades e construir meios de vida mais estáveis ao longo do tempo (ELLIS, 2000).

Assim, de acordo com Freitas, Rambo e Schneider (2014, p. 13) "para alcançar melhores condições de vida, é preciso compreender a capacidade que determinado indivíduo/grupo apresenta e como consegue lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, pelo Estado ou pelo mercado". Neste ponto se estabelece, segundo os autores, a convergência entre as abordagens dos meios de vida e das capacitações de Sen; ou seja, na ideia de que a ampliação das capacitações, no caso dos fumicultores, pode ser realizada pela diversificação das formas de organização econômica e produtiva, social e ambiental.

3.2 CAPACIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO DE MEIOS DE VIDA

Quais são as capacidades-chave de diversificação dos meios de vida na agricultura familiar do tabaco?

A definição de meios de vida comumente usada compreende as capacidades, os ativos e atividades necessárias para um meio de vida (CHAMBERS; CONWAY, 1992). Segundo Ellis (2000), a característica mais importante desta definição é a ligação entre os ativos e as opções que as pessoas possuem na prática à consecução de atividades alternativas que podem gerar o nível de renda necessário à sobrevivência. Por exemplo, um baixo nível de escolaridade e insuficiência de conhecimentos significa uma baixa dotação de capital humano, um dos vários tipos de ativos, e isso exclui o indivíduo de atividades que exigem melhor nível de escolaridade ou habilidades para a participação nos mesmos (ELLIS, 2000). O termo "capacidades" é derivado da "teoria das capacidades" de Sen (2008; 2010) e se refere às habilidades/capacidades dos indivíduos para realizar seu potencial como seres humanos, no sentido de ser (ser adequadamente nutrido, livre de doenças etc.) e fazer (para exercer escolhas, desenvolver habilidades e experiências, participar socialmente etc.). A rigor, as capacidades (*capabilities*) referem-se ao conjunto de alternativas "de ser e fazer" que uma pessoa pode realizar com seus atributos econômicos, sociais e pessoais. Dizem respeito às reais possibilidades que os indivíduos possuem, ou não, para viver uma vida digna, para realizar suas atividades de acordo com suas concepções e quereres (SEN, 2008). O conceito expressa a ideia de igualdade de oportunidades (apreciada por intermédio da igualdade de capacidades) valorizando a liberdade de escolha das pessoas e, portanto, sua capacidade de agência. Essas oportunidades não

envolvem apenas a disponibilidade de recursos, mas também o acesso das pessoas a esses recursos, e suas habilidades e talentos para usá-los (SEN, 2008).

O acesso é definido pelas regras e normas sociais que determinam a capacidade diferencial das pessoas em áreas rurais de possuir, controlar, reinventar ou fazer uso de recursos como terra, insumos, crédito etc. Ele também é definido pelo impacto das relações sociais, por exemplo, gênero ou classe, nessas capacidades. "Acesso também se refere à capacidade de participar e obter benefícios de serviços sociais e públicos prestados pelo Estado, tais como a educação, serviços de saúde, estradas, abastecimento de água e assim por diante" (ELLIS, 2000, p. 9, tradução nossa). Nesse sentido, as famílias ou indivíduos possuem capacidades quando conseguem colocar certos recursos a sua disposição e, de fato, utilizá-los.

Sen (2010) considera cinco tipos de liberdades instrumentais que tendem a contribuir à capacidade geral das pessoas para viver de forma livre: a) as liberdades políticas, que incluem direitos de voto e de liberdade de expressão e participação política; b) as facilidades econômicas, que oportunizam as pessoas consumir, produzir e trocar; c) as oportunidades sociais, de educação, saúde etc. que influenciam a capacidade do indivíduo para viver melhor; d) as garantias de transparência, na presunção básica da confiança nas relações instituídas com terceiros e; e) a segurança protetora, que institui redes de segurança social impedindo que as pessoas sejam reduzidas à miséria, à fome e à morte. Essas liberdades, segundo o autor, aumentam diretamente as capacidades das pessoas, podendo suplementar e reforçar umas as outras; e essas interligações precisam ser consideradas em políticas de desenvolvimento (SEN, 2010).

Segundo Perondi (2014, p. 102), Ellis foi o último dos teóricos dos meios de vida "que contribuiu com mais fundamento para essa abordagem ao explicitar que se fundamenta nos conceitos-chave de intitulamento e capacidade de Amartya Sen". Os intitulamentos representam os meios, os recursos – os capitais de Ellis (2000) – e o acesso aos recursos, que permitem, ou não, a realização das escolhas das pessoas. Conforme Aquino, Gazolla e Schneider (2016), Ellis elaborou uma contribuição analítica própria, baseada nas capacidades senianas, para examinar as condições de vulnerabilidade das famílias rurais utilizando como indicadores as características dos meios de vida dessas famílias. Para o autor, as principais carências dos agricultores pobres estão associadas à precariedade da "plataforma de ativos" que eles detêm e que, por sua vez, cria privações que impedem o exercício das capacitações necessárias ao bem-estar. Por consequência, a análise dos meios de vida das famílias "permite saber se elas têm recursos e capacidades para enfrentar situações adversas, como os choques climáticos e os riscos inerentes à atividade agrícola, que variam segundo as condições

ambientais e socioeconômicas de cada espaço territorial" (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2016, p. 69).

Na mesma perspectiva, Bebbington (1999) aponta que a capacidade dos indivíduos e famílias de obter acesso aos atores sociais dos diferentes domínios é estreitamente afetada pelas capacidades que têm como resultado de suas dotações iniciais dos diferentes tipos de capital. Pessoas com dotações significativas de terra (capital natural) ou recursos financeiros, ou fortes redes sociais (capital social) e bons níveis de educação e qualificação (capital humano) têm, em geral, mais capacidade de obter acesso às instituições do Estado e do mercado e, portanto, influenciar seus efeitos subsequentes nos padrões de acesso; ou seja, eles têm mais poder. Torna-se então interessante compreender as condições sob as quais pessoas com menos dotações podem melhorar seu acesso aos atores que operam nessas diferentes esferas, e as maneiras pelas quais as organizações podem agir em favor daqueles com menos recursos e menos poder (BEBBINGTON, 1999). Nesse sentido, Evans (2002)[47] destaca que as capacidades individuais dependem das capacidades coletivas. As coletividades organizadas - sindicatos, partidos políticos, conselhos comunitários, grupos de mulheres etc. - são fundamentais para a capacidade das pessoas de escolher as vidas que têm razões para valorizar. Eles fornecem campos para a formulação de valores e preferências compartilhados, e instrumentos para persegui-los, mesmo em face de oposições.

Este estudo demonstrou a importância das formas organizativas e das redes interpessoais que as pessoas constroem e utilizam para realizar seus meios de vida diversificados. Através dessas redes as famílias e indivíduos acessaram diferentes tipos de ativos necessários à realização, manutenção e melhoria de suas atividades. Organizações formais como a AFECAN e o Grupo de Mulheres do Horto Medicinal Girassol capacitaram as famílias nos aspectos produtivos, sociais e de comercialização. A interação com atores do Estado tornou-se mais frutífera. Conquistaram, nessa interação, espaços físicos para produção, centro de distribuição, veículos adequados para entrega dos produtos e espaço físico para comercialização, além de mercados alternativos como o PNAE. O capital humano foi ampliado no compartilhamento de informações, conhecimentos e ideias. Conseguem, pela associação, organizar e oferecer cursos de capacitação e qualificação mais condizentes com suas necessidades. É por intermédio das associações que participam de forma mais ampla nos eventos sociais, ocupam cadeiras em conselhos e, desta forma, encontram espaço para reivindicações e participação nas tomadas de

[47] Peter Evans critica a concepção seniana das capacidades pelo foco nas capacidades individuais. O autor aponta que a análise de Sen se concentra nos indivíduos e sua relação com um contexto social geral, e não nas coletividades como o elo necessário entre os dois (EVANS, 2002).

decisão mais amplas. Inovações produtivas e adequações legais são facilitadas, como no caso da APROBANANA, na produção de bananas e açaí, aproveitando espécies nativas em atividades e produtos diferenciados.

Redes baseadas em parentesco podem ser bem menos visíveis e menos formais, mas ainda desempenham papéis importantes na tentativa das famílias e dos indivíduos em acessar terra, água, sementes ou recursos institucionais (BEBBINGTON; CARROLL, 2002). Parte deste trabalho demonstrou claramente como certos tipos de relacionamentos de nível comunitário, geralmente aqueles baseados em identidade cultural compartilhada, podem desempenhar papéis importantes na facilitação do acesso de indivíduos e famílias a recursos locais de vários tipos. As redes informais baseadas em laços de parentesco e proximidade promovem a capacidade dos agricultores no acesso às máquinas e equipamentos, trocas de sementes e mudas e também de alimentos. O terreno para construção da agroindústria de bolachas, por exemplo, organizada por um grupo de mulheres, foi doado por uma das famílias. Outras famílias se beneficiam da agroindústria, entregando produtos diversos, como ovos, leite, mel, melado etc. O roteiro turístico foi construído pela comunidade mobilizada, impulsionada pelo grupo de mulheres, e baseado em atributos históricos, culturais e ecológicos. Assim, além de favorecer a criação e manutenção dos ativos de capitais físico, humano, natural e financeiro, as redes interpessoais são essenciais no fortalecimento do capital social.

As capacidades pessoais aparecem na adaptação de recursos físicos através do uso de equipamentos e instrumentos artesanais e do uso criativo daquilo que existe de potencial na propriedade (da estufa de fumo que serve de galinheiro ou então é alugada para geração de renda adicional; do galpão que se transforma em espaço para agroindústria; da desidratadora artesanal de banana etc.). Informações e conhecimentos também são buscados por muitos, com esforço próprio. Por intermédio de extensionistas e da internet procuram melhorar aspectos produtivos e de apresentação dos produtos. O saber-fazer e a experimentação constituem capacidades dos agricultores para produzir melado claro, para que as bananas não escureçam no processo de desidratação, para a qualidade dos produtos de horta orgânicos, para realizar compostagem etc. As práticas agroecológicas realizadas em metade das propriedades, além do benefício ambiental, reduzem a dependência de insumos externos, gerando maior autonomia dos agricultores.

A capacidade pessoal é especialmente evidente se considerada a escassez de mão de obra e a restrição de área para a realização de uma diversidade de atividades geradoras de renda pelas famílias. Assim, pode-se concluir que a menor disponibilidade desses ativos (terra e mão

de obra) não é incompatível com uma maior diversificação de meios de vida, embora pareça dificultar a intensificação e ampliação do processo produtivo.

A baixa dotação do ativo terra, particularmente, constitui um fator limitante a diversificação produtiva pela sua importância para o desenvolvimento de inúmeras atividades agropecuárias. Esse tem sido um dos grandes obstáculos apontados quando se fala em diversificação produtiva relacionada à fumicultura. A área média das famílias estudadas é de 11,4 ha, sendo 6,6 ha a média da superfície agrícola útil ao processo produtivo. Essa escassez de terra explica, em boa medida, a busca por certos tipos de atividades, como hortifrutigranjeiros, bovinocultura de leite, piscicultura (que necessitam de menor área) e receitas supletivas, como a agroindustrialização e outras opções não agrícolas de trabalho. Todavia, são atividades que ao longo de suas trajetórias, permitiram para algumas famílias amealharem recursos diversos, financeiros, humanos, sociais, produzidos, inclusive para aquisição de novas áreas de terra. Isso se deu, particularmente e de forma mais acentuada, entre aquelas famílias que já diversificam desde longa data. No entanto, por outras razões, como falta de mão de obra e desinteresse dos filhos nas atividades agrícolas, optaram pela manutenção da propriedade tal qual ela se encontra. Não obstante, outras famílias têm suas atividades limitadas pela disponibilidade de área e, nesses casos, as políticas de crédito fundiário não deveriam estar ausentes. Segundo extensionistas, há 20 anos não se realiza política de crédito fundiário no município.

As políticas públicas de crédito para custeio, investimento e comercialização são instrumentos essenciais à construção e ao fortalecimento de várias dimensões de capacidade das famílias para acessar recursos e realizar atividades de diversificação. Dezesseis famílias acessaram, em algum momento, recursos para investimentos em diversificação via políticas públicas, através de programas federais como o PRONAF, nas linhas Mais Alimento, Agroindústria e Mulher, e através de programas estaduais como o FEAPER. As demais famílias acessaram outras fontes de recursos, três por intermédio de herança e uma por empréstimo de familiares. Créditos para custeio da produção foram acessados, mediante PRONAF, por todas as famílias entrevistadas em algum momento. Metade delas não tem acessado o recurso nos anos recentes, em grande parte para evitar dívidas. Nesses casos, deduz-se que as famílias já acumularam recursos financeiros suficientes à manutenção de seus meios de vida.

As políticas públicas de comercialização são as que dialogam de forma mais proveitosa com a diversificação. Entretanto, entre os entrevistados, apenas quatro famílias, do grupo dos feirantes e do grupo de mulheres, acessam o PNAE. O PAA ainda não foi operacionalizado no

município. A retomada e ampliação das compras públicas favorecem a capacidade das famílias no acesso a formas alternativas e seguras de mercado.

A capacidade de diversificação dos meios de vida no meio rural, também está relacionada à melhoria da escolaridade dos indivíduos, que pode causar ainda mais impacto no exercício de atividades não agrícolas. Como apresentado no capítulo anterior, 39 membros das famílias (de um total de 90) não possuem o ensino fundamental completo. Essa condição é uma particularidade generalizada no município que apresenta 64% da população (com mais de dez anos) nesse nível de escolaridade, sem instrução e fundamental incompleto (IBGE, 2010). Os estratos mais jovens das famílias (15-29; 30-49 anos) apresentam melhor grau de instrução com 27 membros escolados até o ensino médio completo. Entre esses grupos mais jovens estão aqueles indivíduos que mais diversificam ocupações em atividades não agrícolas (agroindustriais e intersetoriais). A melhoria da estrutura de ensino no país nas décadas recentes associada a um maior rigor legal (Educação Básica obrigatória dos 4 aos 17 anos) e a políticas de incentivo (como o Bolsa-Família) contribuíram ao aumento do nível de escolaridade das pessoas. Junto as facilidades de acesso a informações com o uso cada vez maior das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no meio rural, a expectativa é de que uma nova fase da agricultura familiar está por vir. A baixa dotação de capital humano diminui a capacidade dos agricultores nos aspectos produtivos, sociais e econômicos e restringe sua capacidade como agente de mudanças.

A infraestrutura precária das estradas limita a capacidade dos indivíduos nos aspectos produtivos e de comercialização. Os agricultores possuem grande dificuldade para escoar a produção, principalmente em dias de chuva. Às propriedades mais distantes da sede municipal onde, de modo geral, os produtos são comercializados, a condição das estradas traz prejuízos aos agricultores que produzem ovos, morangos e outros produtos de fruticultura, especialmente. Também é fator limitante à comercialização em mercados mais distantes, de outros municípios no entorno, que, segundo os extensionistas, apresentam significativo potencial de demanda. A atuação do poder público municipal pode intervir de modo a suprimir essa limitação.

Por último, o fortalecimento de capacidades-chave nos processos de diversificação de meios de vida inclui:

- Para o capital natural: Política de crédito fundiário; Processos ecológicos de produção.
- Para o capital físico: Políticas de fortalecimento da infraestrutura de estradas; Melhorias nos sistemas de comunicação (telefonia e internet).

- Para o capital humano: Oferta e qualidade da educação; Oferta de cursos de capacitação/qualificação condizentes com as necessidades dos agricultores.
- Para o capital financeiro: Políticas públicas de crédito e Previdência Social.
- Para o capital social: Políticas e Programas para fortalecimento de formas organizativas; Projetos para revigorar relações comunitárias; Democratização de espaços para reivindicações; Fortalecimento da relação dos agricultores com atores de instituições de apoio.
- Retomada e ampliação das compras públicas (PNAE e PAA).
- Fortalecimento dos serviços de ATER.

Destarte, os aspectos econômicos não são suficientes para compreender a dinâmica da agricultura familiar e tampouco servem para estabelecer modelos de agricultura baseados em pressupostos produtivos e tecnológicos estritos. Da mesma forma, a privação de capacidades não deve ser entendida meramente como baixo nível de renda (SEN, 2010). As famílias têm necessidades diversas e diferenciadas e precisam ser habilitadas/capacitadas para acessar e fazer uso de recursos diversos. Diante dos desafios atuais que se impõem à fumicultura e ao desenvolvimento, de modo mais amplo, infere-se que as ações e políticas, no contexto de estudo e nos planos mais gerais, favoreçam a presença da diversidade de formas de produção e de meios de vida, através do fortalecimento das capacidades dos agricultores para que estes possam atuar como agentes em processos de mudança social. Nesta perspectiva, o próximo capítulo analisa a participação das mulheres na realização de meios de vida diversificados.

4 GÊNERO NA TESSITURA DOS MEIOS DE VIDA DIVERSIFICADOS

Como as mulheres participam do processo de realização de meios de vida diversificados?

A definição de Scott (1995, p. 86) de gênero tem duas partes e várias sub-partes:

> Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.

De acordo com Brumer e Anjos (2008, p. 10), essa "noção de gênero considera que a sociedade, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas, atribui diferentes papéis a homens e mulheres". Nesse sentido, as diferenças de gênero são socialmente construídas e podem apresentar variações no tempo e no espaço.

Esse capítulo pretende evidenciar essas variações no exame da participação das mulheres nas estratégias diversificadas de meios de vida. A primeira seção apresenta a noção de gênero associada à abordagem dos meios de vida, demonstrando como o conceito tem sido desenvolvido nessa perspectiva. Na sequência, a segunda seção expõe a compreensão de gênero relacionada às atividades desenvolvidas pelas mulheres na agricultura familiar. A terceira seção apresenta a participação das mulheres na diversificação, algumas como protagonistas, outras como participantes no processo. E por fim, a quarta seção discorre sobre a importância das atividades desenvolvidas pelas mulheres, para além da sua relevância econômica.

4.1 A CATEGORIA GÊNERO NA ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA

Têm sido escassos os estudos propostos a explorar como relações de gênero têm influenciado o acesso aos recursos e as experiências de diversificação dos meios de vida. As questões de gênero, no quadro dos meios de vida, estão relacionadas particularmente a questão do acesso (aos recursos e atividades), e este depende do desempenho de relações sociais que, por vezes, e especialmente nos casos de gênero, estão longe de ser igualitárias (HAAN, 2005).

Hann (2005) desenvolve, assim, a questão do poder nas relações de gênero nos meios de vida. O autor aponta que a subordinação feminina representa o tipo de poder que é normal, inquestionavelmente aceito como verdade, que não pode ser possuído e que existe somente quando exercitado. Este é o poder, de concepção foucaultiana, que faz o servo aceitar a servidão ou as mulheres aceitarem papéis subordinados; é o componente de poder da instituição chamado gênero. Por outro aspecto, Villareal (1994, apud HANN, 2005) insere a noção de espaço de manobra das mulheres. Baseado na ideia de Anthony Giddens sobre a interação contínua entre agência e estrutura, aventa a possibilidade de que os atores, por sua vontade, se desviem dos discursos moldados pelas gerações anteriores e assim induzam mudanças na estrutura. As relações de poder são, assim, criadas e recriadas na interação entre os indivíduos, e o resultado dessa interação é sempre resultado da negociação, levando-se em conta os objetivos de cada um, independentemente da desigualdade inicial (HAAN, 2005). Nessa negociação (mas é importante considerar que equidade envolve luta), as mulheres podem melhorar sua posição no processo, usando seu espaço de manobra e, é nesse momento, segundo Haan (2005), que a capacitação começa. O autor considera que estudos de gênero na abordagem começam por analisar o poder como base da qual os meios de vida dependem, e o empoderamento como chave para o desenvolvimento e bem-estar.

A natureza das assimetrias de gênero que existem no âmbito das esferas institucionais (família, comunidade, mercado e Estado) influencia as estratégias de meios de vida das mulheres rurais, afetando seu contexto e opções de escolha e a forma como a agência é exercida, levando a diferentes resultados de bem-estar. Essas esferas estão interligadas. As construções sociais de gênero em um domínio podem reforçar desvantagens de gênero em outro. As instituições políticas, por exemplo, podem reforçar leis e normas de família, da comunidade, da vida cultural e excluir mulheres do acesso a tipos específicos de capital (DFID, 2001). Da mesma forma, mudanças transformadoras de gênero em um domínio podem criar oportunidades transformadoras em outros (NAZNEEN, 2010), como as políticas públicas para as mulheres, por exemplo. Não obstante, Ellis (2000) destaca que, em muitos casos, intervenções dirigidas à melhoria das condições de vida das mulheres rurais resultam em efeitos adversos não intencionais, em razão da negligência das relações desiguais de gênero prevalecentes. Nesse sentido, o autor cita o exemplo de um projeto de produção de arroz conduzido na Gâmbia, país da África Ocidental, na década de 1980, que resultou no apoderamento da propriedade das terras e da produção pelos homens. Nesse sentido, Ellis (2000) infere que na medida em que a renda da produção se torna expressiva ela é apropriada pelos homens. Assim, torna-se importante considerar a qualidade das relações que as mulheres estabelecem com os diferentes atores e em

que medida mulheres (e homens) são capazes de negociar dentro dos limites estruturais (NAZNEEN, 2010).

Em um exame metodológico da abordagem dos meios de vida relacionado a questões de gênero, Levine (2014) assinala que as análises tendem a ficar relegadas a questões de distribuição de recursos ou de poderes de decisão dentro do agregado familiar. As análises de gênero, dessa forma, são tratadas como um processo separado da análise dos meios de vida. De acordo com o autor adotar uma lente de gênero na abordagem é mais que considerar as relações de poder dentro do agregado familiar; é pensar de modo reflexivo acerca da forma como todos os membros da família (tanto homens quanto mulheres) vivem, a maneira como eles definem metas, reivindicam ativos e são tratados pelas instituições. Scott (1995) também critica as interpretações que limitam o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica por não permitir a ligação do conceito, nem do indivíduo, com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. A autora destaca que alguns pesquisadores, principalmente antropólogos, tem reduzido o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco, estabelecendo o universo doméstico e a família como fundamentos da organização social. Sugere a necessidade de uma concepção mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. Assim, gênero é construído através do parentesco, mas também é construído, da mesma forma, na economia, na organização política e opera, atualmente, de forma amplamente independente do parentesco (SCOTT, 1995).

Levine (2014) destaca que meios de vida não podem ser entendidos de forma satisfatória, observando-se apenas o indivíduo ou o agregado familiar. Algumas decisões e resultados podem ser melhor compreendidos tendo por enfoque a família; enquanto outras podem ser melhor referidas no indivíduo. O agregado familiar atua como uma arena de "luta e negociação" entre pessoas de diferentes gerações e gênero (LEVINE, 2014). Em seguimento, o autor destaca ainda, que a inclusão de uma lente de gênero em estudo de contextos ou instituições, por exemplo, pode ser mantido administrável se o foco é mantido firmemente nos meios de vida. Focalizar como objetivos, percepções, estratégias, atividades e resultados são afetados por relações de gênero, e analisar as diferenças relacionadas a gênero nos meios de vida pela forma como as pessoas são afetadas por instituições, políticas e outros fatores contextuais é mais fácil de gerir do que uma análise de gênero completa de cada instituição distinta que pode afetar os meios de vida. O autor ressalta, também, que gênero é apenas um aspecto da identidade e poder, e apenas um determinante de como as pessoas são afetadas pelo

contexto. Nem as mulheres nem os homens são sempre grupos homogêneos, e gênero não pode ser o determinante mais importante da diferença (LEVINE, 2014).

4.2 MULHERES RURAIS NAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Muitas mulheres estão envolvidas na agricultura como trabalhadoras e mesmo como chefes de família ou em ocupações não agrícolas, desempenhando atividades substanciais na gestão de recursos familiares. De modo geral, essa contribuição feminina na composição dos meios de vida familiar tem sido usualmente compreendida e nomeada como secundária e subordinada, e boa parte dos estudos sobre mulheres rurais tem se debruçado sobre esta condição de privação e de baixa valorização e visibilidade do trabalho feminino (PAULILO, 1987; BRUMER, 2004; MACHADO; MENASCHE, 2013).

Paulilo (1987) desenvolve a noção de trabalho "leve" e trabalho "pesado" na agricultura familiar em três regiões distintas. O trabalho leve é aquele que pode ser realizado por mulheres e crianças; o trabalho pesado refere às tarefas exercidas pelos homens; e esta classificação está relacionada também a remuneração - bem maior para o trabalho pesado, independente das características envolvidas na realização das atividades. A autora chama à atenção que as qualificações "leve" e "pesado" podem se inverter, dependendo da região de estudo, evidenciando o fato de que essas categorias variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nos diferentes contextos rurais. O que permanece invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato, embora não signifique trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. A conclusão da autora é clara: "o trabalho é "leve" (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar" (PAULILO, 1987, p. 71).

O estudo de Brumer (2004) põe em foco a seletividade dos processos migratórios por idade e sexo, explicada, entre outras razões, pela forma como se dá a divisão do trabalho nas propriedades e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalhos não agrícolas; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. Segundo a autora, a posição subordinada das mulheres no espaço produtivo das famílias implica no reconhecimento do seu trabalho como "ajuda" e a invisibilidade desse trabalho decorre do fato de ser praticado no interior do estabelecimento, sem contato com atores

externos; além disso, elas não detêm conhecimento tecnológico e nem controlam os recursos originados da comercialização da produção. O que cabe as mulheres são os trabalhos domésticos, de processamento de matérias-primas agrícolas, o trato dos animais e as capinas de limpeza e cultivos de horta. Esse é o domínio das mulheres, onde elas têm relativa autonomia e poder. A autora conclui que por essas razões, "as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens" (BRUMER, 2004, p. 225).

Machado e Menasche (2013) discutem sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres no processo de trabalho familiar. As autoras desenvolveram um trabalho junto a crianças de 1ª a 4ª série de uma escola rural com o objetivo de apreender a percepção das crianças do seu lugar de vida através de desenhos. O resultado foi a representação do trabalho nas propriedades distinguidas por gênero, caracterizando espaços e atividades como femininos (casa) e masculinos (roçado), incorporando esses símbolos e significados. Esses símbolos constituem os modos de vida dessas famílias, e, ainda que existam modificações no trânsito dessas atividades (como mulheres exercendo ocupações não agrícolas e homens assumindo parte das práticas domésticas) as mudanças coexistem com os códigos tradicionais e com a hierarquia de gênero (MACHADO; MENASCHE, 2013). O roçado continua sendo o domínio do homem ainda que ele "ajude" nas atividades domésticas.

Nesta perspectiva, Houweling (2009) aponta que, de modo geral, gênero continua sendo o princípio fundamental à organização do trabalho familiar. No seu estudo realizado na Vila de Sameme, no Mali, inferiu que os homens têm geralmente menos restrições de acesso e também detêm mais ativos, o que os capacita a diversificar em atividades melhor remuneradas. As atividades não-agrícolas de alto retorno também são dominadas por homens, e as mulheres permanecem mais propensas a diversificar em atividades agrícolas que estejam intimamente relacionadas às suas funções habituais na esfera doméstica (VAN HOUWELING, 2009). Historicamente o trabalho feminino tem sido condicionado às atividades relacionadas ao ambiente doméstico e, nesse sentido, Redin (2015) assinala que os processos agroindustriais (e outros, como a ordenha manual), realizados especialmente por mulheres, transformaram-se numa extensão da cozinha doméstica orientada por legislações sanitárias. No caso da ordenha, ela só permanece no domínio feminino enquanto for realizada manualmente. A utilização de ordenhadeira transforma a atividade em trabalho masculino, embora em ambos os casos o destino do leite seja à comercialização (MACHADO; MENASCHE, 2013).

Na avaliação de Bourdieu (2002), as mulheres permaneceram muito tempo confinadas a esfera doméstica e as atividades relacionadas à reprodução biológica e social, excluídas dos

assuntos públicos e principalmente dos econômicos. As atividades reconhecidas e valorizadas só o são, de fato, quando subordinadas às atividades de produção. O trabalho doméstico passa despercebido e mesmo malvisto, e seu caráter não lucrativo (ou não monetário) o torna desvalorizado, inclusive na sua própria percepção; e como se o tempo, sem valor de mercado, pudesse ser dado sem compensação e sem limites, tanto na casa como na realização de beneficência, como nos eventos comunitários e festas de igreja (BOURDIEU, 2002).

A ideia da compreensão de que o "serviço de casa" (tarefas domésticas, da roça e do trato dos animais) é sempre responsabilidade da mulher, persiste. Essas práticas, em conjunto com outras atividades que auferem renda à propriedade, continuam sendo, em boa medida, interpretadas como "ajuda".

> Ao mesmo tempo, justamente nestes locais onde é mais nitidamente estabelecida a ideia de que as mulheres "ajudam", os estudos ressaltam nuanças de significados que contestam qualquer ideia simples de "conformismo" ou de "complacência". Descobrem espaços de agência feminina, entremeados nas práticas observadas; repensam a ajuda em termos de "complementação"; mostram uma pluriatividade que confere uma valorização a fontes diversificadas nas quais a contribuição feminina é fundamental; revelam mulheres que assumem plenamente as tarefas e que não podem ser concebidas como simplesmente "ajudando"; apontam mulheres que ganham políticas de crédito e de benefícios que apoiam o seu trabalho como as principais administradoras e tomadoras de decisão sobre recursos produtivos; [...] mostram como o envolvimento em associações e movimentos ascende uma consciência sobre o poder de atuação política delas, individual e coletivamente (SCOTT, 2010, p. 24).

De acordo com Scott (2010), limitar a compreensão das atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural a uma simples caracterização de "ajuda" não contribui para uma perspectiva de gênero baseada em relações de poder em constante negociação entre mulheres e homens em domínios de poder diversos.

Em estudo realizado sobre diversificação em assentamentos rurais no estado de São Paulo, Ferrante et al. (2013) apontam que o fato das mulheres desempenharem papéis centrais nas experiências produtivas diversificadas tem se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos. Essas experiências embrionárias podem ser pensadas como sementes de alterações possíveis no interior das relações familiares e dos códigos que perpassam a produção e a reprodução social. Mas esse fato não implica, necessariamente, que essas mudanças aconteçam, ou que aconteçam de modo generalizado; mas, que em alguma medida essas mudanças também acontecem.

4.3 MEIOS DE VIDA TECIDOS POR MULHERES?

> **Fabiana** – E na questão da diversificação, o papel da mulher é proativo?
> **Extensionista** – Às vezes muito mais da mulher. Se a propriedade é diversificada e a diversificação fica ao encargo da mulher ela consegue ver a entrada de dinheiro, isso motiva a busca de ampliação da atividade. Eu não me lembro de nenhum caso entre meus assistidos em que o homem queria diversificar e a mulher não. Agora o caso oposto tem, da mulher querer diversificar e o homem ter uma postura negativa.

O trecho descrito sugere a proatividade da mulher em processos de diversificação no contexto de estudo. As esposas e filhas dos agricultores participam em diferentes medidas, e algumas ativamente na realização das atividades. Ellis (2000) infere que as mulheres são menos propensas a participar de estratégias de diversificação do que os homens; e que também é menos provável que mulheres conduzam atividades de maior retorno financeiro. Portanto, não existe consenso quanto a esse processo, e nem mesmo no que diz respeito à agricultura familiar.

As famílias estudadas conduzem processos de diversificação de seus meios de vida de modo mais igualitário e democrático. As mulheres participam nos principais domínios da vida social, não permanecendo mais restritas aos espaços familiares e comunitários. Atuam também na construção de mercados e junto aos atores do Estado, seja por intermédio do acesso a políticas públicas ou organizadas, reivindicando recursos e direitos e assumindo seu papel político. As principais relações estabelecidas pelas mulheres nos domínios da família, comunidade, mercado e Estado estão apresentadas, de forma sintética, no Quadro 17.

Quadro 11 - Relações estabelecidas pelas mulheres nas esferas sociais.

Família	Decisões são tomadas em conjunto; negociadas. Divisão do trabalho: serviços domésticos e capina, trato dos animais, no geral são desenvolvidos pelas mulheres; o veneno no fumo e outras atividades percebidas como pesadas, geralmente são tarefas dos homens. A divisão é tradicional, embora as mulheres estejam participando de modo mais ativo na produção e também na comercialização dos produtos. Renda familiar indivisível; renda própria das mulheres somente nas atividades que desenvolvem por conta. Somente controlam as atividades que desenvolvem por conta. As demais atividades são conjuntas. Não sentem restrições de participação na família.
Comunidade	As mulheres que chefiam as propriedades sentem restrições. Por ser mulher e por morar sozinha. Sentem que existe discriminação. Machismo. As demais afirmaram não sentirem-se discriminadas, embora algumas assumam que não é uma situação generalizada. O fumo mantém maior isolamento. Agora com as demais atividades houve ampliação das relações sociais. As mulheres participam mais de mutirões, especialmente para realização de festas comunitárias, religiosas e escolares. As mulheres que integram grupos formais ou informais são mais participativas, em todas as dimensões (sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas).
Mercado	Participam das decisões familiares e sociais. Aquelas que participam ativamente na comercialização não sentem restrições pelo fato de ser mulher.
Estado	Recebem ATER pública. Em 50% das famílias as mulheres acessam políticas de crédito. Em todas as famílias as mulheres afirmaram poder realizar financiamentos, se necessário. Apenas as mulheres participam das compras públicas do PNAE entre as famílias estudadas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Houveram mudanças nos processos decisórios no âmbito das famílias ao longo do tempo. Tanto mulheres quanto jovens tem mais autonomia, não apenas no espaço familiar, mas também nos demais domínios.

> É muito difícil chegar numa propriedade e tu conversa com a mulher e ela te diz "olha tenho que ver com meu marido". Se chego para avisar "olha, na semana que vem tem um dia de campo", ela pergunta o dia e responde que vai, e é uma decisão importante. Tem de tudo um pouco, mas já tem bastante autonomia da mulher (Extensionista).

Envolvidas na comercialização, por vezes sem os maridos ou os pais, empenhados em outras atividades, tomam a frente de tudo. É usual entre as famílias essa divisão mais igualitária na comercialização; dividem-se para realizar mercados diversos. Enquanto a esposa faz a feira, o marido entrega em domicílio ou realiza as atividades na propriedade.

Na divisão das tarefas no espaço familiar e produtivo, as mulheres passam a exercer também as práticas produtivas, até então de domínio masculino, além das reprodutivas. Os homens inclusive "ajudam" na produção de panificados, doces e compotas. "Ah, eu ajudo ela no pão e nas cucas, unto e enformo, o que precisa, mais é!" (E7). Mas deixa claro que ajuda,

logo, não considera que esses afazeres façam parte das suas atribuições rotineiras, ainda que elas sejam, de fato, rotineiras.

As mulheres têm, em outros casos, tomado a frente na realização de outras atividades diversas nas propriedades. Na propriedade de E6, a filha é a principal empreendedora da agroindústria de banana, por iniciativa própria. Visitou outras propriedades, definiu a produção, buscou recursos para implementação das atividades, aprendeu por conta a manusear os equipamentos e procura, de forma constante, adequar e melhorar a produção (faz diversos cursos e pesquisa na internet). Sempre atuou sozinha na agroindústria, mas agora com o aumento da produção conta com auxílio da mãe. Organizaram um grupo de produtores de banana, local, da vizinhança, e que envolve quatro famílias produtoras, "para juntar as pessoas com o mesmo foco"; e também é associada da AFECAN. "Ah, eu sou bem metida!" Reúnem-se nos grupos para tomar decisões, apreciar a opinião de todos e procurar atender as demandas. Comercializa na feira, em exposições-feira e no mercado institucional (PNAE).

A Agroindústria de Panificados, o Horto Medicinal e a Rota Turística, também são resultado do empreendedorismo feminino. E4 conta que vivia há tempos em outra cidade e voltou com depressão, para se tratar. A irmã conhecia pessoas da Fundação Gaia, que trabalhavam com ervas medicinais. Surgiu a ideia, então, de organizar uma palestra na comunidade sobre chás e fitoterápicos no geral. Reuniu 50 mulheres, a partir de um grupo de mulheres formado pela EMATER, que ficaram encantadas com a ideia e decidiram fazer um horto medicinal. Foram para Ibarama, junto com uma extensionista, conhecer um modelo de horto e criaram o seu. A partir de palestras das quais participaram, começaram a manipular ervas, pensando em montar um laboratório para produzir pomadas e xaropes para comercializar. Esbarraram na legislação. O prédio ficou ocioso por 5 anos. Com as visitas frequentes ao Horto sentiram necessidade de um espaço para receber os visitantes. Também fizeram cursos para receber turistas. No curso propuseram o desafio de criação de uma rota turística. Observaram as famílias que tinham potencial em suas propriedades, encontrando numa delas objetos suficientes para organizar um museu; realizaram um mutirão e juntaram mais alguns itens na comunidade e criaram, por fim, o Museu Rural. Como já existia na localidade a Ponte do Império, o Aqueduto e o Moinho, junto com as agroindústrias de melado constituíram seis pontos de turismo. Assim, no próprio curso criado por elas, desenvolveram uma rota turística na localidade. A partir de 2010, com o estímulo do PNAE, passaram a produzir bolachas no prédio conquistado para manipulação de ervas. O grupo de onze mulheres foi sempre muito dinâmico, fazendo festas e rifas, teatros para levantar verba e sempre disponibilizam mão de obra. Visitaram outros lugares para desenvolver ideias. Agora já estão cansadas, algumas mais

velhas “e não tem gente nova para entregar, passar adiante” (E4). Existe toda uma estrutura montada e preocupam-se com a continuidade. Seus filhos não demonstram interesse. Lutaram tanto e agora tem dificuldades na questão sucessória. O princípio do estatuto da agroindústria é de que essa organização realizada pelas mulheres sirva a comunidade. O dinheiro saiu sempre do negócio, ninguém investiu dinheiro próprio. “Foi uma grande oportunidade para a comunidade” (E4).

E8 (65 anos) chefia a unidade de produção. É viúva e vive sozinha na propriedade. Na época do marido cultivavam fumo e hortaliças. Hoje produz fumo, milho e soja em parceria, hortifrutigranjeiros, leite e produz queijo e coalhada que comercializa na feira. Também produz para o PNAE. Além disso, é aposentada, pensionista e recebe aluguel de arrendamento. Faz diversos cursos (leite, queijos, como cuidar de terneiros, de conservas, compotas, doces – “eu gosto de fazer cursos”), acessa crédito para custeio, investimento (trator) e participa da AFECAN. Sozinha, assumiu a gestão da propriedade e ampliou as atividades produtivas, embora muitos não acreditassem que fosse capaz.

E2 desenvolve junto com a família a produção de melado. São quatro membros (pai, mãe, filha e genro) que se dedicam em regime de especialização à agroindústria. A filha é responsável pela produção e comercialização do produto. Dedica-se a pesquisa constante para melhorar a cor do melado, que é o principal atributo observado pelos consumidores.

Na propriedade de E19 produz-se fumo, panificados e atividade não agrícola, além da renda adicional da aposentadoria. A nora (23 anos) optou pelo trabalho fora da propriedade. Trabalha em um salão de beleza, faz diversos cursos para se capacitar e tem planos de abrir o próprio negócio. Todo mês guarda uma parte do dinheiro que ganha para esse fim. Ajuda na propriedade quando tem tempo, “ajudo mais minha sogra que faz pão e cuca, mas no fumo não”. O marido (que se dedica ao fumo) e os sogros (que produzem panificados) incentivam seu trabalho e nunca sugeriram que exercesse atividades agrícolas. “Eu comecei por conta, me casei e saí para fazer um curso de manicure, arrumei uma vaga no salão, depois fiz outros cursos, agora corto cabelo, arrumo, maquio, de tudo, eu queria mesmo fazer outra coisa [...] aqui em casa sempre me ajudaram”.

Conforme Wanderley (2003), no caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais:

> [...] às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento

> familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor (WANDERLEY, 2003, p. 53).

As duas condições são encontradas entre os membros femininos (e também masculinos) das famílias que se ocupam em atividades não agrícolas. No caso de E19, a esposa do filho, se torna apenas esposa de agricultor, assim como existem também, apenas filhas de agricultores; da mesma forma que existem pluriativas e ocupadas em agroindústrias que mantém vínculos estreitos com a agricultura e se reconhecem como mulheres agricultoras. E ambos os casos caracterizam uma diversificação de meios de vida.

Os membros femininos das famílias estudadas participam em diferentes medidas nos processos de diversificação, algumas de forma mais dinâmica, outras menos. Essas últimas dividem o interesse e a realização das atividades com seus maridos e famílias. Participam das atividades com maior ou menor protagonismo, mas nem por isso de modo menos igualitário ou importante. Partilham conhecimentos, participam de reuniões, opinam e decidem. Essa mudança não é, segundo elas, generalizada nas comunidades. Os relatos, na sequência, deixam entrever a condição de algumas mulheres quando da sua chegada ao grupo de mulheres.

> Nós tínhamos um grupo de mulheres que entrou, depressivas, tomando um monte de remédios, desmaiavam, choravam, pessoas que hoje nem dá para conhecer [...] Então ajuda muito para essas mulheres, elas quase todas plantam fumo (E1).

> As mulheres adoram o trabalho, é uma terapia. Antes ficavam só nas suas casas, muitas tinham depressão. Aqui conversam, se divertem, trocam informação (E4).

A fumicultura tende a isolar as famílias e, especialmente as mulheres, mantendo-as mais restritas ao convívio doméstico e comunitário. Todavia, o trabalho que desenvolvem no fumo é tão intenso e importante quanto do homem.

> [...] na produção de tabaco, ela ajuda direto. Assim, tem uma sobrecarga de trabalho por conta de ter as atividades domésticas e ainda tá ajudando sempre na produção e, principalmente, por conta dos filhos que até 18 anos não poderem trabalhar na cultura e tal. Aí, sobrecarrega mais ela; e aí quando se fala de suicídio, é, muitas vezes o homem se intoxicou botando agrotóxico, ele não pode mais botar agrotóxico, aí ele pede para a mulher colocar; e ela também já sabe que não pode mais, mas também sabe que se ela não colocar mais desagrega a unidade de produção e familiar. Então, ela tem uma sobrecarga muito grande, psicológica e de trabalho por conta que é só ela agora né, o marido já não pode mais: "agora sou eu, também não estou mais podendo mas eu tenho que fazer, porque senão acabou, não tem quem faça e não tem produção". Então, isso é bem triste. Por outro lado, é, isso nós teríamos que ter uma outra linha de pesquisa; teve uma família, que ela trabalha lado a lado na produção; mas ela deu 9.800 a contagem de nicotina, de cotinina no sangue e ele deu oitocentos e pouco, ela teve 10 vezes mais cotinina no sangue do que ele. Aquilo chamou atenção e eu perguntei para ela se ela saía um pouco antes, como é normal a mulher que vai

> preparar o almoço, ver a louça, vai atender um filho, uma coisa. Então, ela tem uma exposição menor, uns 10% de tempo menos que o homem na exposição ao tabaco e ela confirmou que sim. Então, a nossa dedução, assim, que o tipo de poros de uma pessoa para outra e talvez da mulher tenha mais absorção de nicotina do que o homem. Mas isso tem que ser pesquisado e se isso é verdadeiro, ela tem uma sobrecarga de intoxicação por excesso de nicotina bem maior que o homem né; e essa é a participação; se me pergunta da produção, ela tá junto produzindo, planejando, colhendo tabaco, fazendo tudo que o homem faz, e decidindo também, ela tem uma participação bem efetiva na produção (Extensionista).

Segundo o relato do extensionista, a participação da mulher na fumicultura é mais efetiva do que em algumas outras culturas, como a soja, por exemplo, porque ela está mais presente na produção e isso inclui, também, a participação nos processos decisórios. Mas, dificilmente ela participa do processo de comercialização. Além disso, está submetida a uma grande carga de trabalho e exposta a riscos de intoxicação, possivelmente, maior que os homens. O trabalho da mulher é, portanto, tão "pesado" quanto do homem e fundamental a realização dos meios de vida familiares nos seus aspectos produtivos e reprodutivos. Mas isso não significa o reconhecimento social mais amplo desse trabalho como "pesado", e é isso o que habitualmente ocorre. O fato de permanecer mais restrita em suas relações a torna invisível em referência ao trabalho que desenvolve.

A capacidade das mulheres de realização de meios de vida diversificados está relacionada principalmente ao alargamento de suas redes interpessoais. Através de formas organizativas ampliam seus contatos e lidam agora com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativas, compradores e consumidores. Essa experiência fortalece a rede de sociabilidade, contribuindo para uma aproximação dos espaços (compreendidos como) masculinos e femininos de atuação; as fronteiras desses domínios tornam-se mais permeáveis. O conhecimento e as informações compartilhadas, e as redes de apoio mais amplas, são ativos essenciais ao empoderamento feminino; e a partir daí, do empoderamento, a capacitação acontece.

4.3.1 Importância das atividades desenvolvidas: para tinta de cabelo e batom, mas para a casa também!

> "Eu lembro quando recebi meu primeiro cheque foi uma alegria, saber que era um dinheiro meu, que eu tava trabalhando, porque sempre estava em economia. Nós trabalhávamos na roça, eu não tinha o meu dinheiro separado, nem ele, era tudo junto, meu do meu marido, mas aquilo era um dinheiro meu e olha, assim é pra todas, [...] elas tem o ganho delas (aumenta a autoestima né), mas nem se fala, e o prazer de te encontrar ali, de conversar. Por isso que eu falo, é muito gostoso o nosso grupo lá, as mulheres muito sofridas as vezes mas, como diz a outra lá, as vezes tem o dinheiro, mas pede o dinheiro para o homem, me dá duzentos, aí ele te diz vou te dar duzentos

> chega?, mas não gasta tudo, (risos), (pior é quando diz, de novo?). Agora elas ganham o dinheiro delas, compram no mercado, compram produtos, antes também compravam, mas tudo muito escasso. Então, é uma autoestima muito grande, isso não tem preço. Então ajuda muito para essas mulheres, elas quase todas plantam fumo, mas é um dinheirinho, como uma diz, pago a luz as vezes, tem meses que não tem dinheiro para pagar a luz, ir no mercado, **não é só para o uso da gente né, para tinta de cabelo e batom, mas para a casa né? e então**, é um trabalho importante" (E1).

A forma das mulheres obterem sua própria renda é através de atividades alternativas que desenvolvem, não necessariamente fora da propriedade. Esses recursos são utilizados, conforme todos os relatos, para as contas e maior conforto da casa e para a aquisição de artigos femininos. Além da autoestima gerada pelo desempenho da atividade em si, e pelo ganho monetário, existe um reforço ou retomada da vaidade feminina. Ter uma renda própria implica em maior autonomia e busca de igualdade de condições. Pedir dinheiro ao marido é até aceitável para cobrir as despesas da casa, mas quando se trata das suas necessidades e desejos pessoais, a situação é outra e, em boa medida, degradante. Não obstante, Bruno et al. (2013) lembram que em algumas situações a mulher internaliza de tal forma o direito de não decidir sobre o uso dos recursos, que acaba não comprando nada para si, apenas para a família. E, de modo geral, a prioridade é sempre a família.

Na feira ecológica observou-se o capricho das mulheres com as roupas, o cabelo arrumado, o brilho labial ou o batom rosado, o rímel, o perfume etc. São agricultoras empoderadas que também se integram em redes sociais virtuais, tem *facebook*, *whatsapp* e mesclam, cada vez mais, valores rurais tradicionais e urbanos. A sociedade em rede, conforme Castells (2005) transforma padrões de sociabilidade, porque amplia os contatos e insere os indivíduos em todos os domínios de vida, tornando-os social e politicamente mais ativos. As mulheres acompanham, dessa maneira, as diversas tendências, da moda à qualidade e aparência dos produtos que comercializam.

As atividades de trabalho também se misturam com atividades de lazer. São nos encontros na feira, nas reuniões da associação, nos grupos de mulheres, nos mutirões de festas, que conversam, trocam ideias e se divertem. E nesses encontros se fortalecem as redes de sociabilidade.

> A mulher está envolvida na comunidade, a discussão no seu grupo é mais social né, ela vai na reunião do grupo de mulheres, faz tricô, artesanato, já está fazendo uma atividade alternativa, dificilmente o mundo masculino tem isso, ficam mais na venda, jogando carta e bocha. A mulher tem contato maior para trocar informações e isso vai influenciar sim as ações dela (Extensionista).

Conforme Bruno et al. (2013), a participação em grupos não se restringe as motivações econômicas. Significa para as mulheres (e também para os homens) o estreitamento dos laços de sociabilidade, de amizade e de uma atividade prazerosa que possibilita o convívio e a união para o enfrentamento de adversidades. "A organização das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva" (BRUNO et al., 2013, p. 218). Nesse sentido, essas relações propiciam elementos simbólicos para que as mulheres percebam e questionem as desigualdades de gênero.

O empoderamento da mulher contribui para uma melhor divisão intrafamiliar dos alimentos e dos cuidados com a saúde da família, especialmente das crianças e dos idosos. A voz ativa das mulheres influencia discussões políticas sobre temas variados, de segurança alimentar e nutricional, questões ambientais, de diminuição da violência etc. (PIROTTA, 2012). Questões de saúde (principalmente na fumicultura) e alimentação das famílias não raramente tem conduzido a experiências agroecológicas de produção, com participação efetiva das mulheres. Em metade das famílias entrevistadas são desenvolvidas atividades de base ecológica com participação determinante das mulheres. O melado, as bananas, os produtos de horta, são todos produzidos em sistemas ecológicos liderados por mulheres. Segundo Siliprandi (2013) é comum ouvir de técnicos que trabalham no setor que, muitas vezes, foram as mulheres que iniciaram processos de "conversão" das propriedades para sistemas ecológicos, em hortas e pomares de uso doméstico, e que os homens só passaram a se interessar por essa forma de produção depois de contemplar os resultados positivos das experiências (SILIPRANDI, 2013).

As atividades desenvolvidas pelas mulheres, ou com decisiva participação delas, têm funções diversas, na geração de renda, na autonomia, na autoestima, no uso dos saberes, na segurança alimentar da família e dos consumidores, na consciência ambiental, na ampliação das relações etc. "Na experiência com práticas alternativas, as próprias mulheres se fazem visíveis, seja no espaço da feira livre, seja nos espaços institucionais que foram possibilitados por alguns dos projetos governamentais" (HENN, 2013, p. 82). Isso remete à perspectiva de uma melhor qualidade de vida e também a formação de uma nova identidade como mulher.

Mas nem para todas as mulheres essa visibilidade é possível. O relato de uma das entrevistadas manifesta uma situação que possivelmente ainda é significativamente presente no meio rural.

> Tem uns por aí, que eu conheço, que, nem pensar, a mulher não pode quase nem sair de casa, nem deixa ela aparecer no nosso grupo, ela foi umas duas vezes, três e nunca mais. Guria, tu me acredita que chamaram ela pra trabalhar numa casa, eram até meio

> parentes dela, pra cuidar de umas crianças, duas, e aquele homem não deixou, nem pensar, e eles precisando de dinheiro. Me diz que mal tem? E a mulher louca para trabalhar lá, e ele mandou ela trabalhar em casa. [...] Tem muito machismo ainda, tem muito homem ruim por aí que pensa que a mulher é uma coisa dele. Meus Deus, ainda bem que o meu não é assim (E13).

"É desnecessário dizer que o trabalho executado pelas mulheres em casa pode ser imensamente árduo, porém raramente ele é tido em alta conta ou mesmo reconhecido (e com certeza nunca é remunerado), e a negação do direito de trabalhar fora de casa é uma violação monumental da liberdade feminina" (SEN, 2010, p. 140). Mas essa situação pode funcionar de forma mais implícita também, graças ao poder das convenções e da conformidade. Pode ser que não exista uma proibição tão clara, como a relatada, quanto ao trabalho fora de casa, mas aquelas que foram criadas em meio a valores tradicionais podem, por vezes, ter receios de desrespeitar as tradições e incorrer em algo que não seja considerado "normal" ou apropriado pela família ou pela comunidade (SEN, 2010). E assim, abandonar planos e vontades que elas valorizam e submeterem-se a essas relações de subordinação aos homens, sejam maridos, pais, irmãos ou filhos.

Conforme Bourdieu (2002), a principal mudança que se estabelece está no fato de que a dominação masculina não se impõe mais como uma questão indiscutível. Esse questionamento caminha lado a lado com as transformações decorridas na condição feminina; relacionadas à melhor escolaridade, ao trabalho assalariado e com isso ao aumento do acesso as esferas públicas; ao distanciamento das tarefas domésticas e as funções reprodutivas (muito menos no caso das mulheres rurais); e, sobretudo, ao adiamento da idade do casamento e da concepção; a elevação dos percentuais de divórcio e redução dos percentuais de casamento. Desses fatores, Bourdieu (2002) destaca o acesso à educação, como principal fator de transformação na reprodução da diferença entre os gêneros, pela sua capacidade em aumentar o acesso das mulheres à instrução e, correlacionado a isso, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares.

Enfim, são mulheres, desconstruindo as estruturas do mundo rural. Pela tinta do cabelo e pelo batom, pelas inserções produtivas e mercantis, pelo acesso às redes sociais, as mulheres rurais pesquisadas em Candelária, constroem seus processos de emancipação social e asseguram meios de vida dignos para elas mesmas, para suas famílias e para as comunidades de pertença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou compreender como os agricultores que produzem tabaco constroem meios de vida diversificados, diminuindo, assim, sua dependência do cultivo. Partindo desta questão, investigou-se aquilo que tem sido realizado em termos de estratégias de diversificação pelos produtores de fumo, considerando os diversos recursos (materiais e simbólicos) acessados e as diferentes formas de acesso a esses recursos e oportunidades na composição de suas atividades de diversificação. O ponto de referência central para essa análise foram os recursos acessados e as relações sociais instituídas pelos agricultores nos principais domínios da vida social - família, comunidade, mercado e Estado.

Concluiu-se que os agricultores familiares constroem seus meios de vida diversificados a partir de atividades (de autoconsumo ou tradicionais) e recursos (geralmente precários) existentes nas propriedades. Ao longo da trajetória vão fortalecendo e ampliando seu conjunto de ativos e atividades, que passam a representar fontes de ingresso de rendas importantes às famílias para redução da dependência do cultivo de fumo. Nesse processo foram ampliando sua rede de relações, passando a atuar de modo efetivo nos principais domínios sociais (família, comunidade, mercado e Estado). Através dessas redes, as famílias e indivíduos acessaram diferentes tipos de ativos, atores sociais, políticas públicas e instituições necessários à realização, manutenção e melhoria de suas atividades, ou seja, desenvolveram capacidades socioprodutivas.

Observou-se que as capacidades-chave que precisam ser fortalecidas no contexto passam pelo acesso a políticas de crédito, fundiária e de previdência social; apoio a processos ecológicos de produção; melhoria da infraestrutura de estradas e de comunicação; educação e qualificação profissional; fortalecimento de formas organizativas e comunitárias; democratização de espaços para reivindicações; retomada e ampliação das compras públicas (PNAE e PAA); e fortalecimento dos serviços de ATER. Essas capacidades são fundamentais para garantir meios de vida dignos às famílias.

Percebeu-se que as mulheres participam ativamente nos processos de diversificação. Não permanecem mais restritas às esferas da família e da comunidade; atuam na construção de mercados e junto aos atores do Estado. Tomam a frente nos processos de produção e comercialização e, em alguns casos, atuam sozinhas como protagonistas na realização de atividades. A capacidade das mulheres de realização de meios de vida diversificados está relacionada principalmente ao alargamento de suas redes interpessoais.

A cultura do fumo foi estabelecida da região de Candelária desde o início da colonização alemã no século XIX. Incluída no sistema de policultivo, já com orientação comercial, foi, no decorrer do tempo transformando-se na principal atividade geradora de renda nas propriedades. Os agricultores especializaram-se, tornando-se apenas fumicultores. Regiões fumicultoras, como o Vale do Rio Pardo, foram, em grande medida, forjadas no sistema de produção do fumo, o que levou Mengel e Diesel (2009) a chamar essas regiões produtoras, de estrutura especializada e forte dependência do cultivo à agroindústria, de "territórios fumicultores". Essas regiões se caracterizam por apresentar toda uma institucionalidade voltada ao setor, considerando que as relações com o cultivo do tabaco não são apenas de interesse econômico, mas também, notadamente, histórico, cultural e político. A produção de tabaco tornou-se, portanto, parte constituída e constituinte do tecido social da região.

Apesar dessa vigorosa institucionalização da fumicultura na região, muitos agricultores, por razões diversas, de saúde, escassez de mão de obra e endividamento, buscaram construir maior autonomia e reduzir sua dependência do cultivo do tabaco. Alguns de modo mais definitivo, através de processos de reconversão; outros gerando fontes de renda alternativas, onde a produção de fumo faz parte de um portfólio de atividades desenvolvidas nas propriedades para garantia de maior estabilidade. Outras famílias ainda pretendem abandonar o fumo no futuro. Esta efetivação deu-se, como posto, por iniciativa própria das famílias estudadas, a partir de atividades de menor expressão econômica desenvolvidas nas propriedades, principalmente para o autoconsumo com venda de excedentes; ou ainda, a partir dos saberes dos agricultores e das atividades exercidas pelas gerações passadas. As iniciativas mais inovadoras foram desenvolvidas ao longo do tempo, depois de desenvolvidas as capacidades para garantir o acesso aos recursos e atores diversos.

A análise realizada dos recursos mobilizados nas estratégias de diversificação demonstrou que a baixa dotação de ativos, como a terra e a mão de obra, ativos do capital natural e humano, induziu a busca por determinados tipos de atividades, como hortifrutigranjeiros e bovinocultura de leite, por exemplo, menos demandantes em termos desses recursos; e também outros tipos de atividades de diversificação como a agroindustrialização e opções não agrícolas de trabalho. A qualidade e quantidade dos recursos de capital natural podem orientar e restringir determinadas práticas agrícolas, mas, como observado neste estudo, não impedem uma maior diversidade de atividades.

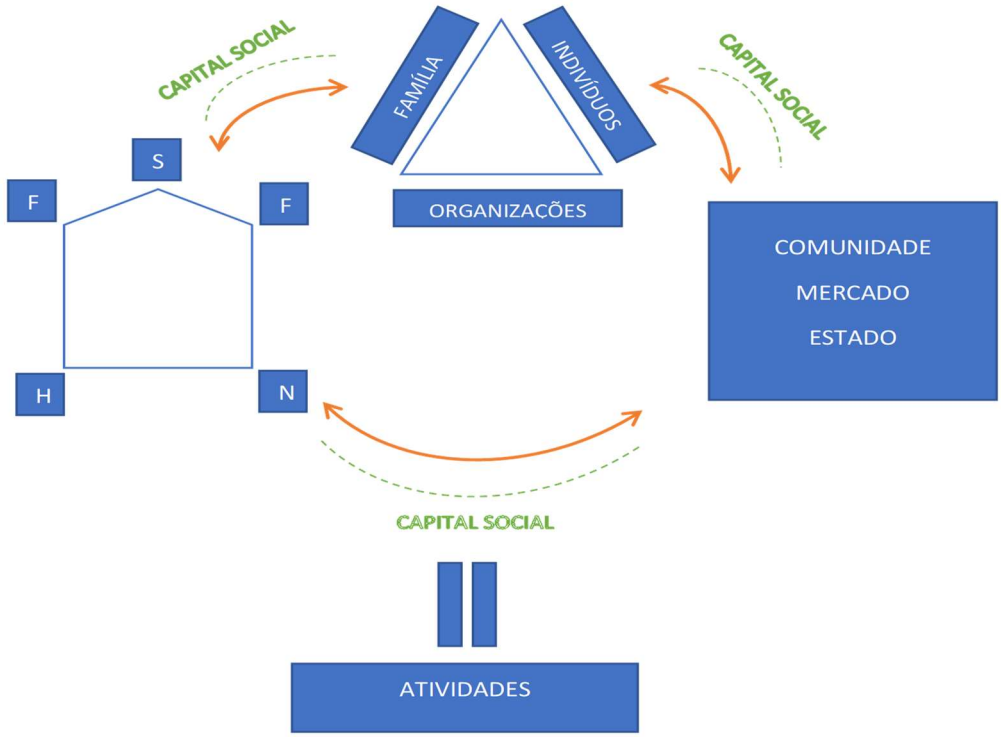
Na realização das atividades, as famílias fizeram uso, inicialmente, dos recursos físicos existentes na propriedade. Muitos de forma criativa, adaptando recursos diversos para executar outras funções, a exemplo da criativa transformação de uma estufa de fumo em confortável

galinheiro. Relações de parentesco e proximidade ou com representantes institucionais (como extensionistas) desempenharam funções de redes de apoio fundamentais para o acesso aos ativos precários e faltantes, como máquinas e equipamentos; e conhecimentos e informações. Pela constituição de grupos formais e informais, as famílias e indivíduos compartilham conhecimentos e informações essenciais para contrapor tanto a falta de capital social necessário para melhor trânsito nos espaços institucionais, quanto o baixo nível de instrução que possuíam, em determinados domínios produtivos e comerciais. Também conquistaram espaços físicos para produção, distribuição e comercialização dos seus produtos, como no caso da AFECAN e do grupo de mulheres, que facilitaram o engajamento com atores públicos e a ampliação das redes de contatos pessoais e sociais.

Através das relações empreendidas na esfera do Estado os agricultores familiares puderam acessar recursos fundamentais à realização de um portfólio diversificado de atividades. As políticas públicas de crédito, comercialização e extensão rural foram essenciais ao acesso de recursos financeiros e constituição de canais alternativos de comercialização (ainda que restritos) para os agricultores. As famílias puderam custear os processos produtivos e adquirir equipamentos e benfeitorias necessários à manutenção e ampliação das atividades desenvolvidas. Por outro aspecto, por intermédio de associações, os agricultores passaram a frequentar as arenas públicas, reivindicando recursos e pressionando agentes públicos para atendimento de suas demandas. Constituíram, assim, um caminho de mão dupla, deixando de serem receptáculos passivos das ações de Estado e tornando-se agentes para realização de seus meios de vida.

As redes sociais favoreceram, especialmente nos grupos, a eficiência das relações econômicas (capital financeiro), a gestão dos recursos naturais através da orientação agroecológica (capital natural), a formação e manutenção da infraestrutura compartilhada (capital físico) e oportunizaram a inovação, o desenvolvimento e a partilha de conhecimento e o acesso a instituições mais representativas, como organizações políticas ou entidades civis (capital humano). O conjunto de ativos sociais demonstrou ser especialmente importante à realização de meios de vida diversificados, principalmente quando os demais capitais se revelaram escassos. Ofereceram uma rede de segurança informal às famílias e, muitas vezes, como observado por Bebbington (1999), o capital social se tornou a principal (e mesmo única) forma de acesso a oportunidades de diversificação. A Figura 14 esquematiza as relações instituídas na composição desses meios de vida diversificados.

Figura 14 - Esquema de interpretação da construção de meios de vida diversificados.



Fonte: Elaboração da autora (2018).

Também se observou que houve alterações nas relações intrafamiliares ao longo do tempo, permitindo maior autonomia aos jovens e às mulheres e maior participação nas decisões tomadas nos aspectos produtivos e de comercialização. A divisão mais rígida e hierárquica das famílias cedeu espaço às decisões mais democráticas e negociadas e favoreceu as estratégias de diversificação. Possibilitou aos jovens e mulheres o desenvolvimento de atividades que valorizam.

As famílias investigadas conseguiram construir meios de vida diversificados em torno de cadeias curtas de comercialização e pelo envolvimento em redes interpessoais que facilitaram seu acesso aos mercados. A comercialização é realizada em feiras, exposições-feiras, de porta em porta, mercadinhos, padarias, cooperativas e mercado institucional (PNAE), pautada na confiança e no compromisso tácito existente entre produtores e consumidores. Esse processo se deu na base do aprendizado e da experimentação. Da mesma forma, os agricultores foram adaptando e diversificando seus produtos para atender as necessidades dos consumidores.

As principais atividades desenvolvidas nas propriedades incluem a produção de hortifrutigranjeiros, o fumo, a agroindústria rural, o milho, a produção de leite, a cana-de-açúcar, a soja, a produção de arroz, a criação de gado para cria, piscicultura e atividades não agrícolas intersetoriais. As mudanças dessas atividades, ao longo do tempo, processaram-se a partir das capacidades desenvolvidas pelas famílias, como consequência da melhoria de suas plataformas de ativos.

As organizações auxiliaram na capacitação das famílias nos aspectos produtivos, sociais e de comercialização. As capacidades pessoais foram estabelecidas por esforço próprio, através da criatividade e das redes comunitárias e virtuais para acessar informações. O saber-fazer e a experimentação conferiram capacidades importantes aos agricultores.

Nesse sentido, qualquer projeto ou programa com objetivo de promover o desenvolvimento em áreas rurais, e mais especificamente neste contexto trabalhado, da fumicultura, a ênfase deveria ser dada as capacidades das famílias e dos indivíduos, sejam homens ou mulheres, velhos, adultos ou jovens. Quando cada membro da família tem liberdade (capacidades) para realizar suas potencialidades, alternativas e oportunidades e construir seu futuro com as próprias ações, essa liberdade é poder, poder de realizar e desenvolver seu potencial (SOUZA, 2012). E a autonomia é uma liberdade que representa a não sujeição às relações de poder e dominação.

Essas relações de poder são constantemente renegociadas entre os atores estudados, principalmente entre homens e mulheres. As mulheres participam ativamente nesses processos, atuando nos principais domínios da vida social. Não permanecem mais restritas as esferas da família e da comunidade; atuam nos domínios do mercado e do Estado. Relacionam-se com agentes públicos, privados e consumidores. Essa experiência fortaleceu sua rede de sociabilidade e com isso as mulheres se empoderaram. E, a partir daí, também se capacitaram a exercer atividades que valorizam, que geram renda para suas necessidades pessoais e familiares, bem como para investimentos para melhoria das atividades de consumo familiar e de interesses mercantis.

Desta maneira, os grupos estudados têm muito a contribuir no que se refere à construção de capacidades para criar, manter e ampliar suas teias de relações. Nessa articulação as famílias têm criado um ambiente mais favorável de atuação garantindo oportunidades mais justas para seu desenvolvimento. Desenvolvimento que, para Sen (2010), compreende a eliminação da privação das capacidades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agente. A expansão das capacidades representa, assim, o fim e o meio para o desenvolvimento. E no contexto estudado, representa a possibilidade real dos agricultores

familiares tecerem seus meios de vida diversificados e desejados, para superar os problemas relacionados à dependência do cultivo do tabaco.

O estudo abre outras possibilidades para aprofundar a temática dos meios de vida, especialmente com relação as análises de gênero. O tema merece um trabalho dedicado integralmente a ele. Não se encontrou nenhum trabalho de pesquisa realizado no país com orientação de gênero nos meios de vida e muito poucas investigações da temática em outros países. O que foi realizado neste trabalho é um pequeno passo nessa direção. Como sugestões de pesquisas futuras propõe-se um exame mais profundo sobre as relações de gênero fora da esfera familiar – na comunidade, no mercado e relações com atores do Estado. Outra questão instigante diz respeito aos aspectos psicológicos do empoderamento da mulher rural a partir da ampliação de seus laços sociais. Também sugere-se um exame mais detalhado sobre as relações de gênero e os ativos sociais – essenciais à construção de meios de vida diversificados, como procurou-se demonstrar. Outra possibilidade refere-se à investigação da participação invisível da mulher na construção de meios de vida, que é a realidade da maioria das mulheres no meio rural.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **AFUBRA**. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html> Acesso em 02 jul. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. ANVISA. **STF julga improcedente ação contra RDC da Anvisa.** Publicado: 02/02/2018 18:40. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/stf-julga-improcedente-acao-contra-rdc-da-anvisa/219201>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ALLISON, E. H. Potential applications of a 'sustainable livelihoods approach' to management and policy development for European inshore fisheries. In HART, P., JOHNSON, M. (Eds.), Who owns the sea, **Workshop proceedings**, Tjarno Sweden, 2003.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO 2017. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2017.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Um retrato do lado pobre da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 66-92, set./dez. 2016.

ASHLEY, C.; CARNEY, D. Sustainable Livelihoods: Lessons from early experience. **Department for International Development** - DFID. London: Overseas Development Institute, 1999.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Participação nas Exportações e Produtos**, Porto Alegre, 15 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/participacao-nas-exportacoes-e-produtos>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BAUMANN, P. Sustainable livelihoods and political capital: arguments and evidence from decentralisation and natural resource management in India. **ODI working paper**, 136. London: ODI, 2000.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

BEBBINGTON, A.; CARROLL, T. F. Induced social capital and federations of the rural poor. **Social Capital Initiative**. Working paper n. 19, World Bank, 2002.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research** v. 10, n. 2, p. 141-163, Novembro de 1981.

BIOLCHI, M. A. A cadeia produtiva do fumo. **Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais.** Deser, Ano V, n. 5, Jul. Curitiba, 2005.

BONATO, A. A. **Desafios e potencialidades para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco:** Estudo a partir dos diagnósticos realizados nas Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de ATER para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco. PNUD/MDA/SAF/DATER, out. 2013.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 65-69.

BRASIL. LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. **Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em 23 abr. 2017.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Sociedade civil:** sua democratização para a reforma do Estado. Brasília: ENAP, 1998.

BRUNO, R. et al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos.In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.) **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos, Niterói: Alternativa, 2013.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

CARNEY, D. Social Capital. Key Sheets for Sustainable Livelihoods. **Policy Planning and Implementation**. London: DFID/ODI, 1999.

CASA CIVIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Programa da Sead é referência na COP7**. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br/sitemda/sitemda/noticias/programa-da-sead-%C3%A9-refer%C3%AAncia-na-cop7>. Acesso em: janeiro de 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Do Conhecimento à Acção Política. Centro Cultural de Belém, 2005.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. Sustainable rural livelihoods: Practical concepts for the 21st century. **IDS Discussion Paper 296**. Brighton: IDS, 1992.

CHRISTOPLOS, I. Common Framework for Supporting Pro-Poor Extension. **Neuchâtel Group**, Switzerland, 2003.

CLAVAL, P. A geografia francesa. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 4, n.1, p. 7-22, 2014.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v.94, Suplement, p. S95-S120, 1988.

CONTE, M. et al. Programa de Prevenção ao Suicídio: estudo de caso em um município do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(8), p. 2017-2026, 2012.

CUNHA, J. L. **Os colonos alemães e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849 - 1881. Santa Cruz do Sul: Ed. da FISC, 1991.

DEEPASK. O mundo e as cidades através de gráficos e mapas. **Mapa da taxa de suicídios por mesorregiões.** Disponível em: <http://www.deepask.com.br/goes?page=Veja-mapa-de-suicidios-por-mesorregiao-do-Brasil>. Acesso em: 04 ago. 2018.

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT - DFID. Manual de orientação sobre meios de vida sustentáveis. **Reforma política** (Parte 5). Brighton: DFID, Oct. 2001.

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT - DFID. **Manual de orientação sobre meios de vida sustentáveis**. Brighton: DFID, 1999.

DEPONTI, C.; SCHNEIDER, S. "A Extensão Rural e a Diversificação Produtiva da Agricultura Familiar em Áreas de Cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS". In: **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 2, p. 176-213, 2013.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. DESER. **O crédito rural na produção de fumo no Brasil**. Boletim Eletrônico, n 03, novembro 2012. Disponível em:
<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/OCRNPDF.pdf > Acesso em: 20 set. 2015.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. DESER. **A saúde na produção de tabaco.** Boletim eletrônico nº 30, Maio, 2015. Disponível em:
<http://www.deser.org.br/adm/ver.asp?id=93> Acesso em: 02 de fev. 2016.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitaitva. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DIESEL, V.; SCHEIBLER, J. L.; PALMA, J. Características e condicionantes da estabilidade de relações de integração agricultor-agroindústria: considerações a partir do caso da fumicultura no RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife. **Anais...** Brasília: Sober, 2001. p. 1-11.

DIESEL, V.; MENGEL, A. A.; PICOLOTTO, E.L. Tratados internacionais, coalisões políticas e o destino dos territórios e agricultores produtores de fumo no Brasil. **Revista Desenvolvimento Social Montes Claros**, n. 3, jul., 2009.

DORWARD, A. R.; ANDERSON, S.; CLARK, S. Asset Functions and Livelihood Strategies: A Framework for Pro-Poor Analysis, Policy and Practice. **Proceedings** of 74th Seminar European Association of Agricultural Economists, Livelihoods and Rural Poverty, Imperial College at Wye, sep**.** 2001.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of development studies**, v. 35, n. 1, p. 1-38, London, 1998.

ELLIS, F. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. **Natural Resource perspectives,** n. 40. ODI, London, 1999

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

ELLIS, F. A Livelihoods Approach to Migration and Poverty Reduction. **Working Paper**. London, UK: Department for International Development (DFID), 2003.

ELLIS, F; ALLISON, E. Livelihood diversification and natural resource acess. **LSP Working Paper 9**. Overseas Development Group. University of East Anglia (UK), jan. 2004.

EMATER. **Relatório de Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social do Escritório Municipal de Candelária**. Jan./Dez., 2016.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. In: EVANS, P. (Ed.) **State-society Synergy**: government and social capital in development. Berkeley: University of California at Berkeley, 1997.

FARIAS J.A. **Atividade florestal no contexto da fumicultura**: oportunidade de desenvolvimento regional, diversificação, geração de emprego e renda. 168 p. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y DE LA MEDIA LUNA ROJA. **Directrices de la Federación Internacional para programas sobre medios de vida**, Ginebra, 2010

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BOLFE, A. P. F. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In**:** NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.) **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos, Niterói: Alternativa, 2013.

FORNAZIER, A.; WAQUIL, P. D. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. In: CONTERATO et al. (Orgs.) **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013.

FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL. FCTC. **Conference of the Parties**. Fifth session, Seoul, Republic of Korea, 12-17, nov. 2012

FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL. FCTC. **Informe de la séptima reunión de la Conferencia de las Partes en el Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco**. Séptima reunión. Delhi (India), 7-12, nov. 2016.

FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL. FCTC. **Informe de la sexta reunión de la Conferencia de las Partes en el Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco**. Sexta reunión. Moscú (Federación de Rusia), 13-18, oct. 2014.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, T. D. **A diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações:** por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul. 326 p. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SCHNEIDER, S. Desenvolvimento humano e bem-estar no meio rural como superação da vulnerabilidade: o caso de Arroio do Tigre/RS. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 11, n. 2, jul./dez. 2014.

G1. **EUA planejam diminuir quantidade de nicotina do cigarro**. 16/03/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/eua-planejam-diminuir-quantidade-de-nicotina-no-cigarro.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GAÚCHAZH. Campo e Lavoura. **Tabaco em xeque**: Proibidos no Brasil, cigarros eletrônicos terão debate público na Anvisa pela primeira vez. 06/04/2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2018/04/proibidos-no-brasil-cigarros-eletronicos-serao-tema-de-debate-publico-na-anvisa-cjfo816o8004101tg2zlok8b1.html>. Acesso em: 23 mai. 2018.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais**: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 292 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 89-122, Rio de Janeiro, (UFRRJ), 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SEPLAN/DEPLAN. **Perfil Socioeconômico COREDE Vale do Rio Pardo.** Porto Alegre, nov. 2015.

GREGOLIN, A. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **G&DR**, v. 6, n. 2, p. 97-129, mai-ago, Taubaté, SP, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER. S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HAAN, L. J. Globalisation, localisation and sustainable livelihood. **Sociologia Ruralis**. Oxford, v. 40, n. 3, p. 339–365, Jul. 2000.

HAAN, L. J. How to Research the changing Outlines of African Livelihoods. **African Studies Leiden**. Paper presented at the 11th General Assembly of CODESRIA, Maputo, 2005.

HAAN, L.; ZOOMERS, A. Exploring the frontier of livelihoods research. **Development and Change**. Oxford, v. 36, n. 1, p. 27–47, 2005.

HENN, I. A. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.) **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos, Niterói: Alternativa, 2013.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.

HILSINGER, R. **O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco**. 223 f. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

HOUWELING, E. V. **Diversification and Differentiation**: The Livelihood Experience of Men and Women in Samene. PhD Thesis, Virginia: Virginia Polytechnic Institute, 2009.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS. IDESF. **O custo do contrabando**. Março, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017** - Resultados preliminares. IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771&t=downloads>. Acesso em: 10 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=resultados. Acesso em: 10 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades,** v 4.3.8.14, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candelaria/pesquisa/33/29171>. Acesso em: vários acessos.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. INCA. **Opções de políticas e recomendações sobre alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco** (com relação aos artigos 17 e 18). Rio de Janeiro: INCA, 2016a.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. INCA. **Cigarros eletrônicos: o que sabemos?** Estudo sobre a composição do vapor e danos à saúde, o papel na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina. Rio de Janeiro: INCA, 2016b.

KNICKEL, K.; BRUNORI, G.; RAND, S.; PROOST, J. Towards a better conceptual framework for innovation processes in agriculture and rural development: from linear models to systemic approaches. **Journal of Agricultural Education and Extension**, 15(2), p. 131-146, 2009.

LAPA, J. R. A. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 6-7, jun. e dez. 1968.

LEVINE, S. How to study livelihoods: Bringing a sustainable livelihoods framework to life. **Working Paper** 22, Overseas Development Institute. ODI, London, 2014.

LONG, N.; PLOEG, J. D. "Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura". In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.21-48, 2011.

LOPES, G. A. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da américa portuguesa - um balanço historiográfico. **Sæculum**. Revista de História [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005.

LOPES, G. A. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. **Mneme**. Revista de Humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó, v. 5, n. 12, out./nov. 2004.

MACHADO, C. J. B.; MENASCHE, R. Trabalho de homem, trabalho de mulher: olhares sobre a organização do lote a partir da produção. **Fazendo Gênero 10**. Florianópolis, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIN, J. O. B. Agricultores familiares em migrações internacionais: uma introdução. In: MARIN, J. O. B. (Org.) **Agricultores familiares em migrações internacionais**. 1ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2017.

MARIN, J. O. B; DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. Agricultores familiares de Itapuranga: sucessivas experiências migratórias. In: MARIN, J. O. B. (Org.) **Agricultores familiares em migrações internacionais**. 1ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2017.

MAZON, M. S. **A construção social do mercado olerícola:** Estudo de caso em Urubici/ Santa Catarina. 155 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.

MEDEIROS, M.; MARQUES, F. C. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul

do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO et al. (Orgs.) **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013.

MENGEL, A. A.; DIESEL, V. Globalização, Convenção Quadro para o controle do tabaco e as disputas pelos rumos dos territórios fumicultores. **Revista IDeAS** – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro-RJ, v. 3, n. 2, p. 226-255, jul./dez. 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. MAPA. **Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio** / Duarte Vilela, Paulo Márcio M. Araujo (Org.). Brasília: MAPA/SE/CGAC, 2006.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. MDIC. **Comex Vis**: Principais Produtos Exportados, 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-ppe?ppe=1201>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA. Portal do Cidadão. **História de Candelária**. Disponível em: <https://candelaria.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1>. Acesso em: 12 jun. 2018.

NARDI, J. B. A (des) montagem da indústria brasileira do fumo (1808-1913) - o caso da Bahia. In: IV Congresso da ABPHE, 5ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, São Paulo. **Anais...** ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, São Paulo, (FEA-USP), 2001. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/jean-baptiste-nardi.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

NARDI, J. B. **O fumo brasileiro no período colonial:** lavoura, comércio e administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NAZNEEN, S. Rural livelihoods and gender. **Technical background paper series**, PNUD, 2012.

NEUCHATEL GROUP. **Common Framework on Agricultural Extension**. Paris: Ministere des Affaires Etrangeres, 1999.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural,** v. 5 (61), p. 41-69. Bogotá (Colômbia), Jul.-Dez., 2008.

OFFE, C. A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: L.C. BRESSER PEREIRA; J. WILHEM Y L. SOLA. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**, p. 119-145, São Paulo/Brasília: Unesp/Enap, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. **Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. 2005.** Disponível em: <http://www.who.int/tobacco/framework/en/ > Acesso em: 27 out. 2010.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, 1987.

PERONDI, M. A. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural:** aportes teóricos e proposições metodológicas – v. 1, p. 95-115, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, maio/ago. 2012.

PERONDI, M. *et al*. A estratégia de diversificação dos meios de vida: o estudo da trajetória de uma família rural no Sudoeste do Paraná. 2009. **Anais...** 47° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

PESAVENTO, S. J. **RS: Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PIROTTA, K. C. M. Gênero, políticas públicas e o pensamento de Amartya Sen. ARILHA, M. et al. (Orgs.) **Diálogos Transversais em Gênero e Fecundidade:** Articulações contemporâneas. Campinas: Librum Editora, ABEP, 2012. p. 159-168.

PORTAL DO TABACO. **Supremo mantém resolução que proíbe aditivos,** 2 fev. 2018. Disponível em: <http://portaldotabaco.com.br/supremo-mantem-resolucao-que-proibe-aditivos/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 33, p. 133-158, set. 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Brasil colônia. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago. 2007

RADÜNZ, R. **A terra da liberdade**: o luteranismo gaúcho do século XIX. Caxias do Sul: Educs: Edunisc, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, A. G. et al. Da diversificação dos meios de vida ao bem-estar: bases teórico-metodológicas a partir do estudo de caso com agricultores familiares produtores de tabaco no município de Arroio do Trigre/RS. **IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 4 a 6 set. 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008, pp. 76-144.

REDIN, E. **Família rural e produção do tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS.** 305 p. 2015. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade de Santa Maria, RS, 2015.

REDIN, E. O enredo da diversificação produtiva no rural de Arroio do Tigre/RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 3, set./ dez. 2012.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 2v.

SABOURIN, E. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **RURIS**. v. 6, n. 2, Set. 2012.

SCHMITT, C. **Desenvolvimento regional endógeno x desenvolvimento regional exógeno**: estudo de caso em Candelária - RS. 149 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2010.

SCHNEIDER, M. Entre a agroecologia e a fumicultura: uma etnografia sobre trabalho na terra, cosmologias e pertencimentos entre camponeses pomeranos. **Etnográfica** [Online], v. 18, n. 03, p. 651-669, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento rural através da diversificação dos meios de vida rurais: visão geral a partir da experiência brasileira. Dynamics of rural transformation in emerging economies, **International Conference**, apr. 14-16, New Delhi, India, 2010.

SCHNEIDER, S. Prefácio. CONTERATO et al. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (Eds.) **SAVANAS***:* desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHWARTZ, S. Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750. In: BETHELL, L. (Ed.). **História de América Latina**. Barcelona: Crítica, v. 3, 1990.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **IDS Working Paper**, 72. Brighton: IDS, 1998.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, P. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs**.) Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. London and New Delhi: SAGE publications, 1995.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO. SEAPI. **Informações Agropecuárias**. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/culturas-temporarias> . Acesso em: 10 jul. 2018.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, A. K. O desenvolvimento como expansão das capacidades. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 28/29, p. 313-333, 1993.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no brasil. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.) **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos, Niterói: Alternativa, 2013.

SILVA, C. B.C.; SCHNEIDER, S. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, G.; SCHNEIDER S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Estudos Rurais)

SILVEIRA, R. L. L. Globalização e dinâmica espacial do mercado mundial de tabaco: reflexos na organização e nos usos do território na região Sul do Brasil. In: 12 Encontro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo - Uruguay. **Anais do 12 Encontro de Geógrafos de América Latina**. Montevideo: Easy Planners Congressos e Exposiciones, v. 1. p. 1-19, 2009.

SILVEIRA, R. L. L. Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 104-128, mai/ago. 2008.

SINDITABACO NEWS. **Momento de proteger a 15ª maior receita agropecuária do Brasil**. jul. ago. set. 2018.

SOUZA, R. S. **A condição organizacional**: o sentido das organizações no desenvolvimento rural. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 236 p. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

VARGAS, M. A.; BONATO, A. **Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil.** Brasília, DF: MDA, 2007.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 1, mar. 2012.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul** – RS, 1849-1993. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Out. 2003, p. 42-61.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org) **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**, Passo Fundo, UPF, 1998.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na américa latina. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 21, p. 62-87, Rio de Janeiro, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO. **Global report on trends in prevalence of tobacco smoking 2000–2025**, second edition. Geneva: World Health Organization, 2018.

YAMADA, R. S.;VILWOCK, A. P. S.; PERONDI, M. A. Renda e qualidade de vida entre fumicultores com estratégia de diversificação econômica na comunidade Itaiba, Município de Marmeleiro-PR. **Synergismus Scyentifica,** v. 6, p. 1-9, UTFPR, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZOTTI, C. F. **Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto – PR**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM INFORMANTES-CHAVE

(Agentes de desenvolvimento)

- Nome do entrevistado:
- Cargo/função do entrevistado:
- Nome da instituição:
- Endereço:
- Município:
- Telefone e e-mail de contato:

1. Como vocês percebem o contexto atual para produção do tabaco na região?
2. E quanto aos processos de diversificação na região, como tem evoluído?
3. Que ações têm sido propostas para diversificação?
4. Como os produtores de fumo tem se posicionado frente aos projetos e programas de diversificação?
5. Quais os tipos de apoio desenvolvidos junto às iniciativas dos agricultores? (comercialização, crédito, infraestrutura, informação etc.)
6. Quais os principais entraves que as políticas públicas/instituições enfrentam atualmente nessa área?
7. Quem são os produtores de tabaco (perfil) que diversificaram seu processo produtivo?
8. Quais atividades de diversificação tem se destacado na região? Por quê?
9. Quais as potencialidades para processos de diversificação (podem ser razões históricas e culturais, estruturais, naturais etc.)?
10. Quais as principais restrições que enfrentam?
11. Quais grupos têm permanecido fora do processo?
12. Fale-me sobre as relações de gênero na região.
13. Como vocês tem observado a participação das mulheres nas atividades de diversificação produtiva?
14. Quais as principais políticas públicas acessadas na região?
15. Quais as principais organizações de produtores existentes na região?
16. Como os produtores tem se beneficiado destas organizações? De que forma?
17. E com relação ao mercado, quais as principais formas de comercialização utilizadas pelos produtores? Na sua percepção, quais as mais interessantes?
18. Na sua opinião, qual a perspectiva futura para a relação fumicultura/diversificação?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM PRODUTORES DE TABACO QUE DIVERSIFICARAM MEIOS DE VIDA

I - Dados dos produtores:

1. Nomes dos entrevistados:
2. Comunidade:

II - Caracterização da família

1. Existe algum membro da família que migrou? Pode apontar os motivos? Eles contribuem com despesas da família e UP?
2. Algum outro membro de sua família pensa em migrar? Por quê?
3. Algum membro retornou à propriedade? Por quê?

III - Questões sobre a produção de tabaco

1. Se dependesse somente de você e de sua família, vocês abandonariam a produção de tabaco? Por quê? O quê mais os desagradam na produção de tabaco e poderia fazer com que pensassem na possibilidade de não mais produzir?
2. O que é necessário para essa mudança?
3. Quais atividades gostariam de desenvolver?
4. Como percebem o contexto para produção de tabaco? Já ouviram falar da Convenção-Quadro? E do Programa Nacional de Diversificação? O que pensam sobre isso?

IV - ATIVIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO

1. Qual/quais atividade(s) de diversificação desenvolvidas na propriedade consideram como prioridade? Por quê? (observar a importância de cada atividade para o meio de vida da família; observar se utilizam uma atividade específica para um fim específico; observar a finalidade de atividades desenvolvidas por mulheres)
2. Como variam os preços para a(s) safra(s) dessas atividades ao longo do ano?
3. A área de produção para autoconsumo aumentou ou diminuiu ao longo do tempo? Por quê? (observar qual proporção dessa produção cobre as necessidades alimentares da família)
4. Desde quando passaram a diversificar a produção? Quais influências e motivações? O que produziram ao longo do tempo? (Se houve mudanças, o porquê delas).
5. Algum tipo de sistema de integração?
6. Quais os recursos mais importantes à realização dessas atividades? Falem-me sobre a suficiência desses recursos?
7. Que políticas e instituições são relevantes para esses processos de diversificação?
8. Essas atividades reduziram a dependência da família da produção de tabaco?

VI - ATIVOS

Capital Humano

1. Mão-de-obra familiar é suficiente? É qualificada?
2. De onde vem o conhecimento/informações para realização das atividades? Onde vocês vão buscar essas informações?
3. São ofertados cursos de capacitação/qualificação no município? Vocês têm acesso? São adequados? A Senhora realizou algum curso de qualificação?
4. Vocês sentem que estão particularmente carentes de certos tipos de informação ou conhecimento? Quais seriam?
5. Conhecimento e capacitação contribuem à maior participação na família, na comunidade e nas demais relações políticas e de mercado? Falem-me sobre isso. (incentivar a narrativa das mulheres; observar a percepção que tem sobre si e a respeito dos outros)

6. Existe uma tradição de inovação local? As tecnologias e conhecimentos em uso provêm de fontes internas ou externas? Vocês compartilham conhecimentos na comunidade?
7. Contrata mão-de-obra temporária? Para quais serviços?
8. Algum membro da família tem problema de saúde? Que problema? Algum problema relacionado à produção agrícola?
9. Existe atendimento de saúde satisfatório? Quando precisa tem sido atendido?

Capital Financeiro

1. Acessa crédito? Que modalidade de crédito? Quais as dificuldades com relação ao acesso de crédito?
2. Possui poupança? Como guardam suas economias e por quê?
3. Algum membro da família recebe pensão ou aposentadoria? Esse dinheiro é investido no bem-estar (conforto) da família ou na UP?
4. Possuem algum tipo de capital imobilizado?
5. A Senhora tem acesso a crédito? Poupança?

Capital Físico

1. Condição das estradas; representa alguma dificuldade no escoamento da produção?
2. A infraestrutura existente (energia, distribuição de água, telefonia, internet, estradas, escola) dá suporte às atividades desenvolvidas na propriedade?
3. Benfeitorias existentes utilizadas na produção; elas são suficientes e adequadas?
4. Máquinas e equipamentos utilizados na produção (próprios, contratados ou de uso coletivo):
5. Há despesas na contratação de máquinas e equipamentos?
6. A área disponível à produção é suficiente? Como vocês tem feito?

Capital Natural

1. Existem nascentes, sangas ou córregos na propriedade? Existe mata ciliar nestas áreas?
2. Recebem orientação sobre preservação e conservação dos recursos naturais da propriedade (terra, água, mata ciliar, biodiversidade)? Sobre a legislação ambiental vigente? De quem?

Capital Social

1. Participam das festas na comunidade ou no município? Da igreja? Clube de mães? Associação de mulheres? (Auxiliam na organização de festas, tomam parte nos processos decisórios)
2. Participam de Associações de Agricultores, Cooperativas, ONG's, ou alguma outra forma de organização na comunidade ou no município? (Quais e como se dá essa participação; observar e identificar a importância das mesmas para aspectos particulares dos meios de vida)
3. São filiados a sindicatos e partidos políticos? (qual participação)
4. Sua família troca serviços com os vizinhos/amigos/parentes? Qual:
5. Qual o espaço existente à participação de vocês nas ações, nos projetos e políticas para a comunidade e região?

VII - ACESSO - relações estabelecidas

Família

1. Quem toma as decisões referentes à produção? Como isso é negociado?
2. Quem toma as decisões referentes à comercialização? Como isso é negociado?
3. Como o trabalho é dividido? (quem realiza o quê; e porque)
4. Houve modificações nessa divisão ao longo do tempo?
5. Quem controla a renda? Como a renda é dividida?
6. Quais atividades a Senhora desenvolve/controla e participa? Tem autonomia para isso? Costumes locais, por exemplo, restringem sua possibilidade de realizar suas próprias escolhas?

Comunidade

1. Recebem algum tipo de auxílio de pessoas ou organizações no âmbito da comunidade/município? (quais pessoas ou organizações e quais contribuições - assistência técnica, comercialização, informações, tecnologias etc.) Essa contribuição é confiável?
2. Realizam mutirões ou troca de serviços e de maquinários na comunidade (vizinhos/amigos/parentes)?
3. Recebem auxílio financeiro de vizinhos/amigos/parentes quando necessário?
4. Existem costumes/regras na comunidade que beneficiam sua atividade produtiva ou o sustento da família? (mutirões, troca de produtos, empréstimo de equipamentos e maquinários, venda coletiva etc.)
5. A Senhora participa dessas relações na comunidade? Quais e como?
6. Existem questões (costumes ou tradições) que limitam uma participação mais ativa da Senhora (pelo fato de ser mulher) no processo produtivo ou em organizações na comunidade?
7. Como funciona a autoridade na comunidade, quem (ou quais grupos) exerce influência?

Mercado

1. Como a produção é comercializada? Por quê? (vendas institucionais, cadeias curtas ou vendas diretas, cadeias longas, vendas coletivas)
2. Quais os principais problemas encontrados na comercialização?
3. Recebem auxílio/orientação de alguma organização ou instituição para comercialização da produção? Vocês confiam nesse auxílio?
4. A Senhora participa dessas relações de comercialização? Como?
5. A Senhora encontra restrições a sua participação no mercado pelo fato de ser mulher?

Estado

1. Recebem algum tipo de benefício social (como o Bolsa Família)?
2. Recebem ATER pública na propriedade? Qual? Com regularidade? Qual a importância da ATER para suas atividades de diversificação? (produção, comercialização, organização, informações etc.)
3. Vocês confiam nos serviços de ATER?
4. Os serviços de ATER têm atendido as demandas da sua família e comunidade?
5. Foram beneficiados por Chamadas Públicas de ATER?
6. Tem acesso a políticas públicas para custeio da produção? Para quais produtos? (se não, o que impede o acesso)
7. Tem acesso a políticas públicas para comercialização? Para quais produtos? (se não, o que impede o acesso)
8. Tem acesso a políticas públicas para investimento? Quais? (se não, o que impede o acesso)
9. Tem ou teve acesso a crédito fundiário?
10. As políticas vêm de encontro às demandas e necessidades de vocês? Os interesses locais estão representados? O que falta?
11. A Senhora tem acesso a alguma política pública particularmente? Quais? (se não, o que impede o acesso)
12. Essa condição de acesso melhorou a sua condição de agente, ou seja, lhe deu maior autonomia no grupo familiar, na comunidade e no mercado?

APÊNDICE C - FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (UPF)

I - Composição da família

Membros	Gênero	Grau de parentesco	Idade	Escolaridade	Atividade agrícola (tempo de trabalho)	Atividade não agrícola (qual atividade/tempo de trabalho)

Obs.: Dados referentes ao número de pessoas, gênero, idade e parentesco servem também ao Capital Humano.

1. Número de pessoas que moram na UPF:
2. Percentual de renda de atividades não agrícolas que contribuem com despesas da família e UP:

II - Caracterização fundiária

Área total	SAU	Própria	Arrendamento		Parceria		Outra forma
			De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	

Obs.: Estes dados servem também ao Capital Natural.

1. Forma de obtenção da terra? ( ) Herança; ( ) Compra; ( ) Posse Provisória; ( ) Outro .....
2. Há terras que deixaram de ser cultivadas nos últimos anos? (razões)
3. Superfície agrícola que não é aproveitada:
4. Tempo que a família reside na propriedade:
5. Título da propriedade:

III - Dados da UPF (estes dados servem também à análise do Capital Físico e Natural)

1. Possui energia elétrica?
2. Existe água suficiente para produção? ( ) Sim; ( ) Não
3. Abastecimento de água: ( ) Rede de distribuição; ( ) Poço; ( ) Nascente; ( ) Cisterna; ( ) Açude; ( ) Carro pipa; ( ) Outro _____
4. Principal opção para o transporte da família: ( ) Carro; ( ) Bicicleta; ( ) Ônibus; ( ) Animais; ( ) Trator; ( ) Outro .....
5. Distância da sede do município:
6. Principal forma de preparo do solo: ( ) Mecânico; ( ) Tração animal; ( ) Plantio Direto; ( ) Cultivo Mínimo
7. Há erosão na área de produção: ( ) Sim; ( ) Não;
8. Utiliza alguma prática de conservação do solo? ( ) Sim; ( ) Não; Qual:
9. Utiliza insumos orgânicos? ( ) Sim; ( ) Não
10. Utiliza adubos Químicos? ( ) Sim; ( ) Não
11. Utiliza sistema de rotação de culturas? ( ) Não; ( ) Sim .....
12. Utiliza Agrotóxicos? ( ) Sim; ( ) Não - Tipo: ( ) Inseticida; ( ) Herbicida; ( ) Fungicida; ( ) Outro
13. Destino de embalagens de agrotóxicos:.....

14. Destino dos resíduos das culturas agrícolas: ( ) Comercializado; ( ) Não há resíduos agrícolas; ( ) Descartado; ( ) Reutilizado na produção, da seguinte forma:.....; ( ) Outro
15. Usa sistema de produção agroecológico /orgânico? ( ) Não; ( ) Sim, com nível de atuação: ( ) Baixo; ( ) Médio; ( ) Alto
16. Quais as práticas utilizadas: .....
17. Declaração da Aptidão ao PRONAF (DAP): ( ) Sim; ( ) Não
18. Situação: Ativada ( ); Desativada ( )
19. Possui DAP Acessória? ( ) Sim; ( ) Não

IV - ATIVIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO

1. Atividades de diversificação - produção vegetal

Atividades	Área (ha)	Quantidade colhida (kg)	Proporção comercializada (%)	Estimativa de renda obtida (R$)	Autoconsumo (%)

2. Atividades - produção animal

Tipos de criações	Número de animais	Proporção comercializada (%)	Estimativa de renda obtida (R$)	Autoconsumo (%)

1. Área de pastagem plantada:
2. Área de pastagem natural:

3. Produtos processados ou beneficiados

Produto produzido	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço médio de venda por unidade	Quantidade consumida p/família

V - Dados sobre a produção de tabaco

Tipo de tabaco	Área cultivada	Quantidade cultivada	Quantidade comercializada	Preço de venda

Obs: Dados da última safra.

1. Integração com indústria fumageira: ( ) Sim ( ) Não
2. Dívidas com indústria fumageira: ( ) Sim ( ) Não
3. Quanto da renda da propriedade a venda do tabaco representa:
( ) Até 25%; ( ) De 26% a 50%; ( ) De 51% a 75%; ( ) Mais de 75%; ( ) 100%
4. No tempo total de trabalho da família o tabaco representa:
( ) Até 25%; ( ) De 26% a 50%; ( ) De 51% a 75%; ( ) Mais de 75%; ( ) 100%
5. Membros da família se dedicam à produção do tabaco:
6. A lenha usada na secagem do tabaco é:
( ) Adquirida; ( ) Parte adquirida/parte comprada; ( ) Própria; ( ) Não usa lenha